

DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Monclar Guimarães Lopes
Amanda Heiderich Marchon
Michel Gustavo Fontes

Cadernos de Letras

Edição n.º 72

**DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS EM
DIFERENTES PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

Monclar Guimarães Lopes
Amanda Heiderich Marchon
Michel Gustavo Fontes

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Niterói • 2º semestre de 2025

Cadernos de Letras da UFF

Publicação semestral do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Letras: Carla de Figueiredo Portilho

Vice-Diretora: Thaise Bastos Pio

Editoras: Thaise Bastos Pio, Instituto de Letras, UFF, Brasil; Carla de Figueiredo Portilho, Instituto de Letras, UFF, Brasil

Assistente editorial: Pedro Sasse, Brasil

Comissão executiva (2023-2026): Adalberto Müller Junior, Universidade Federal Fluminense, Brasil; Fábio André Cardoso Coelho, Universidade Federal Fluminense, Brasil; Vanessa Lopes Lourenço Hanes, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Conselho editorial

Catherine Dumas, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Claudia Poncioni, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Claudio Cezar Henriques, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Dermeval da Hora, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Edvaldo Balduino Bispo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil

Gerald Bär, Universidade Aberta Portugal, Portugal

Eliana Yunes, PUC-Rio, Brasil

Freda Indursky, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Greg Mullins, Evergreen College, Estados Unidos da América do Norte

Hanna Jakubowicz Batoréo, Universidade Aberta Lisboa, Portugal

Joana Matos Frias, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

José Luís Jobim, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Laura Padilha, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Luiz Fernando Valente, Brown University, Estados Unidos da América do Norte

Marcelo Jacques de Moraes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Marcos Luiz Wiedemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Mariangela Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Pedro Eiras, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Portugal

Pedro Serra, Universidad de Salamanca, Espanha

Roberto Acizelo Quelha de Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Simone Caputo Gomes, Universidade de São Paulo, Brasil

Solange Coelho Vereza, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Vanda Anastácio, Universidade de Lisboa, Portugal

Vania Pinheiro Chaves, Universidade de Lisboa, Portugal

Viviana Gelado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Organização do número 71: Monclar Guimarães Lopes (UFF); Amanda Heiderich Marchon (Ufes); Michel Gustavo Fontes (UFMS).

Coordenação da revisão: Glória Braga Onelley, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil; Yuri Nascimento, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

Revisão: Bianca Melo Gomes, UFF, Brasil; Gabriela Benita Winand, UFF, Brasil; Gabriela Natal Oliveira, UFF, Brasil; Maria Clara da Cunha Machado, UFF, Brasil; Matheus Guarino de Almeida, UFF, Brasil.

Responsável técnico: Pedro Sasse, Editoração eletrônica / diagramação, Brasil.

Campus do Gragoatá - Bloco C - sl. 515 - Niterói - RJ - CEP 24210-201, Brasil

e-mail: cadernosdeletras.egl@id.uff.br

Cadernos de Letras: Universidade Federal Fluminense

Instituto de Letras.

Niterói: Instituto de Letras, 1990.

Semestral

Cadernos de Letras da UFF, Niterói - RJ, v. 37, n. 72, 414 p., 1º semestre de 2026.

SUMÁRIO

Apresentação..... 7

Monclar Guimarães Lopes

Amanda Heiderich Marchon

Michel Gustavo Fontes

DOSSIÊ

O papel do estatuto da aquisição do português no emprego de artigo definido diante de pronome possessivo na norma urbana de Moçambique 14

Danielle Kelly Gomes

Morfologia avaliativa no português do Uruguai..... 39

Camila Ulrich

Leonor Simioni

Processos cognitivos e interacionais em usos da construção graduadora de causa-efeito com intensificador..... 67

Edvaldo Balduino Bispo

Tiago Caian

Subjunctive main clauses and the restrictions on subjunctive selection in Portuguese polar interrogatives 95

Margarita Dimitrova

Contraste no discurso: *mas* e *acontece que* na interface entre argumentação e MEDs 114

Ana Cláudia Machado dos Santos

Concessividade em português: uma descrição construcional baseada nos usos de ainda que 136

Thiago dos Santos Silva

Maria Maura Cezário

Variação e mudança na forma do verbo existencial na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro: uma versão atual..... 157

Dante Lucchesi

O papel da analogização nas microconstruções da rede [[X de]que]_{connect} 185

Ivo da Costa do Rosário

Inovações lexicais em tempos de crise sanitária: um estudo sobre os cruzamentos vocabulares criados durante a pandemia da covid-19 207

Carlos Alexandre Gonçalves

Jairo da Silva

Gerenciando o common ground: o marcador pragmático sabe no português brasileiro 241

Brendha Portela

Diogo Pinheiro

Entre gramática e discurso: a emergência da função de marcação discursiva em *acerca de* no português..... 270

Monclar Guimarães Lopes

Andrea Peres Lima

Revisitando a multifuncionalidade de mesmo no português..... 292

Michel Gustavo Fontes

Pablo Canovas

Marcadores pragmáticos epistêmicos a partir de entender no português contemporâneo do Brasil 318

Mariangela Rios de Oliveira

Ana Luisa Costa Boechat

A realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* à luz da Linguística Sistêmico-Funcional: um estudo de caso baseado em editoriais do Jornal *O Globo* 340

Magda Bahia Schlee

Karoline Angelici

Por onde anda o *onde*? Um estudo de percepção sobre a polifuncionalidade do conector *onde* 366

Jéssica da S. Correa

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo

VARIA

Desafios e avanços na tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais na saúde 388

Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco

Gláucio de Castro Júnior

Lucas Longo

APRESENTAÇÃO

*Monclar Guimarães Lopes*¹

*Amanda Heiderich Marchon*²

*Michel Gustavo Fontes*³

*Não morre aquele que deixou na terra
a melodia de seu cântico na música de seus versos
Cora Coralina*

Este número é dedicado à memória de **Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)** e **Erotilde Goreti Pezatti (Unesp)**, pesquisadoras cuja trajetória intelectual se confunde com parte significativa da história recente dos estudos linguísticos brasileiros. Integrantes do Grupo de Trabalho Descrição do Português da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), ambas contribuíram de maneira decisiva para a consolidação de uma tradição de pesquisa comprometida com a investigação empírica da língua, com a formação de novas gerações de pesquisadores e com a construção de redes acadêmicas que hoje sustentam parte expressiva da produção científica sobre o português.

1 Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

2 Professora Adjunta do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL-UFES) da mesma universidade.

3 Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS.

Maria Angélica Furtado da Cunha destacou-se por suas contribuições fundamentais aos estudos funcionalistas, especialmente no diálogo entre a Linguística Funcional Norte-Americana e a Gramática de Construções Baseada no Uso. Sua produção ajudou a ampliar a compreensão dos mecanismos pelos quais estruturas linguísticas emergem, reorganizam-se e estabilizam-se no uso, oferecendo descrições refinadas de fenômenos do português e influenciando profundamente os rumos da Linguística Funcional no Brasil. Erotilde Goreti Pezatti, por sua vez, legou contribuições incontornáveis para os estudos da gramática funcional, da organização da sentença e da articulação entre sintaxe, semântica e discurso. Sua obra tornou-se referência para a descrição de múltiplos fenômenos do português, distinguindo-se pelo rigor analítico e pela permanente preocupação em compreender a língua em funcionamento.

A ausência dessas duas grandes linguistas deixa uma lacuna difícil de preencher na comunidade científica brasileira. Permanecem, contudo, suas ideias, seus livros, seus artigos, suas orientações e, sobretudo, a influência que exerceram sobre inúmeras pesquisas desenvolvidas em diferentes universidades no país. Como sugere a epígrafe de Cora Coralina que abre esta apresentação, a obra de um pesquisador continua viva nas vozes daqueles que dialogam com suas reflexões, desenvolvem suas propostas e encontram inspiração em seu legado.

Talvez não haja homenagem mais adequada a Maria Angélica Furtado da Cunha e a Erotilde Goreti Pezatti do que reafirmar a relevância do campo ao qual dedicaram suas trajetórias acadêmicas. Ambas compreenderam, cada uma a seu modo, que a investigação rigorosa dos usos linguísticos constitui um caminho privilegiado para compreender o funcionamento da língua e os processos que moldam sua organização. É nesse espírito que se insere o presente dossiê.

A descrição do português ocupa lugar central na tradição dos estudos linguísticos, constituindo um campo de investigação

que atravessa diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e analíticas. Da observação de fenômenos fonético-fonológicos e morfossintáticos à análise de processos semântico-pragmáticos, discursivos e cognitivos, a pesquisa descritiva tem desempenhado papel fundamental na compreensão do funcionamento da língua em seus múltiplos contextos de uso. Em um cenário marcado pela expansão dos *corpora*, pelo refinamento dos métodos quantitativos e pela crescente interlocução entre distintas tradições de pesquisa, a descrição linguística reafirma sua relevância não apenas para o conhecimento do sistema linguístico, mas também para a compreensão das relações entre língua, sociedade, história e cognição.

O presente dossiê, **Descrição do português em diferentes perspectivas teóricas**, reúne trabalhos que ilustram a vitalidade e a diversidade dos estudos contemporâneos sobre o português. Os artigos contemplam diferentes variedades da língua, distintos níveis de análise e múltiplos enquadramentos teóricos, evidenciando a riqueza de abordagens atualmente mobilizadas para descrever fenômenos linguísticos. Em comum, os estudos aqui reunidos compartilham o compromisso com a análise empírica de dados e com o avanço do conhecimento sobre o português em uso.

O volume é aberto por dois trabalhos dedicados à descrição de variedades do português em contextos de contato linguístico. O primeiro artigo, **O papel do estatuto da aquisição do português no emprego de artigo definido diante de pronome possessivo na norma urbana de Moçambique**, de Danielle Kelly Gomes, investiga a variação de uso de artigos definidos diante de possessivos na fala urbana de Maputo, demonstrando como o estatuto de aquisição do português e o multilinguismo influenciam a organização da regra variável. Em seguida, **Morfologia avaliativa no português do Uruguai**, de Camila Ulrich e Leonor Simioni, analisa a distribuição dos sufixos avaliativos do português e do espanhol em uma comunidade bilíngue da fronteira Brasil-Uruguai, contribuindo para a

caracterização dessa variedade e para a compreensão dos efeitos do contato linguístico sobre a morfologia.

Um segundo conjunto de trabalhos concentra-se na descrição de construções gramaticais e de padrões de organização da sentença. Em **Processos cognitivos e interacionais em usos da construção graduadora de causa-efeito com intensificador**, de Edvaldo Balduino Bispo e Tiago Caian, discutem-se os mecanismos cognitivos e discursivos envolvidos na emergência e no funcionamento de uma construção graduadora específica do português, percebida em ocorrências como “esgotado de tanto trabalhar”, “rouca de tanto cantar” e “ridículo de tão fácil”. Na sequência, **Subjunctive main clauses and the restrictions on subjunctive selection in Portuguese polar interrogatives** (*Orações principais no Conjuntivo e as restrições à seleção do Conjuntivo em interrogativas polares do português*), de Margarita Dimitrova, examina os condicionamentos sintáticos e semânticos que restringem a ocorrência do modo conjuntivo em interrogativas do português. Também voltado para a descrição de construções, **Contraste no discurso: mas e acontece que na interface entre argumentação e MEDs**, de Ana Cláudia Machado dos Santos, analisa o funcionamento de conectores contrastivos, como “mas” e “acontece que”, na organização argumentativa do discurso. Fecha esse bloco **Concessividade em português: uma descrição construcional baseada nos usos de ainda que**, de Thiago dos Santos Silva e Maria Maura Cezário, trabalho que examina os diferentes padrões de emprego de “ainda que” no português contemporâneo, discutindo a organização de sua rede de significados e funções à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso.

A temática da variação e da mudança linguística é retomada em **Variação e mudança na forma do verbo existencial na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro: uma visão atual**, de Dante Lucchesi, trabalho que revisita a alternância entre formas existenciais e discute seus desdobramentos na norma urbana contemporânea. Ainda no domínio da mudança, **O papel da**

analogização nas microconstrucionalizações da rede [[X de que]_{connect}, de Ivo da Costa do Rosário, investiga os mecanismos de analogização envolvidos na emergência e na expansão de conectores formados a partir do padrão [[X de] que], observável em construções como “apesar de que”, “a não ser que”, “antes de que” e outras estruturas funcionalmente relacionadas.

O léxico e os processos de formação de palavras são contemplados em **Inovações lexicais em tempos de crise sanitária: um estudo sobre os cruzamentos vocabulares criados durante a pandemia da covid-19**, de Carlos Alexandre Gonçalves e Jairo da Silva, artigo que descreve a criatividade lexical associada ao contexto pandêmico e examina os padrões morfológicos responsáveis pela emergência de novos vocábulos, como “covidiota”, “quarentena”, “webinário”, “covidário”, entre outros.

Os fenômenos discursivos e pragmáticos constituem outro eixo importante do dossiê. Em **Gerenciando o common ground: o marcador pragmático sabe no português brasileiro**, de Brenda Portela e Diogo Pinheiro, investiga-se o papel do item “sabe” na gestão do conhecimento compartilhado entre interlocutores. Em **Entre gramática e discurso: a emergência da função de marcação discursiva em acerca de no português**, de Monclar Guimarães Lopes e Andrea Peres Lima, descreve-se a trajetória funcional da construção “acerca de”, evidenciando processos de expansão semântica e pragmatização. Já **Revisitando a multifuncionalidade de mesmo no português**, de Michel Gustavo Fontes e Pablo Canovas, examina os diferentes usos desse item linguístico e sua distribuição em distintos contextos de emprego. Complementando esse conjunto, **Marcadores pragmáticos epistêmicos a partir de entender no português contemporâneo do Brasil**, de Mariangela Rios de Oliveira e Ana Luisa Costa Boechat, analisa o comportamento da expressão de marcadores pragmáticos com o verbo *entender* em textos de opinião.

Nos estudos voltados para a interface entre gramática e texto, **A realização ideacional da categoria gramatical Sujeito à**

luz da Linguística Sistêmico-Funcional: um estudo de caso baseado em editoriais do Jornal O Globo, de Magda Bahia Schlee e Karoline Angelici, oferece uma descrição da categoria sujeito sob a perspectiva sistêmico-funcional, destacando sua contribuição para a construção de significados ideacionais em textos jornalísticos.

Por fim, **Por onde anda o onde? Um estudo de percepção sobre a polifuncionalidade do conector onde**, de Jéssica da S. Corrêa e Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo, encerra o volume ao articular descrição gramatical e percepção linguística, investigando como falantes avaliam os diferentes usos de “onde” para além de sua função tradicional de marcador locativo.

Tomados em conjunto, os trabalhos reunidos neste dossiê evidenciam a pluralidade de caminhos pelos quais a descrição do português pode ser conduzida. Ao congregar pesquisas ancoradas em diferentes tradições teóricas — da Sociolinguística à Linguística Funcional Centrada no Uso, da Gramática de Construções à Linguística Sistêmico-Funcional, passando pelos estudos morfológicos e pragmáticos —, este número reafirma a importância da diversidade epistemológica para o avanço do conhecimento linguístico. Esperamos que os artigos aqui publicados contribuam para ampliar o diálogo entre pesquisadores, fomentar novas investigações e fortalecer o papel da descrição linguística como atividade essencial para a compreensão do português em suas múltiplas manifestações.

Que este volume seja também uma celebração da trajetória intelectual de Maria Angélica Furtado da Cunha e Erotilde Goreti Pezatti, cujas contribuições permanecem vivas na pesquisa linguística brasileira e nas páginas que seguem.



DOSSIÊ

O PAPEL DO ESTATUTO DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS NO EMPREGO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO NA NORMA URBANA DE MOÇAMBIQUE

Danielle Kelly Gomes¹

RESUMO: Este artigo investiga a variação no emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos na norma urbana do português falado em Maputo. Ancorado no quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, o estudo analisa 627 ocorrências extraídas de um corpus oral recolhido em 2016, distinguindo pessoas que se autodeclaram falantes de português como L1 e como L2 (com L1 bantu). Os resultados mostram que, embora a presença do artigo seja majoritária na amostra global, a ausência configura uma variante produtiva e sistematicamente condicionada. Em ambos os grupos, o tipo de sintagma emerge como o principal fator estrutural, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais e desfavorecimento em sintagmas preposicionados. No entanto, a arquitetura sociolinguística da variação difere conforme o estatuto de aquisição do português: entre falantes de L1, a variação é densamente socializada, articulando fatores estruturais, semântico-discursivos e sociais; entre falantes de L2, predominam restrições gramaticais e semântico-funcionais, com menor incidência de variáveis sociais. Os resultados evidenciam o papel do multilinguismo e do contato linguístico na modelagem de gramáticas variáveis e contribuem para a compreensão das convergências e divergências entre variedades do português.

PALAVRAS-CHAVE: artigo definido; pronome possessivo; variação; português em Moçambique; contato linguístico.

1 Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O emprego de artigo definido diante de pronomes possessivos, como mostram os exemplos de (1) a (4), a seguir, é uma regra variável descrita em diversos estudos sociolinguísticos que se ocupam das variedades do português brasileiro (Silva, 1982, 1996; Callou; Silva, 1997; Baxter; Lopes, 2009).

- (1) **o meu** pai ele estudou em escolas públicas;
- (2) agora eu acho engraçado **meu tio** tem cento e trinta quilos;
- (3) eu acredito que você tem que tem que ter **sua educação** em casa;
- (4) da mesma forma que te ajuda também dificulta muito **a sua escolha**.

No português europeu, as investigações disponíveis revelam que não há variação no uso de artigos diante de possessivos. A variedade se define pelo uso categórico do determinante definido diante de possessivos. A ausência de artigo nesse contexto só é possível em construções cristalizadas (*Nossa Senhora*, *Vossa Senhora*) e em estruturas com função vocativa (*Não, minha senhora!*), “sendo a não ocorrência do artigo definido nas restantes frases sentidas como anômala” (Inverno e Swolkien, 2003, p. 182)². Os exemplos entre (5) e (7) – retirados de um mesmo inquérito da amostra *Concordância-Oeiras/Lisboa*³ – ilustram o funcionamento da regra na norma europeia:

2 Estudos recentes sobre o português não padrão continental e sobre a variedade falada no Funchal relativizam a ideia de que o uso do artigo definido antes de possessivos seja categórico nas variedades europeias. Carrilho e Pereira (2011) e Bazenga (2023) mostram que, embora seja mais frequente o emprego do determinante diante de possessivo, o artigo pode ser omitido, sobretudo em contextos de parentesco, como *meu pai* e *minha mãe*.

3 Disponível em: <https://corporaport.letras.ufrj.br/corpora/corpus-concordancia/pe-oeiras-lisboa/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

- (5) **o meu pai** era pedreiro **a minha mãe** era cozinheira;
- (6) é porque criamos separamos cada um vive **a sua vida aqui** está-se a ter uma relação muito cada um na **na sua casa** portanto é um namoro mas cada um para sua casa;
- (7) aqui está-se a tornar hum – **o nosso país** vive muito preocupado com as estatísticas.
- Na norma urbana de Maputo, capital da República de Moçambique, os exemplos abaixo confirmam que, de fato, há variação no emprego de definidos diante de possessivos.
- (8) temos **a nossa língua nacional que é o português...** fala-se mais português... só que pronto né... tanto as crianças como professores... costumam meter outra língua (PMO-C-2-m);
- (9) fala-se... hum... **nossa língua tradicional** (PMO-B-1-m);
- (10) Eu ia criar **meus filhos** como **minha mãe** fez (PMO-A-1-f);
- (11) Isso me criou formas de conseguir alcançar **o meu objetivo** (PMO-C-2-m);
- (12) tu e **teu marido** trabalham? (PMO-C-3-f);
- (13) Você agora é licenciado em ciência de educação, então **o teu lugar** não é aqui (PMO-3-C-m);
- (14) **Na minha zona**, na zona que eu tô a morar agora, muita gente fuma (PMO-A-1-f);
- (15) Eu gosto muito de dar **minha opinião** (PMO-A-2-m).

À luz desse panorama comparativo, o presente estudo parte do pressuposto de que a variação no emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos é um fenômeno importante para a investigação das relações entre mudança gramatical, atuação de restrições sociolinguísticas e caracterização das variedades do português. Ao contrastar o comportamento variável observado no português brasileiro com o caráter categórico da norma europeia e com os padrões descritos para variedades africanas, busca-se contribuir para a compreensão dos mecanismos que regulam a

regra variável na comunidade de fala de Maputo. Desse modo, o trabalho pretende avançar na discussão sobre a convergência e a divergência entre variedades do português.

Ao focalizar a dinâmica da regra variável na norma urbana de Moçambique, objetiva-se perceber também o impacto de particularidades da comunidade de fala de Maputo na modelagem da variação, sobretudo no que se refere ao papel do multilinguismo na interação entre restrições que afetam a alternância entre as variantes. Para atingir esse objetivo, o artigo se organiza em considerações sobre a regra variável em foco, seguidas das hipóteses e de breves reflexões sobre o contexto multilíngue da norma urbana de Moçambique. Posteriormente, descrevem-se a metodologia adotada para a análise dos dados e os resultados da análise variacionista. Por fim, tecem-se considerações sobre os resultados e o impacto da discussão na reflexão sobre tensões e intersecções entre as variedades do português.

Artigos definidos diante de possessivos em variedades do português

O artigo definido do português origina-se nas formas acusativas do demonstrativo latino *ille* (*illu(m)/illa(m); illos/illas*). No latim vulgar, *ille* e *ipse* passam a desempenhar a função de marcar referência a entidades já introduzidas no discurso. Castro (1991) observa que essa função anafórica dos demonstrativos começa a se enfraquecer quando os pronomes passam a ocorrer junto a substantivos que não haviam sido previamente mencionados. Esse progressivo esvaziamento semântico-discursivo da anáfora, aliado à especialização funcional e à redução fonética das formas, resulta no processo de gramaticalização que culmina no surgimento do artigo definido.

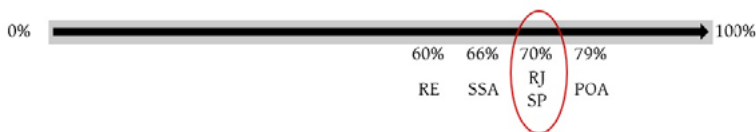
O emprego de artigos definidos diante de possessivos é um processo historicamente documentado em português. Rinke (2010) atesta que

enquanto o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português [europeu] actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo. A partir do século XIV, existe uma fase de variação, na qual o emprego do artigo é opcional. No século XIX, o uso do artigo em combinação com os pronomes possessivos generaliza-se, com excepção dos termos de parentesco (Rinke, 2010, p. 136).

No que se refere ao português brasileiro contemporâneo, Callou e Silva (1997, p. 15) afirmam que “o percentual de uso de artigo definido diante de possessivos e nomes próprios é quase idêntico, enquanto, em Portugal, o percentual de uso de artigos diante de possessivos é mais alto que diante de nomes próprios”. As autoras comprovam, por meio de uma análise diacrônica e comparativa entre as duas variedades, que a taxa de emprego de artigo definido diante de possessivos no português brasileiro contemporâneo corresponde à frequência de uso dos definidos na norma europeia entre os séculos XVI e XVIII.

Com base na análise de dados das capitais mapeadas no âmbito do projeto *Norma Urbana Culta*, Callou e Silva (1997) descrevem a regra variável que distingue, de um lado, Recife e Salvador, e de outro, Porto Alegre. Os resultados revelam um gradiente de crescimento no uso de artigos definidos diante de possessivos à medida que se avança geograficamente do Nordeste em direção ao Sul, configurando um contínuo regional, como se observa na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Frequência de uso de artigo definido nas capitais mapeadas pelo NURC-BR



Fonte: elaboração própria, com base nos dados apresentados por Callou e Silva, 1997, p. 21.

No que tange ao emprego de artigo definido diante de possessivos no português europeu, é importante resgatar as considerações apresentadas por Schei (2009) e Magalhães (2011). Embora Schei (2009) concentre sua análise em romances brasileiros, a autora inclui também obras portuguesas dos séculos XIX e XX, demonstrando que, nessa variedade, o emprego do artigo definido diante de possessivos se configura como uma regra categórica, em contraste marcado com o padrão variável observado no português do Brasil. Já Magalhães (2011), ao realizar um estudo diacrônico da expansão desse uso na variedade europeia, a partir de um conjunto de dados que compreende o período entre os séculos XVI e XIX, identifica trajetórias distintas para a regra variável conforme o tipo de sintagma: nos sintagmas nominais, a variação já é documentada no século XVI, mas se enfraquece no XVII, desaparecendo no XVIII, dando lugar, no XIX, à generalização do uso categórico do artigo definido; nos sintagmas preposicionais, a ausência de artigo é inicialmente categórica no século XVI, com a variação emergindo no século XVII e se mantendo ativa até o século XIX.

Os estudos anteriormente mencionados concentram-se majoritariamente em *corpora* escritos e em normas urbanas das variedades brasileira e europeia do português. Torna-se necessário, porém, ampliar esse quadro analítico para incluir investigações que tratam do uso do artigo definido em variedades reestruturadas do português e em normas ainda em processo de consolidação. Nesse sentido, destacam-se pesquisas como as de Baxter e Lopes (2009), sobre o falar de Helvécia; Figueiredo (2019), sobre o Português de Almoxarife; Atanásio (2002), sobre a escrita de crianças em Nampula, no norte de Moçambique; Gomes e Cordeiro (2021), sobre a norma urbana são-tomense; e Azevedo (2025), sobre a norma urbana de Luanda. Esses trabalhos ampliam o escopo da análise da variação ao incorporar contextos sociolinguísticos marcados pelo contato linguístico.

No caso de Helvécia, comunidade afro-brasileira no sul da Bahia, Baxter e Lopes (2009) demonstram que o uso do artigo definido em sintagmas nominais é condicionado por fatores morfossintáticos. Sintagmas modificados por orações relativas não restringem a ocorrência do artigo, enquanto a presença de pronomes possessivos atua como fator inibidor. Essa diferença é interpretada com base no papel referencial dos possessivos, que já assegurariam a identificação do referente, tornando o artigo funcionalmente redundante nesse contexto.

Já no Português de Almojarife, Figueiredo (2019) identifica condicionamentos sociais relevantes, como o gênero: homens tendem a empregar mais o artigo diante de possessivos do que mulheres, o que é explicado pelo maior contato masculino com centros urbanos, escolarização e instituições formais. Além disso, ao comparar essa variedade com outras comunidades, o autor observa que Almojarife apresenta um padrão de variação estável, enquanto em Helvécia e na variedade do Português dos Tongas⁴ os resultados sugerem indícios de mudança em progresso, com maior uso do artigo entre falantes mais jovens.

No contexto de Moçambique, Atanásio (2002) mostra que a ausência de artigos em sintagmas nominais constitui um padrão generalizado na escrita dos estudantes de Nampula e não se restringe à escrita escolar, estendendo-se a diferentes segmentos sociais. O autor atribui esse comportamento à forte interferência das línguas bantu, que não dispõem de um sistema de artigos e marcam a referência por meio de prefixos de classe associados ao nome. Assim, o contato linguístico é interpretado como um fator decisivo na configuração dessa gramática nominal, superando inclusive a influência normativa do português europeu.

4 De acordo com Lopes e Baxter (2011, p. 2), o português dos Tongas é uma variedade de português presente na ilha de São Tomé (na África Central Ocidental), sendo falado por descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café.

Na norma urbana de São Tomé, Gomes e Cordeiro (2021) identificam uma regra efetivamente variável no emprego de artigos definidos diante de possessivos, com leve favorecimento para a presença do artigo, contrariando a expectativa inicial de predominância da ausência, dada a coexistência entre o português com o crioulo forro, língua que não possui sistema de artigos. A variação é condicionada por fatores como escolaridade, tipo de sintagma, função sintática e valor semântico da posse. De modo semelhante, Azevedo (2025) mostra que, na norma urbana de Luanda, também há uma regra variável, com tendência ao favorecimento do artigo definido, apesar da convivência com línguas bantu. Nesse contexto, fatores morfossintáticos, semânticos e sociais — como contração com preposição, gênero e número do nome, tipo de função sintática, estatuto linguístico dos falantes e faixa etária — organizam a distribuição das variantes, revelando inclusive um afastamento da norma europeia entre falantes jovens e adultos.

Em conjunto, os trabalhos revisados evidenciam que o emprego do artigo definido diante de possessivos constitui um fenômeno altamente complexo e multifatorial, sensível tanto a condicionamentos estruturais quanto sociais. Observa-se ampla variabilidade entre comunidades, variedades e normas em formação. Esse panorama teórico-empírico fornece, assim, uma base fundamental para a delimitação da hipótese de investigação sobre a norma urbana de Maputo, permitindo situá-la em um quadro mais amplo de variação e mudança no português.

Expectativas da investigação

Por conta da coexistência entre o português e as línguas autóctones na comunidade – línguas da família bantu –, toma-se por hipótese que a norma na variedade do português falada na capital de Moçambique é a ausência de artigos diante de possessivos. Quanto ao comportamento das línguas bantu de Moçambique, o único trabalho a que se teve acesso é o de Atanásio (2002). De

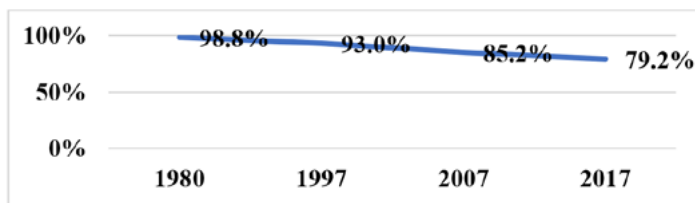
acordo com o autor (2002, p. 10), o artigo definido não é utilizado, porque os falantes não encontram “correspondentes na sua língua materna e pelo seu carácter ‘expletivo’ e ‘fraco’”.

A norma urbana de Maputo seria uma variedade em que a ausência artigo definido diante de possessivos seria produtiva no discurso dos informantes que se autodeclararam como falantes de português como segunda língua e que consistentemente transitam em esferas multilíngues. As línguas bantu, em geral, não possuem um sistema de artigo definido. Nessas línguas, as marcações de definitude e especificação são pós-nominais. Dada essa propriedade das línguas bantu e dado o fato de que a população adulta moçambicana é predominantemente bilingue (os indivíduos são falantes do português e de pelo menos uma língua local), espera-se que o contato entre o português e as línguas nacionais molde a gramática da variedade urbana de Moçambique no sentido de desfavorecer o emprego do artigo definido ante os pronomes possessivos.

Considerações sobre o multilinguismo em Moçambique e os efeitos do contato entre línguas na modelagem da variação

Moçambique é um país situado na costa sudeste do continente africano, organizado administrativamente em onze províncias — Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, Cidade de Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia — que, em conjunto, ocupam uma área de 801.537 km². O português é a língua oficial do país e convive em intenso contato com pelo menos 20 línguas bantu, além de diversas línguas estrangeiras, como inglês, árabe, hindi, gujarati e urdu, bem como outras línguas de origem asiática (Firmino, 2002; Chimbutane, 2018). O gráfico 1 apresenta, com base nos dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017, o percentual da população moçambicana que reconhece ter como L1 uma língua da família bantu.

Gráfico 1 – Distribuição da população com *L1 bantu* em 1980, 1997, 2007 e 2017



Fonte: Chimbutane, 2018, p. 93.

Os dados dos mapeamentos populacionais revelam que o número de indivíduos que reconhecem ter como língua materna pelo menos uma língua autóctone de Moçambique vem diminuindo ao longo dos anos, enquanto o contingente populacional que se identifica em trânsito entre o português e as línguas locais vem aumentando consideravelmente. No que diz respeito especificamente a Maputo, capital de Moçambique e local de recolha dos inquéritos analisados neste estudo, os dados do mapeamento mais recente do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017) indicam que a província contava com uma população aproximada de 2,8 milhões de habitantes, o que a configura como o principal centro demográfico do país. Trata-se de um contexto eminentemente urbano, no qual o português se estabelece como a principal língua de interação social e língua oficial da máquina institucional.

A dinâmica linguística moçambicana contemporânea é marcada por um duplo movimento: de um lado, a forte expansão institucional do português como língua de escolarização, administração e mobilidade social; de outro, a permanência das línguas bantu como fundamentos centrais da identidade cultural e do pertencimento social. Ao mesmo tempo em que, como assinala Chimbutane (2018, p. 93), “o aumento, em termos de proporção, de falantes de português em Moçambique indica que, em cerca de 40 anos, o governo moçambicano investiu mais em língua portuguesa do que Lisboa fez em cinco séculos”, a permanência das

línguas bantu como fundamentos centrais da identidade cultural e do pertencimento social reflete um conjunto de políticas, adotadas principalmente após o texto constitucional de 1990, que leva à legitimação da educação bilíngue e ao reforço do contato entre as línguas, permitindo, cada vez mais, que a variedade moçambicana do português também seja modelada na interação entre o português e as línguas locais.

Nesse sentido, Langa (2019), em um estudo sobre a percepção da comunidade moçambicana bilíngue acerca do uso do português e das línguas bantu, afirma que

De um modo geral, tanto o uso da LP/ L2 como da LB/ L1 são avaliados positivamente pelos inquiridos, apontando, assim, para uma geração que convive de forma harmoniosa com o seu bilinguismo. Quanto à identidade político-cultural, mais especificamente, os inquiridos não se sentem discriminados como cidadãos moçambicanos pelo facto de falarem Português, mas tendem a considerar que o domínio de uma língua bantu os torna cidadãos mais genuinamente moçambicanos (Langa, 2019, p. 261).

Em síntese, o quadro sociolinguístico de Moçambique revela-se profundamente marcado pela coexistência dinâmica entre o português e as línguas bantu. A expansão do português, impulsionada por políticas estatais de escolarização, institucionalização e integração nacional, não se traduz em apagamento das línguas locais, que permanecem como pilares centrais da identidade cultural, do pertencimento comunitário e da construção simbólica da variedade do português em formação. Esse cenário fornece, portanto, o enquadramento sociolinguístico fundamental para compreender os processos de variação, contato e reconfiguração gramatical que caracterizam o português em Moçambique e orientam as análises desenvolvidas neste trabalho.

Metodologia

Para atender aos objetivos da investigação, foram levantadas 627 ocorrências em um *corpus* representativo da norma urbana oral falada em Moçambique. Os dados foram recolhidos na cidade de Maputo, no ano de 2016, e integram a amostra Moçambique-PORT⁵. Os dados foram coletados em 18 inquéritos que constituem a amostra principal do banco de dados.

A amostra encontra-se estratificada segundo as variáveis sexo, faixa etária e escolaridade, o que possibilita a análise sistemática de condicionamentos sociais sobre o fenômeno em estudo. Além disso, é possível controlar a relação dos falantes com as línguas locais, por meio do estatuto do português, definido com base na autodeclaração dos informantes, permitindo considerar o papel do multilinguismo e do contato linguístico na constituição da norma urbana em Maputo.

Por se tratar de uma análise de cunho variacionista (Weireich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), postularam-se restrições estruturais e sociais que podem condicionar a variação. Controlaram-se o efeito de 11 variáveis de análise – 6 variáveis estruturais e 5 variáveis sociais – conforme ilustra o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – variáveis investigadas

LINGÜÍSTICAS	SOCIAIS
Tipo de sintagma Tipo de verbo Pessoa do discurso Semântica da posse Preposição Função na estrutura de predicação	Faixa etária Escolaridade Sexo Estatuto do português Línguas de comunicação

Fonte: elaboração própria.

5 Disponível em: <https://corporaport.letras.ufrj.br/corpora/portugues-mocambique/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

As ocorrências foram catalogadas em uma planilha do Excel e manipuladas estatisticamente com as ferramentas disponíveis no *RStudio*, com a adoção do modelo de regressão logística binomial na análise multivariada. Definiu-se como valor de referência para análise a variante *ausência* de artigo definido diante de possessivo. Na análise estatística, os dados foram separados em dois conjuntos, consoante do estatuto de aquisição do português: de um lado, as ocorrências extraídas dos inquiridos dos informantes que se autodeclararam ter o português como L1; de outro, as ocorrências extraídas dos inquiridos dos informantes que se autodeclararam ter como L1 uma língua bantu. Os resultados das análises serão discutidos na seção a seguir.

Resultados

A tabela 1 apresenta os resultados em termos percentuais da ocorrência de artigos definidos diante de possessivos nos dados da norma urbana de Maputo, considerando (1) a distribuição geral dos dados; (2) a distribuição dos dados na subamostra de falantes português L1 e (3) a distribuição dos dados na subamostra de falantes português L2 (L1 bantu).

Tabela 1 – Distribuição das variantes

	Apl/T
<i>Distribuição geral</i>	
Presença de artigo	381/627 = 61%
Ausência de artigo	246/627 = 39%
<i>Falantes de Português L1</i>	
Presença de artigo	252/392 = 64,2%
Ausência de artigo	140/392 = 35,7%
<i>Falantes de Português L2</i>	
Presença de artigo	129/235 = 54,8%
Ausência de artigo	106/235 = 45,1%

Fonte: elaboração própria.

De modo geral, os resultados indicam produtividade da variante presença do artigo, que ocorre em 61% dos casos (381/627), em contraste com a ausência, registrada em 39% (246/627). Quando se considera o estatuto do português, observa-se que, entre os falantes de português como L1, a presença do artigo é ainda mais frequente, atingindo 64,2% das ocorrências (252/392), contra 35,7% de ausência (140/392). Já entre os falantes de português como L2, embora a presença do artigo também seja majoritária, ela se reduz para 54,8% (129/235), enquanto a ausência alcança 45,1% (106/235), configurando um padrão mais equilibrado e sugerindo maior variabilidade, que pode estar associada a uma interferência das gramáticas das línguas maternas bantu na dinâmica da gramática variável do português.

No quadro 2, a seguir, apresentam-se as variáveis estatisticamente relevantes para cada subconjunto de dados e os valores de significância (*p-value*) dos condicionamentos relevantes estatisticamente:

Quadro 2 – variáveis estatisticamente relevantes

FALANTES DE PT L1	P-VALUE	FALANTES DE PT L2	P-VALUE
<i>Tipo de sintagma</i>	4.99e-08	<i>Tipo de sintagma</i>	8.81e-07
Escolaridade	9.34e-06	<u>Tipo de posse</u>	0.02
Línguas de comunicação	0.000743	Faixa etária	0.00198
Sexo	0.00992	Função	0.00903
<u>Tipo de posse</u>	0.02		

Fonte: elaboração própria.

A observação da dinâmica entre as variáveis estatisticamente relevantes evidencia que as restrições que condicionam a ausência de definidos diante de possessivos diferem de forma sistemática entre falantes de português como L1 e falantes de português como L2. No grupo de PT L1, as variáveis com maior significância

estatística são o “tipo de sintagma” ($p = 4,99e-08$) e a “escolaridade” ($p = 9,34e-06$), seguidas por “línguas de comunicação” ($p = 0,000743$), sexo ($p = 0,00992$) e “tipo de posse” ($p = 0,02$), indicando uma interação mais robusta entre fatores estruturais/funcionais e sociais. Já entre os falantes de PT L2, destacam-se como mais relevantes o “tipo de sintagma” ($p = 8,81e-07$) e a “faixa etária” ($p = 0,00198$), além de “função sintática” ($p = 0,00903$) e “tipo de posse” ($p = 0,02$)⁶, configurando um quadro em que fatores estruturais/funcionais assumem maior peso explicativo, ao lado de condicionamentos sociais específicos, na organização da variação nesse conjunto.

Na tabela 2, a seguir, apresentam-se a distribuição percentual, os pesos relativos e os *logodds* para as variáveis estatisticamente relevantes nos dados dos indivíduos que se autodeclararam falantes de português L1.

Tabela 2 – Variáveis selecionadas para a *ausência* de artigo definido – falantes de PT L1

Variante	Apl/T	PR.	logodds	Variante	Apl/T	PR.	logodds
1. Tipo de sintagma				4. Sexo			
SN	110/239 = 46%	.667	0.697	Masculino	20/70 = 28,5%	.643	0.588
SPrep	30/153 = 19%	.333	-0.697	Feminino	120/322 = 37,2%	.357	-0.588
2. Escolaridade				5. Tipo de posse			
Básica	54/104 = 51,9%	.715	0.920	Relações pessoais	23/49 = 56,9%	.634	0.551

6 As variáveis serão apresentadas com base nos valores de *p-value* obtidos na análise estatística, embora se reconheça que o *p-valor* constitui, fundamentalmente, um critério para avaliar a rejeição ou não da hipótese nula, não devendo ser interpretado como medida da magnitude do efeito nem como parâmetro para hierarquizar a relevância das variáveis analisadas.

Interme- diária	30/77 = 38,9%	.439	-0.246	Partes do corpo	1/2 = 50%	.609	0.444
Superior	56/155 = 36,1%	.338	-0.624	Parentesco	79/182 = 43,4%	.527	0.109
3. Línguas de intercomunicação				Posse abstrata	26/115 = 22,6%	.350	-0.619
SóPortu- guês	19/87 = 21,8%	.316	-0.772	Posse alienável	11/44 = 25%	.381	-0.485
Tanto Portu- guês quanto línguas loais	121/305 = 39,6%	.684	0.772				

Fonte: elaboração própria.

A tabela 2 evidencia que, entre os falantes de Português como L1, a ausência do artigo definido é condicionada por um conjunto articulado de fatores estruturais/discursivos e sociais. No plano estrutural, o “tipo de sintagma” destaca-se como o principal fator, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais (SN) ($PR = .667$; $\log odds = 0.697$) e desfavorecimento em sintagmas preposicionados (SPrep) ($PR = .333$; $\log odds = -0.697$). No eixo social, observa-se um efeito consistente da “escolaridade”, com maior propensão à ausência entre falantes de escolaridade básica ($PR = .715$) e redução progressiva nos níveis intermediário e superior, configurando um padrão compatível com processos de estratificação sociolinguística, e que pode sugerir uma correlação entre o trânsito por práticas prestigiadas de letramento e aderência à norma de referência da comunidade, o português europeu.

A variável “línguas de intercomunicação” também se mostra relevante, indicando que os falantes de português L1 que também transitam por contextos em que se falam línguas bantu favorecem a ausência do artigo ($PR = .684$), em contraste com os indivíduos que afirmam usar exclusivamente o português ($PR = .316$),

o que pode seguir algum impacto do contato entre línguas mesmo no comportamento dos falantes que assumem ter como L1 o português. Além disso, o “sexo” apresenta influência significativa, com maior favorecimento entre homens (PR = .643) do que entre mulheres (PR = .357).

Por fim, o “tipo de posse” revela padrões discursivos sistemáticos, com maior favorecimento em relações pessoais e partes do corpo, e desfavorecimento em posse abstrata e posse alienável, indicando que fatores semântico-discursivos também participam de modo relevante na organização da variação. Conjuntamente, esses resultados confirmam que a ausência do artigo definido no PT L1 urbano em Moçambique emerge de uma interação complexa entre restrições estruturais, sociais e de contato linguístico, característica de sistemas variáveis em contextos multilíngues.

Na tabela 3, a seguir, apresentam-se a distribuição percentual, os pesos relativos e os *logodds* para as variáveis estatisticamente relevantes nos dados dos indivíduos que se autodeclaram falantes de português L2:

Tabela 3 – Variáveis selecionadas para a ausência de artigo definido – falantes de PT L2

Variante	Apl/T	PR.	logodds	variante	Apl/T	PR.	logodds
1. Tipo de sintagma				3. Faixa etária			
SN	90/162 = 55%	.635	0.552	18a-35a	50/94 = 53,2%	.670	0.707
SPrep	16/73 = 21,9%	.365	-0.552	36a-55a	6/28 = 21,4%	.233	-1.192
2. Tipo de posse				mais de 56a	50/113 = 44,2%	.619	0.486
Relações pessoais	18/25 = 72%	.681	0.757	4. Função na estrutura de predicação			
Posse alienável	15/31 = 48,4%	.635	0.553	Argumento	98/186 = 52,7%	.661	0.669

Parentesco	46/81 = 56,8%	.482	-0.072	Adjunto	8/49 = 16,3%	.339	-0.669
Posse abstrata	27/98 = 27,6%	.225	-1.238				

Fonte: elaboração própria.

Os resultados expressos na tabela 3 indicam que, entre os falantes de Português como L2, a ausência do artigo definido é condicionada por um conjunto consistente de fatores estruturais/semânticos e uma variável de cunho social. O “tipo de sintagma” exerce papel central, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais (SN) ($PR = .635$; $logodds = 0.552$) e desfavorecimento em sintagmas preposicionados (SPrep) ($PR = .365$; $logodds = -0.552$). No domínio semântico, o “tipo de posse” mostra um padrão hierarquizado, em que relações pessoais ($PR = .681$) e posse alienável ($PR = .635$) favorecem a ausência, enquanto parentesco apresenta comportamento neutro ($PR = .482$) e posse abstrata a desfavorece fortemente ($PR = .225$; $logodds = -1.238$).

Do ponto de vista social, a “faixa etária” revela efeitos relevantes, com maior favorecimento entre falantes de 18-35 anos ($PR = .670$) e mais de 56 anos ($PR = .619$), e forte restrição no grupo de 36-55 anos ($PR = .233$). Por fim, a função na estrutura de predicação evidencia que sintagmas em função de argumento favorecem a ausência ($PR = .661$; $logodds = 0.669$), ao passo que sintagmas em funções de adjunto a desfavorecem ($PR = .339$; $logodds = -0.669$).

Em conjunto, esses resultados apontam para um sistema de variação fortemente regulado por fatores estruturais e semântico-funcionais, com modulação social específica, sugerindo que, entre os falantes que autodeclaram ter o português como L2, a ausência do artigo definido se organiza sobretudo com base em princípios gramaticais, articulados a padrões de aquisição e uso em contexto de multilinguismo.

Em perspectiva contrastiva, observa-se que, embora falantes de PT L1 e PT L2 compartilhem a centralidade de restrições estruturais — notadamente o “tipo de sintagma”, com favorecimento sistemático da ausência em SN e desfavorecimento em SPrep —, os dois grupos se distinguem quanto à arquitetura sociolinguística que organiza a variação. Entre os falantes de PT L1, a ausência do artigo definido emerge de uma configuração multifatorial complexa, na qual fatores estruturais se articulam de modo denso a restrições sociais (“escolaridade”, “sexo”) e às “línguas de intercomunicação”, bem como a padrões semântico-discursivos (“tipo de posse”), refletindo um sistema em que a variação se inscreve em processos de estratificação social, normatividade e contato linguístico.

Já entre os falantes de PT L2, o padrão é mais linguisticamente ancorado, com predominância de fatores estruturais e semânticos/funcionais (“tipo de sintagma”, “tipo de posse” e “função sintática”), e com reduzida incidência de variáveis sociais, restrita à “faixa etária”, o que sugere uma organização da variação mais fortemente regulada por princípios do sistema linguístico e por dinâmicas de aquisição e uso do português em contexto multilíngue. Desse modo, enquanto o PT L1 urbano em Moçambique revela uma variação densamente socializada, o PT L2 configura um sistema em que a ausência do artigo definido se estrutura prioritariamente por restrições gramaticais e semântico-funcionais, evidenciando arquiteturas variáveis distintas para a mesma variável morfossintática.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a interação entre condicionamentos linguísticos extralinguísticos que atuam para favorecer a ausência do artigo definido diante de possessivos na norma urbana do português em Moçambique, a partir de uma abordagem comparativa entre os indivíduos que se autodeclaram

falantes de português como L1 e falantes de português como L2. Os resultados evidenciam, de forma consistente, que se trata de um fenômeno variável sistematicamente estruturado, cuja organização interna não é aleatória, mas regulada por restrições hierarquizadas de natureza estrutural, semântica/funcional e social, com pesos diferenciados conforme o estatuto de aquisição do português autodeclarado pelo falante.

Em ambos os grupos, a centralidade do “tipo de sintagma” confirma-se como o principal eixo estruturador da variação, com favorecimento recorrente da ausência em sintagmas nominais e desfavorecimento em sintagmas preposicionados, o que aponta para a existência de um núcleo gramatical comum no funcionamento do fenômeno. Esse padrão compartilhado sugere que a variação se ancora em princípios estruturais do sistema do português, independentemente da condição de L1 ou L2, configurando uma base comum de restrições formais.

Entretanto, a análise contrastiva revela que a arquitetura sociolinguística da variação difere entre os dois grupos. Entre os falantes de PT L1, a ausência do artigo definido emerge de uma configuração multifatorial complexa, na qual fatores estruturais se articulam densamente a variáveis sociais (“escolaridade”, “sexo”), às “línguas de intercomunicação” e a restrições semântico-discursivas (“tipo de posse”). Esse padrão pode sugerir um sistema variável altamente sensível a regimes de valor simbólico associados à norma de referência e às práticas linguísticas legitimadas.

Por sua vez, entre os falantes de PT L2, observa-se uma organização distinta, caracterizada pela predominância de fatores estruturais, semânticos/funcionais (“tipo de sintagma”, “tipo de posse” e “função sintática”), com incidência social mais restrita, limitada essencialmente à variável faixa etária. Esse perfil pode evidenciar que a variação, nesse grupo, se estrutura prioritariamente a partir de princípios gramaticais e de dinâmicas de aquisição e uso do português em contexto multilíngue, configurando um sistema menos atravessado por processos de estratificação

social e mais regulado por restrições internas ao sistema linguístico. A comparação entre os dados dos falantes de PT L1 e os dos falantes de PT L2 no contexto urbano em Moçambique parece confirmar que o estatuto de aquisição do português atua significativamente na organização da regra variável aqui em análise.

Por fim, este trabalho contribui para os estudos sobre variedades do português em África ao demonstrar que a variação no uso de artigos definidos diante de possessivos é um fenômeno que revela a complexidade dos repertórios linguísticos em contextos multilíngues. O intuito, com trabalhos dessa natureza, é oferecer subsídios não só para o conhecimento de uma variedade do português ainda em descoberta pela pesquisa sociolinguística, como também para uma compreensão mais ampla sobre gramáticas variáveis do português em contextos pós-coloniais e multilíngues.

The role of Portuguese acquisition status in the use of the definite article before possessive pronouns in urban Mozambican norm

ABSTRACT: This paper examines variation in the use of the definite article before possessive pronouns in the urban variety of Mozambican Portuguese spoken in Maputo. Grounded in the Variationist Sociolinguistic framework, the study analyzes 627 tokens drawn from an oral corpus collected in 2016, contrasting speakers who self-identify Portuguese as L1 and as L2 (with a Bantu L1). The results indicate that, although article presence is the majority variant overall, article absence is productive and systematically constrained. In both groups, type of phrase is the most robust structural predictor, favoring article absence in nominal phrases and disfavoring it in prepositional phrases. Crucially, however, the sociolinguistic architecture of variation differs by acquisition status: among L1 speakers, variation is shaped by a dense interaction of structural, semantic-discursive, and social factors, whereas among L2 speakers it is primarily governed by grammatical and semantic-functional constraints, with limited social constraints. These findings highlight the impact of multilingualism and language contact on variable grammars and contribute to broader discussions of convergence and divergence among varieties of Portuguese.

KEYWORDS: definite article; possessive pronoun; variation; Mozambican Portuguese; language contact.

REFERÊNCIAS

ATANÁSIO, Nicolau. *Ausência de artigo no português de Moçambique: análise de um corpus constituído por textos de alunos do ensino básico em Nampula*. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade Pedagógica-Moçambique, Nampula, 2002.

AZEVEDO, Matheus de Araújo. *A variação no uso de artigo definido diante de possessivos pré-nominais no português falado em Luanda-Angola: uma análise sociolinguística*. 2025. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2025.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BAZENGA, Aline (2023): Variação em construções possessivas pré-nominais do português: Um estudo sobre os usos de falantes do Funchal (Ilha da Madeira, Portugal). *Reflexos*, n. 6, 19 abr. 2023. Disponível em: <http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/1108>. Acesso em: 20 maio 2026.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline Oliveira. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

CARRILHO, Ernestina; PEREIRA, Sandra. Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em português europeu. *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p.125-138.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHIMBUTANE, Feliciano. Portuguese anda african languages in Mozambique. In: LÓPEZ, Laura; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de. (ed.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 89-110.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. Uso variável do artigo definido no português da comunidade de Almoxarife, São Tomé. *Journal of Ibero-Romance Creoles*, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 358-389, 2019.

FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-Colonial: o caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA, 2002.

GOMES, Danielle Kely; CORDEIRO, Livia Rodrigues. O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, p. 95-114, 2021.

INVERNO, Liliana; SWOLKIEN, Dominika. O artigo definido zero em dois contextos específicos no português do Brasil e no crioulo de Cabo Verde. *Biblos*, Coimbra, v. 1, p. 179-192, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LANGA, David Alberto Seth. Percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do português e das línguas maternas Bantu. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 13; n. 3 – especial, p. 259-281, 2019.

LOPES, Norma da Silva; BAXTER, Alan. Os Tongas: contribuição para o estudo do português brasileiro. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA, LETRAS E EDUCAÇÃO*. 2011. Uberlândia. *Anais do Seminário Internacional de Linguística, Letras e Educação (SILEL)*, v. 2, n. 2, Uberlândia: EDUFU, 2011. p.1-11.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, Maceió, v. 1, n. 47, p. 123-143, jun. 2011.

SILVA, Giselle Machline Oliveira. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. 458 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline Oliveira. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões*

sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.125-145.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 121-139, 2010.

SCHEI, Ane. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX. *Revista da ABRALIN*, v. 8, n. 2, p. 15-44, jul./dez. 2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

MORFOLOGIA AVALIATIVA NO PORTUGUÊS DO URUGUAI

Camila Witt Ulrich¹
Leonora Simioni²

RESUMO: Este trabalho trata da distribuição dos sufixos avaliativos -inho/-zinho, do português, e -ito/-cito, do espanhol, em dados do português falado no Uruguai, variedade cuja gramática apresenta características brasileiras (Carvalho, 2003; Simioni, 2021) e características próprias (Carvalho; Bessett, 2015; Gasque; Chaves; Simioni, 2018), além de forte influência do espanhol, especialmente no nível lexical. Dada a alta produtividade e a regular distribuição desses sufixos, pretendemos mapear traços do contato linguístico e investigar suas propriedades de distribuição no português falado no Uruguai. A metodologia compreende a análise de dados de fala coletados no formato de entrevista semiestruturada com quatro informantes oriundas de Poblado Uruguay – Rio Branco/Uruguay. Os 102 dados com os pares -inho/-zinho ou -ito/-cito foram classificados de acordo com aspectos estruturais, além da língua da base. Os resultados apontam para um maior espelhamento com o português: há predominância dos sufixos -inho/-zinho (92,2% – 94/102) em comparação a -ito (7,8% – 8/102). No contexto de bases pertencentes a ambas as línguas (p. ex. *boca – boquinha*), também predomina o sufixo -inho (87,5% – 28/32) em relação a -ito (12,5% – 4/32). Os dados revelam, ainda, que há 12 bases do espanhol com sufixo diminutivo do português (p. ex. *botellinha*), mas não há bases do português com sufixo do espanhol. A título de comparação, esses avaliativos foram observados também em outras fontes de dados disponíveis sobre a variedade. Os resultados corroboram trabalhos anteriores que apontam para a presença de uma gramática brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: morfologia avaliativa; português falado no Uruguai; contato linguístico.

1 Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

2 Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Introdução

Neste trabalho descrevemos a distribuição dos sufixos avaliativos -inho/-zinho, do português, e -ito/-cito, do espanhol, com base em dados do português falado no Uruguai como língua materna³.

O português falado na franja fronteira ao norte do Uruguai foi, por muito tempo, tratado como uma “mistura de línguas”, fruto do contato entre português e espanhol pelas condições históricas de povoamento da região (Elizaincín, 1979, p. 13). Estudos que abordam atitudes linguísticas na região da fronteira Uruguai/Brasil evidenciam o uso de termos como *portuñol* e *entreverado* para denominar essas variedades (Gau de Mello; Custodio, 2016), frequentemente associados a atitudes negativas (Bottaro, 2017), provavelmente como consequência dos esforços empreendidos pelo governo uruguaio, a partir da segunda metade do século XIX, para deter o avanço do português no território nacional, o que deu origem a uma situação de diglossia (Behares, 2007). Apesar disso, o português permanece presente no território uruguaio, nas zonas próximas à fronteira com o Brasil, como língua de herança e de contato. Atualmente, há um importante movimento de reconhecimento e valorização das variedades fronteiriças, tanto por parte dos órgãos oficiais quanto por parte da própria população fronteira, que tem se materializado, por exemplo, em iniciativas de ensino bilíngue nas escolas de fronteira e em manifestações artísticas como a música e a literatura.

Se o reconhecimento da presença de variedades “portuguesas” na franja fronteira ao norte do Uruguai remonta ao século XIX, é apenas a partir dos anos 1960 que começam a surgir os primeiros estudos sobre o tema. Rona (1965) identifica a presença de

3 Por economia, a representação ortográfica das formas alternantes de cada língua é feita entre barras no masculino singular, como -inho/-zinho e -ito/-cito; contudo, aí nessa discussão incluem-se também, sem distinção, suas formas femininas e plurais.

dois dialetos *fronterizos* no Uruguai: um dialeto espanhol com um sistema fônico muito semelhante ao encontrado no restante do país, porém com influência do português no léxico, morfologia e sintaxe, e um dialeto português com influência castelhana, com léxico e sistema fonológico predominantemente portugueses. Já Elizaincín, Behares e Barrios (1987), pioneiros na descrição dos chamados *Dialectos Portugueses en Uruguay* (DPU), reconhecem a presença de características próprias, mas propõem uma análise em termos de traços morfossintáticos classificados como tendência ao português e tendência ao espanhol, evidenciando uma concepção de “mescla”. Mais recentemente, Carvalho (2003, p. 133) rejeita esse tratamento e defende o emprego do termo *português uruguaio*, definido como “[...] um dialeto do português de características rurais que sofre influências do espanhol”, que está sujeito a variação condicionada por fatores linguísticos, sociais e estilísticos como qualquer outro sistema linguístico. De fato, várias características atribuídas ao português falado no Uruguai (como, por exemplo, a troca da vogal temática -a por -e nos verbos de 1ª conjugação – *nós falamos* – *nós falemo* – e a despalatalização – *filho* – *fio*) são, na verdade, características encontradas de maneira mais geral no português brasileiro, especialmente em suas variedades mais rurais.

Ao menos parte das disputas sobre a nomenclatura e a natureza das variedades faladas nas zonas fronteiriças do Uruguai provavelmente se deve ao fato de que nem sempre se está, de fato, falando de um mesmo objeto. Assim, é esperado que haja diferenças entre o português língua de herança, falado como língua materna em contexto de bilinguismo, e o português de contato ou o português L2. Do mesmo modo, espera-se que fatores como nível de escolarização e contato com registros formais do português tenham influência sobre essas gramáticas.

Neste trabalho, analisaremos uma variedade falada como língua materna no departamento de Cerro Largo/UY, à qual nos referiremos como *português falado no Uruguai*. A maioria dos

estudos realizados nessa região envolve características fonético-fonológicas, sintáticas e morfossintáticas, com pouca atenção a fenômenos morfológicos (Mazzaferro; Simioni; Ulrich, 2024). É importante esclarecer que os informantes entrevistados se referem a essa variedade como *brasileiro* e ao espanhol como *uru-guayo*, não utilizando termos como *entreverado* ou *portuñol*⁴, tampouco *português* e *espanhol*. Também, de maneira geral, manifestam atitudes positivas em relação a essa variedade. Estudos anteriores sobre esse *corpus* têm evidenciado uma gramática com características brasileiras (Simioni, 2021) e características próprias (Muniz, 2017; Gasque; Chaves; Simioni, 2018; Madeira, 2018; Simioni, 2019).

O foco aqui recai sobre os sufixos avaliativos altamente produtivos do português e do espanhol, cuja distribuição, apesar de diferenças de língua particular, é regida, de modo geral, por parâmetros fonológicos – posição do acento (p. ex. *café* - *cafezinho* / *cafecito*), segmento terminal (p. ex. *amor* - *amorzinho* / *amorcito*) – e morfológicos – relação entre vogal temática e gênero (p. ex. *carne* - *carninha* - *carnezinha* / *carnita* - *carnecita*), conforme Bisol (2010), RAE (2025), entre outros.

Apesar do caráter descritivo, o trabalho se ampara teoricamente em estudos morfológicos de base gerativa (Villalva, 1994, 2000) e estudos que tomam a morfologia avaliativa como um subgrupo dentro dos processos morfológicos (Grandi, 2011; Körtvélyessy, 2015), conforme será discutido mais adiante⁵. Além disso, a metodologia ancorada segue os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Quantitativa (Labov, 1968), ao delimitar uma comunidade de fala, fazer uso de entrevista semiestruturada para coletar dados espontâneos, os quais serão analisados com base em características sociais dos entrevistados.

4 Denominação adotada predominantemente pelos falantes de Rivera/UY.

5 Ainda que diferentes correntes teóricas abordem os sufixos avaliativos, neste trabalho nos apoiamos na literatura gerativista, por ser a perspectiva teó-

No recorte da presente pesquisa, nossos objetivos são: i) mapear traços do contato linguístico no uso de avaliativos do português e do espanhol, dado o alto grau de produtividade desses sufixos em ambas as línguas; ii) investigar as propriedades de distribuição dos sufixos *-inho/-zinho* e *-ito/-cito* em comparação a pesquisas referentes ao português brasileiro e ao espanhol; iii) avançar na compreensão da natureza do português falado no Uruguai como língua materna.

Os sufixos avaliativos nas línguas românicas

Amplamente estudadas entre os mais diversos sistemas linguísticos, as formações avaliativas, por muito tempo, desafiaram as classificações tradicionais sobre os mecanismos morfológicos (Scalise, 1984; Villalva, 1994, 2000). Se, por um lado, exibem características prototípicas dos processos de flexão, como aplicação regular a qualquer item nominal da língua e manutenção da classe da base, por outro, revelam também características da derivação, ao alterarem a interpretação semântica da base, e da composição, ao apresentarem, muitas vezes, correlatos da existência de dois acentos primários. O Quadro 1, inspirado em propriedades apresentadas por Villalva (2000, p. 150, 254-259), traz dados do português e do espanhol que argumentam em favor de uma hipótese de morfologia avaliativa como subgrupo autônomo.

rica adotada pelas autoras em trabalhos prévios.

Quadro 1 – Propriedades dos sufixos avaliativos

PROPRIEDADES DOS SUFFIXOS AVALIATIVOS		EXEMPLOS
(i)	não altera categoria sintática	P: casN – casinhaN _[dim] E: casN – casitaN _[dim]
(ii)	não altera propriedades morfosintáticas ou morfossemânticas da base	P: cãesN _[-hum, +plu] → cãesinhosN _[-hum, +plu, dim] E: perrosN _[-hum, +plu] → perritosN _[-hum, +plu, dim]
(iii)	não altera estrutura argumental	P/E: morder[-- SN] – mordiscar[-- SN]
(iv)	altera interpretação semântica	P: carro - carrinho E: mañana - mañanita
(v)	coocorre em posições adjacentes	P: ded-inho-zinho E: chiqu-it-ito
(vi)	ocorre à direita de sufixos derivacionais	P: bel-ez-inha E: bell-ec-ita
(vii)	ocorre à esquerda de sufixos flexionais	P: nov-inho-s E: nuev-ito-s

Fonte: elaboração própria baseada em Villalva, 2000, p. 150.

Devido ao escopo do trabalho, exploramos a seguir apenas as características, principalmente distribucionais, dos sufixos mais produtivos do português e do espanhol.

O português é rico em recursos avaliativos. Entre os sufixos tradicionalmente chamados diminutivos, podemos citar, de acordo com Armelin (2015, p. 18): -ebre (p. ex. *casebre*), -im (p. ex. *flautim*), -ote (p. ex. *frangote*), -ejo (p. ex. *lugarejo*), -acho (p. ex. *ria-cho*), -ela (p. ex. *rodela*), entre outros. A representatividade maior dessa classe, contudo, fica a cargo dos elementos -inho/-zinho, ora tratados como o mesmo constituinte morfológico (Bisol, 2010, 2011), ora tratados como dois sufixos distintos (Menuzzi, 1993; Lee, 1995). A distribuição de -inho/-zinho é regida por fatores fonológicos (Bisol, 2010), morfológicos (Villalva, 1994, 2000), sintáticos (Bachrach; Wagner, 2007) e semânticos (Rio-Torto, 1993)

– sendo os primeiros os mais decisivos na escolha entre uma ou outra forma.

Bisol (2011, p. 81) afirma que as principais demandas atendidas na anexação dos sufixos avaliativos são cinco, representadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Demandas do diminutivo

	PROPRIEDADE	BASE	DIMINUTIVO
(i)	evitação do hiato	pato	patinho, *patoinho
(ii)	fidelidade a traços fonológicos da base	s[ɔ]l	s[ɔ]lzinho, *s[o]linho
(iii)	preservação de bordas	mar	mar.zi.nho, *ma.ri.nho ⁶
(iv)	preservação do acento marcado	lâmpada	lampadazinha, ?lampadinha
(v)	correspondência com formas do output	flores	florezinhas, ?florzinhas

Fonte: elaboração própria baseada em Bisol, 2010, p. 65.

De acordo com Cunha e Cintra (2010, p. 106), “excetuando-se o caso das palavras terminadas em -s e -z, que naturalmente exigem a forma -inho (ex. *pires-inho*, *rapaz-inho*), não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre -inho e -zinho”. De modo similar, Moreno (1977) defende que não há um padrão tão sistemático para a distribuição de -inho e -zinho e propõe uma descrição: (a) todos os vocábulos podem receber -zinho; (b) só os vocábulos paroxítonos com a vogal do marcador podem também receber -inho, alternativamente.

De modo geral, quanto a aspectos fonológicos, muitos autores mostram que palavras oxítonas e proparoxítonas costumam receber -zinho (p. ex. *pão* - *pãozinho* / *lâmpada* - *lampadazinha*),

6 Estamos tratando do potencial diminutivo de *mar*, e não da palavra existente *marinho*.

obedecendo à preservação do acento marcado, enquanto palavras paroxítonas podem utilizar -inho ou -zinho (p. ex. *bolo* - *bolinho* > *bolozinho*), sendo preponderante o uso de -inho (Menuzzi, 1993; Bisol, 2010). Além disso, não parece haver consenso sobre a influência do número de sílabas. Enquanto Santos e Coelho (2008) e Souza (2025), para o português brasileiro, e Villalva (2008), para o português europeu, sugerem que palavras polissilábicas tenham preferência por formações com -zinho, aumentando ainda mais seu tamanho, esses resultados não são confirmados em estudos experimentais: Simioni e Schwindt (2018) mostram que a alternância independe do número de sílabas de pseudopalavras, e Almeida (2023) revela que há, em experimento com palavras reais, preferência por diminutivos de número par de sílabas. Há, também, sobreposições no sistema fonológico: monossílabos tônicos sempre utilizarão a variante -zinho (p. ex. *mão* - *mãozinha*, *pão* - *pãozinho*).

Em termos morfológicos, -inho é acrescido a bases temáticas (p. ex. *bola* - *bolinha*), enquanto -zinho é acrescido a bases atemáticas (p. ex. *dor* - *dorzinha*), conforme Lee (2013). Bisol (2010) reforça, ainda, que a “variação em nominais temáticos está comprometida com o gênero gramatical” (Bisol, 2010, p. 73). Em palavras terminadas pelas vogais -a- ou -o-, essa marca – seja ela marca de gênero seja vogal temática – acaba por revelar, em boa parte dos casos, o gênero gramatical (p. ex. (a) *bola* - *bolinha* > *bolazinha*, (o) *bolo* - *bolinho* > *bolozinho*). De acordo com a autora (2011, p. 87), “se DIM, ao invés de apagar VT, como o faz comumente em nominais temáticos, a deixar intacta, haverá redundância de informação, o que, em nome da simplicidade, tende a ser evitado”. Isso não acontece, contudo, diante de nomes terminados por -e-, que revelam a relação com o gênero gramatical apenas ao final do avaliativo e, por isso, apresentam mais liberdade para selecionar uma ou outra variante (p. ex. (a) *rede* - *redinha* ~ *redezinha*, (o) *leite* - *leitinho* ~ *leitezinho*). Por fim, os estudos indicam não haver influência da classe gramatical da base, visto que sua aplicação é

extremamente regular e tem se estendido, inclusive, a verbos no gerúndio (p. ex. *correr* - *correndinho*).

Ainda, entre os índices maiores de variação entre -inho e -zinho, Bisol (2010) menciona os casos de palavras proparoxítonas (p. ex. *máquina* - *maquininha* - *maquinazinha*), de paroxítonas terminadas em ditongo oral (p. ex. *história* - *historinha* - *historiazinha*) e de oxítonas terminadas em consoante (p. ex. *colher* - *colherinha* - *colherzinha*). Há, também, variação motivada por princípios fonológicos, como a evitação de segmentos idênticos adjacentes, que opera em casos de bases terminadas em segmentos palatais; assim, esses contextos ora geram formações com -zinho (p. ex. *unha* - *unhazinha*), ora, segundo Alcântara (2013), manifestam a perda da consoante palatal e a manutenção da nasalização da vogal anterior (p. ex. *unha* - *u[ĩ]nha*). A variação de todos esses contextos, de acordo com Freitas e Barbosa (2013), é condicionada, além dos fatores linguísticos, por fatores sociais como sexo e idade. Além disso, as formas variantes podem adquirir especialização de sentidos, como acontece, por exemplo, com *cofre* - *cofrezinho* (cofre pequeno), *cofrinho* (pequeno recipiente de formato variado para guardar moedas).

Ao sul do Brasil – região de fronteira com países de língua espanhola –, o comportamento dos diminutivos parece não ter influência da língua vizinha. Teixeira (2008), em análise de 24 entrevistas das capitais Porto Alegre e Curitiba no banco de dados VARSUL, mostra que, além da esperada predominância de -inho e da obediência às demandas já explicitadas a respeito do sistema do português brasileiro, fatores extralinguísticos, como escolaridade, sexo, faixa etária e localidade, não se mostraram relevantes na escolha de um ou outro sufixo. A autora também não relata ter encontrado casos de afixação por -ito/-cito nos dados analisados.

Semelhantemente, o espanhol também é rico em sufixos avaliativos. Podemos citar -ito (p. ex. *galleta* - *galletita*), -illo (p. ex. *galleta* - *galletilla*), -ico (p. ex. *galleta* - *galletica*) ou -ino (p. ex.

galleta - galletina)⁷, todos com as mesmas propriedades semânticas, além de suas variantes iniciadas por consoante, demandadas pelo sistema linguístico. Segundo Martín Calvo (2019),

vários avaliativos derivados de uma mesma raiz também podem estar em uma relação marcada por intercambiabilidade, já que as características semânticas e as funções pragmáticas de vários sufixos avaliativos podem ser bastante semelhantes. [...] Optar por uma forma ou outra não alterará nenhum aspecto do conteúdo factual da mensagem e terá muito pouco efeito (praticamente nenhum) no nível semântico-pragmático (Martín Calvo, 2019, p. 146, tradução nossa)⁸.

Dessa mesma forma, vemos que o espanhol apresenta mais opções intercambiáveis do que o português; porém, por questão de paralelismo, analisaremos aqui apenas o sufixo -ito e suas demais formas, dada sua grande produtividade na língua espanhola e em variedades de contato linguístico.

De modo geral, assim como apontado por Bisol (2010) para o português, Malkiel (1958 *apud* Zacarias, 2006, p. 79) já afirmava, referindo-se às formas variantes dos diminutivos, que “suas funções principais são evitar hiato, distinguir homônimas, conservar o acento na raiz e eliminar sequências cacofônicas”⁹.

Quanto a aspectos fonológicos, a escolha por -ito ou -cito é determinada pela qualidade do segmento terminal: se a base é finalizada por vogal átona, -ito é preferido (p. ex. *casa - casita, perro*

7 Dados retirados de Martín Calvo (2019, p. 146).

8 “Various EVALs stemming from one root word may also be in a relationship marked by their interchangeability, as the semantic features and pragmatic functions of various AFFe may be rather similar. [...] Opting for one form or another will not alter any aspect of the factual content of the message, and will have very little effect (virtually none) at the semantic-pragmatic level” (Martín Calvo, 2019, p. 146).

9 “Sus funciones principales son evitar el hiato, distinguir homonimias, conservar el acento en la raíz y eliminar secuencias cacofónicas” (Zacarias, 2006, p. 79).

- *perrito*); se a base é finalizada por consoante, há predomínio da variante -cito (p. ex. *león* - *leoncito*, *amor* - *amorcito*; *ciudad* - *ciudadcita*)¹⁰. Harris (1983, p. 93) também mostra o papel do número de sílabas na escolha por -ito ou -(e)cito. Bases dissilábicas, como *madre*, optam pelo sufixo maior, formando *madrecita*; já bases maiores optam pelo sufixo menor, como *comadre* » *comadrita*. Esse padrão chama atenção por divergir de algumas tendências que comentamos para o português brasileiro anteriormente.

Em relação à morfologia, a classificação da vogal átona final é relevante para a distribuição dos diminutivos. De acordo com Harris (1983, p. 93), esse contraste pode ser visto em pares como *corte* » *cortecito* (N) e *cortó* » *cortito* (A). Colina (2003) também defende que motivações morfológicas estejam mais altamente ranqueadas na escolha por um ou outro alternante. A autora defende a classificação do -e- átono final como vogal temática, não epêntese, e, assim, explica que bases dissilábicas terminadas em -e- se comportam diferentemente das em -a- ou -o-, motivando a maior escolha por -cito.

Salvo melhor juízo, enquanto único trabalho que encontramos sobre a distribuição dos diminutivos no espanhol rioplatense – região que compreende a cidade de Rio Branco/Uruguai –, Resnik (2021) foca no contraste entre -ito e as outras formas iniciadas por vogal, explicitadas anteriormente, não focando em aspectos fonológicos ou morfológicos que regem a distribuição das formas variantes.

Análise do diminutivo no português falado no Uruguai

A metodologia compreende a análise de dados de fala coletados no formato de entrevista semiestruturada com quatro informantes oriundas de Poblado Uruguay, pertencente ao município

10 Dados retirados de Zacarias (2006, p. 85-86).

de Rio Branco e ao departamento de Cerro Largo, no Uruguai. O povoado fica localizado na fronteira com o Brasil, a 30 km da cidade de Jaguarão/BR, e possui menos de 100 habitantes (Uruguay, 2023). Todas as informantes residiam em Rio Branco no momento da entrevista, são bilíngues português/espanhol e têm o *brasileiro* como língua materna, tendo aprendido o *uruguayo* na escola. Além disso, trata-se de informantes com pouca escolarização (variando de 1º ano incompleto até o 6º ano) e, em sua maioria, com idades acima dos 60 anos (apenas uma das informantes tem menos de 40 anos). Segundo os relatos coletados durante as entrevistas, os habitantes do Poblado costumavam utilizar o *brasileiro* para comunicação na família e na comunidade.

(1) Entrevistadora: [...] *Na casa de vocês vocês falavam português?*

Entrevistada: *Sim, falamos tudo brasileiro. A mãe [/] pra minha mãe eu dizia «mãe», pro meu pai chamava por o nome.*

[...]

Entrevistadora: *E com os vizinhos lá vocês falavam português também? Ou era só a família de vocês?*

Entrevistada: *Não, tudo, tudo. Quase tudo lá no Poblado falava brasileiro.*

Após o levantamento dos dados sufixados pelos pares -inho/-zinho ou -ito/-cito e a exclusão de nomes próprios (p. ex. *Ratinho*), garantimos também que não haveria formas com significado predominantemente não composicional, sem interpretação do sufixo (p. ex. *salsinha*), e chegamos a um conjunto de 102 dados, os quais foram classificados de acordo com os critérios explicitados a seguir.

(2) Contexto oracional de ocorrência do dado no diminutivo: *nós compramo um casillero de botellinha pequena.*

Classificação:

- i) informante, codificado por iniciais - ex. GB;
- ii) palavra - ex. *botellinha*;¹¹
- iii) avaliativo - ex. *inho*;
- iv) base - ex. *botella*;
- v) língua da base - ex. *espanhol*;
- vi) segmento terminal da base - ex. *a*;
- vii) número de sílabas da base - ex. 3;
- viii) acento da base - ex. *paroxítono*;
- ix) classe morfológica - ex. *substantivo*;
- x) posição sintática - ex. *adjunto adnominal*.

Os resultados gerais apontam para um espelhamento com o PB em relação às ocorrências de diminutivos: há predominância dos sufixos -inho/-zinho (92,2% – 94/102) em comparação ao sufixo -ito (7,8% – 8/102). Curiosamente, nenhuma base demandou a variante -cito.

Analisando separadamente os pares alternantes, a fim de atestar a regularidade dos usos no português falado no Uruguai, vemos que, entre -inho e -zinho, a primeira forma é a mais utilizada, o que corrobora grande parte das pesquisas sobre o português brasileiro.

Entre os 94 dados que utilizam os sufixos do português, 78 (82,9% - 78/94) são formados com -inho. Todas as bases correspondem a palavras temáticas, sendo 40/78 com a VT -a- (p. ex. *pata* - *patinha*), 37/78 com a VT -o- (p. ex. *quarto* - *quartinho*) e apenas 1/78 dado com a VT -e- (p. ex. *quente* - *quentinha*). A análise do número de sílabas revela que grande parte das bases que

11 Optamos por não lematizar os dados e contabilizar cada uma das ocorrências a partir de informações flexionais (gênero, número) isoladas por termos poucos dados para análise.

selecionam -inho são consideradas palavras curtas na língua, tendo entre duas (57,6% - 45/78) ou três (33,3% - 26/78) sílabas; apenas sete dados são polissilábicos (0,9% - 7/78). Quanto à classe, grande parte dos usos de -inho está em substantivos (80,7% - 63/78).

Por outro lado, dos 94 dados com sufixos do português, 16 formam palavras com -zinho. Esses 16 dados são formados a partir de 9 bases oxítonas (56,2% - 9/16), sejam elas terminadas em ditongo nasal (p. ex. *irmãozinho*), em vogal tônica (p. ex. *gurizinho*) ou em consoante (p. ex. *florzinha*). Há também 7 ocorrências de -zinho em palavras paroxítonas (43,8% - 7/16), todas terminadas pela vogal temática -e-, contexto favorecedor da variação entre os casos de palavras temáticas (p. ex. *noitezinha*), dada a não redundância da informação sobre gênero gramatical, conforme sugerido por Bisol (2010, 2011). Por não termos encontrados casos de -cito, pouco podemos afirmar sobre a distribuição fonológicas das variantes do espanhol.

Os 8 dados formados por -ito, que somam aproximadamente 8% da amostra, foram unidos a palavras temáticas terminadas por -a- (p. ex. *sola* - *solita*) e por -o- (p. ex. *todo* - *todito*), em geral dissilábicas.

Em ambas as línguas, em relação à classe gramatical, no geral predominam os substantivos (74,5% - 76/102) e adjetivos (19,6% - 20/102), com alguns casos de quantificadores (3,9% - 4/102) e advérbios (2% - 2/102). Essas ocorrências referem-se às formas do quantificador *todito(a)* e do advérbio *pertinho*. O sufixo avaliativo -ito/-cito ocorre predominantemente com as formas do quantificador *todo(a)* e com os adjetivos *sola* e *chica*; há apenas uma ocorrência com substantivo (*vecina*).

Antes de passar à apresentação dos resultados dos cruzamentos entre base e sufixo, é importante salientar que a identificação da língua das bases se mostrou, por vezes, desafiadora. Enquanto há bases claramente portuguesas ou espanholas, como,

respectivamente, *perto* / *cerca*, outras, como *boca* e *cama*, são ambíguas. Além disso, há os casos de falsos cognatos, como *churrasco* (em português, uma forma de preparar a carne utilizando brasas; em espanhol, um bife), que nem sempre puderam ser desambiguados pelo contexto. Em alguns casos, recorreremos também a diferenças observadas na pronúncia nas duas línguas, como em *cosinhas* (pronunciada [ko.'si.pes], com consoante sibilante surda e sem ditongo), embora nem sempre isso tenha sido possível (como no caso de *cabeça* – [ka.'be.sɐ] ~ *cabeza* [ka.'be.zɐ]). Assim, sempre que não havia elementos fonético-fonológicos e/ou contextuais suficientes, as bases foram classificadas como “ambas” e tratadas separadamente.

Em bases exclusivas do português, foram utilizadas apenas as variantes -inho ou -zinho (p. ex. *cavalo* - *cavalinho*, *irmão* - *irmãozinho*), sem cruzamentos entre as duas línguas (100% - 44/44).

Quadro 3 – Bases do português + -(z)inho e frequências respectivas

arrumadinho (3)	baixinha (1)	bocadinho (1)	bolinhos (1)	bonecrinhas (1)
bonecrinho (1)	bonecrinhos (1)	caladinha (1)	calçadinho (1)	canequinho (1)
cavalinho (1)	cavalinhos (1)	caxinha (1)	caxinhas (1)	churrasquinho (1)
novinha (1)	oinho (1)	ossinho (1)	pecinha (2)	pedacinho (2)
pedrinha (1)	pegadinha (3)	pequenini- nho (1)	pequenini- nhos (1)	pertinho (1)
pertinho (1)	piquininhas (1)	piquinininha (1)	quartinho (2)	quentinha (1)
sabuguinhos (1)	tamanquinha (2)	tampinha (1)	tampinhas (1)	ternerinho (1)
veinho (1)				

Fonte: elaboração própria

Por outro lado, espelhando o sistema gramatical do espanhol, obtivemos 8 ocorrências com o sufixo -ito; 2 delas, contudo, estavam em sequências produzidas por completo em língua espanhola, uma delas em discurso reportado.

(3) a) *Todo así, eh? Cuando era chiquita.*

b) “*Oh vecinita*”, ele diz.

Entre as demais 6 ocorrências, temos apenas flexões dos itens *todo* e *solo*, que podem estar lexicalizados no repertório linguístico dessa comunidade. Corrobora essa hipótese o fato de que a forma *todinho(a)(s)* não ocorre nenhuma vez no *corpus* analisado.

Quadro 4 – Bases do espanhol + -(c)ito e frequências respectivas

chiquita (1)	solita (2)	vecinita (1)
--------------	------------	--------------

Fonte: elaboração própria

Interessantemente, os dados revelam, ainda, que há 12 bases do espanhol com o sufixo diminutivo do português, mas não há nenhuma base do português com sufixo do espanhol. Devido à sua aplicabilidade maior a padrões mais frequentes da língua, como palavras paroxítonas, todas as ocorrências do Quadro 5 referem-se ao uso de -inho:

Quadro 5 - Bases do espanhol + -(z)inho e frequência respectiva

barranquinha (1)	botellinha (1)	chorrinho (1)	cosinhas (1)	cuñinha (2)
frasquinho (2)	pezunhinha (1)	piolinha (1)	cuadrinho (2)	

Fonte: elaboração própria

No contexto de bases potencialmente pertencentes a ambas as línguas (ex. *boca – boquinha*), houve também predominância do sufixo -inho (87,5% – 28/32) em relação a -ito (12,5% – 4/32).

Quadro 6 – Bases ambíguas e frequências respectivas

-(Z)INHO				
boquinha (1)	cabecinha (1)	caminha (3)	camisinha (1)	casinha (1)
casinhas (1)	florzinhas (1)	frasquinho (1)	fresquinha (1)	grandizinha (1)
gurizinho (3)	ladinho (1)	patinha (1)	piquetezinho (1)	poquinha (1)
pouquinho (3)	ropinha (1)	separadinho (1)	tirinha (1)	tortinhas (1)
trapinho (1)	tubinho (1)			
-(C)ITO				
todita (1)		todito (3)		

Fonte: elaboração própria

A observação do comportamento individual de cada informante revela que a mais jovem utilizou apenas os avaliativos do português (100% - 2/2), enquanto as informantes mais velhas utilizaram os avaliativos -ito/-cito pelo menos uma vez (3,8% - 1/26; 16% - 4/25; 6,1% - 3/49) e -inho/-zinho em todas as demais ocorrências. Além disso, as três utilizaram bases do espanhol com os sufixos avaliativos -inho/-zinho. Também ocorre, nos dados da informante mais velha, o uso seja da forma em português, seja da forma em espanhol: *solita* ~ *sozinha*; *chiquita* ~ *piquininhas*.

Tomados em conjunto, os resultados apontam para uma gramática com características predominantemente brasileiras, corroborando estudos anteriores sobre essa variedade. Não só há predominância absoluta dos sufixos avaliativos portugueses -inho/-zinho, como o uso de -ito/-cito, nessa variedade, parece restrito a alguns poucos itens possivelmente lexicalizados, o que é esperado considerando o amplo reconhecimento da influência do espanhol sobre essas variedades no nível lexical. O fato de os sufixos -inho/-zinho serem amplamente aplicados a bases do espanhol (mas não o contrário) reforça essa percepção.

Dada a alta produtividade desses sufixos, realizamos também um levantamento qualitativo do uso dos avaliativos -inho/-zinho e -ito/-cito em algumas fontes disponíveis na literatura sobre o português falado no Uruguai. Para isso, consultamos o *corpus* transcrito e disponibilizado como anexo na tese de doutoramento de Bottaro (2009), que realizou entrevistas com 37 informantes de ambos os sexos, diferentes idades e perfis socioeconômicos, na cidade de Rivera/UY. Além disso, consultamos as transcrições das receitas culinárias compiladas na obra *Na frontera nós fizemo assim* (Behares; Díaz; Holzmann, 2004), que abrangeu 29 informantes de diferentes idades e níveis de escolarização em 9 localidades dos departamentos de Artigas e Rivera, no Uruguai. Dessa, foram desconsideradas as entrevistas concedidas integralmente em espanhol. Ainda que, diferentemente do *corpus* analisado em detalhe neste trabalho, não tenhamos controle sobre algumas variáveis (como, por exemplo, se os informantes têm o português como língua materna), acreditamos que a comparação é válida e pode auxiliar na compreensão dessas variedades.

A consulta aos materiais mencionados resultou num total de 217 ocorrências envolvendo os sufixos avaliativos -inho/-inho e -ito/-cito. Assim como nos dados do *corpus*, as ocorrências de -inho/-zinho são muito mais numerosas: 202 contra 15. Também de forma semelhante aos achados do *corpus*, os avaliativos -ito/-cito ligam-se quase exclusivamente a bases do espanhol; encontramos apenas duas ocorrências com base portuguesa.

Quadro 7 – Ocorrências de -ito/-cito nos materiais consultados

BASES ESPANHOLAS				
cascarita (1)	chiquita (1)	chiquito (1)	cucharita (1)	espesita (1)
livianita (1)	moñita (1)	pironcito (2)	solita (1)	solito (1)
BASE PORTUGUESA				
cuzidito (2)				
BASE AMBÍGUA				
poquito (2)				

Fonte: elaboração própria com base em Bottaro, 2009; Behares, Díaz, Holzmann, 2004.

Do mesmo modo, o emprego dos sufixos avaliativos portugueses com bases espanholas mostrou-se bastante produtivo, abrangendo substantivos, adjetivos, advérbios e, também, participípios.

Quadro 8 - Bases do espanhol + -(z)inho nos materiais consultados

amasadinha (1)	blandinho/a (4)	bollinho (1)	chorizinho (1)	despacinho (2)
dulcezinha (1)	estiradinha (1)	golpeadinho/a (2)	gurisinha (1)	juguinho (1)
livianinha (1)	minudinho (1)	pironzinho (1)	polvoriadinha (1)	pucherinho (1)
cuadrinho (1)	revolcadinha (1)	sancochadinho (1)	tuquinho (3)	

Fonte: elaboração própria com base em Bottaro, 2009; Behares, Díaz, Holzmann, 2004.

Considerações finais

Este trabalho tratou da distribuição dos sufixos avaliativos -inho/-zinho, do português, e -ito/-cito, do espanhol, a partir de dados do português falado no Uruguai como língua materna.

Consideramos cumpridos os objetivos de: i) mapear traços do contato linguístico no uso de avaliativos do português e do espanhol, dado o alto grau de produtividade desses sufixos em ambas as línguas; ii) investigar as propriedades de distribuição dos sufixos -inho/-zinho e -ito/-cito em comparação a pesquisas referentes ao português brasileiro e ao espanhol; iii) avançar na compreensão da natureza do português falado no Uruguai como língua materna.

Como próximos passos da investigação, pretendemos analisar o uso dos sufixos avaliativos -inho/-zinho e -ito/-cito na fala dos brasileiros residentes na fronteira com o Uruguai, a partir do *corpus* do banco de dados COLORES (Contato Linguístico Oral da Região Extremo Sul), atualmente em fase de constituição. O banco tem sua metodologia estabelecida com base nos dados do INE, do IBGE e do SEBRAE-RS para a região, e apresenta estratificação em sexo (2: feminino; masculino), faixa etária (2: 25-39; 40-59; mais de 60 anos) e escolaridade (3: até 4 anos; 5-9; mais de 10 anos), totalizando 9 células com margem de 3 a 5 informantes cada, totalizando um mínimo de 54 e um máximo de 90 participantes. Além disso, busca representar diferentes zonas das cidades na seleção dos participantes, com cada célula social sendo preenchida minimamente por um morador da zona central, um da periferia e um de área rural, quilombola ou residente em Rio Branco e falante de português como língua materna.

Com isso, será possível estabelecer uma comparação com os resultados aqui reportados e, também, investigar de forma mais aprofundada os efeitos do contato linguístico entre português e espanhol na região fronteira de Jaguarão/BR e Rio Branco/UY. Desse modo, um trabalho dessa natureza pode trazer não apenas contribuições empíricas, mas também contribuições teóricas, uma vez que processos morfológicos de formação de palavras, sejam concatenativos, como derivação, composição e avaliação, sejam não concatenativos, como siglagem, truncamento ou cruzamento vocabular, não são amplamente explorados em trabalhos de contato linguístico, que tendem a privilegiar a morfologia

flexional e a interface entre morfologia e sintaxe. Uma comparação entre os resultados desse trabalho – focado em uma variedade de português falado no Uruguai como língua materna – e dados do português brasileiro falado na região de fronteira com o Uruguai pode ajudar a elucidar a natureza do português falado no Uruguai, conforme discutimos na introdução deste trabalho.

Evaluative morphology in Portuguese in Uruguay

ABSTRACT: This paper addresses the distribution of the evaluative suffixes -inho/-zinho from Portuguese and -ito/-cito from Spanish, on data from Portuguese spoken in Uruguay, a variety whose grammar presents Brazilian characteristics (Carvalho, 2003; Simioni, 2021) and its own characteristics (Carvalho; Bessett, 2015; Gasque; Chaves; Simioni, 2018), in addition to a strong influence from Spanish, especially at the lexical level. Given the high productivity and regular distribution of these suffixes, we intend to map traces of linguistic contact and investigate their distributional properties in the Portuguese spoken in Uruguay. The methodology comprises the analysis of speech data collected through semi-structured interviews with four informants from Poblado Uruguay - Rio Branco/Uruguay. The 102 instances with the pairs -inho/-zinho or -ito/-cito were classified according to structural aspects, as well as the base language. The results point to a greater alignment with Portuguese: there is a predominance of the suffixes -inho/-zinho (92.2% – 94/102) compared to the suffix -ito (7.8% – 8/102). In the context of roots belonging to both languages (e.g., boca - boquinha), there was also a predominance of the suffix -inho (87.5% – 28/32) over -ito (12.5% – 4/32). The data also reveal that there are 12 Spanish roots with a Portuguese diminutive suffix (e.g., botellinha), but there are no Portuguese roots with a Spanish suffix. For comparison purposes, these evaluatives were also observed in other available data sources on the variety. The results corroborate previous work that points to the presence of a Brazilian grammar.

KEYWORDS: evaluative morphology; Portuguese spoken in Uruguay; language contact.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. Derivações em -inho e o caso da soante palatal /ɲ/. *Revista Diadorim*. Número especial, 2013.

ALMEIDA, Anna Carolina de Oliveira. *Diminutivos no português brasileiro: alternância condicionada por fatores morfofonológicos e prosódicos*. 2023. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *A relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática da formação de palavras*. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-11092015-161137/publico/2015_PaulaRobertaGabbaiArmelin_VCorr.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

BACHRACH, Asaf; WAGNER, Michael. Syntactically Driven Cyclicity vs. Output-Output

Correspondence: The Case of Adjunction in Diminutive Morphology. In: U. Penn Working

Papers in Linguistics, [S. l.], v. 10.1, 2007.

BEHARES, Luis Ernesto. Português del Uruguay y educación fronteriza. In: BROVETTO, Claudia; GEYMONAT, Javier; BRIAN, Nicolás. (org.) *Portugués del Uruguay y educación bilingüe*. Montevideo: Anep, 2007. p. 99-171.

BEHARES, Luis Ernesto; DÍAZ, Carlos Ernesto; HOLZMANN, Gerardo. *Na fronteira nós fizemo assim: Língua y Cocina en el Uruguay fronterizo*. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004.

BISOL, Leda. O diminutivo e suas demandas. *Revista Delta*, v. 26 n. 1, p. 59-85, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/19967/14863>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BISOL, Leda. O diminutivo e suas demandas, uma versão revisada. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, edição especial n. 5, p. 80-98, 2011. Disponível em: <https://www.revel.inf>

br/files/artigos/revel_esp_5_o_diminutivo_e_suas_demandas.pdf. Acesso em: 03 fev. 2026.

BOTTARO, Silvia Ethel Gutiérrez. *O sujeito pronominal no português uruguaio da região fronteira Brasil-Uruguai*. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Línguas Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-01092010-143318/pt-br.php>. Acesso em: 09 fev. 2026.

BOTTARO, Silvia Ethel Gutiérrez. Actitudes lingüísticas en el portugués uruguayo: marcas de una identidad. *Revista SURES*, n. 10, p. 107-20, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/729/718>. Acesso em: 09 fev. 2026.

CARVALHO, Ana Maria. Rumo a uma definição do português uruguaio. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 1, n. 1, p. 125-49, 2003.

CARVALHO, Ana Maria; BESSETT, Ryan. Subject pronoun expression in Spanish in contact with Portuguese. In: CARVALHO, Ana Maria; OROZCO, Rafael; SHIN, Naomi Lapidus. (org.). *Subject pronoun expression in Spanish: A cross-dialectal perspective*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 2015. p. 143-66.

COLINA, Sonia. Diminutives in Spanish: a morpho-phonological account. *Southwest Journal of Linguistics*, v. 22, n. 2, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de

Janeiro: Nova Fronteira. 2010.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses en el Uruguay*. Montevideo: UdelAR, 1979.

ELIZAINCÍN, Adolfo; BEHARES, Luís Ernesto; BARRIOS, Graciela. *Nós falemo brasileiro: Dialectos Portugueses en Uruguay*. Montevideo: Amesur, 1987.

FREITAS, Myrian Azevedo de; BARBOSA, Maria Fernanda. A alternância do diminutivo -inho/-zinho no português brasileiro: um enfoque variacionista. *Revista Alfa*, São Paulo, vol. 57, n. 2, p. 577-605, 2013.

GASQUE, Karoline; CHAVES, Lurian; SIMIONI, Leonor. Sujeitos nulos no português de Poblado Uruguay. *PAPIA*, v. 28, n. 1, p. 7-24, 2018.

GAU DE MELLO, Alejandro; CUSTODIO, Carla. Preconcepto y Estigma Lingüístico: El Portuñol como Espacio para la Discusión. *Lenguas en contexto*, Puebla, n. 7, p. 45-52, 2016. Disponível em: <https://www.facultaddelenguas.com/lencontexto/revista7>. Acesso em: 09 fev. 2026.

GRANDI, Nicola. Renewal and Innovation in the Emergence of Indo-European Evaluative Morphology. *Lexis*, v. 6, p. 6-25, 2011.

HARRIS, James. *Syllable structure and stress in Spanish: a nonlinear analysis*. Cambridge: MIT, 1983.

KÖRTVÉLYESSY, Livia. *Evaluative Morphology and Language Universals*. In: GRANDI, Nicola; KÖRTVÉLYESSY, Livia. *Edinburgh Handbook of Evaluative Morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015. p. 61-73.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 97-195, 1968.

LEE, Seung-Hwa. Morfologia e fonologia lexical do Português do Brasil. 1995. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LEE, Seung-Hwa. Interface fonologia-morfologia: diminutivos no PB. *Diadorim*, n. especial, p. 113-125, 2013. Disponível em: <https://revistas.uff.br/index.php/diadorim/article/view/4009>. Acesso em: 09 fev. 2026.

MADEIRA, Marilza. “Eu te vou dizê” como é a colocação dos clíticos no português uruguaio. 2018. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e suas respectivas Literaturas) – Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/e15fe594-2770-4b79-a13c-4af7db160629>. Acesso em: 09 fev. 2026.

MARTÍN CALVO, Rafael. Evaluative Morphology: Conditions and Properties of Evaluative Forms Obtained by Affixation. In: DREI-JERS, Guntars; DUBOVA, Agnese; VECKRĀCIS, Jānis. *Bridging Languages and Cultures*. Linguistics, Translation Studies and Intercultural Communication. Berlin: Frank & Timme, 2019. p. 133-151.

MAZZAFERRO, Gabriela Tornquist, SIMIONI, Leonor; ULRICH, Camila Witt. O português fronteiriço de Jaguarão/BR e Rio Branco/UY: mapeamento de estudos linguísticos descritivos. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 25 n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/100456>. Acesso em: 09 de fev. de 2026.

MENUZZI, Sérgio. *On the Prosody of the Diminutive Alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese*. Manuscript. HIL/Leiden University, 1993.

MORENO, Cláudio. *Os Diminutivos em -inho e -zinho e a Delimitação do Vocabulo Nominal no Português*. 1977. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

MUNIZ, Samantha Cuello. “Nas casa sempre em brasileiro”: o preenchimento de sujeitos e objetos no PU de Poblado Uruguay. 2017. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e suas respectivas Literaturas) – Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/62cc5ac4-37bc-4553-bcf-4-c1191e8faded>. Acesso em: 09 fev. 2026.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). Libro de estilo de la lengua española [en línea]. Disponível em: <https://www.rae.es/libro-estilo-lengua-espanola/diminutivos>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RESNIK, Gabriela. Los diminutivos lexicalizados en el español rioplatense. In: PERASSI, Maria Laura; TAPIE KWIECIEN, Martín (ed.) *Palabras como puentes: estudios lexicológicos, lexicográficos, y terminológicos desde el cono sur*, 2021. p. 231-251.

RIO-TORTO, Graça. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. 1993. 977 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

RONA, José Pedro. El dialecto “fronterizo” del norte del Uruguay. Montevideo: Adolfo Linardi, 1965.

SANTOS, Agenor Gonzaga dos; COELHO, Sueli Maria. Uma reflexão acerca do emprego do sufixo diminutivo no português do Brasil. *Revista Alpha*, Pato de Minas, v. 9, n. 9, p. 149-157, 2008. Disponível em: https://www.letras.ufmg.br/labval/pdf/reflexao_acerca_do_sufixo.pdf. Acesso em: 06 fev. 2026.

SCALISE, Sergio. *Generative Morphology*. Dordrecht: Foris, 1984.

SIMIONI, Leonor. A realização de sujeitos e objetos pronominais no português uruguaio. *Fórum linguístico*, v. 16, n. 1, p. 3601-3611, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n1p3601>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SIMIONI, Leonor. Sujeitos pronominais no português uruguaio e no português brasileiro: sincronia e diacronia. In: BÉRTOLA, Cecília; OGGIANI, Carolina; POLAKOF, Ana Clara (org.). *Estudios de lengua y gramática*. Montevideo: Universidad de la República, 2021. p. 119-29.

SIMIONI, Taíse; SCHWINDT, Luiz Carlos. O sufixo -inhv/-zinhv e as palavras paroxítonas terminadas em vogal em português brasileiro. *Estudos linguísticos e literários*, n. 61, p. 70-84, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/262518/001170718.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 de fev. 2026.

SOUZA, Érika da Silva. *A variação entre os sufixos avaliativos -inh-/-zinh- em paroxítonas temáticas*. 2025. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa) – Fundação Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/a71085cd-c069-474c-ab2e-f3eba8dc9354>. Acesso em: 09 fev. 2026.

TEIXEIRA, Taíze Winkelmann. *A forma e o uso dos sufixos -inho e -zinho em variedades do português do sul do Brasil*. 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

URUGUAY. INE. Censo de población, hogares y viviendas. 2023.

VILLALVA, Alina. *Estruturas Morfológicas: Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, 1994. 399f.

VILLALVA, Alina. *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: FCT e FCG, 2000.

VILLALVA, Alina. *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008. 219 f.

ZACARÍAS, Ramon. Formación de diminutivos com el sufijo /-it-/: una propuesta desde la Morfología Natural. *Anuario de Letras*, vol. 44, p. 77-103, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2904275>. Acesso em: 08 de fev. De 2026.

PROCESSOS COGNITIVOS E INTERACIONAIS EM USOS DA CONSTRUÇÃO GRADUADORA DE CAUSA-EFEITO COM INTENSIFICADOR

Edvaldo Balduino Bispo¹

Tiago Caian²

RESUMO : Neste artigo, analisamos processos cognitivos e interacionais subjacentes à construção graduadora de causa-efeito com intensificador (CGCEI), um padrão linguístico que licencia usos como *esgotados de tanto trabalhar*, *ridículo de tão fácil e rouca de tanto cantar*. Baseamo-nos em pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (Cunha; Bispo, 2013, 2023), articulando conceitos da Gramática de Construções (Goldberg, 1995) e da Linguística Cognitiva (Lakoff; Johnson, 1980). Metodologicamente, procedemos a uma análise qualiquantitativa de 444 ocorrências da CGCEI, extraídas do *Corpus do Português* (amostra NOW). Cognitivamente, os resultados revelam que a construção em foco é modelada por operações metafóricas e metonímicas baseadas em *frames* de EXPERIÊNCIAS IMPACTANTES. Além disso, os dados evidenciam que a CGCEI é perspectivada a partir da noção de efeito como ponto de vantagem sobre a noção de causa. Pragmaticamente, os resultados apontam para a atuação de inferência sugerida e de (inter)subjetividade em instâncias da construção, com fins de atingir efeitos discursivos diversos.

Palavras-chave: graduação; construção; processos cognitivos; aspectos interacionais; Linguística Funcional Centrada no Uso.

1 Professor Associado do Departamento de Letras da UFRN e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL/UFRN).

2 Professor de Língua Portuguesa da Educação Básica da Rede Estadual do Rio Grande do Norte e da Rede Municipal de Natal-RN. Doutorando em Estudos da Linguagem (PPgEL/UFRN).

Introdução

Neste artigo, voltamos nossa atenção para uma estratégia de intensificação assentada na relação de causa-efeito ou, mais precisamente, efeito-causa. Trata-se de um tipo semântico de graduação, nos termos de Silva (2014). Segundo o autor, a intensificação corresponde “ao incremento semântico aplicado a um(a) determinado(a) conteúdo/noção para além de sua concepção normal ou já graduada” (Silva, 2014, p. 26). É o que podemos verificar nos trechos destacados nos excertos em (1) e (2):

(1) Aliás, por que fazer uma HQ? Por que não foi direto para uma animação, como no seu teaser? # Semanas: Antes de começar o processo do livro, eu tinha acabado de participar de um projeto de episódio piloto para o projeto Anna Bee, juntamos um grupo de artistas em uma casa para tocar o piloto, passamos 6 meses trabalhando dia e noite para fazer 11 minutos de animação. No fim do processo eu e a equipe nos sentimos **esgotados de tanto trabalhar**. Foi daí que me veio uma vontade de explorar outros jeitos de contar histórias, algo que não precisasse de tanto investimento de grana, energia e equipe (Davies, 2018).

(2) Bloodborne: saiba como enfrentar o temível chefe O Renascido #Aprenda a eliminar o penúltimo chefe obrigatório do game, e uma das criaturas mais temidas de toda a trama. # COMENTÁRIO: Kaciusblack # 2015-05-26T08: 31: 16 # Temível é um pouco demais, não acham? Esse boss chega a ser **ridículo de tão fácil** (Davies, 2018).

No excerto em (1), no que se explicita o trabalho implicado na produção de uma *animação*, o escrevente destaca o quão custoso é esse processo (*juntamos um grupo de artistas, passamos 6 meses trabalhando dia e noite*). Finaliza indicando o estado em que ficaram ele e os membros da equipe envolvida. Para tanto, mobiliza o agrupamento *esgotados de tanto trabalhar*, por meio do qual encarece o conteúdo veiculado por *trabalhar*. O trecho em

(2), por sua vez, traz comentários de jogadores sobre um game online (Bloodborne), mais particularmente sobre um personagem oponente a ser vencido, O *Renascido*, considerado por um dos jogadores como “uma das criaturas mais temíveis de toda a trama”, destacando o quão difícil é enfrentá-lo. O outro jogador, por não considerar a tarefa difícil, mas, ao contrário, bastante simples, usa a expressão *ridículo de tão fácil* para intensificar a ideia de facilidade associada ao enfrentamento do personagem.

As expressões de valor intensivo destacadas em (1) e em (2) apresentam um arranjo sintagmático tal que a intensificação de um dado conteúdo se dá por meio da relação causa-efeito, com a especificidade de a codificação do efeito preceder a expressão da causa. Em (1), indica-se que o trabalho realizado pelas pessoas envolvidas na produção da animação foi tão intenso (causa) que resultou no esgotamento dessas pessoas (efeito). No caso de (2), de maneira similar, destaca-se que “o Renascido” é tão fácil de vencer (causa) que o torna um oponente ridículo (consequência). Além dos elementos que codificam efeito e causa, ocorre um intensificador (*tão, tanto/tanta*), precedido da preposição DE. Acompanhando Assis Silva (2024), nós a denominamos construção graduadora de causa-efeito com intensificador (CGCEI), representada formalmente por $[X_{\text{EFEITO}} \text{ DE } Y_{\text{INTENS}} \text{ Z}_{\text{CAUSA}}]_{\text{GRAD}}$ ³.

O objetivo geral deste empreendimento é examinar a atuação de processos cognitivos e interacionais em instâncias de uso da CGCEI. Em termos específicos, pretendemos: i) mapear e explicitar tais processos; ii) explicar de que modo eles operam nos usos da construção aqui focalizada.

Este artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdutória. A seção seguinte traz a caracterização da perspectiva teórica que sustenta a investigação, com a definição dos conceitos operacionais mobilizados. Na terceira seção, são explicitados os

3 Cf. Bispo e Caian (2024) para verificar a análise de aspectos formais e semânticos da CGCEI.

aspectos metodológicos. As duas seções subsequentes voltam-se à análise de ocorrências de uso da CGCEI, focalizando, respectivamente, fatores cognitivos e interacionais implicados. As considerações finais encerram o artigo, sumarizando os achados das discussões.

Bases teóricas

As discussões feitas neste artigo ancoram-se teoricamente na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), nos termos de Cunha e Bispo (2013, 2023). Segundo Bispo e Lopes (2022), essa recente tendência resulta da aproximação da vertente norte-americana do Funcionalismo Linguístico com a Linguística Cognitiva e, mais particularmente, com a Gramática de Construções. Assentada nas premissas da Linguística Funcional (LF) de inspiração givoniana, a LFCU defende a estreita relação entre expressão e conteúdo nas línguas naturais (Givón, 1984). Assume que os padrões linguísticos são forjados e se organizam na construção de enunciados e textos, de modo a atender a contingências das práticas sociais situadas.

Nesse cenário teórico, a língua é concebida como uma estrutura fluida, maleável, um sistema adaptativo complexo (Du Bois, 1985; Bybee, 2010), sujeito a demandas cognitivas e interacionais. Consiste, pois, em um sistema dinâmico, uma vez que resulta da adaptação de habilidades cognitivas humanas a eventos comunicativos específicos, sócio-histórica e culturalmente situados, e se desenvolve com base na recorrência de tais eventos. A gramática, por sua vez, compreende um conjunto de padrões linguísticos regulares, relativamente estáveis, e de outros que emergem e se regularizam (Martelotta, 2011). Resulta da rotinização e fixação de estratégias discursivas recorrentes e bem-sucedidas comunicativamente (Givón, 1979; Bybee, 2010), de modo que gramática e uso são interdependentes.

Para essa perspectiva teórica, papel crucial desempenha a cognição na constituição da gramática e no funcionamento dos sistemas linguísticos. Com efeito, acompanhando a visão cognitivista, a LFCU sustenta que a língua está assentada em processos cognitivos gerais, os quais não se restringem à língua. Segundo Bybee (2010), o sistema linguístico resulta da atuação de processos cognitivos de domínio geral, como nossa capacidade de categorizar, estabelecer relações, armazenar e automatizar informações, reunir unidades simples em expressões complexas e operar em níveis locais e globais. Ainda de acordo com a linguista, tais processos entram em jogo em todas as instâncias de uso da língua e seu uso repetido impacta a representação cognitiva da linguagem. Conforme pontua Martelotta (2011), esses fatores de ordem cognitiva só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural.

Desse modo, a língua deve ser analisada em seus usos efetivos, visto que é *no* e *pelo* uso que o sistema linguístico se configura. Envolve considerar a maleabilidade das estruturas linguísticas e os diversos fatores internos e externos à língua que a circunstanciam: estruturais, semânticos, cognitivos, sociocomunicativos e culturais.

A relação motivada entre expressão e conteúdo é pedra de toque às investigações funcionalistas e caracteriza o princípio de iconicidade. Por meio dele, examina-se em que medida a codificação linguística reflete aspectos da função, em termos de quantidade, integração e ordenação. Implica, assim, gradiência entre transparência e opacidade.

Na perspectiva funcional-construcionista, implicada na LFCU, as unidades linguísticas que constituem a gramática são vistas como esquemas simbólicos ou *construções*, pareamentos convencionalizados de forma e função (Goldberg, 1995). A *construção* tem natureza cognitiva e representa uma abstração resultante da generalização de instâncias de uso de elementos

linguísticos em contextos interacionais específicos (Cunha; Bispo, 2019; Bispo; Souza; Mendes, 2026). Assim, por exemplo, ao experienciar expressões como *rouco de tanto gritar*, *chorar de tanta emoção*, *cansada de tanto descaso*, *desaparece de tão discreta*, *ridículas de tão fácil*, o falante chegaria à generalização do padrão esquemático [X_{EFEITO} DE Y_{INTENS} Z_{CAUSA}], aqui focalizado.

Croft (2001) representa a construção por meio do elo simbólico entre duas dimensões: a da forma e a do significado (função). À primeira correspondem propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas. A função compreende as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais, incluindo todos os aspectos interacionais que circunstanciam o uso linguístico.

Para a análise do padrão linguístico aqui investigado, consideramos processos cognitivos e estruturas conceituais subjacentes a suas instâncias de uso, além de fatores de ordem semântica e pragmática. Nessa direção, mobilizamos as projeções conceituais (metafóricas e metonímicas), a noção de *frame*, a perspectivação, a iconicidade, a inferência pragmática e a (inter)subjetividade. Esses processos têm papel relevante na construção do sentido instaurado pelos usos da CGCEI.

Segundo Lakoff e Johnson (1999), a metáfora é compreendida como uma operação cognitiva que envolve mapeamento entre domínios conceituais. Nesse processo, noções de um domínio são projetadas em outro, como é o caso do tempo, que é conceptualizado em termos de espaço, de que resultam expressões como “daqui em diante”, “três meses atrás” e “dentro de algumas semanas”.

A metonímia, por sua vez, constitui um mapeamento dentro de um mesmo domínio conceitual (Lakoff; Turner, 1989). Consiste em um processo cognitivo por meio do qual se consegue chegar a uma entidade conceitual com base em outra de mesmo domínio, via contiguidade. As relações de contiguidade em que se baseiam os diferentes tipos de metonímia são várias, incluindo sentidos diversos: o espacial, o temporal, o causal, o conceptual, entre

outros. São tradicionalmente expressas por “continente pelo conteúdo” (“O prato parece muito apetitoso”), “causa pelo efeito” (“A nuvem pesada deixou preocupados os moradores das grandes áreas urbanas”), “instrumento pelo agente que o utiliza ou pela atividade com ele praticada”, “parte pelo todo” (“Há muita gente sem teto”) etc. e o inverso de algumas dessas relações (Silva, 1997).

A noção de *frame* se refere a uma das formas de organização cognitiva de nossas experiências com o mundo biofísico e social. Segundo Fillmore (1985, p. 224), a informação semanticamente relevante é esquematizada em frames interpretativos, os quais são uma “organização particular do conhecimento que se coloca como um pré-requisito à nossa habilidade de entender o significado das palavras associadas”. Desse modo, um *frame* pressupõe cenários, participantes, ações rotineiras e modos de dizer que compõem um dado evento.

Relativamente à perspectivação, ela diz respeito ao direcionamento da atenção sobre um evento referencial ou uma situação, isto é, tem relação com a focalização de aspectos específicos de uma cena (Tomasello, 1998). Ao reportar um determinado evento ou descrever uma dada situação, por exemplo, o falante/escrevente escolhe um elemento particular como ponto de vista a partir do qual esse evento/situação é comunicado/a. Desse modo, a perspectivação envolve propósitos comunicativos e se relaciona diretamente a usos subjetivos e intersubjetivos da língua.

Conforme Traugott e Dasher (2002), a subjetividade compreende uma atitude pela qual os falantes tendem a demonstrar e codificar suas perspectivas e ideias advindas das trocas interacionais, com vistas ao alcance de determinados fins comunicativos. A intersubjetividade, por sua vez, relaciona-se à consideração do(s) parceiro(s) da interação na codificação linguística. Envolve a expressão da atitude do falante em relação ao ouvinte, estratégias de negociação de sentido, de preservação da face, de monitoramento de ações e reações, de aproximação/distanciamento entre

os parceiros no processo comunicativo (Schiffrin, 1990; Traugott; Dasher, 2002).

Por fim, a inferência pragmática refere-se ao processo intersubjetivo em que o falante, ao empregar uma dada expressão linguística, conta com a colaboração do ouvinte para apreender o significado pretendido. Relaciona-se às necessidades comunicativas dos falantes e motiva a criação de novos pares de forma-sentido, à medida que os atos comunicativos realizados exigem a interpretação de um determinado padrão linguístico de um modo particular.

Caracterizados os processos cognitivos e semântico-pragmáticos que servirão como parâmetro à análise dos construtos da CGCEI, passamos ao detalhamento da metodologia.

Metodologia

Empregamos um raciocínio que combina elementos dedutivos e indutivos, referido como método abdutivo (Givón, 1995). A dimensão dedutiva se manifesta na aplicação de categorias e pressupostos teóricos já consolidados pela LFCU na análise de dados, enquanto a dimensão indutiva emerge da observação atenta e pormenorizada de instâncias de uso da língua, permitindo a identificação de tendências funcionais do fenômeno examinado.

Desenvolvemos uma pesquisa de natureza predominantemente qualitativa com suporte quantitativo (Silva, 2004; Marconi; Lakatos, 2010). O viés qualitativo se deve ao exame de propriedades funcionais da construção investigada, em termos cognitivos e interacionais. O aspecto quantitativo relaciona-se à mensuração dos frames acionados nos usos da CGCEI. Do ponto de vista dos objetivos, realizamos um trabalho descritivo-interpretativista (Marconi; Lakatos, 2010). A natureza descritiva consiste na exploração e caracterização de propriedades cognitivas e pragmáticas do fenômeno examinado. A natureza interpretativista decorre

da discussão detida da atuação de processos cognitivos e interacionais nas instâncias da construção graduadora em estudo.

Para a composição da amostra de dados desta pesquisa, recorreremos ao *Corpus do Português – NOW* (CdP - NOW)⁴ (Davies, 2018). Justificamos a escolha deste banco de dados pela sua abrangência, que permite acessar um vasto conjunto de instâncias de uso do português, derivados de textos coletados na *internet* entre os anos de 2012 e 2019.

Selecionamos as ocorrências linguísticas correspondentes ao objeto de estudo mediante busca dos seguintes padrões morfofossintáticos, consonantes com Assis Silva (2024) e Bispo e Caian (2024): *SV de tanto SN*, *SV de tanta SN*, *SV de tanto SV*, *SV de tão SA*, *SV de tanto SP*, *SV de tanto SAdv*, *SA de tanto SN*, *SA de tanta SN*, *SA de tanto SV*, *SA de tão SA*, *SA de tanto SP* e *SA de tanto SAdv*.

O rastreamento de tais padrões ocorreu com base em sintaxe específica, aplicável à ferramenta de busca do CdP - NOW. Nesse caso, buscamos a classe morfológica que constitui o núcleo do sintagma em foco. Assim, para SV, busca-se VERB (verbo); para SN, NOUN (substantivo); para SA, ADJ (adjetivo); para SAdv, ADV (advérbio); para SP, PREP (preposição). O pareamento da sintaxe de busca no CdP – NOW com os padrões morfofossintáticos focalizados pode ser visto no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Correspondência entre padrões construcionais buscados e sintaxe para busca de padrões no CdP – NOW

PADRÃO MORFOSSINTÁTICO BUSCADO	SINTAXE PARA BUSCA DE PADRÕES NO CdP – NOW
SV de tanto SN	VERB de tanto NOUN
SV de tanta SN	VERB de tanta NOUN

4 Acesso disponível em: Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>.

SV de tanto SV	VERB de tanto VERB
SV de tão SAdj	VERB de tão ADJ
SV de tanto SAdv	VERB de tanto ADV
SV de tanto SP	VERB de tanto PREP
SAdj de tanto SN	ADJ de tanto NOUN
SAdj de tanta SN	ADJ de tanta NOUN
SAdj de tanto SV	ADJ de tanto VERB
SAdj de tão SAdj	ADJ de tão ADJ
SAdj de tanto SAdv	ADJ de tanto ADV
SAdj de tanto SP	ADJ de tanto PREP

Fonte: Adaptado de Assis Silva, 2024, p. 62.

Com a busca, verificamos a instanciación de quase todos os padrões em tela à exceção daqueles que comportam SAdv e SP. Assim, foram identificados na amostra 8 padrões morfossintáticos: *SV de tanto SN*, *SV de tanta SN*, *SV de tanto SV*, *SV de tão SA*, *SA de tanto SN*, *SA de tanta SN*, *SA de tanto SV*, *SA de tão SA*.

Haja vista a grande extensão do CdP-NOW, coletamos dados pela seleção de *tokens* atrelados às 100 primeiras entradas-*type* de cada padrão morfossintático buscado. As instâncias foram selecionadas com base em dois critérios: veicularem grau intensivo a partir da relação de efeito-causa⁵ e serem construtos do Português Brasileiro (PB). Como resultado, obtivemos 444 dados, os quais compõem nossa amostra. Na Tabela 1 a seguir, distribuímos as instâncias de uso por padrão identificado.

5 A aplicação desse critério justificou-se pelo fato de que nem todas as ocorrências correspondiam efetivamente ao fenômeno investigado. É o que se dá em *O prédio vai até cair de tanto cupim* (CdP-NOW), em que verificamos relação de causa-efeito, mas para a mobilização de grau quantitativo (relativa à noção

Tabela 1 – Distribuição de dados por padrão morfossintático da CGCEI

Padrão construcional	SV de tanto SN	SV de tanta SN	SV de tanto SV	SV de tão SAdj	SAdj de tanto SN	SAdj de tanta SN	SAdj de tanto SV	SAdj de tão SAdj
Número de ocorrências	17	66	69	27	52	57	106	50

Fonte: Adaptado de Assis Silva, 2024, p. 64.

Em termos de tratamento dos dados, após o mapeamento das ocorrências, procedemos a uma análise qualitativa cuidadosa. Cada construto foi examinado quanto a *frames* interpretativos acionados, daí decorrendo a quantificação de cada tipo observado. Também analisamos operações cognitivas (metafóricas e metonímicas) nas instâncias do fenômeno investigado e a perspectivação conceptual da relação efeito-causa a ele associado, bem como sua associação ao subprincípio icônico de ordenação. Por fim, verificamos a atuação de processos interacionais nos usos da CGCEI, particularmente a inferência pragmática e aspectos subjetivos e intersubjetivos implicados, situando os construtos em um *continuum* do menos subjetivo ao mais (inter)subjetivo.

Processos cognitivos em instâncias da CGCEI

Nesta seção, explicitamos os processos cognitivos subjacentes à construção graduadora que estudamos. Para isso, mapeamos transferências metafóricas e metonímicas atinentes à função intensificadora. Além disso, analisamos a perspectivação em instâncias da construção, com vistas a identificar como esse processo modela a ordenação dos constituintes da CGCEI.

quantificável indexada em *cupim*), e não intensivo.

Como ponto inicial, precisamos retomar que a CGCEI, formalizada por $[X_{\text{EFEITO}} \text{ DE } Y_{\text{INTENS}} \text{ Z}_{\text{CAUSA}}]_{\text{GRAD}}$, exprime grau pela interação entre os slots X (efeito) e Y (intensificador). Primeiramente, o intensificador (uma forma adverbial ou pronominal), posicionado no slot Y, promove graduação ascendente da noção semântica que veicula causa (slot Z). Segundamente, de forma adjunta, o slot X corrobora essa graduação ao veicular um efeito que, por ser o resultado potencializado de uma causa, atua como um reforço intensivo. Desse modo, em expressões como *morto de tanto trabalhar*, *brilhando de tão feliz* ou *explodir de tanto ódio*, percebemos que, além do intensificador primário (*tanto/a* ou *tão*), o efeito (*morto*, *brilhando*, *explodir*) desempenha papel central para a atribuição de grau intensivo.

Ainda acerca do papel intensivo do efeito, percebemos que sua carga semântica, normalmente hiperbólica, tende a evocar experiências calcadas na concretude, principalmente eventos de considerável impacto. Sendo assim, o aporte da experiência corpórea serve de base para a conceptualização da função graduadora, convergindo para o fato de que metáforas subjazem ao conceito de grau (Lakoff; Johnson, 1980; Silva, 2008, 2014; Costa, 2010; Assis Silva, 2024).

Silva (2008, 2014) afirma que a graduação se ancora em noções como quantidade, tamanho, peso, localização, estados ou sensações biofísicas e psicoafetivas de impacto. No caso da CGCEI, de função graduadora intensiva, verificamos que este último tipo de experiência se configura como base concreta primordial para mapeamento metafórico subjacente. Assim, *frames* como EXPERIÊNCIA FÍSICA IMPACTANTE, EXPERIÊNCIA BIOFÍSICA IMPACTANTE, EXPERIÊNCIA PSICOAFETIVA IMPACTANTE e EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL IMPACTANTE funcionam, na operação metafórica, como domínio fonte em se que projeta o domínio alvo de INTENSIDADE⁶.

6 Entendemos que esses *frames* funcionam como subespecificação do *frame*

Nos termos de Silva (2008, 2014), EXPERIÊNCIA BIOFÍSICA IMPACTANTE aponta para fenômenos biológicos/corporais de forte relevância, a exemplo de sensações térmicas extremas, exaustão, dor, processo de morte etc. O *frame* EXPERIÊNCIA PSICOAFETIVA IMPACTANTE, por sua vez, atrela-se a vivências sentimentais ou psicológicas marcantes, abarcando estados como alegria, tristeza, medo ou amor.

O *frame* de EXPERIÊNCIA FÍSICA IMPACTANTE, conforme Assis Silva (2024), mobiliza noções ligadas a saliências físicas e a transformações físico-estruturais de objetos, envolvendo traços de alteração de luminosidade, desgaste, transbordamento, ruptura de limites físicos, entre outros. Por fim, EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL IMPACTANTE evoca estados ou julgamentos pautados por parâmetros sociais e culturais. Esse *frame* inclui desde avaliações estéticas e comportamentais até situações de impacto no convívio social (Assis Silva, 2024). Vejamos os fragmentos de (3)-(6), para exame do acionamento desses *frames* e da atuação de metáforas conceptuais a eles relacionadas:

(3) [Boteco inaugurado na década de 60 tem cachaça enalhada há 50 ...] Não há ser humano com um pouquinho de curiosidade que siga o caminho sem entrar. Lá dentro, no teto, os baldes e vassouras à venda têm a poeira de, pelo menos, uns 20 anos. Mas é a cachaça o item mais antigo, conta o dono, Jorge da Silva. # Um carregamento da legítima bebida brasileira foi comprado para a inauguração do bar, há 50 anos. Algumas garrafas estão lá desde então. O rótulo da Caninha Oncinha chega a estar **duro de tão sujo**. O valor é reajustado como qualquer outra bebida e hoje custa R\$ 12,00 (Davies, 2018).

(4) Briga com a balança # Após ser alvo da imprensa internacional por enfrentar dificuldades para perder os quilinhos a mais que ganhou durante a gestação da pequena Giulia, de um ano e quatro meses, fruto

mais amplo de mudança de estado, decorrente da relação causa-efeito que subjaz às instâncias da CGCEI.

de seu casamento com Nicolas Sarkozy, Carla Bruni (que também é mãe de Aurelia, de 12 anos) revelou para a edição francesa da revista Elle que sofreu com a cobrança exacerbada do público para a retomada de sua boa forma física. # “Senti-me magoada pelos ataques sobre o meu corpo. Depois de uma gravidez, ficamos esgotadas, sobretudo aos 43 anos. Foi um período difícil: queria apoiar o meu marido na campanha e, ao mesmo tempo, não queria que me fotografassem, era de **chorar de tão cansada**, estava frágil”, confessou (Davies, 2018).

(5) [Confira um bate-papo com o ator Gil Hernandez, no ar em Malhação] Vê, mas tem vergonha: Xuxa Só para Baixinhos. # Estou ficando **louco de tanto assitir**. Tenho duas filhas, Manuela e Helena, de 5 anos e 1, respectivamente. Elas adoram (Davies, 2018).

(6) Quais foram os momentos mais divertidos de todas as temporadas? # Eu era quase **chata de tão séria** no set. Mas foi porque eu tive uma formação muito rigorosa no Drama Centre London, onde eu estudei. “Vocês estão aqui para trabalhar”, diziam. Fora isso, o elenco era realmente muito divertido (Davies, 2018).

No construto em (3), *duro de tão sujo*, a estratégia de intensificação incide sobre o atributo em *sujo*, que é encarecido pelo intensificador *tão* (slot Y). O item no slot X, *duro*, é resultante da sujeira acumulada e funciona como reforço à intensificação dessa ideia. A força dessa graduação é sustentada pela metáfora INTENSIDADE É EXPERIÊNCIA FÍSICA IMPACTANTE. No mapeamento metafórico, o domínio da experiência mecânica e física (a solidificação ou rigidez) é recrutado para materializar a noção abstrata de intensidade.

Já na ocorrência em (4), *chorar de tão cansada*, o enunciado registra um esgotamento físico que vai a um limite das reações orgânicas. A causa (*cansada*) é encarecida pelo intensificador *tão* e pelo transbordamento biofísico do choro. O mapeamento subjacente a essa ocorrência é INTENSIDADE É EXPERIÊNCIA BIOFÍSICA IMPACTANTE, pois utiliza-se uma resposta biológica involuntária e aguda como domínio fonte para projetar intensidade.

Em (5), por meio da instância de uso *louco de tanto assistir*, o falante expressa uma saturação cognitiva/psicológica decorrente da grande exposição a um conteúdo visual. A causa (*assistir*) sofre incremento semântico pelo *tanto*, enquanto o efeito em *louco* imprime reforço intensivo ao indicar um desequilíbrio na ordem do intelecto. Diferentemente dos efeitos físicos, o “ficar louco”, nesse caso, é uma hiperbolização de um estado mental alterado. Subjaz a esse uso a metáfora INTENSIDADE É EXPERIÊNCIA PSICOAFETIVA IMPACTANTE, em que um abalo na estabilidade psicológica é o parâmetro para graduar o excesso da ação de assistir.

Finalmente, em (6), o construto *chata de tão séria*, no contexto de uma entrevista sobre a participação de uma atriz em uma série, a causa é o traço de personalidade (*séria*), intensificado por *tão*. O efeito *chata*, por sua vez, configura-se como julgamento sociocultural e uma consequência na esfera da interação social. A seriedade é apresentada como excessiva, porque gera um impacto negativo na percepção do outro, rotulando o indivíduo socialmente. Nesse caso, é instanciada a metáfora INTENSIDADE É EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL IMPACTANTE, em que o julgamento social serve de base para atrelar reforço intensivo ao conteúdo codificado por *séria*.

A análise das instâncias em (3)-(6) revela que as noções mobilizadas no slot X evidenciam *frames* e projeções metafóricas fundamentais para a conceptualização da CGCEI. Para além da identificação dessas projeções, procedemos ao levantamento da distribuição dos *frames* que integram as metáforas subjacentes às instâncias de uso. Vejamos os quantitativos na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantificação de *frames* evocados no slot X_{EFEITO}

TIPO DE FRAME	N.º	%
EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL IMPACTANTE	29	6,6%
EXPERIÊNCIA PSICOAFETIVA IMPACTANTE	48	10,8%
EXPERIÊNCIA FÍSICA IMPACTANTE	96	21,6%

EXPERIÊNCIA BIOFÍSICA IMPACTANTE	271	61%
TOTAL	444	100%

Fonte: Adaptado de Assis Silva, 2024, p. 82.

Analizando a configuração das operações metafóricas na CGCEI, observamos que os *frames* enraizados na dimensão física e biológica são os mais produtivos, com destaque para a EXPERIÊNCIA BIOFÍSICA IMPACTANTE (61%) e a EXPERIÊNCIA FÍSICA IMPACTANTE (21,6%). Justificamos a menor representatividade dos *frames* EXPERIÊNCIA PSICOAFETIVA IMPACTANTE (10,8%) e EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL IMPACTANTE (6,6%) por sua natureza inerentemente menos concreta e mais psicossocial.

Além das projeções metafóricas, destacamos, também, a relevância da metonímia na estruturação da CGCEI, especialmente no que tange à neoanálise funcional. Apoiando-nos em Traugott e Trousdale (2013), compreendemos que a função de um elemento pode expandir-se para termos adjacentes por contiguidade posicional. Esse “espraçamento” de função, motivado por implicaturas associadas ao contexto linguístico-pragmático, permite que componentes da construção sejam reinterpretados/neoanalisados funcionalmente, mediante o seu avizinhamento no sintagma.

Na CGCEI, as noções semânticas de efeito (no *slot* X) reforçam a graduação da causa, *slot* Z. Esse papel intensivo decorre de duas projeções: uma metafórica – que já vimos – e outra metonímica. Essa última é motivada pela proximidade entre a noção de efeito hiperbólico, no *slot* X, e o intensificador, no *slot* Y. Por contiguidade na cadeia sintagmática, a função de intensificação se espalha entre os *slots* X e Y, fazendo com que o conteúdo mais lexical do efeito adquira nuances gramaticais.

Dada a projeção metonímica, a função do elemento no *slot* X sofre neoanálise, posicionando-se em um *continuum* entre o léxico e a gramática. Em outras palavras, a depender do contexto de uso em que se situa um construto da CGCEI, o efeito pode se

associar a um sentido mais lexical ou mais gramatical. Quando o construto apresenta carga semântica mais conotativa, como nos dados *esgotados de tanto trabalhar* e *ficando louco de tanto assistir*, tenderá a ter função mais gramatical (ou seja, maior função intensificadora); quando o construto apresenta carga semântica mais denotativa, a exemplo de *chorar de tão cansada* e *morrer de tanto apanhar*⁷, tenderá a ter função mais lexical.

Por fim, outro processo pertinente à conceptualização da CGCEI é a perspectivação. Por meio dela, a atribuição do grau intensivo pela construção em foco é viabilizada no sentido de que a relação efeito-causa é codificada linguisticamente com base em um ponto de vista (ou ponto de vantagem) situado. No caso da CGCEI, o falante privilegia o efeito resultante como o foco da sua atenção, utilizando-o como referência para evidenciar a magnitude da causa intensificada. Assim, a configuração formal da construção reflete a tendência cognitiva de salientar o resultado em primazia à noção de causa.

O caso em (7) ilustra bem isso. Em “ficou rouca de tanto cantar”, a estratégia de intensificação incide sobre o evento de cantar, ocorrido no contexto do Carnaval. A graduação é operada pela combinação do intensificador *tanto* (slot Y) com o efeito fisiológico *rouca* (slot X). Nesse cenário, a causa é perspectivada a partir do foco em uma alteração na condição biológica da falante: a rouquidão funciona como a evidência sensorial e corpórea de que a ação de cantar foi exercida em um grau potencializado/elevado.

(7) A analista de mídias sociais Priscila de Freitas, curtiu bastante o Carnaval, e agora está vigilante para não adoecer. [...] # A designer Aline Carolina Maia não chegou a adoecer, mas ficou **rouca de tanto cantar**. “Tem aquela coisa de você ficar na rua até de madrugada, toma cerveja gelada, água gelada, acaba deixando a garganta prejudicada”. Porém, ela

7 Dado apresentado em (10) na seção *Processos interacionais em instâncias da CGCEI*.

não está nem um pouco arrependida. “Foi maravilhoso”, disse (Davies, 2018).

Sob a ótica da perspectivação, o enunciador adota o efeito (*slot* X) como seu ponto de vantagem para codificar a cena. Em termos de saliência cognitiva, o estado de rouquidão é o que se impõe de forma mais imediata à percepção, funcionando como uma “âncora” para medir a magnitude da causa. A partir da configuração cognitiva da cena, observamos que o enunciador elege o efeito como o ponto de vantagem para a conceptualização do evento.

Seguimos Assis Silva (2024) ao interpretarmos que essa escolha perspectivada decorre, hipoteticamente, da proeminência cognitiva inerente ao efeito, uma vez que este costuma evocar *frames* de EXPERIÊNCIA IMPACTANTE. Tal saliência não se restringe apenas ao caso em (7), mas constitui a própria essência funcional da CGCEI: a experiência projetada no *slot* X carrega um impacto, um peso subjetivo que sobrepuja a causa em termos de atenção. Consequentemente, como o efeito atua, no plano cognitivo, como ponto mais saliente da perspectivação, ele assume igualmente uma posição de privilégio na codificação linguística, sendo colocado antes da causa (*slot* Z) na forma construcional, em consonância com o subprincípio icônico da ordenação linear (Givón, 1984).

Processos interacionais em instâncias da CGCEI

Nesta seção, examinamos a atuação de processos interacionais nos usos da construção graduadora com intensificador. Discutimos, inicialmente, a negociação de sentidos entre os parceiros da interação para o devido entendimento da operação intensiva realizada, via inferência pragmática. Posteriormente, exploramos aspectos subjetivos e intersubjetivos implicados em construtos da CGCEI.

O processamento comunicativo da intensificação nem sempre ocorre de modo literal e explícito. Demanda, muitas vezes,

procedimento inferencial dos coenunciadores (Silva, 2014). Envolve, pois, a inferência pragmática (ou sugerida), nos termos de Traugott e Dasher (2002), de modo que os interlocutores constroem a significação com base em elementos co(n)textualmente situados e de conhecimento de mundo. Essa habilidade inferencial é requerida em usos da CGCEI nos quais o esquema se manifesta em ocorrências de teor mais metafórico e hiperbólico. Vejamos estes casos:

(8) O Ciep ficou tão cheio que eleitores reclamaram que, até às 17h30m, não tinham conseguido votar. Dezenas de pessoas ficaram nos corredores aguardando a vez. O sistema biométrico também ajudou a aumentar o caos no colégio. # — Passei mal, pois **não tinha como respirar de tanta gente**. Um verdadeiro inferno (Davies, 2018).

(9) # De volta ao espetáculo, é assustador como tanto talento pode caber em uma só pessoa. A capacidade que Paul McCartney tem de compor melodias simples, mas profundamente sofisticadas, é única em toda a música pop. Não há quem possa competir com ele nesse quesito. Foi essa característica que lhe rendeu esse catálogo de músicas **assombroso de tão rico**, lapidado nas quase seis décadas de carreira, e um know-how ímpar a respeito de como agradar geração após geração nos mais diversos lugares do mundo. Volte quando quiser, Paul. Comentários sobre “Debaixo de chuva, Paul McCartney se apresenta para 45 mil pessoas em São Paulo “ BR (14-11-26) [Debaixo de chuva, Paul McCartney se apresenta para 45 mil ...] (Davies, 2018).

O trecho em (8), extraído de uma reportagem que trata da mudança de locais de votação por parte do TRE, reporta uma consequência dessa mudança, a lotação em um dos locais (o Ciep). Para corroborar o quão lotado ficou o Ciep, é citada a fala de um eleitor que relata ter passado mal devido à grande quantidade de pessoas. Em suas palavras, “não tinha como respirar de tanta gente”. O entendimento desse construto, naturalmente, não é literal:

a impossibilidade efetiva de respirar levaria à morte, o que não se deu. Para chegar à interpretação adequada da fala do eleitor referido, o leitor aciona seu conhecimento de mundo sobre o funcionamento do corpo humano e sobre a dinâmica do processo eleitoral, além de recorrer às pistas contextuais. Uma delas é a intensificação em *tão cheio*, em alusão à ocupação do Ciep. Outra pista é a informação de que havia dezenas de pessoas nos corredores sem ter votado, mesmo após o término do horário padrão de votação, e, ainda, a indicação de que o eleitor em questão havia passado mal. Esse conjunto de elementos permite ao leitor fazer inferências e perceber o propósito de encarecimento relativamente à quantidade de votantes associado ao construto *não tinha como respirar de tanta gente*.

No fragmento em (9), temos o comentário de um leitor da *Veja* relacionado com a reportagem publicada na revista sobre um *show* de Paul McCartney em São Paulo. Mais particularmente, comenta-se a capacidade singular que o ex-Beatles tem de compor “melodias simples, mas profundamente sofisticadas”. Para encarecer a qualidade do conjunto das músicas compostas pelo cantor, o leitor utiliza a expressão *assombroso de tão rico*. O entendimento desse processo intensivo também envolve, por parte do interlocutor, a realização de inferências, tanto para a compreensão exata da noção encarecida (codificada por *rico*) quanto da noção resultativa (expressa por *assombroso*), a qual funciona como reforço intensivo.

A percepção do sentido figurado com que esses adjetivos são utilizados implica o acionamento, por parte do leitor, de conhecimentos vários, a exemplo de informações sobre eventos em geral, sobre o artista em questão, sua carreira, sobre a avaliação de produtos artístico-culturais, como a música, entre outros. Também são levadas em conta as pistas contextuais, como o conteúdo do comentário e o emprego de elementos linguísticos que se voltam à capacidade de produção artística qualificada de Paul McCartney (*assustador, tanto talento, capacidade... única em toda a música*

pop, não há quem possa competir com ele, um know-how ímpar). Esse conjunto de elementos permite compreender que *rico* não está relacionado com valor pecuniário, mas diz respeito à grandeza de qualidade, à criatividade, à peculiaridade da produção artística do cantor/compositor britânico. Do mesmo modo, essas pistas concorrem para que o leitor compreenda o sentido positivo associado a *assombroso*, cuja acepção básica remete a susto, medo, pavor: no contexto, está relacionado com a admiração, destaque, relevância, funcionando como elemento potencializador da ideia indexada em *rico*, já graduada por meio de *tão*.

As instâncias da CGCEI estão relacionadas a contextos (inter)subjetivos de uso da língua. Ligam-se à expressão de pontos de vista, posicionamentos, monitoramento de atenção e/ou de atitudes, persuasão, entre outros, concorrendo para o alcance de determinados fins discursivos. Nesse sentido, a graduação intensiva carreada pelos construtos funciona como um mecanismo mobilizado para orientar o ponto de vista de seu interlocutor, com ênfase em um determinado conceito (Gonçalves, 2001).

De modo geral, os contextos de uso da CGCEI apresentam gradiência em termos de subjetividade e intersubjetividade. Assim, identificamos contextos menos subjetivos, mais subjetivos e outros intersubjetivos. Consideremos os excertos a seguir:

(10) As imagens mostram a briga. Mais para frente, percebemos o menor de idade segurando e largando o pedaço de madeira. O laudo cadavérico atesta que Diego foi morto em decorrência de traumatismo craniano provocado por objeto contundente. Ou seja, **morreu de tanto apanhar**. # As agressões só foram interrompidas porque um PM à paisana apareceu e deu tiros para o alto, como forma de dispersar a multidão (Davies, 2018).

(11) Janice Alvesb 05-04-2013 - 11h06min # Parece brincadeira... Tablets... **nem consigo rir ou chorar de tão indignado**. Usar os tablets como? mostrando a cada um dos alunos? Piada. Os computadores nas escolas depredados pelos próprios alunos'

mal-educados', sem interesse... escola infrutífera... sem condições....BR (13-04-04) [Professores que atuam na 18ª CRE começam a receber Tablets] (Davies, 2018).

(12) Air Europa: como eu havia comentado neste post, a companhia espanhola já chegou divando em terras paulistanas. Isso porque ela tem **preços de chorar de tão bons** para vários destinos europeus. Tem SP- Madri por a partir de US\$ 649; SP- Frankfurt por a partir de US\$ 649; SP-Amsterdã por a partir de US\$ 990; SP- Londres por a partir de US\$ 990; SP- Bruxelas por a partir de US\$ 1080. Corram, por que a compra deve ser efetuada só até amanhã (Davies, 2018).

Os fragmentos (10)-(12) ilustram, em nosso entendimento, um *continuum* subjetividade-intersubjetividade. No primeiro excerto, temos trecho de uma notícia que relata o assassinato de um homem chamado Diego, morto a pauladas. Segundo a notícia, o laudo da morte aponta traumatismo craniano devido à intensa agressão aplicada na região da cabeça da vítima. O evento é descrito com certa objetividade, embora possamos perceber um pouco de subjetividade, presente, por exemplo, no construto *morreu de tanto apanhar* e no emprego do advérbio só. No que diz respeito à instância da CGCEI, embora codifique semântica denotativa (apanhar muito pode levar à morte), sua mobilização pode representar a intenção do enunciador de impactar o leitor, por meio do incremento semântico de *apanhar*, dando ênfase à agressão física sofrida. Esse incremento se dá, primordialmente, pelo intensificador *tanto* e tem reforço, em menor medida, pelo evento registrado em *morreu* (consequência extrema). Há, portanto, um contexto de menor subjetividade.

O trecho em (11) traz comentários de uma docente relativamente a uma notícia sobre a distribuição de *tablets* a professores. A docente critica a ação, expressando que não há condições de uso desse recurso em sala de aula, dada a situação de outros recursos tecnológicos necessários (os computadores estão quebrados) e a

falta de interesse dos discentes. Em sua crítica, a docente mobiliza o construto *nem consigo rir ou chorar de tão indignado*, por meio do qual manifesta sua grande insatisfação. O fragmento é permeado de carga subjetiva, com explicitação do posicionamento do enunciador relativamente ao conteúdo veiculado. Concorrem para essa subjetividade as escolhas lexicais (parece brincadeira, alunos sem interesse, escola infrutífera, piada, indignado), o uso da primeira pessoa (*consigo*), as perguntas retóricas (*Usar os tablets como? mostrando a cada um dos alunos?*) e a própria instanciamento da CGCEI, que potencializa a ideia de indignação. Temos, nesse caso, um grau maior de subjetividade.

No excerto em (12), extraído da coluna “Viajar e curtir”, da *Veja SP*, o enunciador trata de promoções de passagens aéreas para a Europa por uma companhia espanhola (Air Europa). Como ilustração, são elencados valores para diferentes destinos europeus (Madri, Amsterdã, Frankfurt e Londres) partindo de São Paulo. Para enfatizar que esses valores estão bem abaixo de mercado, o enunciador mobiliza uma instância da CGCEI: *preços de chorar de tão bons*. O comentário encerra com um chamamento/exortação ao leitor para realizar a compra de bilhetes aéreos. Observamos, no excerto, tanto a expressão subjetiva quanto intersubjetiva. No que diz respeito à primeira, pontuamos a qualificação da empresa aérea (“já chegou divando”), dos preços das passagens (*bons*) e, sobretudo, do encarecimento da adjetivação desses preços via relação causa-efeito (seriam tão bons/baixos a ponto de causar choro, euforia, grande animação). Em termos intersubjetivos, mencionamos a ênfase dada ao baixo valor das passagens (preços de chorar de tão bons), a explicitação de valores de trechos para cidades famosas da Europa, a interpelação do leitor para adquirir passagens de imediato (*corram*) e a justificativa para a urgência (*por que^s a compra deve ser efetuada só até amanhã*).

8 Embora não obedeça à norma escrita culta, mantivemos a grafia original (‘por que’ separado) em virtude de preservarmos o fragmento tal qual ele foi produzido.

Como podemos notar, as ocorrências analisadas permitem entrever uma gradiência em termos de subjetividade e intersubjetividade. De modo escalar, temos um menor teor subjetivo em (10), uma subjetividade mais forte em (11) e um viés subjetivo e marcadamente intersubjetivo em (12).

Considerações finais

O exame detido de instâncias da CGCEI aqui empreendido corrobora o postulado funcionalista básico de que os padrões linguísticos são contingenciados por demandas cognitivas e comunicativas. No primeiro grupo, estão projeções conceptuais, sobretudo metafóricas, as quais mobilizam a ativação de *frames* interpretativos nas instâncias de uso do fenômeno focalizado, além da perspectivação, associada à iconicidade. Relativamente aos fatores interacionais, flagramos a atuação de processos inferenciais e usos em contextos de menor ou maior subjetividade e de intersubjetividade, com vistas ao alcance de determinados fins discursivos.

Desse modo, o escrutínio de propriedades do polo funcional da CGCEI revelou que o reforço intensivo veiculado pelo elemento que ocupa o *slot X* se baseia em experiências impactantes, sobretudo, ancoradas na realidade biofísica. Além disso, a contiguidade conceitual (relação causa-efeito) e sintagmática (adjacência entre X_{EFEITO} e $Y_{\text{INTENSIFICADOR}}$) concorre para a função graduadora associada ao elemento que codifica efeito. Em termos comunicativos, a leitura intensiva envolve inferências por meio de pistas co(n)textuais e processos subjetivos e intersubjetivos.

Cognitive and interactional processes in uses of the cause-effect degree construction with an intensifier

ABSTRACT: In this paper, we analyze the cognitive and interactional processes underlying the cause-effect degree construction with an intensifier (CGCEI, in Portuguese), a linguistic pattern that licenses tokens such as *esgotados de tanto trabalhar*, *ridículo de tão fácil*, and *rouca de tanto cantar*. Our theoretical support is the Usage-based Functional Linguistics (Cunha; Bispo, 2013, 2023), articulating concepts from Construction Grammar (Goldberg, 1995) and Cognitive Linguistics (Lakoff; Johnson, 1980). Methodologically, we conduct a qualitative and quantitative analysis of 444 occurrences of the CGCEI extracted from the *Corpus do Português* (NOW sample). Cognitively, the results reveal that the construction under analysis is modeled by metaphorical and metonymic operations based on IMPACTFUL EXPERIENCE frames. Furthermore, the data show that the CGCEI is perspectivized from the notion of effect as a viewpoint over the notion of cause. Pragmatically, the results point to the role of invited inference and (inter)subjectivity in instances of the construction, aiming to achieve diverse discursive effects.

KEYWORDS: graduation; construction; cognitive processes; interactional aspects; Usage-Based Functional Linguistics.

REFERÊNCIAS

ASSIS SILVA, T. C. de. *Explodir de tanto ódio: análise funcional-construcionista de [XEFEITO DE YINTENSIFICADOR ZCAUSA]* GRAD. 2024. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2024.

BISPO, E. B.; LOPES, M. G. Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação. *Revista Odisseia*, Natal, v. 7, n. esp., p. i-x, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2022v7nEspecialID28489>.

BISPO, E. B.; CAIAN, T. “Brilhando de tão feliz”: propriedades formais e semânticas da construção graduadora de causa-efeito com intensificador. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 18, n. 40, p. 309–329, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47456/rctl.v18i40.45110>.

BISPO, E. B.; SOUZA, E. F. R.; MENDES, W. V. Funcionalismo linguístico: uma perspectiva, diversos olhares. In: SILVA, I. L. L.; PRA-TA, N. P. P. (org.). *Caminhos da Linguística Funcional: tendências, uso, intersecções*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2026. p. 21-48.

BYBEE, J. *Language, use and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

COSTA, I. O. *A construção superlativa de expressão corporal: uma abordagem construcionista*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da linguística funcional centrada no uso. *Revista do GELNE*, Natal, v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013.

CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B. Pra quem é, bacalhau basta: da opacidade e produtividade das construções idiomáticas. *Revista Soletras*, São Gonçalo, v. 39, p. 103-116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/soletras.2019.38075>.

CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B. Linguística Funcional Centrada no Uso: caracterização teórico-metodológica e aplicação prática.

In: ROSÁRIO, I. da C. (org.). *Metodologia da pesquisa funcionalista*. Porto Velho: EDUFRO, 2023. p. 15-36.

DAVIES, M. *Corpus do Português: NOW*, 2018. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-66.

FILLMORE, C. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

GIVÓN, T. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and semantics: discourse and syntax*. New York: Academic Press, 1979

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, C. A. A função indexical das formações X-íssimo, X-érrimo, X-ésimo no português do Brasil. *Veredas*, Juiz de Fora, n. 9, p. 47-59. p. 2001.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTELOTTA, M. *Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHIFFRIN, D. The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A. D.

(ed.). *Conflict talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 241–259.

SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Faculdade de Filosofia da UCB, p. 59-101, 1997.

SILVA, C. R. de O. *Metodologia e organização do projeto de pesquisa*. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

SILVA, J. R. *Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos processos de intensificação*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2008.

SILVA, J. R. *O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2014.

TOMASELLO, M. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SUBJUNCTIVE MAIN CLAUSES AND THE RESTRICTIONS ON SUBJUNCTIVE SELECTION IN PORTUGUESE POLAR INTERROGATIVES

Margarita Dimitrova¹

ABSTRACT: The subjunctive mood has been widely discussed from the perspective of its selection in complement clauses and has been considered the mood of subordination encoding a given type of dependency (Picallo, 1984; Raposo, 1985). Moreover, several studies (Ambar, 2016; Giannakidou, 2016) have shown that the selection of the subjunctive in main clauses contributes to the expression of speaker-related features, such as the speaker's kind attitude and evaluations. Focusing on the selection of the subjunctive mood in yes-no questions, it has been typically associated with the denotation of wondering and doubt, captured under the concept of *epistemic subjunctive* (Giannakidou, 2016). Crucially, it appears that languages differ in allowing for subjunctive in polar questions. While in languages like Modern Greek and Bulgarian, nothing precludes the selection of the subjunctive in either yes-no or wh-questions, subjunctive is typically excluded in some Romance languages, like Portuguese. In view of this intriguing restriction, our goal in this paper is to discuss the data from Portuguese subjunctive main and embedded clauses, building on previous analyses that discuss the syntax of polar questions and the properties of subjunctive main clauses (Ambar, 2013, 2016). We argue that Portuguese subjunctive polar questions are banned due to an intervening Interrogative operator.

KEYWORDS: subjunctive mood; polar questions; evaluation; Portuguese.

1 Professor at the University of Porto. This work is financed by national funds through FCT– Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the project UIDB/00022/2020. DOI: 10.54499/UIDB/00022/2020. I am grateful to the reviewers for their helpful comments and suggestions, which have improved the paper.

Introduction

Mood selection has been widely discussed with respect to complement clauses (Ambar, 1988, 1999, 2012, 2016; Giannakidou, 1998; Kempchinsky, 2009; Picallo, 1984; Portner, 1997; Quer, 1998; Raposo, 1985) and traditionally related to the semantic contrast between *realis* and *irrealis*. More recent studies have shown that the selection of the subjunctive is not merely a consequence of the semantic properties of given predicate classes, such as volitional, directive, emotive-factive predicates, but also encodes the speaker's attitudes and evaluations, as well as a particular type of modality and the concept of (*non*)*veridicality* (Ambar, 2016; Ambar; Jiménez-Fernandéz, 2014; Giannakidou, 1998, 2009, 2016; Marques, 2009, 2010). The grammatical codification of these properties is particularly evident in data from main subjunctive clauses, as will be shown later in this work.

Curiously, the selection of the subjunctive mood in matrix clauses, particularly in different types of questions, has received little systematic scrutiny. Rouchota (1994), discussing data from Modern Greek (henceforth, MG), characterises subjunctive questions as “dubitative”. Giannakidou (2016) on MG and Rocci (2007) on Italian further argue that the selection of the subjunctive in interrogative sentences is linked to the expression of epistemic modality and evaluation. Observe the examples in (1) and (2):

(1) a. Ti na theli?

What SUBJ want-3SG

‘What might he want?’

b. Na tou arese to fagito?

SUBJ he-GEN liked-3SG the food

‘Might it be the case that he liked the food?’

[MG, Giannakidou; Mari, 2021, p. 27]

(2) [La macchina di Giovanni non è nel parcheggio.]

[John's car is not in the parking lot.]

Che sia andato a casa?
That go.perf.subj. to home
'Has he possibly gone home?'

[Italian, Rocci, 2007, p. 129]

In addition to conveying the speaker's evaluations and inferences, structures like (1) and (2) also differ from standard yes-no questions in the way polarity and the polarity alternatives [p, ¬p] (Hamblin, 1973) are encoded. Giannakidou (2016) points out that subjunctive yes-no questions are about "the possibility of p rather than p itself." (Giannakidou, 2016, p. 200).

Importantly, typologically different languages vary in whether they allow the subjunctive in polar questions. Languages like MG and Italian permit the selection of the subjunctive in polar questions, whereas Portuguese typically excludes subjunctive yes-no questions: (3) * O João vá ao cinema?

The John go.SUBJ.3p.sg. to-the movies

In view of the contrasts outlined above, the present work examines the properties of Portuguese subjunctive yes-no questions with the aim of shedding light on the factors underlying the ungrammaticality of (3).

The paper is organised as follows. Section 2 focuses on the distribution of the subjunctive mood, building on previous analyses discussing its syntactic expression in Portuguese. Section 3 provides a detailed description of the properties of subjunctive main clauses and subjunctive yes-no questions, with particular emphasis on the relation to the expression of evaluation and epistemic modality. Section 4 examines the licensing of subjunctive yes-no questions in Portuguese, building on earlier works dedicated to the syntax of polar questions (Ambar, 2013; Holmberg, 2012, 2016). Section 5 draws the concluding remarks.

Portuguese subjunctive clauses

In this section, we discuss some of the previous analyses concerned with the selection and properties of the subjunctive mood, building on data from Portuguese. As mentioned above, the subjunctive mood has traditionally been approached in relation to its obligatory selection in complements of volitional (4a), directive (4b) and emotive-factive (4c) predicates, as the examples from Portuguese illustrate:

(4) a. O João quer que a Maria escreva o artigo.

The John wants that the Mary writes.SUBJ.3p.sg.
the article

‘John wants Mary to write the article.’

b. O João pediu que a Maria escrevesse o artigo.

The John asked that the Mary write.PAST.SUBJ.3p.
sg the article

‘John asked Mary to write the article.’

c. O João lamenta que a Maria tenha escrito o artigo.

The John regrets that the Mary have.SUBJ.3p.sg
written the article

‘John regrets that Mary has written the article.’

[Dimitrova, 2020, p. 242-243]

The examples in (4) show that given predicates, like Portuguese *querer* ‘want’, *pedir* ‘ask’ and *lamentar* ‘regret’, obligatorily select the subjunctive in their complements, the indicative being ruled out:

(5) a. *O João quer que a Maria escreva o artigo.

The John wants that the Mary writes.
IND.3p.sg. the article

‘John wants Mary to write the article.’

b. *O João pediu que a Maria escrevia o artigo.

The John asked that the Mary write.PAST.IND.3p.sg the article

‘John asked Mary to write the article.’

c. *O João lamenta que a Maria tem escrito o artigo.

The John regrets that the Mary has.IND.3p.sg written the article

‘John regrets that Mary has written the article.’

[Dimitrova, 2020, p. 243]

Conversely, the data in (6) and (7) below show that the indicative is obligatorily selected under declarative and epistemic predicates, such as *dizer* ‘say’ or *pensar* ‘think’. In these cases, the subjunctive is excluded:

(6) a. O João disse que a Maria escreveu o artigo.

The John said that the Mary wrote.PAST.IND.3p.sg the article

‘John said that Mary wrote the article.’

b. O João pensa que a Maria escreveu o artigo.

The John thinks that the Mary wrote.PAST.IND.3p.sg. the article

‘John thinks that Mary wrote the article.’

(7) a. *O João disse que a Maria escrevesse o artigo.

The John said that the Mary wrote.PAST.SUBJ.3p.sg the article

‘John informed that Mary wrote the article.’

b. *O João pensa que a Maria escreva artigo.

The John thinks that the Mary write.PRES.SUBJ.3p.sg the article

‘John thinks that Mary wrote the article.’

[Dimitrova, 2020, p. 243-244]

The examples in (4-5) and (6-7) provide clear evidence for the properties of the predicates involved in mood selection: while volitional, directive and emotive-factive predicates select the subjunctive, declarative and epistemic verbs are restricted to the indicative.

Nevertheless, even though the data above felicitously captures the main facts about the distribution of the subjunctive mood and the properties of mood selection, the subjunctive-indicative divide is more complex. Drawing on data from Portuguese, Marques (2009, 2010) shows that some predicates are compatible with both the indicative and the subjunctive. In these cases, the selection of each mood is associated with the expression of the speaker's low or high degree of certainty with respect to the truth of the proposition:

- (8) a. Eu acredito que a Ana ganhe as eleições.
I believe that the Ana wins-SUBJ the elections
b. Eu acredito que a Ana ganha as eleições.
I believe that the Ana wins-IND the elections
'I believe that Ana will win the elections.'

[Marques, 2009, p. 140]

In (8b), the indicative is the mood indicating the speaker's high degree of belief in the truth of the embedded proposition. The subjunctive in (8a), on the other hand, is responsible for the denotation of a low degree of certainty. Considering these complex properties of structures such as those (8a-b), Marques (2009) suggests that mood selection is related to the concept of *(non)veridicality* (Giannakidou, 1998) and the speaker's attitude towards the truth of the proposition of the embedded domain. Importantly, the data in (8) further show that mood selection is not a mere consequence of the semantic properties of given predicates. Considering the data in (8) and the alternation between the indicative and the subjunctive, Ambar (2016) argues that the occurrence of the subjunctive mood in structures like (8a) is not a result of

selection and therefore dubs such structures *unselected subjunctive clauses*.

A well-known property concerning Romance subjunctive embedded clauses is related to the co-reference between the subjects of the matrix and the embedded domains. As shown in (9), Portuguese subjunctive clauses display obligatory obviation effects, precluding the co-reference between the matrix and the embedded subjects:

(9) O João quer que *pro**i /j ganhe as eleições.

The John wants that *pro* win.SUBJ.3p.sg the elections

'John wants him to win the elections.'

In fact, obligatory obviation has been the topic of many discussions (Ambar, 1988; Picallo, 1984; Raposo, 1985). It has been commonly agreed that it is a result of the properties of tense of the embedded domain. According to the analysis put forth in Raposo (1985), subjunctive embedded clauses have dependent tense: the tense of the embedded domain is dependent on the tense of the matrix predicate given that they have [-T] on C, as shown in the structure below: (10) "[S' [+TENSE]i [S ... [+Tense]i ... V [S' [-TENSE] [S NP [Infl [+Tense]i Agr VP]]]" (Raposo, 1985, p. 80).

As illustrated in (10), by virtue of tense dependency, the binding domain of the embedded clause extends to the matrix clause, preventing the co-reference between the matrix and the embedded subjects in agreement with Principle B of the Binding Theory.

In a similar vein, Ambar (1988) further argues that the subjunctive embedded domain is dependent. However, besides the features [-TENSE] and [+TENSE], Ambar (1988) proposes that T and Agr further display the feature [$\pm$ strong]. Thus, according to this author, subjunctive clauses are classified as [+T, -strong] which suggests that T must be bound by the matrix verb. Since T governs Agr, the binding domain of Agr extends to the matrix

Nevertheless, while these proposals adequately capture the behaviour of subjunctive embedded clauses, the data from subjunctive main clauses, in which the subjunctive appears on its own, pose a clear challenge to the view that the subjunctive is characterised by dependent tense. The next section examines this question and the factors triggering the selection of the subjunctive in matrix clauses.

The selection of the subjunctive mood in main clauses

The properties of subjunctive main clauses and the aspects concerning their syntactic expression have not been subject to much systematic scrutiny, even though they are particularly important for a better understanding of the properties of the subjunctive mood. A comparison with the pairs in (4)–(5) and (6)–(7) shows that in matrix clauses the choice between indicative and subjunctive remains straightforward: the indicative is used in assertions, as in (11), while the subjunctive encodes evaluations and the speaker's attitude toward the state of affairs described, as in (12):

- (11) a. Ele vai _____ ao cinema.
he go.IND.PRES.3sg to.the movies
'He goes to the movies.'
- b. *Ele vá _____ ao cinema.
he go.SUBJ.PRES.3sg to.the movies
[Ambar, 2016, p. 125]
- (12) a. Vá _____ ele às aulas! (e /assim terá
êxito
Go.SUBJ.PRES.3sg he to-the courses (and/so he
will succeed

- nos seus estudos)
in his studies)
'Let him take the courses!'
b. *Vai ele às aulas!
Go.IND.PRES.3sg he to.the courses
'He takes the courses!'

[Ambar, 2016, p. 131]

The data from Portuguese show that the subjunctive is excluded from simple assertions, such as (11b), and is instead employed to encode evaluative meaning, as illustrated in (12a).

Furthermore, Ambar (2016) notes that the subjunctive also contributes to the expression of wishes or possibilities. In these cases, it is triggered by the presence of *talvez* 'maybe' (13a-b) or *é possível/provável* 'it is possible/probable' (14a-b):

- (13) a. Talvez (que) ele venha.
Maybe (that) he come.SUBJ.PRES.3sg
'Maybe he comes.'
b. * Talvez (que) ele vem.
Maybe (that) he come.IND.PRES.3sg
Intended: 'Maybe he comes.'
(14) a. É possível/provável que ele venha.
Is possible/probable that he come.SUBJ.PRES.3sg
'It is possible/probable that he is coming.'
b. *É possível/provável que ele vem.
Is possible/probable that he come.IND.PRES.3sg
'It is possible/probable that he is coming.'
[adapted from Ambar, 2016, p. 134-135]

As shown in (13b) and (14b), paralleling the data discussed above, the indicative is, once again, excluded.

In light of the above observations, Ambar, Dimitrova and Amaral (2017), building on Ambar (2016), argue that subjunctive main clauses should be treated as another instance of *unselected*

subjunctive clauses. As in the case of Portuguese *acreditar* ‘believe’ in (8) above, the occurrence of the subjunctive mood is not a result of selection. Rather, it is associated with the expression speaker-related values.

Interestingly, the observations discussed above regarding subjunctive main clauses also extend to subjunctive polar questions. Giannakidou (2016), drawing on data from MG, argues that subjunctive yes-no questions display the so-called *epistemic subjunctive*, captured under the possibility modal *might*:

- (15) Na tou milise (arage)?
SUBJV him talked-3SG Q-particle
‘Might she have talked to him?’
(Giannakidou, 2016, p. 200)

According to this author, the epistemic subjunctive weakens the veridicality of sentences. As a result, the polar question in (15) does not encode the alternatives $[p, \neg p]$ the same way standard yes-no questions do: “here, the speaker asks the hearer about the possibility of p rather than p itself.” [Giannakidou, 2016, p. 200].

As noted above, unlike MG, Romance languages, like Portuguese, typically disallow the subjunctive in polar questions. In Portuguese, subjunctive polar questions are strongly ungrammatical, as shown in (3) above, repeated below for ease: (16) * O João vá ao cinema? The John go.SUBJ.3p.sg. to-the movies.

In what follows, we turn to a discussion of the factors responsible for the ungrammaticality of (16).

Towards an analysis

In this section, we focus on what triggers the ban on the licensing of the subjunctive mood in Portuguese yes-no questions, drawing on previous analyses dedicated to the syntactic

expression of Portuguese yes-no questions, on the one hand, and to the syntax of subjunctive clauses, on the other.

On the syntax of Portuguese yes-no questions

The study of Portuguese yes-no questions has typically focused on a detailed analysis of their prosodic properties (Frota, 2000, 2002). Nevertheless, to the best of our knowledge, the precise syntactic structure underlying Portuguese polar questions has not been subject to much discussion.

An attempt to address the apparent gap concerning the syntax of Portuguese polar questions was made by Ambar (2013), who convincingly argues that their underlying structure patterns that of *wh*-questions. The proposal put forth in Ambar (2013) is supported by some intriguing data on the distribution of quantified subjects and the so called ‘special adverbs’ (Ambar; Gonzaga; Negrão, 2004; Ambar, 2008) such as *lá* ‘there’ and *sempre* ‘always’. The behaviour of these elements in yes-no questions provides evidence that the structure of Portuguese yes-no questions is more complex than traditionally assumed. Crucially, Ambar (2013) argues that, like *wh*-questions, Portuguese polar questions involve verb-movement to C.

Building on seminal works discussing the structure of yes-no questions, namely Holmberg (2012), Ambar (2013) proposes that Portuguese yes-no questions have the structure in (17) below:

(17) [TopP [IntP [FocP [TopP [PolP [TP

Following Holmberg (2012), who argues that the structure of yes-no questions includes a Polarity head (PolP), responsible for the encoding of polarity features, Ambar (2013) considers that PolP projects in a position above TP. However, unlike Holmberg (2012), Ambar (2013) assumes that Pol has two possible values – affirmative and negative – whose valuation results from V-to-Pol movement, with the verb carrying both tense and event features

(Ambar, 2005, 2007). The Interrogative Operator is taken to originate in FocP and is represented in (18):

(18) $\langle T, \text{aff}, \text{neg}, F\text{aff}, \text{neg} \rangle$

The value of the interrogative operator therefore consists in a bundle of features (Chomsky, 2001). In (18) T and F correspond to True and False, respectively, and are valued by the answer. The features aff and neg, by contrast, pertain to the value of the polarity head. The verb undergoes movement to Pol⁰ where it assigns the corresponding aff or neg value to Pol as well as to the heads of FocP and IntP. Consider the question in (19a) and its derivation in (19b):

(19) a. O João comprou o livro?

The John bought the book

‘Did John buy the book?’

b. [TopP O Joãoi [IntP [Int’ comprouk aff [FocP [Foc’ comprouk aff

[TopP Θ Joãoi [PolP [Pol’ comprouk [TP Θ Joãoi comprouk o livro]]]]]]]]

As noted above, T and F values are determined and assigned by the answer. Ambar (2013) suggests that answers to yes-no questions involve the functional projections AssertiveP and EvaluativeP (Ambar, 2000, 2003). In the present work, adopting Ambar’s (2013) analysis, we assume that Portuguese polar questions project PolP and involve verb movement to C.

The ban on subjunctive in Portuguese yes-no questions – proposal for analysis

Considering the properties of subjunctive main and embedded clauses, and assuming with Ambar (2013) that Portuguese polar questions involve an Interrogative Operator triggering verb movement, this section examines the factors responsible for the ungrammaticality of subjunctive yes-no questions in Portuguese.

As noted above, one of the core properties traditionally associated with subjunctive clauses is tense deficiency. Obligatory obviation effects have been analysed as a consequence of this dependency: unlike indicative clauses, in which C is specified as [+T], subjunctive clauses are assumed to have [-T] on C (Picallo, 1984; Raposo 1985). Nevertheless, with respect to complements of volitional predicates, Bošković (1997) and Martin (1996) argue that these clauses are in fact [+T], building on Stowell's (1981) analysis of the tense properties of control infinitives. According to Stowell (1981), control infinitives have independent tense and denote an unrealized future event. In view of these opposing accounts, the tense properties of subjunctive clauses remain unclear.

In Ambar's (2016) terms, these two conflicting views in fact reflect different properties of the subjunctive mood. Assuming that t-features enter the derivation as bundles (Chomsky, 2001), Ambar (2016) distinguishes between two types of features: (i) tt-features, which are responsible for the morphological tense and for the nominative case, and (ii) tev-features which encode the properties of event and Aktionsart and the accusative. Following Chomsky's (2001) *interpretable* vs. *uninterpretable* features, Ambar (2016) assumes that features enter the derivation as *valued* or *unvalued*. Unvalued features receive a value via Agree. Within this system, Ambar (2016) proposes that, in indicative clauses, both tt and tev are valued when they enter the derivation, whereas in subjunctive clauses only tev features are valued in V, the tt-features being valued by the matrix verb.

A central focus here are *unselected subjunctive clauses*. As discussed above, in Romance languages such as Portuguese, the occurrence of the subjunctive is not always determined by selection: certain predicates, like Portuguese *acreditar* 'believe' are compatible with both the indicative and the subjunctive. Extended the proposal outlines above, Ambar (2016) argues that in *unselected subjunctive clauses* the unvalued tt features are valued by an Evaluative Operator. Crucially, assuming that the subjunctive

encodes the speaker's evaluations, while the indicative is restricted to assertions, Ambar further proposes that the properties of each mood are determined by the activation of two projections of the Left Periphery, the speaker's projections EvaluativeP and AssertiveP, proposed in previous works (Ambar, 2000, 2003).

With these observations in mind, we now return to the discussion of the factors that prevent the occurrence of the subjunctive mood in Portuguese polar questions:

- (20) * O João vá ao cinema?
The John go.SUBJ.3p.sg. to-the movies
Intended: "Might John go to the movies?"

Assuming with Ambar (2016) that, in languages like Portuguese, *unselected subjunctive clauses* display unvalued *tt* features valued by an Evaluative Operator, and that the occurrence of the subjunctive in interrogative sentences does not depend on selection, we propose that the ungrammaticality of the structure in (20) results from the valuation of *tt* features being blocked by the intervening Interrogative Operator:

- (21) [EvalP OpEVAL [Eval' [IntP OpINT [Int° [TP o
Joãoj [T° vá ~~utt~~, ~~tev~~ i [VP ~~o~~ Joãoj
|_____X_____|
[V° ~~vá~~ ~~utt~~, ~~tev~~ i ao cinema]

The structure in (21) provides a straightforward explanation for why the subjunctive is banned in Portuguese polar questions. Moreover, the analysis of the Portuguese data in (20) aligns with Giannakidou's (2016) observations, according to which subjunctive yes-no questions differ from standard yes-no questions in the denotation of the alternatives $[p, \neg p]$. Since the encoding of these alternatives is triggered by the Interrogative Operator, its incompatibility with the subjunctive mood captures this contrast.

Conclusions

Our goal in the present work was to examine the properties of subjunctive yes-no questions drawing on data from Portuguese. Assuming that the occurrence of the subjunctive in questions reflects the speaker's evaluations and attitude, we observed that, in contrast to other typologically distinct languages, Portuguese systematically blocks the licensing of the subjunctive in polar questions.

In order to account for this intriguing restriction, we adopted the analyses proposed in Ambar (2016) and Giannakidou (2016) which suggest that the licensing of *epistemic subjunctive* results from verb movement to the Left Periphery (Ambar, 2016). On this basis, we proposed that yes-no questions are among the contexts in which unselected subjunctive occurs. Building on this analysis and on recent proposals on the structure of Portuguese yes-no questions, we argued that Portuguese subjunctive yes-no questions are disallowed as a result of an intervening interrogative operator that blocks the *tt* features valuation by the Evaluative Operator.

Orações principais no Conjuntivo e as restrições à seleção do Conjuntivo em interrogativas polares do português

RESUMO: O modo conjuntivo tem sido amplamente discutido a partir da perspectiva da sua seleção em orações completivas e tem sido considerado o modo da subordinação que codifica um determinado tipo de dependência (Picallo, 1984; Raposo, 1985). Adicionalmente, vários estudos (Ambar, 2016; Giannakidou, 2016) demonstraram que a seleção do conjuntivo em orações principais contribui para a expressão de traços relacionados com o falante, tais como a atitude e as avaliações do falante. Ao focar-se na seleção do modo conjuntivo em interrogativas polares, ou sim-não, essa tem sido tipicamente associada à denotação de dúvida e questionamento, capturada pelo conceito de *conjuntivo epistêmico* (Giannakidou, 2016). Crucialmente, as línguas diferem quanto à possibilidade de ocorrência do conjuntivo em interrogativas polares. Enquanto em línguas como o grego moderno e o búlgaro nada impede a seleção do subjuntivo tanto em interrogativas sim-não como em interrogativas *wh*, o conjuntivo é tipicamente excluído em algumas línguas românicas, como o português. Tendo em conta essa restrição intrigante, o objetivo deste artigo é discutir os dados do português relativos ao conjuntivo em orações principais e encaixadas, com base em análises prévias que abordam a sintaxe das interrogativas polares, por um lado, e as propriedades das orações principais no conjuntivo, por outro (Ambar, 2013, 2016). Assim, no presente trabalho propomos que o licenciamento do conjuntivo é bloqueado nas interrogativas polares do português devido à intervenção de um operador interrogativo.

PALAVRAS-CHAVE: modo conjuntivo; interrogativas polares; avaliação; português.

REFERENCES

- AMBAR, Manuela. *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. 1988, 802 f. Dissertação (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.
- AMBAR, Manuela. Infinitives vs. Participles. In: TREVINO, E & LEMA, J (org.). *Semantic Issues in Romance Syntax, Current Issues in Linguistic Theory*, Amsterdam USA: John Benjamins, 1999. p. 1-20.
- AMBAR, Manuela. Wh-asymmetries. In: DI SCIULLO, Anna Maria (org.). *Asymmetry in Grammar*, Amsterdam, USA: John Benjamins, 2003. p. 208-249.
- AMBAR, Manuela. On some special adverbs, word order and CP. Variation vs. micro-variation. *Canadian Journal of Linguistics – Revue Canadienne de Linguistique*, [s.l.], 53, (2/3), p. 143-179, 2008.
- AMBAR, Manuela. Yes-no questions, subjects, adverbs and left periphery – new evidence from Portuguese. In: EMONDS, J.; JANEBOVÁ, M (org.). *Language Use and Linguistic Structure. Proceedings of the Olomouc Linguistics Colloquium 2013*. Olomouc: Palacký University, 2013. p. 15-32.
- AMBAR, Manuela. On Finiteness and the Left Periphery: Focusing on Subjunctive. In: BLASZACK, J.; KLIMEK JANKOWSKA, D.; MYGDALSKI, K.; GIANNAKIDOU, A. (org.). *Mood, Aspect, Modality Revisited: New Answers to Old Questions*. Chicago: University of Chicago Press, 2016. p. 125-176.
- AMBAR, Manuela; GONZAGA, Manuela; NEGRÃO, Esmeralda. Tense, Quantification and Clause Structure in EP and BP: Evidence from a Comparative Study on Sempre. In: GRONINGEN, Reineke BokBennema; HOLLEBRANDSE Bart; KAMPERSMANHE Brigitte; SLEEMAN Petra (org.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2002: Selected Papers from “Going Romance*. Amsterdam, USA: John Benjamins, 2004. p. 1-16.
- AMBAR, Manuela; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, Angel. Subjunctives: How Much Left Periphery Do You Need? In: VESELOVSKÁ, L.; JANEBOVÁ, M. (org.). *Language Use and Linguistic Structure. Proceedings of the Olomouc Linguistics Colloquium 2014*. Olomouc: Palacký University, 2014. p. 45-66.

AMBAR, Manuela; DIMITROVA, Margarita.; AMARAL, Diana. A crosslinguistic puzzle for Subjunctive. *Rhema*, [s.l.], v. 4, p. 23-37, 2017.

BOŠKOVIĆ, Željko. *The Syntax of Nonfinite Complementation: An Economy Approach*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (org.), *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-52.

DIMITROVA, Margarita. *On the Syntax of Yes-No Questions in Bulgarian and Portuguese*. 2020, 362 f., Dissertação (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

GIANNAKIDOU, Anastasia. *Polarity Sensitivity as (Non)veridical Dependency*. Amsterdam, USA: John Benjamins, 1998.

GIANNAKIDOU, Anastasia. The dependency of the subjunctive revisited: Temporal semantics and polarity. *Lingua*, [s.l.], n. 120, p. 1883–1908, 2009.

GIANNAKIDOU, Anastasia. Evaluative subjunctive and nonveridicality. In: BLASZACK, J.; KLIMEK-JANKOWSKA, D.; MYGDALSKI, K.; GIANNAKIDOU, A. (org). *Mood, Aspect, Modality revisited: New Answers to Old Questions*. Chicago: University of Chicago Press, 2016. p. 177-217.

GIANNAKIDOU, Anastasia; MARI, Alda. *Truth and veridicality in grammar and thought: mood, modality, and propositional attitudes*. Chicago: University of Chicago Press, 2021. HAMBLIN, Charles. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, [s.l.], n. 10, p. 41– 53, 1973.

HOLMBERG, Anders. On the Syntax of Yes and No in English. *Newcastle Working Papers in Linguistics*, [s.l.], n. 18, p. 52–72, 2012.

HOLMBERG, Anders. *The syntax of Yes and No*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

KEMPCHINSKY, Paula. What can the subjunctive disjoint reference effect tell us about the subjunctive? *Lingua*, [s.l.], n. 119, p. 1788–1810, 2009.

FROTA, Sónia. *Prosody and Focus in European Portuguese*. Phonological Phrasing and Intonation. New York: Garland Publishing, 2000.

FROTA, Sónia. Nuclear falls and rises in European Portuguese: a phonological analysis of declarative and question intonation. *Probus*, [s.l.], 14-1, p. 113-146, 2002.

MARQUES, Rui. On the selection of mood in complement clauses. In: HOGEWEG *et al.* (org.). *Crosslinguistic Semantics of Tense, Aspect and Modality*. Amsterdam, USA: John Benjamins, 2009. p. 179-204.

MARQUES, Rui. Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo. In: BRITO, A.M.; SILVA, M.F., VELOSO, J.; FIÉIS, A. (org.). *XXV Encontro da Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística. 2010. p. 549-565.

MARTIN, Roger Andrew. *A minimalist theory of PRO and control*. 1996, 174 f. Dissertation (PhD in Linguistics), College of Liberal Arts and Sciences, University of Connecticut, Connecticut, 1996.

PICALLO, Carme. The infl node and the null subject parameter. *Linguistic Inquiry*, [s.l.], n. 15, p. 75-102, 1984.

PORTNER, Paul. The semantics of mood, complementation, and conversational force. *Natural Language Semantics*, [s.l.], n. 5, p. 167-212, 1997.

QUER, Josep. *Mood at the Interface*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

RAPOSO, Eduardo Paiva. Some asymmetries in the binding theory in Romance. *Linguistic Review*, [s.l.], n.5, p. 75-109, 1985.

ROCCI, Andrea. Epistemic modality and questions in dialogue. The case of the Italian interrogative constructions in the subjunctive mood and the “epistemic” future tense. In: DE SAUSSURE, L.; MOESCHLER, J.; PUSKAS, G. (ed.). *Tense, Mood and Aspect. Theoretical and Descriptive Issues*, Amsterdam, NY: Rodopi, 2007. p. 129-153.

ROUCHOTA, Vassiliki. *The semantics and pragmatics of subjunctive in Modern Greek*. 1994, 302 f. Dissertation (PhD in Linguistics), Faculty of Arts and Humanities, University College London, London, 1994.

STOWELL, Tim. The tense of infinitives. *Linguistic Inquiry*, [s.l.], n. 13, p. 561-570, 1981.

CONTRASTE NO DISCURSO: MAS E ACONTECE QUE NA INTERFACE ENTRE ARGUMENTAÇÃO E MEDS

Ana Cláudia Machado dos Santos¹

RESUMO: Este artigo analisa o funcionamento dos conectores *mas* e *acontece que* na organização de relações contrastivas no discurso, com base em dados do domínio jornalístico. O estudo articula diferentes perspectivas teóricas, incluindo a noção de articuladores textuais (Koch; Elias, 2016), a abordagem argumentativa das construções do tipo P *mas* Q (Anscombre; Ducrot, 1983), a descrição semântico-funcional do conector *mas* (Neves, 2000) e a proposta construcional de marcadores estruturantes do discurso (Traugott, 2022). Metodologicamente, adota-se a representação estrutural D1 - conector - D2, utilizada para examinar como diferentes unidades linguísticas organizam a progressão argumentativa no texto. A análise mostra que *mas* atua como conector prototípico de contraste, articulando segmentos no interior do período e atribuindo maior peso interpretativo ao segundo segmento. Já o conector *acontece que* instancia o mesmo subesquema contrastivo de forma não prototípica, introduzindo frequentemente um fato ou evento que altera o enquadramento interpretativo previamente construído no discurso. Os resultados evidenciam que conectores de origens distintas podem desempenhar funções semelhantes na organização das relações contrastivas do texto, embora produzam efeitos discursivos específicos.

PALAVRAS-CHAVE: conectores discursivos; contraste; *mas*; *acontece que*; marcadores estruturantes do discurso.

1 Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

As relações de contraste no discurso não dependem apenas de valores lógico-sintáticos, mas também de mecanismos que organizam a progressão textual e orientam a interpretação do leitor. Entre esses mecanismos, destacam-se os conectores textual-discursivos, responsáveis por articular segmentos do texto e por conduzir percursos interpretativos específicos.

Nos estudos da Linguística Textual, elementos desse tipo têm sido descritos sob diferentes denominações. Koch e Elias (2016), por exemplo, utilizam o termo articuladores textuais para designar unidades linguísticas que estabelecem relações entre porções do texto e contribuem para a organização da progressão discursiva. No presente trabalho, tais elementos são tratados como conectores textual-discursivos, isto é, unidades que atuam na conexão entre segmentos textuais e na orientação da interpretação discursiva.

Entre os conectores do português, *mas* ocupa posição central. Tradicionalmente classificado como conjunção coordenativa adversativa, esse item tem sido descrito, em perspectiva funcional, como elemento capaz de expressar diferentes nuances semântico-discursivas, entre elas contraposição, restrição e eliminação do conteúdo precedente (Neves, 2000). Na teoria da argumentação na língua, proposta por Anscombre e Ducrot (1983), construções do tipo P *mas* Q organizam a relação entre dois segmentos orientados para conclusões distintas, sendo o segundo responsável por reorientar a interpretação sugerida pelo primeiro.

Ao lado de *mas*, o português dispõe também de outras construções que participam da organização de relações contrastivas no discurso. Entre elas, destaca-se *acontece que*, cuja função ultrapassa o valor lexical do verbo *acontecer* e passa a atuar na estruturação do texto, introduzindo segmentos que alteram o enquadramento interpretativo previamente construído.

Nos estudos recentes sobre organização discursiva e mudança construcional, elementos desse tipo têm sido descritos como marcadores estruturantes do discurso (MEDs), isto é, unidades responsáveis por organizar a relação entre segmentos discursivos e orientar o processamento interpretativo do texto (Traugott, 2022). À luz dessa abordagem, o presente artigo investiga o funcionamento dos conectores *mas* e *acontece que* como realizadores de contraste no português contemporâneo.

Parte-se da hipótese de que, embora ambos possam introduzir relações contrastivas entre segmentos discursivos, esses dois itens apresentam comportamentos distintos quanto à sua posição estrutural no texto, aos efeitos argumentativos produzidos e ao tipo de reorientação interpretativa que introduzem. Com base em dados extraídos do *Corpus NOW*², busca-se descrever o funcionamento desses conectores e discutir em que medida *mas* e *acontece que* representam estratégias distintas de organização do contraste no discurso.

Além desta introdução, o artigo organiza-se da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se o quadro teórico que articula contribuições da Linguística Textual, da abordagem semântico-funcional dos conectores, da Teoria da Argumentação e da perspectiva construcional dos marcadores estruturantes do discurso; na segunda seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados; na terceira, desenvolve-se a análise dos dados, com foco no funcionamento dos conectores *mas* e *acontece que* na organização de relações contrastivas; a quarta seção reúne as considerações finais do estudo, seguidas das referências.

2 Os dados foram extraídos do corpus NOW (News on the Web), integrante do Corpus do Português, desenvolvido por Mark Davies. O corpus reúne bilhões de palavras provenientes de jornais e revistas on-line de diversos países de língua portuguesa, sendo atualizado continuamente e permitindo o acompanhamento de usos contemporâneos da língua.

Organização discursiva, operadores argumentativos e conectores de contraste

Articuladores textuais e progressão discursiva

A organização do discurso depende de mecanismos linguísticos que articulam porções do texto e orientam sua interpretação. Na perspectiva de Koch e Elias (2016), esses elementos são descritos como articuladores textuais, responsáveis por estabelecer relações entre segmentos textuais e por orientar a progressão discursiva. Entre esses articuladores, incluem-se aqueles que desempenham funções discursivo-argumentativas de contraste, encadeando segmentos de modo a direcionar a interpretação do enunciado.

No presente estudo, os elementos analisados são tratados como conectores textual-discursivos, denominação próxima da proposta por Koch e Elias (2016), já que ambos os termos remetem a unidades que atuam na articulação da progressão textual. As autoras distinguem ainda três níveis de organização textual: o *microestrutural*, ligado à articulação no interior dos períodos; o *intermediário*, relacionado com o encadeamento entre períodos e parágrafos; e o *global*, voltado à organização do texto como um todo.

Essa perspectiva mostra-se especialmente relevante no domínio jornalístico. Como observa Marcuschi (2008), os gêneros textuais mobilizam sequências tipológicas distintas, e, no caso dos gêneros jornalísticos, os trechos específicos em que tais conectores se inserem são predominantemente as sequências expositivas e argumentativas. Nesse contexto, os conectores textual-discursivos desempenham papel decisivo na organização da progressão argumentativa, indicando relações de contraste, ressalva ou reorientação interpretativa.

Operadores argumentativos e a estrutura P mas Q

A relação de contraste estabelecida por conectores como *mas* foi amplamente discutida na teoria da argumentação na língua, proposta por Anscombre e Ducrot (1983). Nessa abordagem, determinados elementos linguísticos atuam como operadores argumentativos, isto é, unidades responsáveis por orientar a interpretação dos enunciados e por indicar o percurso argumentativo a ser seguido pelo interlocutor.

Um dos modelos mais conhecidos dessa teoria é a estrutura *P mas Q*, em que dois segmentos discursivos são articulados pelo conector *mas*. Segundo Anscombre e Ducrot (1983), o primeiro segmento orienta o interlocutor para determinada conclusão, enquanto o segundo introduz um argumento que conduz a uma conclusão distinta ou contrária, reorientando o percurso interpretativo inicialmente sugerido. Nesse sentido, *mas* não apenas estabelece oposição entre segmentos, mas também indica uma hierarquia argumentativa, em que o segundo tende a apresentar maior força interpretativa.

O conector mas na literatura gramatical e funcional

Tradicionalmente, o conector *mas* é classificado pelas gramáticas normativas como uma conjunção coordenativa adversativa. Nessa perspectiva, seu papel principal seria o de estabelecer uma relação de oposição entre duas orações coordenadas. Cunha e Cintra (2001), contudo, já reconhecem que esse item pode expressar valores como restrição, retificação, compensação e mudança de assunto, o que evidencia a complexidade de seu funcionamento discursivo.

Nesse panorama, estudos de orientação funcional e discursiva têm demonstrado que o funcionamento desse elemento ultrapassa a simples relação adversativa descrita pelas gramáticas tradicionais. Em perspectiva funcional, Neves (2000) propõe que

o conector *mas* apresenta dois valores semânticos básicos: o da contraposição e o da eliminação. No primeiro caso, o conteúdo do segmento introduzido por *mas* admite parcialmente o conteúdo expresso no segmento anterior, porém posiciona-se de forma a contrapô-lo ou relativizá-lo. No segundo caso, ocorre a anulação ou rejeição do conteúdo previamente apresentado, sendo o segundo segmento responsável por invalidar a interpretação sugerida pelo primeiro.

A interpretação de Anscombre e Ducrot (1983) encontra respaldo na descrição proposta por Neves (2000), que analisa o funcionamento do conector *mas* no português contemporâneo e mostra que as relações adversativas não se limitam à simples oposição entre conteúdos. Segundo a autora, os segmentos articulados por *mas* estabelecem uma relação de desigualdade argumentativa, na qual o segundo segmento tende a assumir maior peso interpretativo na orientação do enunciado.

Nesse sentido, o conector *mas* estabelece uma relação entre segmentos discursivos que se organizam com base em diferentes graus de contraste, os quais podem variar desde uma desigualdade pouco marcada até relações mais intensas de oposição, contrariedade ou rejeição. Como observa Neves (2000), essas relações podem situar-se em uma zona semântica gradativa, que vai do contraste mais tênue até formas mais fortes de negação ou substituição argumentativa.

Castilho (2010) também destaca que, nas construções adversativas, o segundo segmento frequentemente contraria ou restringe expectativas geradas pelo primeiro. Nesse processo, o conector atua como um elemento que sinaliza ao interlocutor a necessidade de reinterpretar ou ajustar a interpretação do segmento anterior.

Essas observações evidenciam que o funcionamento do conector *mas* não se limita à simples oposição entre orações, mas

envolve processos mais complexos de organização argumentativa e de orientação interpretativa no discurso.

Marcadores estruturantes do discurso e persistência semântica

Estudos recentes sobre organização discursiva e mudança construcional têm descrito certos conectores textual-discursivos a partir do conceito de marcadores estruturantes do discurso (MEDs). Traugott (2022), ao analisar itens como *but*, *all the same* e *instead*, descreve esses elementos como unidades linguísticas responsáveis por organizar relações entre segmentos discursivos e por orientar o processamento interpretativo do texto.

Nessa perspectiva, tais elementos podem ser representados esquematicamente por meio da estrutura D1 – MED – D2, na qual o marcador explicita a relação discursiva estabelecida entre dois segmentos e indica como o segundo deve ser interpretado em relação ao primeiro. No presente estudo, essa configuração é reinterpretada em termos argumentativos como P – MED – Q, aproximando-se do modelo proposto por Anscombe e Ducrot (1983) para as construções com *mas*.

Ao discutir o funcionamento dos conectores contrastivos, Traugott (2022) revisita diferentes propostas da literatura que procuram explicar a natureza do contraste no discurso, entre elas abordagens que o associam ao cancelamento de inferências (Winograd, 1976), ao choque de expectativas discursivas (Sweetser, 1990) e à atuação de marcadores discursivos com significado nuclear de contraste (Fraser, 2009). A autora observa, contudo, que tais abordagens tendem a localizar o contraste principalmente no item lexical, enquanto sua proposta busca explicá-lo no nível da organização construcional do discurso.

Nesse quadro teórico, o contraste não é entendido como propriedade exclusiva de um marcador específico, mas como parte de um subesquema discursivo que estrutura a relação

entre dois segmentos. Esse subesquema é representado como [[D1] Contrast [D2]], no qual o segundo segmento é interpretado em relação ao primeiro por uma reorientação inferencial. Como afirma Traugott (2022, p. 123), “*From a constructional perspective, the meaning [contrast] is inherited as a discourse function from the [D1 Contrast D2] frame*”³.

Essa perspectiva permite compreender por que diferentes unidades linguísticas podem instanciar relações contrastivas semelhantes na organização do discurso. Esse é o caso de *acontece que*, cuja origem lexical remonta ao verbo *acontecer*, mas que, em determinados contextos discursivos, passa a atuar como conector responsável por introduzir uma informação que altera ou redefina enfaticamente o enquadramento interpretativo estabelecido anteriormente.

Essa mudança funcional pode ser explicada à luz do princípio da persistência, proposto por Hopper (1991), segundo o qual traços da semântica lexical original de um item tendem a permanecer ativos mesmo após processos de mudança funcional. No caso de *acontece que*, a noção de evento ou ocorrência associada ao verbo *acontecer* permanece parcialmente presente, contribuindo para o efeito discursivo de introdução de um fato relevante — frequentemente interpretado como inesperado — que modifica o enquadramento interpretativo previamente construído.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-analítica, com foco no funcionamento discursivo de conectores textual-discursivos de contraste no português contemporâneo. O *corpus* utilizado foi extraído do *Corpus NOW* (*News*

3 “Em uma perspectiva construcional, o significado de contraste é herdado como função discursiva do enquadramento [D1 Contrast D2]”, tradução nossa.

on the Web), base composta por textos jornalísticos publicados em diferentes veículos de imprensa. A escolha desse *corpus* justifica-se pela ampla disponibilidade de dados autênticos do português contemporâneo e pela diversidade de gêneros do domínio jornalístico.

Para este artigo, foram selecionadas dez ocorrências, sendo cinco casos do conector *mas* e cinco de *acontece que*. O Quadro 1 apresenta as fontes das ocorrências analisadas, extraídas do *Corpus NOW (News on the Web)* do projeto *Corpus do Português*.

Quadro 1 – Ocorrências analisadas

EX.	CONECTOR	FONTE
1	acontece que	Conjur
2	acontece que	Notícias Concursos
3	acontece que	Estadão
4	acontece que	OTV Foco
5	acontece que	El País
6	mas	Diário de Pernambuco
7	mas	O Globo
8	mas	O Povo
9	mas	Metrópoles
10	mas	Diário de Pernambuco

Fonte: elaboração própria.

Em razão dos limites de espaço deste artigo, não são transcritas e discutidas individualmente todas as ocorrências da amostra. Assim, apresentam-se em detalhe quatro ocorrências representativas do *corpus* duas de cada conector — e, em seguida, sintetizam-se os padrões de funcionamento observados nos demais casos.

Essa opção metodológica permite explicitar o procedimento analítico adotado e, ao mesmo tempo, privilegiar a identificação de regularidades estruturais e funcionais associadas aos conectores investigados, evidenciando os efeitos discursivos recorrentes produzidos por essas unidades na organização das relações de contraste no texto.

Ressaltamos que, para fins analíticos, a estrutura D1 – MED – D2, apresentada por Traugott (2022), é reinterpretada no presente estudo como P – MED – Q, adaptação que permite aproximar o modelo dos MEDs da estrutura argumentativa *P mas Q* descrita por Anscombre e Ducrot (1983). Nessa perspectiva, o segmento precedente (P) corresponde ao enquadramento discursivo inicial, enquanto o segmento subsequente (Q) introduz uma informação que reorienta ou redefine a interpretação do primeiro segmento, configurando a relação de contraste que constitui o foco deste estudo.

A análise das ocorrências considera, portanto, os seguintes aspectos: (i) a identificação dos segmentos D1 (P) e D2 (Q) articulados pelo conector; (ii) a posição estrutural ocupada pelo marcador no interior do texto; e (iii) os efeitos discursivos produzidos pela relação estabelecida entre os segmentos. Com base nesses critérios, busca-se descrever de que modo os conectores *mas* e *acontece que* atuam na organização de relações de contraste e na reorientação argumentativa do discurso.

Análise dos dados

A análise inicia-se pelo conector *mas*, tradicionalmente descrito na literatura como o elemento prototípico de expressão do contraste no português. Conforme discutido por Neves (2000), esse conector estabelece uma relação de desigualdade argumentativa entre os segmentos que articula, permitindo que o segundo segmento contrarie ou reorienta as expectativas geradas pelo primeiro.

Nos dados examinados, observa-se que as construções com *mas* e *acontece que* apresentam, em linhas gerais, uma mesma estratégia discursiva básica, frequentemente associada a um efeito de suspense informacional. Nesse tipo de organização discursiva, o locutor apresenta inicialmente um segmento que estabelece determinado enquadramento interpretativo e, em seguida, introduz um conector responsável por preparar a entrada de um novo segmento que redefine ou redireciona a interpretação do primeiro.

Essa estratégia caracteriza-se, portanto, pela apresentação inicial de um enquadramento informacional seguido da introdução de um segmento que assume maior peso interpretativo no desenvolvimento do texto. É nesse segundo segmento que se encontra o argumento discursivamente mais forte, responsável por produzir o efeito de contraste, entendido aqui como uma forma de reorientação argumentativa em relação ao enquadramento estabelecido anteriormente.

Embora os conectores analisados compartilhem essa mesma estratégia discursiva geral, os dados revelam que *mas* e *acontece que* se especializam em contextos discursivos distintos, apresentando diferenças quanto à posição estrutural que ocupam no texto e quanto aos efeitos de sentido que produzem na progressão discursiva.

O conector mas

Nos dados analisados, o conector *mas* apresenta o comportamento prototípico descrito na literatura para a expressão do contraste no português. Conforme aponta Neves (2000), esse conector estabelece uma relação de desigualdade entre os segmentos que articula, fazendo com que o segundo segmento assumam maior peso interpretativo na progressão do texto.

À luz da perspectiva construcional proposta por Traugott (2022), esse funcionamento pode ser interpretado como uma

instanciação do subesquema discursivo [[D1] Contrast [D2]], no qual o contraste não reside exclusivamente no conector, mas na configuração discursiva que articula os dois segmentos. Nesse enquadramento, o conector atua como elemento responsável por explicitar a relação contrastiva entre os segmentos e orientar o processamento interpretativo do enunciado.

Nas ocorrências examinadas, observa-se que *mas* aparece predominantemente articulando segmentos no interior do período, estabelecendo uma relação direta entre duas porções do enunciado. Nesses casos, o primeiro segmento introduz um enquadramento informacional ou avaliativo que conduz o leitor a determinada expectativa interpretativa, enquanto o segmento introduzido por *mas* redefine ou restringe essa expectativa.

Essa relação de contraste pode assumir diferentes nuances semânticas, conforme já observado por Neves (2000), que identifica valores como contraposição e eliminação ou restrição de expectativas associadas ao segmento precedente. Nos exemplos analisados, o conector *mas* atua, frequentemente, introduzindo um segmento que limita ou relativiza a interpretação do primeiro, produzindo um efeito discursivo em que o segundo segmento passa a orientar a interpretação global do trecho.

Outro aspecto que se destaca nas ocorrências examinadas diz respeito à posição estrutural ocupada pelo conector no texto. Em grande parte dos casos, *mas* aparece articulando segmentos dentro do mesmo período, o que evidencia seu funcionamento como conector fortemente associado à articulação microestrutural do discurso (Koch; Elias, 2016). Essa posição favorece a construção de contrastes diretos entre duas informações apresentadas em sequência imediata, contribuindo para a progressão argumentativa do texto.

Assim, os dados analisados confirmam o caráter prototípico de *mas* como conector de contraste no português, instanciando o subesquema discursivo [[D1 Contrast D2]] descrito por Traugott

(2022) e atuando na organização de relações em que o segundo segmento redefine ou reorienta o enquadramento interpretativo estabelecido pelo primeiro.

A seguir, apresentam-se exemplos que ilustram o funcionamento do conector *mas* nos dados analisados.

- (1) O eleitor de centro defende uma rigidez fiscal, *mas* não dá as costas à necessidade de programas sociais que beneficiem os mais carentes.

Nesse trecho, observa-se a seguinte configuração discursiva:

D1: O eleitor de centro defende uma rigidez fiscal.

MED: *mas*

D2: não dá as costas à necessidade de programas sociais que beneficiem os mais carentes.

O primeiro segmento (D1) apresenta uma caracterização do eleitor de centro associada à defesa da rigidez fiscal. Essa formulação tende a ativar no leitor um conjunto de inferências relacionadas a posições econômicas mais restritivas, frequentemente associadas à redução do papel do Estado em políticas sociais. O conector *mas* introduz, então, o segundo segmento (D2), no qual essa inferência potencial é parcialmente revista. Ao afirmar que o eleitor de centro “não dá as costas à necessidade de programas sociais que beneficiem os mais carentes”, o enunciado mantém o conteúdo do primeiro segmento, *mas* o reinterpreta por meio de uma informação que limita seu alcance interpretativo.

O contraste constrói-se, assim, não como oposição absoluta entre duas posições incompatíveis, *mas* como um ajuste argumentativo que reconfigura a leitura inicial do enunciado. O segundo segmento assume maior peso interpretativo na orientação do enunciado, relativizando a expectativa construída em D1 e conduzindo o leitor a uma interpretação mais complexa da posição descrita.

Esse funcionamento corresponde ao padrão argumentativo descrito por Anscombre e Ducrot (1983) para as construções do tipo *P mas Q*, nas quais o segundo segmento reorienta o percurso interpretativo sugerido pelo primeiro. No plano semântico-discursivo, trata-se de um caso de contraposição moderada, em que o conteúdo de D2 não nega o de D1, mas introduz uma restrição interpretativa que redefine o enquadramento argumentativo do enunciado.

- (2) A compra de uma arma de fogo é simples [...]. *Mas* para adquirir o silenciador é preciso pagar um imposto de 200 dólares.

A configuração discursiva pode ser representada da seguinte forma:

D1: A compra de uma arma de fogo é simples.

MED: *mas*

D2: para adquirir o silenciador é preciso pagar um imposto de 200 dólares.

No primeiro segmento (D1), o enunciado constrói a ideia de que a aquisição de uma arma de fogo ocorre de maneira relativamente simples, sugerindo um cenário de facilidade ou baixa burocratização no acesso a esse tipo de produto. Esse enquadramento inicial tende a projetar a expectativa de que o processo de obtenção de itens relacionados com o armamento siga o mesmo padrão.

O segmento introduzido por *mas* introduz, contudo, uma informação que limita essa generalização ao indicar que a aquisição de um acessório específico — o silenciador — exige o pagamento de um imposto elevado. Nesse contexto, o contraste não se estabelece como oposição direta entre duas avaliações incompatíveis, mas como uma restrição ao alcance da afirmação inicial.

O efeito discursivo resulta da passagem entre uma formulação de caráter mais geral (“a compra de uma arma de fogo é simples”) e a introdução de uma informação que delimita essa leitura,

mostrando que determinados elementos associados ao mesmo domínio não seguem a mesma lógica de facilidade. Assim, o segundo segmento introduzido por *mas* atua como elemento responsável por ajustar o enquadramento interpretativo estabelecido em D1, conduzindo o leitor a uma interpretação mais precisa da situação descrita.

Esse tipo de configuração corresponde ao valor de restrição descrito por Neves (2000) para o conector *mas*, em que o segundo segmento introduz uma informação que limita ou relativiza o alcance interpretativo da afirmação precedente. Mais uma vez, observa-se a instanciamento do subesquema [[D1 Contrast D2]] (Traugott, 2022), no qual o segundo segmento altera inferências potencialmente derivadas do primeiro.

Síntese dos demais exemplos

Os demais exemplos do *corpus* apresentam comportamento semelhante. Em todos eles, o conector *mas* articula dois segmentos em que o primeiro estabelece um enquadramento inicial e o segundo introduz uma informação que restringe ou reorienta sua interpretação. O conector ocorre predominantemente no interior do período, evidenciando seu papel na organização microestrutural do discurso (Koch; Elias, 2016). Nesse contexto, o segmento introduzido por *mas* assume maior peso argumentativo, ajustando inferências projetadas a partir do segmento precedente e instanciando o subesquema contrastivo [[D1 Contrast D2]] descrito por Traugott (2022), em consonância com o comportamento prototípico do conector adversativo no português (Neves, 2000).

O conector acontece que

Diferentemente do conector *mas*, que constitui o marcador prototípico de contraste no português, a construção *acontece que*

apresenta um comportamento discursivo distinto nos dados analisados. Embora também possa introduzir uma reorientação interpretativa em relação ao segmento precedente, esse elemento não pertence originalmente ao conjunto dos conectores adversativos da língua, uma vez que deriva do verbo *acontecer*, associado lexicalmente à noção de ocorrência ou evento.

À luz da perspectiva construcional proposta por Traugott (2022), esse funcionamento pode ser interpretado como uma instanciização não prototípica do subesquema discursivo [[D1 Contrast D2]], no qual o contraste não está localizado no item isolado, mas na configuração discursiva que articula os dois segmentos. Nesse caso, o contraste emerge da relação construída entre os segmentos discursivos, sendo interpretado pelo leitor a partir da organização informacional do enunciado.

Nos dados do *corpus*, observa-se que *acontece que* tende a ocorrer com maior frequência no início de períodos ou parágrafos, introduzindo um novo segmento discursivo que altera ou redireciona o enquadramento interpretativo estabelecido anteriormente no texto. Essa posição estrutural distingue esse conector do comportamento tipicamente microestrutural observado para *mas*, aproximando-o de níveis mais amplos de organização discursiva (Koch; Elias, 2016).

Além disso, como já discutido na seção teórica, o conector *acontece que* preserva traços da semântica lexical do verbo *acontecer*, especialmente a associação com a introdução de um evento ou fato que se impõe como relevante no desenvolvimento do texto. Nos dados analisados, essa persistência semântica manifesta-se no fato de o segmento introduzido por *acontece que* frequentemente apresentar uma informação que modifica ou redireciona o enquadramento interpretativo previamente construído, produzindo um efeito enfático de reorientação discursiva.

- (3) O governo vinha tentando aprovar a medida havia meses no Congresso. *Acontece que* parte significativa da base aliada passou a demonstrar resistência à proposta.

A configuração discursiva pode ser representada da seguinte forma:

D1: O governo vinha tentando aprovar a medida havia meses no Congresso.

MED: *acontece que*

D2: parte significativa da base aliada passou a demonstrar resistência à proposta.

No primeiro segmento (D1), o enunciado apresenta uma situação em desenvolvimento: o governo vinha tentando aprovar a medida havia meses no Congresso. A construção verbal “vinha tentando” sugere continuidade do esforço político e projeta a expectativa de que o processo legislativo esteja em curso, possivelmente encaminhando-se para um desfecho favorável.

O segmento introduzido por *acontece que* altera essa leitura ao trazer à cena um elemento do cenário político que interfere diretamente nesse processo: a resistência de parte significativa da base aliada. Nesse contexto, o conector introduz uma informação que desloca o foco da narrativa, passando do esforço do governo para o comportamento de um ator político cuja posição compromete o avanço da proposta.

Diferentemente de uma construção com *mas*, que tenderia a estabelecer uma contraposição direta entre duas avaliações ou estados de coisas, o uso de *acontece que* enquadra o segundo segmento como a revelação de um elemento do contexto político que explica a dificuldade enfrentada pelo governo. O contraste emerge, assim, da reinterpretação do processo descrito em D1: o que inicialmente aparece como tentativa persistente de aprovação passa a ser lido, à luz da informação introduzida em D2, como

um processo bloqueado por resistência interna na própria base de apoio.

- (4) O plano parecia viável do ponto de vista financeiro. *Acontece* que os custos operacionais cresceram muito mais do que o previsto.

A estrutura pode ser representada da seguinte forma:

D1: O plano parecia viável do ponto de vista financeiro.

MED: *acontece que*

D2: os custos operacionais cresceram muito mais do que o previsto.

Nesse trecho, o primeiro segmento constrói um enquadramento interpretativo positivo ao indicar que o plano parecia financeiramente viável. Esse tipo de formulação projeta a expectativa de que a avaliação apresentada será confirmada ou mantida no desenvolvimento do texto.

O segmento introduzido por *acontece que*, contudo, não se apresenta apenas como um contra-argumento em relação a essa avaliação. O conector introduz um fato específico — o crescimento inesperado dos custos operacionais — que altera o cenário previamente estabelecido. Assim, o contraste não se estabelece por oposição direta entre duas avaliações, como ocorreria tipicamente em construções com *mas*, mas pela introdução de uma informação factual que se impõe no encadeamento discursivo e reconfigura a interpretação do quadro apresentado em D1.

Nesse exemplo, observa-se que o conteúdo de D2 é apresentado como a revelação de um elemento decisivo para a compreensão da situação descrita. O efeito contrastivo decorre, portanto, da passagem entre um enquadramento inicial aparentemente estável (“o plano parecia viável”) e a apresentação de um fato que modifica essa leitura (“os custos operacionais cresceram muito mais do que o previsto”). É precisamente essa dinâmica que

diferencia o funcionamento de *acontece que* das construções com *mas*: enquanto o segundo tende a marcar uma oposição argumentativa direta entre segmentos, *acontece que* introduz frequentemente uma informação que redefine o quadro interpretativo do discurso.

Síntese dos demais exemplos

Os demais exemplos do *corpus* apresentam comportamento semelhante. Em todos os casos, a construção *acontece que* introduz um segmento discursivo responsável por alterar ou redirecionar o enquadramento interpretativo estabelecido anteriormente. Diferentemente do conector *mas*, cujo funcionamento se associa predominantemente à articulação microestrutural entre segmentos contíguos do período, *acontece que* tende a operar em níveis mais amplos da organização textual, frequentemente introduzindo um novo movimento discursivo no desenvolvimento do texto.

Assim, os dados analisados indicam que *acontece que* pode ser interpretado como um conector de contraste não prototípico, que instancia o mesmo subesquema discursivo [[D1 Contrast D2]], mas produzindo um efeito discursivo específico associado à introdução de um evento ou fato relevante que altera as expectativas construídas no segmento precedente. Esse funcionamento evidencia o papel da persistência semântica do verbo *acontecer* na configuração discursiva da construção.

Conclusão

O presente estudo analisou o funcionamento dos conectores *mas* e *acontece que* na organização de relações contrastivas no discurso, tomando como base dados provenientes do domínio jornalístico. A análise foi orientada pela articulação entre

diferentes perspectivas teóricas: a noção de articuladores textuais proposta por Koch e Elias (2016), a abordagem argumentativa das construções do tipo P *mas* Q desenvolvida por Anscombre e Ducrot (1983), a descrição semântico-funcional do conector *mas* em Neves (2000) e a proposta construcional de marcadores estruturantes do discurso apresentada por Traugott (2022).

Os resultados indicam que o conector *mas* apresenta comportamento prototípico na expressão do contraste, instanciando diretamente o subesquema discursivo [[D1 Contrast D2]], no qual o segundo segmento assume maior peso interpretativo na orientação argumentativa do enunciado. Nos dados analisados, esse funcionamento manifesta-se predominantemente na articulação microestrutural entre segmentos do mesmo período, produzindo efeitos de contraposição ou restrição em relação ao enquadramento interpretativo estabelecido no primeiro segmento.

Por sua vez, a construção *acontece que* também pode ser interpretada como uma instanciação desse mesmo subesquema contrastivo, ainda que de forma não prototípica. Diferentemente de *mas*, esse conector apresenta origem lexical no verbo *acontecer* e tende a ocorrer em posições discursivas mais amplas, frequentemente no início de períodos ou parágrafos. Nesse contexto, o contraste não se estabelece por oposição direta entre conteúdos, mas pela introdução de um evento ou fato inesperado que altera o enquadramento interpretativo previamente construído no texto.

A análise evidencia, portanto, que diferentes unidades linguísticas podem desempenhar funções semelhantes na organização das relações contrastivas do discurso, ainda que apresentem comportamentos estruturais e efeitos pragmáticos distintos. Nesse sentido, a comparação entre *mas* e *acontece que* permite observar como conectores prototípicos e não prototípicos podem instanciar o mesmo subesquema discursivo de contraste, ao mesmo tempo em que revelam diferentes estratégias de orientação interpretativa no desenvolvimento do texto.

Contrast in discourse: *mas* and *acontece que* at the interface between argumentation and DSMs

ABSTRACT: This article examines the functioning of the connectors *mas* and *acontece que* in the organization of contrastive relations in discourse, based on data drawn from the journalistic domain. The study articulates different theoretical perspectives, including the notion of textual articulators (Koch; Elias, 2016), the argumentative approach to P but Q constructions (Anscombre; Ducrot, 1983), the semantic-functional description of the connector *mas* (Neves, 2000), and the constructional proposal of discourse structuring markers (Traugott, 2022). Methodologically, the analysis adopts the structural representation D1 – connector – D2, which allows examination of how different linguistic units organize argumentative progression in discourse. The results show that *mas* functions as a prototypical contrast connector, typically linking segments within the same sentence and assigning greater interpretive weight to the second segment. In contrast, the construction *acontece que* instantiates the same contrastive subschema in a non-prototypical way, frequently introducing an event or fact that reconfigures the interpretive frame previously established in the discourse. The findings highlight how connectors of different grammatical origins may perform similar discourse-organizing functions while producing distinct pragmatic effects.

KEYWORDS: discourse connectors; contrast; *mas*; *acontece que*; discourse structuring markers.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FRASER, Bruce. An account of discourse markers. *International Review of Pragmatics*, v. 1, p. 293–320, 2009.
- HOPPER, Paul J. *On some principles of grammaticalization*. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17–35.
- KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Discourse structuring markers: the development of but, instead and all the same*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- WINOGRAD, Terry. *Understanding natural language*. New York: Academic Press, 1976.

CONCESSIVIDADE EM PORTUGUÊS: UMA DESCRIÇÃO CONSTRUCIONAL BASEADA NOS USOS DE *AINDA QUE*

Thiago dos Santos Silva¹
Maria Maura Cezario²

RESUMO: este artigo trata da análise dos usos da construção oracional introduzida por *ainda que* no português contemporâneo com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso, que une contribuições do Funcionalismo Norte-americano e da Gramática de Construções. Nesse modelo de análise, a língua é concebida como um grande inventário de construções linguísticas que emergem a partir do uso real que o falante faz da língua. Para a análise, foram coletados 180 dados do *Corpus do Português*, aba NOW (2012 - 2019). Com base nos fatores de análise adotados, os resultados revelam que as construções oracionais introduzidas pelo conectivo *ainda que* tendem a ter preferências quanto à posição na oração (anteposta, intercalada ou posposta à oração principal) e ao contexto pragmático-discursivo, especialmente em relação à pressuposição e à semântica da oração. Essa análise contribui para a descrição do português contemporâneo ao revelar padrões de uso e preferências discursivas da construção, oferecendo uma visão empiricamente

1 Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Pós-doutorado Nota 10 da FAPERJ (Processos E-26/200.293/2025 e E-26/200.294/2025) no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da mesma universidade. Pesquisadora 1D do CNPq (Processo 306941/2021-0) e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (Processo E26/200.472/2023).

fundamentada das construções oracionais e de suas funções discursivo-pragmáticas na língua em uso.

PALAVRAS-CHAVE: abordagem construcional; conexão de orações; concessividade.

Introdução

Tradicionalmente, as orações concessivas são definidas como as que admitem um fato inesperado ou uma contradição, ligadas diretamente à noção de contraste ou a algum tipo de quebra de expectativa. A categorização da gramática tradicional pode ser considerada limitada, na medida em que tende a privilegiar critérios formais, deixando em segundo plano aspectos pragmático-discursivos. Além disso, como os conectivos podem assumir diferentes sentidos a depender do contexto, essa abordagem nem sempre abarca a complexidade dos usos concessivos em funcionamento real da língua (Santos Silva, 2023).

Neves (2000) demonstra que a construção concessiva é definida, tradicionalmente, como a combinação de uma oração principal e uma concessiva, que expressa um fato apesar do qual a proposição principal se mantém. A autora trata as concessivas no grupo das contrastivas, enfatizando que somente a relação lógico-semântica não é suficiente para caracterizá-las. Para Rosário (2012, p. 25), a construção concessiva é uma estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal. Assim, de acordo com o autor, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mais inoperante.

Para caracterizar as construções concessivas, Crevels (2000) utiliza o seguinte esquema apresentado por König (1988, p. 146):

(1) Although *p, q*Embora *p, q*

Detalhado em (2):

(2) *Although it is raining, I am going out for a walk.*

Embora esteja chovendo, vou sair para uma caminhada

Uma conexão está implícita entre as proposições das duas orações relacionadas em questão: o falante afirma essas duas proposições tendo, como pano de fundo, a suposição de que os dois tipos de situações que *p* e *q* descrevem são geralmente incompatíveis. Geralmente, *quando está chovendo*, a implicação é a de que não seja *esperado que alguém saia ou queira sair de casa para caminhar*.

Adotamos a proposta de Hopper e Traugott (1993) por dialogar com postulados da teoria linguística que guiam o nosso estudo. Assim, entendemos que o tipo de oração analisado neste artigo é hipotática. De acordo com os autores, as orações hipotáticas concessivas, que constituem margens, estabelecem uma relação semântica com a oração núcleo e atendem ao critério de dependência. No entanto, em determinados contextos, podem apresentar uma relação mais frouxa com a oração núcleo, caracterizando-se como estruturas não encaixadas.

A construção em estudo faz parte de uma construção hipotática do tipo $[[[\text{CONNECT}] \text{ S V C}]]^3$ ORAÇÃO HIPOTÁTICA, que instancia construções do tipo $[[[(X) \text{ que}] \text{ S V C}]]$ ORAÇÃO HIPOTÁTICA ADVERBIAL, que, por sua vez, instancia $[[[\text{ainda que}] \text{ S V C}]]$ ORAÇÃO HIPOTÁTICA ADVERBIAL CONCESSIVA.

Sendo *ainda que* pertencente ao domínio concessivo, as perguntas principais que pretendemos responder são: como podemos descrever o pareamento simbólico de forma-significado das construções oracionais iniciadas por *ainda que* e o comportamento do conectivo em português no que diz respeito aos aspectos

3 CONECT se refere ao conectivo, S ao sujeito, V ao verbo e C ao complemento.

pragmáticos-discursivos? Qual o papel discursivo-pragmático de uma oração iniciada por *ainda que*?

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

Nossa investigação se baseia nos princípios dos Modelos Baseados no Uso, especificamente na vertente conhecida como Linguística Funcional Centrada no Uso. Essa denominação é empregada por linguistas brasileiros (Furtado da Cunha; Cezario, 2023; Oliveira; Rosário, 2015, entre outros) para designar um modelo que integra conhecimentos oriundos da Linguística Funcionalista Norte-Americana (Givón, 1995) e elementos de abordagens construcionistas, em especial a Gramática de Construções (Goldberg, 1995).

Nos Modelos Baseados no Uso, o saber linguístico é concebido como um repertório de construções gramaticais, sendo cada construção entendida como uma associação simbólica entre forma e significado (Goldberg, 1995; Traugott; Trousdale, 2013). Essas construções são representadas por esquemas cognitivos de natureza abstrata, e o conhecimento linguístico é adquirido ou ajustado com base nas vivências individuais com o mundo (Bybee, 2010). Assim, à medida que as categorias linguísticas são utilizadas, surgem novos usos que se tornam convencionais nas comunidades linguísticas, passando a ser mais produtivos na língua, conforme apontam Traugott e Trousdale (2013). A elevada frequência de uso de uma construção contribui para sua produtividade, fazendo com que certos padrões construcionais se consolidem na língua e passem a permitir diferentes formas linguísticas. Por exemplo, o esquema da língua portuguesa [[[X] que] S V C]

licencia construções do tipo [ainda que] S V C] ORAÇÃO HIPOTÁTICA ADVERBIAL CONCESSIVA, em que o *slot* X pode ser preenchido por itens como *ainda, mesmo, se bem*.

A abordagem construcional entende que a língua é uma rede de construções interligadas entre si, ou seja, um *construcon* (Goldberg, 1995). Também concebe que a construção (pareamento forma-significado) é o constituinte básico da gramática (Traugott; Trousdale, 2013). A rede linguística é formada por construções que representam um nó na rede, esses nós estão relacionados com outros nós no mesmo nível de abstração e com outros nós mais abstratos numa relação de hierarquia. Croft (2011, p. 18) envolve registro e contexto na representação da construção. A construção é um conjunto de propriedades agrupadas no eixo da forma e do sentido. Na forma, estão aspectos sintáticos, morfológicos, fonológicos e prosódicos. No significado, aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e contextuais são incluídos.

Dessa maneira, o objetivo deste artigo é descrever e analisar o comportamento de construções oracionais introduzidas por *ainda que*, levando em consideração fatores como semântica, pressuposição pragmática e ordem da construção oracional (ante-posta, intercalada, posposta), que estão melhor detalhados na seção de análise dos dados.

O domínio do contraste: algumas considerações

Na perspectiva de Dancygier e Sweetser (2000), o contraste configura uma relação simétrica entre duas proposições ou entidades inseridas em um mesmo domínio cognitivo. Essa simetria pressupõe que os elementos colocados em oposição sejam comparáveis, como duas atitudes, duas ações ou dois estados, e que apresentem uma diferença pertinente. Em enunciados como *Mary likes classical music, whereas John prefers jazz* ('Mary gosta de música clássica, enquanto John prefere jazz'), a oposição se estabelece no campo das preferências musicais, evidenciando distinções compatíveis entre os participantes. Assim, conectores contrastivos como *whereas* e *but* não funcionam apenas como

articuladores formais, mas também como elementos da organização discursiva.

As autoras destacam que o contraste pode atuar em distintos domínios discursivos, como o sócio-físico, o epistêmico e o interacional. No domínio sócio-físico, relacionado a ações e acontecimentos do mundo concreto, contrastes como *He planned to leave early, but his car broke down* ('Ele planejava sair cedo, mas seu carro quebrou') contrapõem uma intenção a um impedimento factual, ambos situados em um contexto objetivo e observável.

No domínio epistêmico, por sua vez, o contraste ocorre entre proposições fundamentadas em crenças ou inferências, como em *He says he's ready, but he hasn't done the work* ('Ele diz que está pronto, mas não fez o trabalho'), evidenciando a tensão entre o que é afirmado e aquilo que as evidências permitem inferir. No domínio interacional, o contraste manifesta-se entre atos de fala com funções comunicativas distintas, como em *That's a good suggestion, but I think we should stick with the original plan* ('É uma boa sugestão, mas acho que devemos manter o plano original'), em que se contrapõem o reconhecimento da proposta do interlocutor e sua rejeição.

Segundo Ford (2000), contraste, concessão, causa e condição atuam em domínios cognitivos próximos. A concessão, nesse quadro, é frequentemente entendida como uma modalidade específica de contraste, caracterizada pela introdução de um elemento que contraria ou frustra uma expectativa derivada da proposição anterior. As orações introduzidas por *ainda que*, por exemplo, mostram-se como importantes marcadores da concessividade em português, quando comparadas com usos de outras construções também consideradas concessivas na língua como as introduzidas por *mesmo que* (Santos Silva, 2023).

Em conjunto, essas abordagens oferecem uma contribuição relevante para a descrição do português ao deslocarem a análise do plano estritamente sintático para o funcionamento cognitivo

e discursivo das relações de contraste e concessão. Ao compreender tais construções como mecanismos de organização de sentidos que operam em diferentes domínios, os estudos ampliam a explicação de fenômenos que, em descrições tradicionais, tendem a ser reduzidos à classificação de conectivos ou à rotulação de orações subordinadas.

Essa perspectiva permite captar com maior precisão os efeitos que emergem no uso real da língua, evidenciando que uma construção como *ainda que* não é apenas uma variante estrutural, mas faz parte de escolhas discursivas sensíveis ao contexto e à intenção do falante. Desse modo, tais contribuições fortalecem uma descrição do português mais alinhada às práticas efetivas de linguagem, integrando forma, sentido e uso em uma abordagem mais abrangente e explicativa.

Procedimentos metodológicos

Para a coleta dos dados, utilizamos o Corpus do Português (Davies; Ferreira, 2006). Trata-se de uma plataforma de busca online que reúne textos em Língua Portuguesa nas modalidades escrita e falada. Atualmente, é composto pelas abas Género/Histórico, Web/Dialectos, NOW (2012-2019) e Google Books n-grams (BYU). Foram coletadas as 180 primeiras ocorrências de orações hipotáticas iniciadas por *ainda que*. Esses dados foram coletados da aba NOW (2012-2019), na modalidade escrita. Os dados são de textos disponíveis em portais de notícias *on-line*, principalmente jornais, revistas e *blogs*. Como partimos do princípio de que o uso linguístico molda a experiência linguística do falante, todos os dados coletados são de contextos reais de uso.

A fim de descrever o comportamento das orações introduzidas por *ainda que*, adotamos os seguintes fatores de análise:

(i) no polo da função (observando aspectos semântico-pragmáticos), analisamos a semântica das orações e o tipo de

informação veiculada com relação à pressuposição pragmática (se pressuposta ou não pressuposta);

(ii) no polo da forma, analisamos a ordenação da oração concessiva (anteposta, intercalada, posposta).

Cada fator de análise apresentado será detalhado e exemplificado na próxima seção, referente à análise dos dados. As hipóteses específicas relativas a cada fator também são expostas juntamente com a análise. Preferimos explicar os fatores na seção da análise, pois o modo de classificação usado em cada fator faz parte da nossa perspectiva de análise baseada nos dados. Além disso, para não ficar muito distante a explicação dos fatores e os resultados da análise, consideramos essa a melhor estratégia. Com isso, fizemos uma análise qualitativa e quantitativa dos dados pautados nesses fatores.

Análise dos dados

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados obtidos após a etapa de coleta, com foco nos fatores linguísticos selecionados para investigação. A pesquisa busca identificar padrões, recorrências e possíveis variações no uso das construções oracionais introduzidas por *ainda que*, considerando o contexto em que ocorrem. Para tanto, como mencionado anteriormente, foram adotados como fatores o valor semântico, a ordenação e a pressuposição. Cada um desses fatores será descrito e discutido individualmente, a fim de explicitar sua relevância teórica e sua contribuição para melhor descrição da construção na língua e para a interpretação dos resultados.

Valor semântico

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), são factuais os Conteúdos Proposicionais que mostram conhecimentos ou

crenças que são assumidos como verdadeiros em relação ao mundo real; e não factuais os Conteúdos Proposicionais que expressem desejos ou esperança em relação a um mundo imaginário. De acordo com os autores, a factualidade é um critério semântico que classifica o valor de verdade de um Conteúdo Proposicional, entendido como um aspecto do conhecimento que se localiza na mente daqueles que compartilham desse conhecimento. Conteúdos Proposicionais, devido a sua natureza conceitual, podem ser caracterizados em termos de atitudes proposicionais, expressando descrença, incerteza ou dúvida.

König (1988) defende que os conectivos concessivos seriam derivados de nexos condicionais, já que, diacronicamente, certas construções do inglês e do alemão eram utilizadas tanto para expressar concessão quanto para expressar condição. Além disso, o autor mostra que existe grande similaridade entre os grupos de conectivos que formam as construções condicionais e as concessivas, o que colaboraria com a ideia de que as construções concessivas teriam surgido de construções concessivas-condicionais em diversas línguas do mundo. As concessivo-condicionais são formadas por uma oração hipotática não factual e uma oração principal factual. Nas concessivas prototípicas, tanto a oração hipotática quanto a principal são factuais.

O uso concessivo-condicional

A seguir, um exemplo desse uso:

(3) **Ainda que o texto seja aprovado politicamente,**
uma possibilidade remota,

Não factual

o decreto não resiste à análise de inconstitucionalidade do Judiciário”, projeta.”⁴ (Terra)

Factual

4 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/decisao-no-senado-sobre-decreto-de-armas-nao-tem-consenso-entre-especialistas,6e73273fcfe->

Em (3), a informação veiculada pela oração principal de que ‘o decreto não resiste à análise de inconstitucionalidade do Judiciário’ é verdadeira, já o fato apresentado na oração hipotática de ‘o texto ser aprovado politicamente’ é hipotético, podendo ou não acontecer.

O uso concessivo

Observemos o exemplo seguinte:

(4) **“Ainda que o caminho apontado seja a diminuição do número de cidades,**

Factual

essa não é uma tarefa simples.⁵ (O Tempo)

Factual

No dado (4), a oração hipotática concessiva ‘*ainda que o caminho apontado seja a diminuição do número de cidades*’ remete a um estado de coisas apresentado como verdadeiro no mundo real, uma vez que a diminuição do número de cidades foi efetivamente apontada como uma possível solução para o problema em questão. A oração núcleo ‘*essa não é uma tarefa simples*’ também expressa um conteúdo factual. Assim, tanto a oração hipotática concessiva quanto a oração núcleo apresentam estados de coisas interpretados como reais, apesar da relação de concessão estabelecida entre eles.

König (1985) argumenta que o uso de conectores concessivos causa incompatibilidade entre os eventos expostos na oração hipotática e na oração principal, já que o conteúdo expresso pelas duas partes apresentaria algum tipo de conflito. O autor detalha,

64881512b5459edd5c5127puy3gi7.html

5 <https://www.otempo.com.br/politica/minas-gerais-tem-330-cidades-que-nao-se-sustentam-sozinhas-1.2202672>

com base no esquema embora $p, q \Rightarrow$ se p , então normalmente não- q , essa incompatibilidade. Em (4), anteriormente mencionado, por exemplo, os fatos incompatíveis estão presentes tanto na oração hipotática quanto na principal.

Pretendemos, por meio da análise desse fator, observar quais são as tendências de uso das orações hipotáticas introduzidas por *ainda que* com relação aos seus valores semânticos, a fim de melhor descrever o comportamento dessa construção em português. Analisamos todos os dados, observando se eles traziam um valor concessivo ou concessivo-condicional. A tabela adiante mostra os resultados encontrados na análise dos valores semânticos encontrados:

Tabela 1 - Valor semântico das orações introduzidas por *ainda que*

	CONCESSIVA	CONCESSIVA- -CONDICIONAL	TOTAL
[ainda que]oração	125 (70%)	55 (30%)	180 (100%)

Fonte: Adaptado de Santos Silva, 2023.

Os resultados apresentados na tabela 1 mostram que, nas orações iniciadas por *ainda que*, o valor concessivo foi encontrado em 70% dos dados analisados, e o concessivo- condicional, em 30%. A predominância do valor concessivo indica que a construção se encontra em estágio avançado de especialização semântica, corroborando o percurso de mudança descrito por König (1985) e confirmado por Santos Silva (2023), segundo o qual conectores dessa natureza tendem a emergir com leitura concessivo-condicional e, progressivamente, convencionalizar-se como marcadores prototípicos de concessão.

Pressuposição

Lambrecht (1994) mostra que as cláusulas adverbiais iniciais apresentam informações que são pragmaticamente pressupostas, fornecendo, assim, uma base temática para a nova informação que será afirmada na oração subsequente. O autor considera a informação pressuposta aquela que o escritor/falante apresenta com a convicção de que o ouvinte/leitor conhece ou pode inferir pelo contexto discursivo. Por outro lado, a informação não pressuposta é a que não pode ser recuperada no discurso. De acordo com o autor, a pressuposição é um fator pragmático, que tem a ver com o conhecimento que os falantes compartilham e com as expectativas do escritor/falante sobre cada bloco de informação. Lambrecht (1994, p. 52, tradução nossa) opõe uma informação pragmaticamente pressuposta à asserção pragmática, que é a informação conhecida do ouvinte/falante. De acordo com o autor:

Pressuposição pragmática: o conjunto de proposições evocadas léxico-gramaticalmente em uma sentença que o falante presume que o ouvinte já conhece ou está disposto a tomar como dadas no momento em que a sentença é proferida.

Asserção pragmática: a proposição expressa por uma sentença que se espera que o ouvinte venha a conhecer ou a tomar como dada como resultado de ouvir a sentença ser proferida.⁶

Consideramos informação pragmaticamente pressuposta aquela já mencionada ou aquela que não foi mencionada, mas que pode ser inferida pelo contexto precedente por meio de pistas linguísticas apresentadas no discurso, como mostra o exemplo adiante:

6 Pragmatic presupposition: the set of propositions lexicogrammatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered. Pragmatic assertion: the proposition expressed by a sentence which the heard is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered.

(5) Os pontos com mais congestionamento são os conhecidos: rotatória da figueira, rotatória logo após a ponte do Maluche, semáforo em frente à Uniasselvi/Assevim e por aí em diante. A pesquisa também tabulou os pontos geradores de tráfego, como supermercados, centros comerciais, instituições de ensino e outros estabelecimentos. ***Ainda que sejam lugares conhecidos***, é importante tê-los documentados⁷ (O Município).

No dado (5), a informação presente na oração hipotática de que ‘ainda que sejam lugares conhecidos’ já é conhecida pelo interlocutor pelo fato de já haver sido mencionada no contexto. Por outro lado, consideramos informação não pressuposta a informação que não foi mencionada ou que não é possível de ser recuperada no contexto comunicativo por não apresentar pistas para o leitor/ouvinte sobre uma situação ou estados de coisas, exemplificados a seguir:

(6) ***Ainda que as advertências de Merkel e Macron não resultem em nenhum efeito prático***, elas reverberam em muitos países. ‘Macron coloca verbalmente em risco um acordo que leva anos. E que dois presidentes coloquem o dedo em riste é uma sinalização importante do ponto de vista diplomático’, diz o professor ⁸ (*El País* - Brasil).

No dado (6), não conseguimos recuperar a informação presente na oração hipotática de que ‘as advertências de Merkel e Macron não resultem em nenhum efeito prático’, pois não foram anteriormente mencionadas no contexto comunicativo.

A tabela seguinte mostra como esse fator se comporta com as orações introduzidas por *ainda que*:

7 <https://omunicipio.com.br/elaboracao-do-plano-municipal-de-mobilidade-urbana-de-brusque-avanca/>

8 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561656006_263638.html

Tabela 2: Pressuposição da oração hipotática iniciada por *ainda que*

	PRESSUPOSTO	NÃO PRESSUPOSTO	TOTAL
[ainda que]oração	106 (59%)	74 (41%)	180 (100%)

Fonte: Adaptado de Santos Silva, 2023.

Os resultados encontrados com os dados analisados mostram que a informação é pressuposta em 59% das orações hipotáticas iniciadas por *ainda que* e não pressuposta em 41% dos dados. A predominância de informação pressuposta nas orações com *ainda que* confirma a proposta de Lambrecht (1994) de que cláusulas adverbiais iniciais tendem a veicular conteúdo pragmaticamente acessível, funcionando como base temática para a asserção principal. Como a concessão frequentemente antecipa um dado cuja relevância será relativizada, é esperado que esse conteúdo seja apresentado como compartilhado ou inferível. O percentual de informação não pressuposta indica, contudo, que a construção também pode introduzir material novo, evidenciando flexibilidade pragmática na organização informacional.

Ordenação das orações iniciadas por *ainda que*

As gramáticas tradicionais explicam aspectos relacionados com a ordem como de cunho estilístico, literário e como fruto da subjetividade humana. Entretanto, para as abordagens baseadas no uso, a ordenação dos termos numa determinada sequência é motivada por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos da língua. Na maioria das línguas do mundo, é comum que as cláusulas adverbiais ocorram antes e depois da principal. Além disso, sabe-se que as cláusulas adverbiais antepostas apresentam funções organizadoras particulares no discurso (Chafe, 1984). Com relação à ordenação das orações concessivas, Neves (2000) mostra que fatores de ordem comunicativa interferem no uso desse tipo de

oração, pois, quando as orações estão antepostas, a informação é mais conhecida pelo interlocutor e ocupa uma posição tópica.

Diessel (2013), neste mesmo sentido, chama a atenção para o fato de que, se olharmos para a distribuição *cross* linguística, encontraremos dois padrões dominantes: antes e depois da principal. Porém, em algumas línguas mais rígidas (OV), as cláusulas adverbiais são geralmente colocadas no início da oração. Segundo o autor, em japonês, por exemplo, as adverbiais precedem, frequentemente, a cláusula principal.

Nesta subseção, apresentamos como as orações hipotáticas introduzidas por *ainda que* se comportam com relação à posição (anteposta, intercalada, posposta). Os resultados encontrados após a análise dos dados em português são detalhados a seguir:

Tabela 3: Ordenação das orações introduzidas por *ainda que*

	ANTEPOSTA	INTERCALADA	POSPOSTA	TOTAL
[ainda que] oração	96 (53%)	2 (2%)	82 (45%)	180 (100%)

Fonte: Adaptado de Santos Silva, 2023.

Como mostra a tabela 3, as orações hipotáticas iniciadas por *ainda que* na posição anteposta ocorrem em 53% dos dados, na posição posposta em 45% dos dados e em 2% dos dados na posição intercalada. Os dados adiante mostram as ocorrências de cada posição no *corpus* analisado:

(a) **Anteposta:**

(7) “**Ainda que** seja impossível tirar todos do anonimato, as histórias narradas pela hábil pena do repórter Rogério Borges têm o mérito de retratar os bastidores normalmente silenciosos que permitem essa exuberante demonstração de fé.”⁹ (*Jornal GGN*).

9 <https://jornalggm.com.br/artigos/general-helena-para-sair-ou-seja-exonerado-por-eugenio-de-arago/>

(b) Intercalada:

(8) “Para o coordenador de desenvolvimento mobile do Infnet, Hallison Paz, ***ainda que jogos representam a maioria dos apps***, há uma tendência crescente de tecnologias voltadas para as áreas de direito, educação, mercado pet e beleza.”¹⁰ (*Jornal Extra*).

(c) Posposta:

(9) “A avaliação de títulos tem caráter apenas classificatório e se submeterão a esta etapa somente os candidatos aos empregos de nível superior. Esta etapa valerá até 5 pontos, ***ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.***” (*Estratégia Concursos*).¹¹

Em síntese, a distribuição apresentada na Tabela 3 pode ser explicada à luz da função discursivo-pragmática das cláusulas adverbiais (Diessel, 2013). A leve predominância da posição anteposta (53%) sugere que a oração introduzida por *ainda que* tende a funcionar como enquadramento argumentativo, antecipando uma possível objeção para, em seguida, reforçar o conteúdo da oração principal. Essa estratégia é recorrente em construções concessivas, pois permite ao falante neutralizar previamente um contra-argumento. Conforme observa König (1985), a concessão opera frequentemente na organização informacional do discurso, articulando contraste e gerenciamento de expectativas.

A frequência equilibrada também na posição posposta (45%) indica, contudo, que a construção mantém flexibilidade sintática, sendo empregada tanto para preparar o terreno argumentativo (anteposição) quanto para acrescentar uma ressalva após a proposição principal (posposição). Assim, os dados revelam não

10 <https://extra.globo.com/economia-e-financas/aplicativos-profissionais-ajudam-aumentar-lucro-em-ate-40-23772842.html>

11 <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concurso-itaperuna-rj-saiu-edital-com-374-vagas-para-nivel-medio-e-superior/>

apenas variação estrutural, mas diferentes estratégias de ordenação informacional associadas ao valor concessivo.

Considerações

O estudo aqui apresentado reafirma a pertinência da Linguística Funcional Centrada no Uso para a descrição de fenômenos gramaticais no português contemporâneo. Os dados extraídos do Corpus do Português (aba NOW) demonstram que não se trata de uma regra estática, mas que fatores formais e funcionais interagem para definir o comportamento da construção oracional. Essa abordagem permite ir além de questões da sintaxe do período para se buscar a conexão simbólica entre forma e função e estabelecer, com mais precisão, as características da construção oracional com *ainda que*, sempre se levando em consideração contextos específicos de comunicação.

No que tange à semântica, os resultados evidenciam uma predominância do valor concessivo (70%) em detrimento do valor concessivo-condicional (30%). É crucial destacar que a concessão estabelece, intrinsecamente, uma relação de contraste entre a oração hipotática e a principal. Ao utilizar *ainda que*, o falante reconhece um fato ou hipótese que, em condições normais, impediria a ocorrência do evento principal, criando, assim, uma quebra de expectativa.

Com relação à pressuposição, o fato de 59% dos dados serem pressupostos sugere que, na maioria dos usos, o falante trata o conteúdo da oração concessiva como informação partilhada ou incontestável no contexto discursivo. Esse comportamento indica que a concessividade opera, frequentemente, como estratégia argumentativa, na medida em que antecipa possíveis objeções e as integra ao próprio enunciado. Assim, ao pressupor a informação, o falante não apenas organiza o discurso, mas também orienta a interpretação do interlocutor e fortalece seu posicionamento.

A análise do fator ordenação demonstrou que há preferência (ligeira) pela posição anteposta (53%), o que indica que, muitas vezes, a oração com *ainda que* serve para estabelecer o cenário ou o contexto contrastivo antes da assertiva principal, enquanto a posição posposta (45%) tende a funcionar como recurso de ressalva ou atenuação, acrescentado após a informação nuclear do enunciado. Nesse caso, a concessiva aparece como movimento argumentativo complementar, que relativiza ou enquadra a afirmação previamente apresentada.

A pesquisa não esgotou o tema, mas apresentou resultados relevantes da análise de 180 ocorrências do português, contribuindo para a compreensão de como os falantes selecionam construções concessivas ou concessivo-condicionais a fim de atingir seus objetivos comunicativos. Enquanto o ensino tradicional limita-se, em geral, à enumeração de conjunções e locuções conjuntivas concessivas, a análise baseada no uso evidencia que tais construções apresentam tendências específicas de funcionamento, condicionadas por fatores discursivos e pragmáticos.

Concessiveness in Portuguese: a constructional description based on the uses of *ainda que*

ABSTRACT: this article analyzes the uses of the clausal construction introduced by *ainda que* in contemporary Portuguese, based on the theoretical and methodological assumptions of Usage-Based Linguistics, which brings together contributions from North American Functionalism and Construction Grammar. Within this analytical framework, language is conceived as a large inventory of linguistic constructions that emerge from speakers' actual language use. For the analysis of 180 data, the NOW (2012-2019) section of the *Corpus do Português* was used. Based on the adopted analytical factors, the results reveal that clauses introduced by the connective under study show preferences regarding their position in the sentence (preposed, interpolated, or postposed in relation to the main clause), the pragmatic-discursive context, particularly with respect to presupposition, as well as the clause's semantics and the verbal mood that accompanies it. This analysis contributes to the description of contemporary Portuguese by revealing usage patterns and discursive preferences of the connective, offering an empirically grounded view of clausal constructions and their pragmatic functions in language use.

KEYWORDS: Constructional approach; clause linking; concessivity.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CHAFE, Wallace. *Language and Time*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1984.

CREVELS, Mily. Concessives on different semantic levels: A typological perspective. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (org.). *Cause – Condition – Concession – Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

CROFT, William. *Explaining Language Change: An Evolutionary Approach*. Harlow: Pearson Education, 2011.

DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. Constructions with if, since, and because: causality, epistemic stance, and clause order. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (org.). *Cause – Condition – Concession – Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. *Corpus do Português: 45 milhões de palavras, séculos XIV–XX*. 2006-. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>.

DIESSEL, Holger. *The Grammar of the English Tense System: A Comprehensive Analysis*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2013.

FORD, Cecilia E. The treatment of contrasts in interaction. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (org.). *Cause – Condition – Concession – Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Topics in English Linguistics. Berlin: De Gruyter Mouton, 2000. v. 33.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; CEZARIO, Maria Maura. Conhecimento, criatividade e produtividade sob a perspectiva da linguística funcional centrada no uso. *Alfa*, São Paulo, v. 67, 2023.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan (org.). *Functional Discourse Grammar: A Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KÖNIG, Ekkehard. *The Function of Pronominal Gender in Natural Language: Toward a Linguistic Theory of Gender*. Berlin: Walter de Gruyter, 1988.

LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form: Topic, Focus, and the Mental Representations of Discourse Referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa (org.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2015.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Expressão da concessividade em construções do português do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Línguas Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS SILVA, Thiago dos. *Análise de construções oracionais concessivas em português e em espanhol: um estudo comparativo baseado no uso*. 2023. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA FORMA DO VERBO EXISTENCIAL NA FALA DA ELITE LETRADA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA VISÃO ATUAL

Dante Lucchesi¹

RESUMO: O artigo apresenta os resultados de uma análise variacionista da forma do verbo das orações existenciais, feita com base em uma amostra de fala informal composta por doze entrevistas de tipo sociolinguístico, realizadas no ano de 2023, com moradores da cidade do Rio de Janeiro com, ao menos, o curso superior completo, distribuídos por três faixas etárias e pelos dois sexos. O cotejo do resultado geral da frequência das variantes com análises similares feitas sobre amostras do Projeto NURC do Rio de Janeiro, das décadas de 1970 e 1990, possibilitou visualizar um consistente processo de mudança, em um lapso temporal de cinquenta anos, que culmina com o uso do verbo *ter* existencial em um nível quase semicategórico. Esse processo de mudança está sendo liderado pelas mulheres, em função da posição que elas têm assumido na sociedade neste século, e é condicionado, na estrutura linguística, pela caracterização semântica e nível de referencialidade do argumento da oração existencial e pelo tempo do verbo.

PALAVRAS-CHAVE: verbo existencial; mudança linguística; português brasileiro; norma culta, gramática normativa.

Introdução

A interseção semântica que existe entre a expressão de posse e existência nas línguas favorece o trânsito dos itens lexicais entre esses dois campos semânticos, normalmente no sentido

¹ Docente permanente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

posse > existência, porque a tendência mais geral de mudança é no sentido concreto > abstrato. Tomando a frase (1) como exemplo, pode-se dizer que, no plano lógico-semântico, o sentido mais denotativo e previsível dessa frase é 'existem duas pessoas que são filhas do mesmo pai e/ou da mesma mãe que João'. É um fato que existe independentemente da vontade ou de qualquer ato de João, que, inclusive, pode desconhecer a existência dessas duas pessoas. Situação bem distinta é referida na frase (2). Ter uma conta bancária é um ato consciente, que requer uma ação por parte de João, configurando, efetivamente, uma relação de posse.

(1) João tem dois irmãos.

(2) João tem duas contas bancárias.

Essa interseção permite também que um mesmo referente seja expresso tanto por uma construção existencial, como em (3), quanto por uma construção de posse, como em (4).

(3) Tem muitos buracos nesta rua.

(4) Esta rua tem muitos buracos.

Essa interseção tem possibilitado o deslocamento de verbos que indicavam posse para expressar existência ao longo da história da língua portuguesa. Assim, o português arcaico reproduz o quadro dos verbos latinos, com *ter* e *haver* (do latim *tenere* e *habere*, respectivamente), alternando-se na expressão da posse, enquanto a expressão da existência cabia ao verbo *ser* (do latim *esse*).² A partir do século XVI, *haver* vai penetrando na expressão da existência, enquanto *ter* amplia seu espectro semântico, no campo semântico da posse, culminando com *haver*, assumindo totalmente o significado da existência e perdendo o significado de posse, que passou a ser expresso apenas por *ter*, mudanças que se completaram por volta do século XVIII. Esse ainda é o cenário predominante na língua em Portugal, porém no Brasil o trânsito

2 Esse uso ainda se mantém na expressão cristalizada que normalmente inicia os contos de fada: *Era uma vez...*, que significa 'havia uma vez'.

do verbo que expressa posse para a expressão da existência prosseguiu, com o *ter* ocupando progressivamente o campo semântico da existência, o que não aconteceu em Portugal, que mantém o *haver* como verbo básico para a expressão da existência (Mateus *et al.*, 2003, p. 49)³:

(5) *Tinha* muitos homens bonitos no baile. (Brasil)

(6) *Havia* muitos homens bonitos no baile. (Portugal)

Como a tradição gramatical no Brasil, desde o século XIX, toma a língua de Portugal como modelo (Bagno, 2003; Faraco, 2008; Lucchesi, 2015), as gramáticas normativas brasileiras ainda prescrevem o emprego do verbo *haver* para expressar a existência, conquanto o uso do *ter* com esse valor seja geral na fala corrente, inclusive da elite letrada. Análises variacionistas do fenômeno feitas, no final do século passado e no início deste século, sobre o acervo do Projeto da Norma Urbana Culta e afins, retrataram um processo de mudança em progresso, com o *ter* predominando na fala semi-informal da elite letrada brasileira.

Com o objetivo de apresentar um quadro mais atualizado desse processo de mudança, este artigo analisa os resultados de uma análise variacionista do fenômeno, com base em uma amostra de 12 entrevistas com moradores da cidade do Rio de Janeiro, com ao menos o curso superior completo, gravadas no ano de 2023, no âmbito do projeto *Padrões Urbanos Cultos da Cidade do Rio de Janeiro* (PUC-RJ 2023), desenvolvido na Universidade Federal Fluminense (UFF), com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa dessa universidade, em parecer final n. 7.597.611, de 27 de maio de 2025. Para tanto, este artigo se estrutura da seguinte maneira: na próxima seção, é feita uma breve revisão da bibliografia sobre a forma de expressão da existência na língua portuguesa; na seção seguinte, são apresentados e analisados os

3 A mesma diferença ocorre na expressão do tempo decorrido (Mateus *et al.*, 2003, p. 48): *Ele licenciou-se há dois anos* (Portugal); *Ele se formou tem dois anos* (Brasil).

resultados quantitativos da análise, que seguiu os fundamentos teórico-metodológicos do paradigma variacionista (Weinreich; Labov, Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972], 1981, 1982, 2001); e na seção final, é feita uma síntese dos achados e uma análise mais ampla do fenômeno.

A expressão da existência no Brasil

Há registros de ocorrências do emprego do verbo *ter* em orações existenciais, no século XVI, em textos literários portugueses, como em (7), do livro *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (cf. Bagno, 2012, p. 625).⁴ Porém, esse uso não se fixou em Portugal, sendo o emprego do *ter* existencial visto como uma inovação dos brasileiros, desde, pelo menos, o século XIX, como se pode inferir da afirmação do gramático e escritor brasileiro Júlio Ribeiro de que o uso do *ter* vinha “se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas” (*apud* Callou; Avelar, 2000, p. 86).

(7) no mais alto desses arcos *tem* sinos de vigia.

Esse uso do *ter* como verbo existencial no Brasil é registrado nas gramáticas normativas e descritivas e objeto de análises variacionistas, como resenhado a seguir.

O *ter* existencial nas gramáticas do português no Brasil

A tradição gramatical brasileira indica o emprego do *haver* como verbo existencial, por adotar a variedade de Portugal como norma de referência linguística (Bagno, 2003; Faraco, 2008; Lucchesi, 2015). Contudo, o uso do *ter* é reconhecido com alguma restrição, como em Cegalla (1977 [1964], p. 302): “na língua popular brasileira é generalizado o uso de *ter*, impessoal, por *haver*,

4 Deve-se ressaltar, entretanto, que Mattos e Silva (1989; 1993), em seus estudos do português arcaico, não encontrou construções existenciais com o verbo *ter*.

existir. Nem faltam exemplos em escritores modernos”. O mesmo juízo se encontra em Cunha (1976 [1972], p. 143):

Na linguagem coloquial do Brasil, é corrente o emprego do verbo *ter* como impessoal, à semelhança de *haver*. Escritores modernos – e alguns dos maiores – não têm duvidado em alçar a construção à língua literária:

“Tem noites em que me dá vontade de gritar, berrar, não sei, fico numa irritação que só vendo.”

(Mário de Andrade, CBM, 97)

“Em Passárgada, tem tudo,

É outra civilização...”

(Manuel Bandeira, PP, I, 222)

Azeredo (2011, p. 234) também se refere ao uso do *ter* como próprio da linguagem coloquial. Ou seja, mesmo reconhecendo o uso do *ter* existencial na alta literatura, esses gramáticos restringem seu uso à linguagem popular/coloquial.

As gramáticas elaboradas neste século por linguistas procuraram analisar mais profundamente as construções existenciais da língua. Assim, Castilho (2010, p. 407) identifica a origem locativa das construções existenciais, tanto que, nas línguas românicas, o verbo existencial é sempre acompanhado de uma partícula locativa: francês, *il y a*; italiano, *ci sono*; e castelhano, *hay* [*< habet ibi*]. A mesma construção do castelhano existia em português, até pelo menos o século XVI, com a partícula locativa *hi/i* (do latim *ibi*):

(8) Onde ha i sol, ha i sombra.⁵

Citando Lyons (1984 [1977], p. 409-410), Castilho (2010, p. 407) argumenta que “é natural raciocinar que, se uma pessoa ou algo ocupa determinado lugar, é porque existe. O lugar é, cognitivamente falando, mais concreto que a existência”, de modo que a mudança mais geral é do concreto para o abstrato. E a

5 Frei Heitor Pinto, séc. XVI, in SAID ALI, 1964, p. 184 *apud* BAGNO, 2012, p. 625.

gramaticalização da partícula locativa junto ao verbo existencial nas línguas românicas nada mais seria do que uma marca dessa mudança locativo > existencial.

Bagno (2012, p. 621-625) adota a análise de Castilho (2010, p. 288) de que os verbos existenciais seriam *verbos apresentacionais* (verbos que não predicam o sintagma nominal da oração, ou seja, não lhe atribuem qualquer papel temático), bem como a proposição de *caso absolutivo* para esse sintagma nominal, que seria definido como “caso abstrato projetado pelos verbos monoargumentais apresentacionais” (Castilho, 2010, p. 288). Nessa mesma linha, Bagno (2012, p. 621) define o absolutivo como “caso gramatical não marcado”. Essa análise se contrapõe à análise tradicional de que o argumento das construções existenciais com *ter/haver* seria seu objeto direto. Contudo, uma evidência a favor da análise tradicional seria o fato de, na língua de Portugal, quando pronominalizado, esse argumento vir na forma do caso acusativo (Gonçalves; Raposo, 2013, p. 1.194):

(9) Animais de estimação, havia-**os** em casa dos meus avós.

Em relação ao tratamento do fenômeno pelas gramáticas tradicionais, Bagno (2012, p. 625) afirma: “a condenação dos puristas ao uso de *ter* existencial se deve, como sempre, à sua tentativa de querer impor aos brasileiros os usos dos portugueses”. Por outro lado, desde o final do século passado, a pesquisa variacionista vem tentando deslindar os condicionamentos linguísticos e sociais da substituição do *ter* pelo *haver* no Brasil.

Análises sociolinguísticas da variação na forma das construções existenciais no português do Brasil

Em um estudo que orientou as análises do fenômeno no Brasil, Callou e Avelar (2000) utilizaram as amostras do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) do Rio de Janeiro, colhidas nas décadas de 1970 e 1990, nas quais recolheram 1.528 de orações

existenciais com *haver* e *ter*. Os resultados da análise quantitativa revelaram um avanço do *ter* sobre o *haver* nas construções existenciais, com a frequência de uso de *ter* passando de 63%, na década de 1970, para 76%, na década de 1990, sugerindo um cenário de mudança em progresso, em uma análise de tempo real de curta duração (Labov, 1994). A análise em tempo aparente também apontou para um quadro de mudança em progresso, com a frequência de uso do *ter* existencial crescendo entre os falantes mais jovens. Na amostra da década de 1970, os falantes das faixas de 35 a 55 anos e com mais de 55 anos empregavam o *ter* em 62% das ocorrências, enquanto os falantes entre 25 e 35 anos o empregavam em 69% do total. Na amostra da década de 1990, o crescimento é vertiginoso entre os mais jovens, passando de 70%, entre os com mais de 55 anos, para 72%, entre 35 e 55 anos, até atingir a impressionante cifra de 98% entre os falantes entre 25 e 35 anos, o que configura um uso praticamente categórico nessa faixa etária (Labov, 2003). Na década de 1970, as mulheres estariam liderando a mudança, ao usarem o *ter* em 69% dos casos contra 47% dos homens. Porém, a distinção de gênero não foi significativa na década de 1990.

Em um estudo análogo, considerando também as amostras de fala culta de Salvador, Martins e Callou (2003, p. 820) observaram que o processo de mudança estaria um pouco mais avançado na capital baiana, com a frequência de *ter*, passando de 74%, na década de 1970, para 86%, na década de 1990. E os resultados da variável sexo indicaram que as mulheres estariam liderando a mudança para o *ter* existencial:

nas mulheres das faixas etárias de 25 a 35 anos e de 36 a 55 anos, a mudança já foi efetivada, sendo o uso de *ter* categórico, e, na faixa que se inicia aos 56 anos, o uso de *ter-existencial* é de 97%. A penetração de *ter* no campo de *haver* tem encontrado maior resistência entre informantes do sexo masculino da terceira faixa etária, com apenas 45% de casos de *ter* existencial (Martins; Callou, 2003, p. 820).

Utilizando também as amostras do NURC, Batista (2012) identificou um processo de mudança na fala culta de Porto Alegre, com um aumento na frequência do *ter* de 69% para 78%, entre as décadas de 1970 e 1990. Já com uma base de dados ampliada, com amostras do NURC de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, os maiores índices de uso do *haver* encontraram-se na faixa dos falantes mais velhos, com mais de 50 anos, o que também sugere uma mudança em favor do *ter*.

Com base em uma amostra de fala da elite letrada de Fortaleza coletada, na década de 1990, no âmbito do Projeto do Português Oral Culto de Fortaleza (Procufort), desenvolvido dentro dos moldes do NURC, Viana e Araújo (2020) encontram uma frequência geral de uso do *ter* existencial de praticamente 80% (79,7%), em uma base de dados de 2.268 orações existenciais. Na análise em tempo aparente, observaram uma frequência maior de uso do *haver* entre os falantes com mais de 55 anos, com uma frequência de 24,4% do total, porém, se o uso do *haver* decresce entre os falantes entre 35 e 55 anos, com uma frequência de 16,5%, esse uso volta a subir entre os mais jovens, com uma frequência de 19,5% entre 25 e 35 anos (o que foi confirmado pelos pesos relativos), não configurando, portanto, um quadro prototípico de mudança em progresso. Além disso, na variável sexo, as mulheres se mostraram mais conservadoras, como revelado pelos pesos relativos, que atribuíram o índice de .547 de *haver* para as mulheres, contra .458 para os homens.

Quando o nível de formalidade do discurso foi controlado, os resultados revelaram que o uso do *haver* aumenta em função de um maior monitoramento da fala, nas situações de mais formalidade, o que significa que é a forma valorizada no sistema de crenças dos falantes em relação à língua. Na taxionomia proposta por Labov (2008 [1972]), o *haver* com sentido existencial assume, no português brasileiro (PB), a condição de *marcador*. Essa variação estilística foi observada por Viana e Araújo (2020), com um aumento do uso de *haver* nas Elocuções Formais (EFs), com a

frequência de 36,7%, diante de a uma frequência de apenas 13,7% nas entrevistas semi-informais, denominadas Diálogo entre Informante e Documentador (DID), com os pesos relativos do cálculo estatístico multivariado confirmando essa expressiva diferença percentual.

No plano do encaixamento linguístico do processo de mudança, o tempo do verbo existencial e a caracterização semântica do seu argumento foram os fatores que se destacaram na análise de Callou e Avelar (2000, p. 90-93). No que concerne ao tempo verbal, os resultados dos percentuais e, principalmente, dos pesos relativos indicaram que o presente favoreceu o uso do *ter*, enquanto os tempos do passado favoreceram o uso do *haver*, o que levou os autores a concluir que “*haver*, no português oral, se tornou um verbo típico de narração, modalidade discursiva que privilegia o emprego de tempos do sistema ‘passado’” (Callou; Avelar, 2000, p. 91). A semântica do argumento verbo existencial foi estruturada com os fatores: animado, inanimado material, espaço, abstrato e evento. Os resultados quantitativos demonstraram que os argumentos com valor animado, inanimado e espaço favoreceram o uso do *ter*, enquanto os valores evento e abstrato favoreceram o *haver*, o que fundamentou a seguinte generalização: as referências com o traço semântico [+material] favorecem o uso do *ter*, e o traço [-material], o emprego do *haver* (Callou; Avelar, 2000, p. 92). A análise de Martins e Callou (2003) corroborara esses condicionamentos, com o passado e o traço [-material] do argumento favorecendo o uso do *haver* e o presente e o traço [+material], o emprego do *ter*. Batista (2012) também observou que o *haver* era mais empregado quando o verbo estava no pretérito perfeito, e a referência do argumento continha os traços [+abstrato] e [+evento].

Já Viana e Araújo (2020) analisaram o conteúdo semântico do argumento em quatro fatores: [-animado, -concreto], [-animado, +concreto], [+animado, -humano], [+animado, +humano] e observaram que, nessa escala que vai do abstrato ao humano, o uso do *ter* aumenta progressivamente na proporção em que se

avança em direção ao [+humano], como se pode ver nestes valores dos pesos relativos de *haver*, que decaem progressivamente nesse mesmo vetor: 0,667, 0,435, 0,428, 0,263 (Viana; Araújo, 2020, p. 175). Esses números relevam que: (i) a referência a entes abstratos favorece o emprego do *haver*; (ii) a referência a coisas concretas e a animais favorece um pouco o emprego do *ter*; e (iii) o traço [+humano] do argumento do verbo existencial favorece sobremaneira o uso do *ter*. Como observaram as autoras, seus resultados vão ao encontro do atestado em estudos anteriores, destacando apenas uma forte correlação entre o emprego do *ter* e o traço semântico [+humano] do antecedente. No que concerne ao tempo verbal, em uma escala mais detalhada, as autoras observaram que o pretérito perfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo favoreceriam bastante o emprego do *haver*, que seria também favorecido pelo emprego das formas nominais do verbo em uma escala menor; enquanto o *ter* seria favorecido, em ordem crescente, pelo emprego do presente do indicativo, presente do subjuntivo, futuro do pretérito do indicativo e futuro do presente do indicativo; já o futuro do subjuntivo e o pretérito imperfeito do indicativo seriam fatores neutros (Viana; Araújo, 2020, p. 177). Essa escala mais detalhada revela algumas nuances, especialmente o fato de o pretérito imperfeito do indicativo ser um valor neutro, não obstante estar no campo semântico do passado. Da mesma forma, as formas nominais do verbo e o futuro do subjuntivo também se mostraram fatores neutros.

Os achados dessas análises, em relação aos condicionamentos do processo de mudança que afeta o verbo base das orações existenciais no português do Brasil, balizaram a análise que será apresentada na próxima seção.

Visão atualizada da mudança que afeta o verbo das orações existenciais na fala da elite letrada do Rio de Janeiro

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados de uma análise quantitativa da variação dos verbos *ter* e *haver* em orações existenciais, com enquadramento teórico e metodológico da Sociolinguística variacionista (Weinreich; Labov, Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972], 1981, 1982, 2001). A base de dados foi coletada em um conjunto de 12 entrevistas sociolinguísticas realizadas no âmbito do projeto Padrões Urbanos Cultos da Cidade do Rio de Janeiro (PUC-RJ 2023),⁶ com moradores da cidade do Rio de Janeiro, com pelo menos um curso superior completo, distribuídos por três faixas etárias (de 25 a 35 anos, de 45 a 55 anos e a de 65 a 75 anos)⁷ e pelos dois sexos. Nessas entrevistas, foram encontradas 391 ocorrências de orações existenciais com os verbos *ter* ou *haver*, que foram codificadas em função das hipóteses que balizaram essa análise, e os dados assim produzidos foram submetidos ao cálculo estatístico multivariado com a utilização do programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005; Guy; Zilles, 2007).

Os resultados gerais das frequências das duas variantes revelaram uma larga predominância do verbo *ter*, com 365 ocorrências em um total de 391, contra apenas 26 ocorrências do verbo *haver*, o que corresponde, em termos percentuais, a 93,4% de *ter* e 6,6% de *haver*, como se pode constatar na tabela 1.

6 Já apresentado na introdução.

7 Essa configuração das faixas etárias visa a garantir o intervalo de, aproximadamente, uma geração entre cada faixa, para que a diferença geracional seja adequadamente observada.

Tabela 1 – *Ter* e *haver* como verbos existenciais na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2023

ITEM LEXICAL	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS /TOTAL	FREQUÊNCIA PERCENTUAL
<i>Ter</i>	365/391	93,4%
<i>Haver</i>	26/391	6,6%

Fonte: Elaboração própria.

Cotejando esse resultado com os de Callou e Avelar (2000), é possível contemplar o processo de substituição de *haver* por *ter*, na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro, em um lapso temporal de, aproximadamente, cinquenta anos. E os dados disponíveis apontam, de forma consistente, para uma mudança em progresso em favor do *ter*, que passa de uma frequência de uso de 63%, na década de 1970, para 76%, na década de 1990, e atinge na atualidade a frequência de 93%, em uma amostra de fala do mesmo segmento social. O aumento da frequência de *ter*, no intervalo de 20 anos, entre as décadas de 1970 e 1990, foi de 13%, e o aumento no intervalo de 30 anos, entre as décadas de 1990 e 2020, foi de 17%, o que revela uma ligeira diminuição no ritmo da mudança, o que seria natural em seu estágio final. Com efeito, a frequência de pouco mais de 93%, observada atualmente, aproxima-se bastante do patamar de 95% que Labov (2003), em uma escala muito citada, definiu como uma regra semicategórica, podendo-se assumir, em princípio, que a mudança caminha para sua implementação plena na fala. Os resultados das variáveis sociais que serão apresentados aqui poderão corroborar o desenvolvimento desse processo em uma abordagem em tempo aparente. Da mesma forma, a análise dos resultados das variáveis linguísticas explanatórias poderá identificar os contextos que impulsionam a mudança e aqueles que lhe são refratários.

Condicionantes estruturais da substituição de *ter* por *haver* com valor existencial

A caracterização semântica do argumento da oração existencial foi a primeira variável selecionada pelo Goldvarb X como estatisticamente relevante, e seus resultados confirmaram os achados das análises anteriores, como se pode ver na tabela 2.

Tabela 2 – O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função da caracterização semântica do argumento (Nível de significância .028)

CARACTERIZAÇÃO SEMÂNTICA	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS /TOTAL	FREQUÊNCIA PERCENTUAL	PR
[+animado]	62/63	98,4%	.722
[-animado, +concreto]	167/170	98,2%	.703
[-concreto]	136/158	86,1%	.212
Total	365/391	93,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

O fator [+animado] engloba os traços [+/- humano], porque só houve três ocorrências classificadas como [+animado, -humano], duas de seres extraterrestres (ETs) e uma de um cachorro, e todas as ocorrências de [+humano] foram com o verbo *ter*. Então, confirma-se, assim, a forte correlação entre o uso do *ter* e os argumentos que se referem a seres humanos. Por outro lado, o fator [-concreto] se mostrou um contexto de resistência à generalização do *ter*, como indica o peso relativo (PR) de .212. Essa correlação, já observada nas análises anteriores, pode ser explicada, assumindo-se que os argumentos mais abstratos ocorrem em momentos de maior reflexão cognitiva, o que favoreceria uma opção mais consciente pela variante padrão *haver*, que constitui, como se disse anteriormente, um marcador no PB, como atestado pela variação estilística, documentada nos estudos que controlaram a variável nível de formalidade do discurso.

Uma variável linguística considerada nesta análise, que não consta das análises referidas anteriormente, foi o nível de referencialidade do argumento da oração existencial, estruturada da seguinte maneira: argumento com referência genérica [-específico], argumento com referência indefinida, tipicamente primeira menção [+específico, -definido] e argumento com referência definida, previamente compartilhado com o interlocutor [+específico, +definido], exemplificados, respectivamente, em (10), (11) e (12), com os resultados quantitativos apresentados na tabela 3.

- (10) Era um condomínio bom pra criar criança mesmo, assim, ***tinha** muita criança*.
- (11) Então, quando ela faleceu, ***houve** uma briga*.
- (12) Muita gente vai atrás de oportunidades em São Paulo, porque, de fato, tem um mercado muito mais... melhor, tem esse aspecto. Pra mim, não me atinge muito.

Tabela 3 – O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do nível de referencialidade do argumento (Nível de significância .028)

NÍVEL DE REFERENCIALIDADE DO ARGUMENTO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS/ TOTAL	FREQUÊNCIA PERCENTUAL	PR
[+específico, +definido]	73/74	98,6%	.822
[+específico, -definido]	165/183	90,2%	.352
[-específico]	127/134	94,8%	.497
Total	365/391	93,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

Os argumentos de referência definida foram os contextos que mais favoreceram a substituição de *haver* por *ter*, como PR de .822 comprova. E os argumentos indefinidos se mostraram um contexto de resistência à mudança, com PR de apenas .352 para o uso do *ter*. Já os argumentos genéricos podem ser considerados um fator neutro, em função do PR de .497. Partindo do pressuposto de

que o uso do *haver* seria uma escolha mais consciente do falante, pode-se argumentar que a introdução de um referente novo tem proeminência discursiva, favorecendo um maior monitoramento da fala. E os referentes genéricos seriam mais comuns em momentos de reflexão, de um discurso mais argumentativo, que favoreceriam um maior monitoramento da fala.

A variável tempo do verbo não ficou dentro da margem de confiabilidade definida pelo Goldvarb X, por meio de nível de significância, que deve ser de até .050, pois o nível de significância dos seus resultados foi de .129.⁸ Porém, dada a importância dessa variável nos estudos sobre o fenômeno e a ressalva feita aqui na nota 7, os dados dessa variável serão apresentados na tabela 4 e analisados a seguir.

Tabela 4 – O uso do verbo *ter* como verbo existencial em função do tempo verbal (Nível de significância .129)

TEMPO DO VERBO EXISTENCIAL	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS/ TOTAL	FREQUÊNCIA	PR
Pretérito imperfeito do indicativo	181/188	96,3%	.573
Presente do indicativo	126/133	94,7%	.516
Pretérito perfeito do indicativo	36/44	81,8%	.324
Formas nominais e subjuntivo	22/26	84,6%	.229
Total	365/391	93,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

Em princípio, os tempos verbais do pretérito imperfeito e do presente do indicativo favoreceriam o uso do *ter*, com os PRs de .573 e .516, respectivamente. Porém, esses valores são muito

8 O nível de significância de .050 significa que os resultados obtidos têm 95% de confiabilidade. Assim, o nível de significância de .129 indica que os resultados dessa variável terão um nível de confiabilidade de 87,1%, o que é ainda uma margem razoável de confiabilidade, conquanto não esteja no padrão canônico da análise estatística.

próximos à neutralidade, de .500. Então, uma melhor leitura dos resultados é que o pretérito perfeito do indicativo, bem como as formas nominais do verbo (especificamente o infinitivo e o gerúndio) e as formas do subjuntivo (especificamente as formas do futuro e do pretérito imperfeito) se revelaram contextos que inibem o emprego do *ter*, com os PRs de .324 e 229, respectivamente. Esses resultados contrariam a generalização de Callou e Avelar (2000) de que o passado favoreceria o *haver*, e o presente favoreceria o *ter*, que parece ter sido apressada, se se observa com apuro os próprios dados de sua análise. De fato, na análise desses autores, a frequência de *ter* junto ao pretérito perfeito é de apenas 10% em 1970 e de 35% em 1990, com PRs de .09 e .38, respectivamente. Porém, a frequência de uso de *ter* junto ao pretérito imperfeito é de 64% em 1970 e de 66% em 1990, com PRs de .44 e .45, respectivamente, que se situam mais próximos à neutralidade (Callou; Avelar, 2000, p. 91-92). Os resultados de Viana e Araújo (2020) também vão nessa direção. O PR do pretérito imperfeito do indicativo para o uso do *haver* também foi próximo à neutralidade (.507), sendo superado como contexto favorecedor do *haver* pelos fatores: pretérito imperfeito do subjuntivo, com PR de .693, e formas nominais, com PR de .566. Para explicar os resultados aqui encontrados, pode-se recorrer ao princípio da saliência fônica, tão produtivo nos estudos variacionistas. A flexão para o pretérito perfeito do indicativo, o futuro do subjuntivo e o pretérito imperfeito do subjuntivo implica uma alteração do radical (*haver* > *houve/houver/houvesse*), sendo, portanto, mais salientes em termos morfofonológicos, o que favoreceria o emprego da variante padrão, assim como a maior saliência das formas verbais flexionadas favorece a aplicação da regra de concordância verbal, como sobejamente atestado pelas análises variacionistas. Por outro lado, o pretérito imperfeito do indicativo seria um tempo verbal menos saliente, mantendo intacto o radical do verbo (*haver* > *havia*), até mais do que o presente, em que há uma redução desse radical (*haver* > *há*), o que explicaria o baixo emprego do

haver junto a esses tempos. Pode-se acrescentar, em relação ao presente, a fragilidade fônica da forma no singular, um monossílabo constituído apenas o núcleo vocálico (*há*), e a interdição do emprego da forma no plural *hão*, considerando que a flexão de número do verbo existencial, não obstante a condenação da tradição normativa, é recorrente, não apenas no Brasil, mas até em Portugal (Fernandes, 2022). O princípio da saliência fônica teria, assim, maior valor heurístico do que uma explicação baseada apenas na oposição entre presente e passado.

Encaixamento social da substituição de ter por haver com valor existencial na fala da elite letrada do Rio de Janeiro, em 2023

A variável idade do informante ocupa uma posição central na teoria da abordagem da mudança em tempo aparente, com base no pressuposto de que as diferenças nos padrões de fala de diferentes gerações refletem etapas da mudança ao longo do tempo (Labov, 2008 [1972], 1981, 1994, 2001). De acordo com a hipótese clássica, o indivíduo fixa seu padrão de fala ao final da adolescência, mantendo-o relativamente estável ao longo de toda a vida (Naro, 2003). Desse modo, as diferenças no comportamento linguístico de falantes com 25 e 55 anos, por exemplo, refletem as mudanças que afetaram a língua no lapso temporal de trinta anos. Na rodada do Goldvarb X, a variável faixa etária não ficou dentro do limite de confiabilidade definido pelo cânone do cálculo estatístico de .050.⁹ Embora o nível de significância tenha ficado ligeiramente acima desse limite (.076), os resultados serão apresentados e discutidos, em razão da relevância dessa variável social, na tabela 5 e comentados em seguida.

9 Cf. nota 7.

Tabela 5 – O uso do verbo *ter* como verbo existencial na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro, em função da idade do falante (Nível de significância .076)

FAIXA ETÁRIA DO FALANTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS/ TOTAL	FREQUÊNCIA	PR
25 a 35 anos	120/130	92,3%	.427
45 a 55 anos	140/145	96,6%	.668
65 a 75 anos	105/116	90,5%	.367
Total	120/130	92,3%	-

Fonte: Elaboração própria

O resultado observado, em que a faixa intermediária exibe o maior índice de uso da variante não padrão é exatamente o contrário do quadro prototípico de variação estável definido pela tradição da Sociolinguística desde Labov (1981), no qual a faixa intermediária é que usaria mais a variante de prestígio, pelo fato de ser a faixa de idade que mais sofreria as pressões do mercado de trabalho. Os jovens, que não entraram ainda no mercado de trabalho, e os mais velhos, que já se aposentaram, não sofreriam essa pressão, podendo usar mais a variante não padrão. Porém, visões mais recentes têm chamado a atenção para a complexidade subjacente à variável faixa etária, que engloba, na verdade, “um feixe de fatores” (Freitag, 2005, p. 120), de modo que não se pode considerar um único parâmetro de forma linear. Inclusive, esse esquema tradicional foi criticado por Lucchesi (2015), que argumentou que, mais do que a pressão do mercado de trabalho, esse quadro curvilíneo refletiria a situação dessas gerações no contexto do estado do bem-estar social vigente na Europa ocidental e na América do Norte durante as décadas de 1960 e 1970, período em que foram realizados os estudos basilares da Sociolinguística laboviana.

Com base nisso, os resultados aqui apresentados podem ser analisados de uma outra perspectiva. Em primeiro lugar, deve-se constatar que a diferença entre as gerações é realmente pequena,

o que seria esperado em um estágio final da mudança, como é caso aqui, com o uso da variante inovadora *ter* atingindo quase o nível de regra semicategórica (Labov, 2003). A implementação plena da mudança gera, inexoravelmente, uma homogeneização na comunidade de fala, pois todos passam a usar a mesma forma linguística. No entanto, mesmo com a margem reduzida, deve-se registrar que os mais velhos (entre 65 e 75 anos) são os que usam menos o *ter*, com frequência de 90,5% e PR de .367, o que é compatível com o comportamento naturalmente conservador dos idosos, e que, nesta amostra, nasceram entre 1948 e 1958, tendo, portanto, sua formação escolar numa época de grande influência da gramática normativa. O que foge ao protótipo é o alto índice de uso do *ter* na faixa intermediária, quando, no cenário de mudança em progresso, os mais jovens é que deveriam usar mais a variante inovadora. Pode-se argumentar que os falantes da faixa intermediária desta amostra, que nasceram entre 1968 e 1978, tiveram sua formação escolar no período da abertura política e dos costumes que ocorreu com o fim da ditadura militar em 1985; isso favoreceria a adoção de um comportamento mais liberal e flexivo, que se refletiria no uso da língua. Por fim, os mais jovens desta amostra, com idade entre 25 e 35 anos, estariam iniciando sua carreira profissional – na cronologia da vida na sociedade contemporânea –, e estariam, portanto, mais preocupados em usar as formas do padrão normativo, em decorrência da pressão do mercado de trabalho. Essa leitura qualitativa dos resultados se baseia na concepção de que cada processo de mudança deve ser considerado no seu contexto sócio-histórico particular.

A única variável social selecionada como estatisticamente significativa na rodada do GoldVarb X foi o sexo do falante, e seus resultados revelaram que as mulheres estariam liderando o processo de mudança, como se pode ver na tabela 6.

Tabela 6 – O uso do verbo *ter* como verbo existencial na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro, em função do sexo/gênero do falante (Nível de significância .028)

SEXO/GÊNERO DO FALANTE	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS/ TOTAL	FREQUÊNCIA PERCENTUAL	PR
Feminino	216/222	97,3%	.622
Masculino	149/169	88,2%	.342
Total	365/391	93,4%	-

Fonte: Elaboração própria.

A frequência de uso da variante inovadora *ter* na fala das mulheres é de 97,3% (PR de .622) contra apenas 88,2% na fala dos homens (PR de .342). No estudo de Callou e Avelar (2000), as mulheres também ficaram à frente dos homens na sincronia de 1970. Na análise de Martins e Callou (2003), com a amostra do NURC de Salvador, a dianteira das mulheres ainda foi mais acentuada. Porém, no estudo de Viana e Araújo (2020), com uma amostra de Fortaleza, na década de 1990, as mulheres foram mais conservadoras.

Na Sociolinguística laboviana mais ortodoxa, as mulheres seriam mais sensíveis às formas de prestígio e liderariam as mudanças em direção ao padrão (Chambers, 1995). Porém, esse princípio também tem sido questionado neste século (Freitag, 2015), e Lucchesi (2004; 2015) argumenta que o papel da mulher no processo da mudança deve ser considerado em função da inserção das mulheres em cada contexto sócio-histórico particular em que o processo de mudança se desenvolve. Nesse sentido, os resultados que embasam a generalização apresentada em Chambers (1995) foram encontrados em estudos da mudança em centros urbanos de sociedades industrializadas e com um alto desenvolvimento social. Já nas análises em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do nordeste brasileiro (Lucchesi; Baxter; Ribeiro,

2009; Lucchesi, Figueiredo, 2025), região pouco desenvolvida em termos econômicos e marcada por grande desigualdade social, são os homens que lideram as mudanças em direção ao padrão urbano de prestígio, pois têm mais contato fora da comunidade, indo buscar trabalho nos grandes centros urbanos ou negociando os produtos da roça nas feiras dos centros regionais, enquanto as mulheres, que ficam mais confinadas ao universo familiar e ao trabalho na lavoura, conservam mais as formas mais desviantes da comunidade, geradas no passado pelo contato do português com as línguas africanas.

Nessa dessa perspectiva, os resultados aqui encontrados podem ser analisados em função das mudanças no papel da mulher ocorridas nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, sobretudo com o movimento feminista iniciado na década de 1960. A luta das mulheres, fortalecida com a redemocratização e o fim da ditadura militar, em 1985, levou a várias conquistas importantes que mudaram a situação da mulher na sociedade brasileira. Ainda sob o regime autoritário, foi aprovada a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/1977), possibilitando às mulheres a libertação de um casamento opressor e mais inserção no mercado de trabalho. Na Constituição Federal do Brasil de 1988, a “Constituição Cidadã”, o inciso I do Art. 5º definiu as mulheres e os homens como “iguais em direitos e obrigações”. Por fim, foi sancionada, em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), para proteger a mulher da violência doméstica que muitas vezes culmina no feminicídio. Esse movimento tem se fortalecido neste século, não apenas no Brasil, mas em todo mundo – recentemente foi aprovada na Itália a prisão perpétua para o crime de feminicídio –, em função dos chamados movimentos identitários, que ocupam uma posição cada vez mais importante na pauta da luta progressista, com o combate a todo tipo de discriminação e preconceito, especialmente contra mulheres, pretos, indígenas e quilombolas e a população LGBT. Todo esse processo social tem ampliado a consciência da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade e

pluralidade cultural e comportamental, o que acaba por se refletir no plano do sistema de crenças sobre a língua, enfraquecendo a autoridade da tradição normativa, como pesquisas feitas neste século na Europa têm demonstrado (Kristiansen; Grondelaers, 2013; Monteagudo, 2024).

A luta feminista, contra o machismo e a misoginia, tem despertado a consciência das mulheres e uma maior sensibilidade para a diversidade e para uma visão política mais progressista. As pesquisas de intenção de voto nas últimas eleições presidenciais do Brasil – polarizadas entre um candidato progressista de centro esquerda e um candidato de extrema direita, que adota uma pauta conservadora em relação aos costumes – têm retratado essa postura mais progressista das mulheres, frente ao um pensamento mais conservador dos homens.¹⁰ Essa maior consciência se reflete no sistema de crenças sobre a língua, com as mulheres aceitando e usando mais as formas fora do padrão normativo, enquanto os homens adotam mais o padrão normativo como forma de reforçar seu poder simbólico em uma sociedade tradicionalmente patriarcal. Assim, surgem fundamentos para repensar o papel das mulheres na mudança linguística, nas sociedades ocidentais, no século XXI.

Considerações finais

Os resultados de uma análise variacionista da forma dos verbos base das orações existenciais em uma amostra de fala colhida no ano de 2023, cotejados com os resultados de análises similares em amostras de fala do Projeto NURC das décadas de 1970 e 1990, permitiram visualizar o processo de substituição de *haver* por *ter*

10 Cf. Boulos (2025, p. 27): “No Brasil, em 2022, segundo pesquisa do Datafolha na véspera do segundo turno, 52% das mulheres declararam voto em Lula, contra 41% em Bolsonaro. Entre os homens, Bolsonaro levou vantagem de 48% a 46%. O corte racial é ainda mais nítido: Lula venceu Bolsonaro por 60% a 34% entre os pretos, e Bolsonaro venceu por 54% a 40% entre os brancos.”

na fala da elite letrada da cidade do Rio de Janeiro, ao longo de cinquenta anos (de 1970 a 2020), revelando um processo consistente de avanço do *ter* como verbo existencial, cuja frequência de uso atinge na atualidade as bordas de uma regra semicategórica. No plano da estrutura linguística, foram identificados contextos de resistência a mudança na caracterização semântica e no nível de referencialidade do argumento, bem como no tempo do verbo existencial, com o verbo *haver* sendo mais usado quando o argumento da oração existencial remetia a referentes abstratos ou indefinidos e genéricos. Já o princípio da saliência fônica revelou um uso maior da variante padrão quando ocorria a mudança no radical do verbo (*hav-* > *houv-*). Em ambos os casos, são contextos que favorecem um maior monitoramento da fala e a opção mais consciente pela variante padrão e conservadora. No plano do encaixamento social, destacou-se o papel das mulheres na liderança dessa mudança que se afasta do padrão tradicional, como reflexo da postura mais progressista e sensível à diversidade cultural e de costumes que as mulheres têm assumido neste século.

Em um plano mais amplo dos usos linguísticos em todas as esferas das relações sociais de uma sociedade letrada, deve-se ter em conta uma notável clivagem quando se observam as modalidades de uso da língua, porque, enquanto o uso do *ter* está se generalizando na fala, o *haver* predomina largamente sobre o *ter*, na língua escrita, chegando mesmo a ser empregado em níveis praticamente categóricos nos textos mais formais, como os artigos de revistas acadêmicas e científicas (Lucchesi, 2022). Essa profunda clivagem, própria das sociedades contemporâneas com alto grau de letramento, coloca novos desafios teóricos, não apenas para a compreensão da mudança linguística, mas para a compreensão da própria dinâmica dos usos da língua em geral.

Variation and change in the form of the existential verb in the speech of the literate elite of the city of Rio de Janeiro: a current view

ABSTRACT: The article presents the results of a variationist analysis of the verb form in existential clauses, based on a sample of informal speech composed of twelve sociolinguistic interviews conducted in 2023 with residents of the city of Rio de Janeiro who have at least completed higher education, distributed across three age groups and both sexes. Comparing the overall frequency of variants with similar analyses conducted on samples from the NURC Project in Rio de Janeiro, from the 1970s and 1990s, it revealed a consistent process of change over a fifty-year period, culminating in the use of the verb *ter* in an existential sense at an almost semi-categorical level. This process of change is being led by women, as a result of the position they have been assuming in society in this century, and is conditioned, in the linguistic structure, by the semantic characterization and level of referentiality of the argument of the existential clause, as well as by verb tense.

KEYWORDS: existential verb; language change; Brazilian Portuguese; literate norm; prescriptive grammar.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Jose Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta – língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BATISTA, Priscila Guimarães. *Ter e haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*. 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BOULOS, Guilherme. *Pra onde vai a esquerda?* Avaré, SP: Contracorrente, 2025.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito Ornelas de. Sobre *ter e haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Revista Gragoatá*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, n. 9, 2000, p. 85-100.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 17 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1964].
- CHAMBERS, John K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976 [1972].
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008
- FERNANDES, Vera Catarina Neves. *Variação na concordância verbal – um estudo sobre o verbo haver existencial*. 2022. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2022.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Idade: uma variável linguística complexa. *Línguas & Letras*, v. 6, n° 11, p. 105-121, 2° sem. 2005.

FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Görski (org.). *Mulheres, Linguagem e Poder* – Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, p. 17-74.

GONÇALVES, Anabela; RAPOSO, Eduardo Paiva. Verbo e Sintagma Verbal. In: RAPOSO, Eduardo Paiva et al (eds.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 1155-1218.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KRISTIANSEN, Tore; GRONDELAERS, Stefan (eds.). *Language (De)standardisation in Late Modern Europe: Experimental Studies*. Oslo: Novus Press, 2013.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, Christina; TUCKER, Richard (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Cambridge: Blackwell, 2001.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, Winfred; MALKIEL, Yakov (ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p.17-92.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (ed.). *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p.177-199.

LUCCHESI, Dante. *Ter e haver na norma culta escrita e a questão da norma padrão no Brasil*. In: OLIVEIRA, Josane Moreira de; MOTA, Jacyra Andrade; REIS, Rejane Coelho Pereira (org.). *Contribuições para a linguística brasileira – uma homenagem a Dinah Callou*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2022. p. 125-144.

LUCCHESI, Dante. *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; FIGUEIREDO, Cristina (org.). *O Português afro-brasileiro revisitado*. Salvador: EDUFBA, 2025.

LYONS, John. *Semântica estrutural*. Lisboa: Presença, 1984 [1977].

MARTINS, Luciene; CALLOU, Dinah. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções *ter*/haver existenciais. In: *Anais Eletrônicos do Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Curitiba: Mídia Curitibana, p. 820-825, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas – Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MONTEAGUDO, Henrique (ed.). *A estandarización das linguas da Península Ibérica: procesos, problemas e novos horizontes*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2024.

NARO, Anthony. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2003. p.43-50.

RAPOSO, Eduardo Paiva *et al.* (ed.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

VIANA, Rakel.; ARAÚJO, Aluiza. Os verbos *haver* e *ter* existenciais em dados de fala culta fortalezense: uma análise variacionista.

Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras, v. 16, n. 2, p. 166-194, 2020.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

O PAPEL DA ANALOGIZAÇÃO NAS MICROCONSTRUCIONALIZAÇÕES DA REDE $[[X \text{ DE}] \text{ QUE}]_{\text{CONNECT}}$

Ivo da Costa do Rosário¹

RESUMO: Este trabalho visa a apresentar uma discussão teórica acerca do papel da analogização na formação de microconstruções conectoras da rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$. Em primeiro lugar, explicitamos as bases teóricas adotadas, calcadas na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Em seguida, realizamos um estudo longitudinal da analogia e de seus correlatos (analogização e pensamento analógico), desde os neogramáticos até perspectivas mais modernas. Por fim, por meio de uma abordagem qualitativa, aplicamos o instrumental teórico-metodológico à análise de três microconstruções da rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$: [em razão de que], [a respeito de que] e [à exceção de que]. O trabalho comprova que a analogização tem forte poder explicativo, revelando-se como hipótese forte para a emergência de novos conectores na língua portuguesa, tal como ocorre na rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$.

PALAVRAS-CHAVE: analogia; analogização; microconstruções conectoras.

Considerações iniciais

Ao longo do tempo, o conceito de *analogia* (e mais modernamente *analogização*) vem sofrendo substancial modificação em termos conceituais. Também o seu papel nos estudos linguísticos vem sendo deslocado de um lugar periférico para um ponto cada vez mais central, ganhando proeminência na investigação de alguns fenômenos gramaticais.

1 Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

De fato, desde os neogramáticos até as vertentes mais modernas da Linguística Funcional, é possível atestar diferentes pontos de vista acerca do que se convencionou chamar *analogia*: de um fenômeno puramente regularizador de formas gramaticais até um mecanismo de base cognitiva capaz de alterar o sistema de uma língua. Naturalmente, isso não pode passar despercebido quando se propõe investigar o seu papel e sua função analítica nos estudos linguísticos.

Nos últimos anos, no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022b), cada vez mais, vem se consolidando a proposta de estudo que visa a esquematizar a gramática em diferentes níveis de abstração. Traugott e Trousdale (2013) definem esses níveis como esquemas, subesquemas e microconstruções.

Com foco em um desses níveis, este trabalho tem como objetivo investigar como ocorre a criação de novas microconstruções (ou microconstrucionalizações) conectoras. Para isso, tomamos como ponto de partida a rede [[X de] que]_{connect}. Nesse âmbito, hipotetizamos que a analogização desempenha papel central nesse processo, a partir de uma análise que investiga a atração de novas entidades a exemplares ou a um esquema mais abstrato e virtual.

Após a indicação de alguns pontos centrais da base teórico-metodológica que sustenta este trabalho, realizamos a recensão de algumas obras que abordam o conceito de analogia e suas interfaces, desde as mais clássicas até as mais contemporâneas. Em seguida, propomos a aplicação da analogização à empiria, em uma análise qualitativa. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Abordagem construcional da gramática e microconstrucionalizações

O Funcionalismo é uma corrente linguística multifacetada, visto que engloba diversas vertentes. Até o início do século XXI,

a gramaticalização, no contexto da Linguística Funcional norte-americana, vinha sendo a tônica de grande parte das pesquisas baseadas no uso. Aliás, ainda é um instrumental teórico bastante acessado por pesquisadores tanto brasileiros quanto estrangeiros (Rosário, 2022b).

Com o advento da Gramática de Construções, especialmente nos modelos de Goldberg (1995) e Croft (2001), houve um movimento cada vez mais ascendente e integrador de conjugação de pressupostos funcionalistas e cognitivistas. A esse “casamento teórico”, damos o nome de Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), que adota o que se convencionou denominar *abordagem construcional da gramática*. Rosário e Oliveira (2016) afirmam que

a construção é assumida como unidade gramatical básica e fundante. A língua, por consequência, define-se como conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas. [...] A abordagem construcional da gramática é uma teoria do uso. Assim, os processos de mudança linguística sempre emergem a partir da interação dos falantes, que negociam novos significados no curso da interação (Rosário; Oliveira, 2016, p. 239-242).

Na abordagem construcional da gramática, o foco das observações não está mais pura e simplesmente no item, mas na construção lexical ou gramatical/procedural, que se configura como a unidade básica e fundante de uma língua. Nesse sentido, cabe ao pesquisador analisar as construções em um recorte sincrônico, diacrônico ou ainda pancrônico, a partir das dimensões da forma e do significado.

Com base em Traugott e Trousdale (2013), é possível postular que há diferente níveis de abstração para o que se convencionalizou denominar *construção*. Como já referido, esses níveis são os

seguintes: esquema, subesquema e microconstrução. Neste artigo, destacamos o nível da microconstrução, que se atualiza na língua por meio de constructos.

A literatura linguística dá conta de que, ao longo do tempo, por meio de processos cognitivos, há criação de novos esquemas, subesquemas e microconstruções. Com relação ao surgimento de microconstruções, Teixeira e Rosário (2016, p. 147) afirmam:

Defendemos que o estatuto da microconstrucionalização deva ganhar maior relevo nas pesquisas desenvolvidas no campo da LFCU, devido à sua precisão. Afinal, a microconstrucionalização é um conceito totalmente compatível com a criação de nova forma e novo significado, já que exibe essas duas partes de forma clara e inequívoca. (Teixeira; Rosário, 2016, p. 147)

De fato, o nível da microconstrução é o único em que há, de fato, a gênese de construções individuais da língua, de caráter mais substantivo. Só nesse nível é que há um pareamento de forma e função claramente dotados de menor abstração. Assim, em uma perspectiva teórica afinada com os usos linguísticos, como ocorre com a LFCU, esse nível de análise merece o devido destaque.

Feitas essas breves considerações gerais de base teórica, partimos para o foco deste trabalho, que é a discussão em torno da analogia.

Analogia, analogização e pensamento analógico

O termo “analogia” apresenta várias acepções e é utilizado em diversas áreas do conhecimento. Segundo o Dicionário Houaiss (2001), há, pelo menos, cinco áreas que utilizam esse conceito. Vejamos:

Quadro 1 – Acepções do verbete *analogia*

ÁREA DO CONHECIMENTO	SIGNIFICADO
Biologia	Semelhança funcional entre órgãos de diferentes estruturas e origens embriológicas, como as asas de insetos e as de aves.
Física	Correspondência que pode ser estabelecida entre fenômenos cuja física é distinta, mas cujas grandezas são descritas por funções matemáticas com propriedades semelhantes ou idênticas.
Filosofia	Na filosofia grega, identidade de relação entre pares de conceitos dessemelhantes (como na proposição «a inteligência está para a opinião assim como a ciência está para a crença»). Na filosofia moderna, processo efetuado através da passagem de asserções facilmente verificáveis para outras de difícil constatação, realizando uma extensão ou generalização probabilística do conhecimento.
Direito	Operação lógica por meio da qual se aplica a um caso não previsto na lei a norma jurídica disciplinadora de ocorrências semelhantes.
Linguística	Processo de mudança linguística que consiste na alteração de uma forma, para adaptá-la a um modelo preexistente (p. ex.: o neologismo <i>aidético</i> foi criado provavelmente por analogia com <i>diabético</i> , <i>morfético</i>).

Fonte: Houaiss, 2001.

Como fica claro, *analogia* é um conceito de amplo espectro semântico, mas que guarda pontos comuns em todas as acepções apresentadas. As ideias de adaptação, semelhança, correspondência e identidade constituem um mesmo campo semântico que, por sinonímia ou hiponímia, sempre se liga à noção de analogia.

Tomando como base o conceito exposto na área da Linguística, devemos observar que o lexicógrafo associa *analogia* a “alteração de uma forma, para adaptá-la a um modelo preexistente”. Segundo Dubois *et al.* (2006, p. 52), “o termo analogia designou, entre os gramáticos gregos, o caráter de regularidade atribuído à língua”. De fato, nos estudos linguísticos mais remotos, o termo “analogia” estava bastante associado à ideia de regularização de formas.

Camara Jr. (1981, p. 50-51) é ainda mais explícito com relação à associação entre analogia e regularidade fonética. Assim o autor descreve o verbete *analogia*: “Mudança linguística em que há uma interferência do plano formal da língua no plano fonológico ou, em outros termos, em que a fonação é afetada pela coesão formal entre os vocábulos”. O autor acrescenta que há dois tipos de analogia: a) *cruzamento analógico* – há mudança fonológica de uma forma por interferência de outra ou de outras; b) *criação analógica* – há o aparecimento de uma forma nova, que elimina a antiga.

Essa tradição de associar mudança analógica a regularização paradigmática é herdada dos neogramáticos. Segundo Faraco (1991, p. 31, grifo do autor), esses estudiosos propunham que “as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções. As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*”. Tal como entendida pelos neogramáticos, a analogia era uma tendência regularizadora que pretensamente gerava paradigmas estruturais hegemônicos.

Não tardou muito para que essa concepção de analogia fosse bastante criticada. Afinal, a ideia de uma regularidade absoluta não se sustenta em linguística histórica. Naturalmente há regularidade na mudança linguística, mas essa regularidade é relativa e propensa a diversos fatores de ordem cultural, cognitiva, dialetológica etc. As vicissitudes históricas – em sentido amplo – são fatores que retardam, impedem e até reverterem processos de mudança. Logo, as pressões analógicas não podem ser consideradas

como a explicação cabal para as supostas irregularidades linguísticas. Ainda segundo Faraco (1991):

As chamadas “leis fonéticas” tiveram de ser reinterpretadas. Passaram a ser tomadas não como expressão de processos cegos e absolutos, mas apenas como fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxiliares descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos. (Faraco, 1991, p. 33).

Essas críticas, certamente, impactaram as pesquisas produzidas pelos pesquisadores nas décadas seguintes. De fato, a analogia passou a ser vista como um mecanismo de baixo poder explicativo, especialmente pela força dos estudos de base discursiva e sociolinguística, que acentuavam, cada vez mais, a questão de empréstimos, movimentos populacionais, variação etc. Com o tempo, contudo, o conceito de *analogia* passou por diversas transformações. Heine (2003) propôs uma detida análise do assunto:

Assim como reanálise, o termo ‘analogia’ tem experimentado um grande número de usos, com referência algumas vezes a fenômenos distintos de mudança linguística. Meillet (1912) tratou analogia e gramaticalização como mutuamente exclusivas; outros (Hopper e Traugott, 1993) argumentam que a gramaticalização não ocorre sem analogia. Ambos estão corretos; analogia é uma estratégia ubíqua que pode ser invocada para muitos fenômenos diferentes. (Heine, 2003, p. 593)

Heine (2003) retoma as ideias de Meillet (1912), que é considerado o pai da gramaticalização. Segundo Meillet (1912), enquanto a analogia podia renovar formas em detalhes, normalmente deixando o plano geral do sistema intocável, a gramaticalização criava novas formas e introduzia categorias para as quais não havia expressão linguística.

Essa relação entre analogia e gramaticalização gerou discussões, consensos e dissensos ao longo de todo o século XX. Afinal, havia os que defendiam a analogia como gramaticalização e havia os que pensavam o contrário. Lehmann (2005, p. 7-8), por exemplo, propunha a existência de gramaticalização sem analogia (*gramaticalização pura*) e a gramaticalização com analogia (*gramaticalização analogicamente orientada*). Dessa forma, em parte, o autor reitera as ideias de Meillet (1912), de que analogia e gramaticalização são processos distintos, mas assegura que ambas podem coocorrer em mudanças históricas particulares.

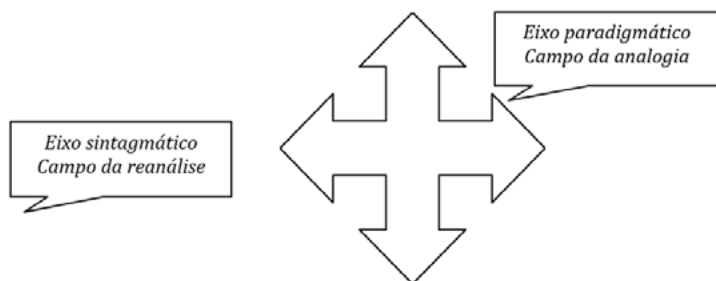
Na década de 90 do século passado, percebemos que alguns autores ainda advogavam ideias semelhantes às de Meillet (1912), apesar do lapso temporal. Segundo Hopper e Traugott (1997, p. 32), por exemplo, “analogia, estritamente falando, modifica as manifestações de superfície e, por si só, não efetua mudança de regras”. Nesse sentido, os autores defendiam a ideia central destacada pelos neogramáticos com relação à analogia: o mecanismo muda apenas a superfície, sem o poder de criar formas novas.

Outro ponto emblemático é o embate entre analogia e reanálise. Ainda de acordo com Hopper e Traugott (1997, p. 57), “inquestionavelmente, reanálise é o mais importante mecanismo para a gramaticalização, assim como para toda mudança”, visto que, nessa visão, apenas a reanálise pode criar novas estruturas gramaticais. Aliás, nessa mesma obra que analisa a história da gramaticalização, os autores citados frisam que reanálise e analogia ocupam eixos distintos:

Reanálise e analogia (generalização) têm diferentes efeitos. Reanálise essencialmente envolve reorganização e mudança de regra linear, sintagmática, frequentemente local. Não é diretamente observável. Por outro lado, analogia essencialmente envolve organização paradigmática, mudança nas colocações de superfície e nos modelos de uso. Analogia faz as mudanças não observáveis da reanálise serem observáveis. (Hopper; Traugott, 1997, p. 57)

Essa concepção dos autores, também endossada por Heine (2003, p. 539), pode ser graficamente representada na figura a seguir, que espelha os planos paradigmático (na vertical) e sintagmático (na horizontal) da linguagem:

Figura 2 – Eixos paradigmático e sintagmático



Fonte: Elaboração própria.

Apesar da explícita defesa do papel focal da reanálise, os autores criam uma espécie de “ponte” para pesquisas mais atualizadas ao defender que “o papel da analogia não deveria ser subestimado no estudo da gramaticalização” (Hopper; Traugott, 1997, p. 57). De fato, eles defendem que a analogia pode ser uma evidência primária de que a mudança ocorreu.

Como fica claro com base no que foi até aqui apresentado, a analogia teve seu papel preterido ao longo de muitas décadas. De uma forma ou de outra, as ideias dos neogramáticos foram recuperadas a partir de outras roupagens, mas com significado semelhante ao que era defendido na segunda metade do século XIX. Cabia à analogia apenas um papel subsidiário de caráter auxiliar no campo da regularização de formas linguísticas, ou seja, no nível da superfície. O nível do sistema, por sua vez, permanecia pouco impactado por esse mecanismo.

Com Fischer (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013), postulamos que houve uma verdadeira virada

paradigmática nos estudos sobre analogia. De fato, esse mecanismo deixa de ser relegado a segundo plano (em contraste com a reanálise) e ganha papel de destaque nos estudos linguísticos, com forte poder explicativo. Assim Fischer (2009) se expressa:

A habilidade de analogizar é, em termos evolutivos, muito antiga e presente em outros mamíferos também. É um importante mecanismo na aquisição da linguagem e no processamento da linguagem em geral. [...] Analogias podem ser mais concretas ou bastante abstratas, de modo que uma analogia pode ser baseada em itens lexicais concretos, assim como em esquemas mais abstratos. (Fischer, 2009, p. 11-12, grifo nosso)

Fischer (2009) propõe uma grande ressignificação do papel da analogia, ao situá-la no campo dos estudos cognitivos. Fica claro que a ideia de regularização formal em nível fonético perde força e entra em cena a “habilidade de analogizar”. Assim, a analogia ganha proeminência nos estudos linguísticos, visto que é alçada ao nível de um mecanismo de base cognitiva, que opera em diferentes graus de esquematicidade, e não só com base em um modelo formal no nível da superfície.

Fischer (2009, p. 9) inova também ao associar a analogia a estudos sincrônicos. Assim, não é estritamente necessário que haja dados históricos para que a analogia seja aplicada como princípio teórico. Segundo a autora, esse mecanismo pode atuar no nível dos padrões a que uma forma presumivelmente pertence.

Considerando que a analogia sempre estabelece uma relação de similaridade, então ela pode ser aplicada, como recurso explicativo, tanto no nível da forma quanto no nível do significado. Reiteramos que essa acepção de analogia no plano do significado, mais ligada a níveis abstratos, passou a ser uma grande novidade nos estudos linguísticos diante das aplicações realizadas até então.

Fischer (2009) também retoma o velho debate entre analogia e reanálise e, de forma oposta à argumentação de Hopper e Traugott (1997), assevera que, no modelo teórico defendido, a analogia é mais preponderante:

Neste modelo, a analogia é uma força primária, e não a reanálise. Reanálise é o que o linguista pode ver a partir do ponto de vista do que muda no sistema entre gerações ou no produto linguístico no curso do tempo, não é alguma coisa que os falantes realmente fazem. Falantes não reanalisam, eles substituem um padrão holisticamente por outro. Analogia é normalmente vista como algo muito frouxo, e portanto impraticável ou pouco funcional como princípio dentro de um modelo linguístico. Mas, de fato, não é um princípio do sistema ou um princípio da mudança linguística, é uma faculdade dos usuários da língua. (Fischer, 2009, p. 15-16)

Assim, a autora inova substancialmente, pois rompe com décadas de tradição em que a analogia era relegada a um segundo plano, especialmente em virtude de a reanálise ocupar a grande preocupação dos linguistas. Hopper e Traugott (1997), por exemplo, afirmam categoricamente que reanálise é um mecanismo primário e a analogia, secundário. Segundo o ponto de vista de Fischer (2009), ao contrário, a reanálise é secundária, visto que é baseada em nossa capacidade mais elementar e primária de analogizar².

Por fim, Fischer (2009, p. 19) lembra que o desenvolvimento de construções não é um fenômeno linear, afetado apenas por um fator. Ao contrário, é “constelacional”, visto que é influenciado por outras construções e fatores de ordens diversas. Assim, apesar do

2 A “capacidade de analogizar”, nos termos de Fischer (2009), de certa forma, tem raízes no pensamento givoniano, segundo o qual quase toda mudança diacrônica “envolve o reconhecimento do usuário da língua – consciente ou subliminar – de similaridades entre dois contextos estruturais ou funcionais” (Givón, 1991 *apud* Traugott; Trousdale, 2010, p. 11)

forte papel da analogização, nem tudo pode ser naturalmente explicado por meio desse mecanismo.

Bybee (2016, p. 99-100), por sua vez, recupera boa parte dos estudos anteriores e reitera que, para grande parte dos linguistas, a analogia é, de fato, pensada como mecanismo de regularização morfológica. Por outro lado, a autora alarga a discussão e defende que a analogia também é um processo de domínio geral que parte de semelhanças estruturais entre dois domínios distintos. Vai além, aliás, ao postular que a analogia é um mecanismo primário de criatividade morfossintática.

No campo das construções, Bybee (2016, p. 117) defende que “ao longo do tempo, é comum observar uma construção estender seu domínio de aplicação ou perder território para alguma outra construção mais produtiva”. A extensão de domínios de aplicação, muitas vezes, ocorre por analogia. O mesmo também pode acontecer quando construções perdem produtividade, mas mantêm exemplares específicos que, por meio de repetição, continuam a ser usados. Por fim, Bybee (2016) aborda o papel da analogia nos campos sincrônico e diacrônico:

É importante observar que a analogia como um tipo de mudança linguística histórica é inseparável da analogia como um mecanismo do processamento cognitivo. A mudança linguística acontece à medida que as pessoas usam a língua, e todos os mecanismos de mudança devem ser baseados em mecanismos de processamento. Desse modo, quando vemos evidências de analogia operando ao longo do tempo, inferimos que mecanismos de processamento em ocorrências reais de uso da língua também estão operando. (Bybee, 2016, p. 122)

Por fim, nesta recensão, chegamos à visão de Traugott e Trousdale (2010, 2013) sobre o tema. Segundo os autores, até recentemente, a analogia não vinha recebendo a devida atenção nos trabalhos em gramaticalização. Entretanto, o tema, nos últimos anos, tem sido reconsiderado em outras bases:

Enquanto muitos trabalhos em analogia têm focado em mudanças locais individuais e na atração a exemplares, um tema recorrente em trabalhos mais recentes tem sido a possibilidade de conceptualização de uma regra de generalização ou extensão [...] como analogia em um nível metalinguístico mais alto de análise. (Traugott; Trousdale, 2010, p. 10)

Traugott e Trousdale (2010) claramente recuperam ideias defendidas por Fischer (2009) e argumentam a favor de estudos que tomem a analogia em níveis mais altos de abstração, no campo de conceptualização de regras de generalização ou extensão. Com isso, consolida-se uma nova perspectiva acerca da analogia.

Em Traugott e Trousdale (2013), a discussão avança, e os autores propõem uma reconfiguração dos estudos clássicos desenvolvidos até então sob a égide da gramaticalização. Para eles, a partir de uma visão construcional da gramática, há dois tipos de analogia: a) *Analogização* - envolve a reconfiguração de traços ou dimensões internas da construção. Nessa perspectiva, a analogia é vista como *mecanismo* ou processo de mudança. Implica combinação de significado e/ou forma que não existia antes; b) *Pensamento analógico* - a analogia é vista como *motivação*, fator ou pré-condição de base cognitiva. Possibilita, mas pode ou não efetivar a mudança.

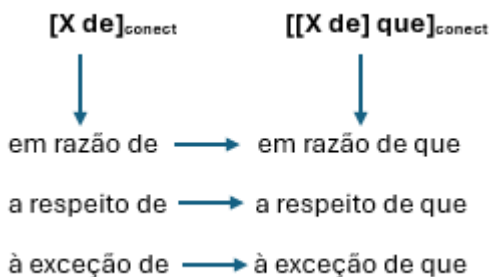
Nessa perspectiva, o pensamento analógico é a motivação precedente de ordem cognitiva - *capacidade de analogizar*, nos termos de Fischer (2009) - que leva ao mecanismo da analogização, que é quando ocorre a mudança propriamente dita. Dessa forma, os autores organizam a questão por meio de um refinamento teórico-metodológico bastante consistente. Nessa visão, a analogização envolve micropassos de mudança, ou seja, neoanálises. Em outras palavras, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), analogização é neoanálise. Enfim, a analogização ganha o devido destaque, e a antiga “disputa” entre reanálise e analogia cessa. Afinal, ambas são associadas, visto que um mecanismo leva a outro.

Com base nessas considerações, vejamos brevemente como a analogização pode ser aplicada ao estudo de microconstruções associadas à rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$.

Microconstrucionalizações na rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$

A rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ caracteriza-se como um inventário de conectores hipotáticos responsáveis pela articulação de orações não finitas às suas matrizes (Rosário, 2022a). Essa rede abriga elementos como *perto de*, *longe de*, *em função de*, *em vista de* etc. Rosário (no prelo) defende a hipótese central de que a rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ tem passado por expansões de ordem sintática e categorial (Himmelmann, 2004), fazendo com que esses conectores especializados na ligação de orações não finitas passem também a atuar na ligação de orações finitas. De fato, resultados atuais de pesquisa dão conta de que há uma forte inter-relação entre as redes $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ e $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$, pois esta é alimentada por aquela. Vejamos o esquema a seguir:

Esquema 1 – Relação entre a rede $[X \text{ de}]_{\text{connect}}$ e a rede $[[X \text{ de}] \text{ que}]_{\text{connect}}$



Fonte: elaboração própria.

Para ilustrar o papel da analogização na formação de microconstrucionalizações da rede [[X de] que]_{connect}, por questão de espaço disponível, apresentamos um breve recorte do fenômeno, com foco qualitativo em apenas três dados extraídos do *Corpus do Português*³, interface NOW:

(1) A majoração de os custos de transporte em virtude de a obrigatoriedade de observância a os valores mínimo de a tabela só não está impactando em os resultados de o escoamento de a safra de soja, [**em razão de que** o tabelamento se deu em um momento onde a safra 2017/18 estava com a comercialização em nível bastante adiantado, com valores pré-fixados e contratos de transporte já firmados]», disse a associação.⁴

(2) Não estou muito otimista [**a respeito de que** Neymar volte a jogar em esta temporada com o Barça], disse Martino em entrevista coletiva em este sábado. # A confirmação de a lesão foi feita em nota oficial enviada por o Barcelona para a imprensa.⁵

(3) Estas legendas são semelhantes a as legendas só de diálogo, [**à exceção de que** transmitem não só o conteúdo de o diálogo falado, como também equivalentes a a informação de áudio sem diálogo], necessários para compreender o conteúdo de o programa, incluindo efeitos sonoros, música, risos, localização e identificação de o interlocutor. Nota 2: As Legendas Ocultas são equivalentes que podem ser ativadas e desativadas em alguns leitores multimídia.⁶

Em (1), destacamos o uso do conector “em razão de que”, que cumpre papel causal semelhante à conjunção canônica “porque”. Na língua portuguesa, é muito mais frequente o uso de “porque”,

3 Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>. Acesso em: 25 jan. 2026

4 <https://acrismat.com.br/noticias/exportacao-de-soja-do-brasil-soma-8-27-mi-t-e>. Acesso em: 25 jan 2026

5 <https://midiamax.com.br/geral/2014/tecnico-do-barca-nao-conta-mais-com-neymar-para-esta-temporada/>. Acesso em: 25 jan 2026

6 <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>. Acesso em: 25 jan 2026

“já que”, “uma vez que” e outros elementos da rede [X que]_{connect} para a expressão da causalidade. Contudo, “em razão de que” expande o rol dos conectores de causalidade, contribuindo para expressar pragmaticamente forte traço argumentativo e explicativo.

Em (2), “a respeito de que” atua como um conector que expressa a noção de assunto, tema ou tópico. Sua função pragmática é a de delimitar o domínio informacional do comentário subsequente. Esse conteúdo semântico normalmente é expresso, na língua portuguesa, por meio da preposição “sobre”. Importa ressaltar que a relação semântica instaurada pelo conector — nesse caso, de assunto — não decorre exclusivamente de “a respeito de que”, mas também do conteúdo proposicional das orações que ele relaciona. As gramáticas normativas não descrevem orações subordinadas adverbiais de assunto; não obstante, essas estruturas sintáticas existem, como demonstra o dado (2).

Por fim, em (3), destacamos “à exceção de que”, com valor contrastivo-restritivo, ou seja, expressa exceção, como indica o elemento nuclear que compõe o conector. No dado, afirma-se uma semelhança geral entre dois tipos de legenda; em seguida, é introduzida uma diferença funcional decisiva, por meio de “à exceção de que”, que cumpre o papel de expressar uma restrição qualificadora.

Esses conectores da rede [[X de] que]_{connect}, até onde foi possível investigar, não são descritos nas gramáticas modernas do português. É verdade que sua frequência é muito baixa⁷ e o seu estatuto de conector é marginal, haja vista a relativa composicionalidade atestada em sua formação sintagmática, o que também é comum nos conectores da rede [X de]_{connect}, conforme atestou

7 Em toda a interface NOW do *Corpus do Português*, em busca eletrônica livre, foram encontradas 110 ocorrências de “em razão de que”; 34 ocorrências de “a respeito de que”; apenas 1 ocorrência de “à exceção de que”. Essa frequência *token* das microconstruções conectoras apontadas contrasta fortemente com o número de ocorrências das conjunções canônicas da língua portuguesa. Devido ao espaço reduzido disponível, essa discussão não poderá ser aprofundada aqui.

Rosário (2022b). Contudo, as microconstruções conectoras da rede [[X de] que]_{connect} são flagradas na língua em uso, inclusive em textos monitorados e canônicos.

A baixa frequência pode estar relacionada com o fato de esses conectores serem uma inovação linguística, com usos ainda em consolidação no português. Alternativamente, é possível que esses elementos procedurais cumpram funções mais específicas na gramática. Essas comprovações só poderão ser alcançadas por meio de pesquisas diacrônicas, com dados de outras sincronias, aliadas a um aprofundamento na investigação do tema. Por outro lado, o papel funcional desses conectores de introduzir orações hipotáticas (chamadas adverbiais, pela Tradição) é plenamente defensável, haja vista o que foi demonstrado em (1), (2) e (3).

Com foco no objetivo central deste artigo, o mais importante é demonstrar como a analogização pode ter atuado na microconstrucionalização desses elementos procedurais. Um primeiro aspecto é a semelhança formal entre os elementos aqui focados, que sempre seguem uma estrutura comum: preposição (“a” ou “de”) + determinante (que, na verdade, é um elemento opcional) + nome (elemento central responsável pela semântica basilar do conector) + preposição “de” + “que”.

Essa configuração não é fortuita. Ao contrário, defendemos que o esquema abstrato [[X de]que]_{connect} serviu como ponto de partida para a analogização. Por hipótese, nós, falantes de língua portuguesa, acionamos esse esquema abstrato disponível em nossa cognição e, a partir dele, de modo criativo, passamos a usar esses elementos que vão se espalhando na língua por meio de nossas interações com outros falantes. A analogização das microconstruções em estudo é também fortemente impactada pela rede [X que]_{connect}, a mais produtiva do português (Rosário, 2022a), haja vista sua semelhança formal e funcional com a rede [[X de]que]_{connect}, que é a de ligar orações finitas. Como a mudança é multidimensional, todos esses fatores ajudam a explicar a emergência e o uso das microconstruções conectoras associadas em estudo.

Até este momento, a analogização foi explicada a partir da atração a um exemplar, ou seja, no plano da forma, que é uma das possibilidades de explicar o mecanismo em análise. Por outro lado, defendemos que a segunda concepção de analogia defendida por Fischer (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013) também é aplicável a esses casos. Afinal, a ideia de causalidade em [*em razão de que*] provém de [*em razão de*]; a ideia de assunto, tópico ou tema em [*a respeito de que*] advém de [*a respeito de*]; por fim, a ideia de exceção ou valor construtivo-restritivo de [*à exceção de que*] é herdada de [*à exceção de*]. Em última instância, essas três microconstruções conectoras herdam a carga semântica central dos nomes nucleares *razão*, *respeito* e *exceção*. Aqui também atua a analogização, visto que a carga de significado desses elementos serve também como modelo para a sua reinterpretação na forma de elementos procedurais da língua.

Em síntese, defendemos que os falantes de língua portuguesa tem o esquema [[X de] que]_{connect} estocado em sua mente. É justamente a existência desse esquema que permite a analogização, pelas vias da forma e do significado, gerando novas microconstruções conectoras no português em uso. Sem dúvida, essa é uma hipótese forte.

Considerações finais

Até os dias de hoje, as aplicações da analogia passaram por diversas transformações. Na concepção de Meillet (1912), a analogia só poderia operar a partir de um modelo formal na língua. Logo, a analogia foi sumariamente desconsiderada como uma fonte primária de mudança. Vale destacar que toda obra de Meillet (1912) se desenvolveu em um período em que estudos neogramáticos estavam em voga, com forte predomínio de investigações ligadas a regularização morfológica.

Em seguida, diversos pesquisadores, ao longo do tempo, propuseram diferentes perspectivas para a noção de analogia. Destacamos, neste trabalho, principalmente, as contribuições de Fisher (2009), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2010, 2013). Para eles, a analogização pode ocorrer em um nível de abstração mais alto, e não só com relação a um exemplar preenchido.

De fato, a analogia, de modo distinto do que propunham os primeiros linguistas, oferece grande poder explicativo. No campo da rede [[X de]que]_{connect}, fica claro como a analogização atua, acarretando o surgimento de novos conectores em língua portuguesa, ainda que pouco frequentes e marginais.

De uma forma geral, concluímos que a analogia precisa cada vez mais sair do ostracismo histórico a que foi relegada e deve ocupar lugar de destaque nos estudos linguísticos. Com as novas tendências em pesquisa no âmbito da gramática, em que a forma volta a ganhar relevo e os níveis mais abstratos ganham destaque, a analogia, a analogização e o pensamento analógico encontram o cenário ideal para serem pesquisados e incorporados às investigações com base na língua em uso.

The role of analogization in the microconstructionalization of the [[X de]que]_{connect} network

ABSTRACT: This paper aims to present a theoretical discussion of the role of analogization in the formation of connective microconstructions within the [[X de]que]_{connect} network. First, we make explicit the theoretical foundations adopted in this study, which are grounded in Usage-Based Functional Linguistics. We then conduct a longitudinal investigation of analogy and its related concepts - analogization and analogical thinking - ranging from the Neogrammarian tradition to more contemporary perspectives. Finally, adopting a qualitative approach, we apply the theoretical and methodological framework to the analysis of three microconstructions belonging to the [[X de]que]_{connect} network: [em razão de que – *by reason that*], [a respeito de que – *with regard to which/that*], and [à exceção de que – *with the exception that*]. The study demonstrates that analogization has strong explanatory power, emerging as a robust hypothesis for the rise of new connectives in Portuguese, as instantiated in the [[X de]que]_{connect} network.

KEYWORDS: analogy; analogization; connective microconstructions.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Contexto, 2016.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Christiane; MARCELLESI, Jean-Baptiste; MEVEL, Jean-Pierre. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FISCHER, Olga. Grammaticalization as analogically driven change? *Vienna English Working Papers*, Viena, v. 12, n. 2, p. 3–23, 2009.

GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (org.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575–601.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, Walter. et al. (ed.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21–42.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Versão 1.0.1. CD-ROM.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEHMANN, Christian. Theory and method in grammaticalization. *Grammatikalisierung. Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, Berlin, v. 32, p. 152–187, 2005.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1912. p. 230–280.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. Análise funcional do esquema [[X de]que]_{connect} em língua portuguesa: uma abordagem centrada no uso. No prelo.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. Esquema [X de]_{connect} em língua portuguesa: uma análise funcional centrada no uso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 56, p. 362–378, maio/ago. 2022a.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022b.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233–259, 2016.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Machado; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, volume especial, p. 139–151, 2016.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. Gradience, gradualness and grammaticalization: how do they interact? In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme (org.). *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 19–44.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

INOVAÇÕES LEXICAIS EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE OS CRUZAMENTOS VOCABULARES CRIADOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Carlos Alexandre Gonçalves¹

Jairo da Silva²

RESUMO: Neste artigo, nossa principal meta consiste em descrever e analisar criações lexicais por cruzamento vocabular, criadas ou amplamente difundidas entre março de 2020 e dezembro de 2022, período em que ocorreu a pandemia de covid -19. Procuramos identificar as principais motivações de cada uma, bem como checar se ainda continuam ativas nos dias de hoje. Pretende-se, ainda, discutir os fatores sociais e culturais que motivaram tais inovações, evidenciando a relação estreita entre palavras novas e transformações sociais. O principal objetivo do texto é confirmar o caráter efêmero de tais formações, mostrando que a maioria é extremamente datada e acabou não vingando, tornando-se verdadeiros fósseis linguísticos, apesar de bem recentes, como comprovaremos através da ferramenta *Google Trends*. Muitos neologismos são, de fato, efêmeros (Alves, 1990); por isso, optamos por fornecer verbetes lexicográficos de cada cruzamento apresentado no artigo, a fim de fornecer ao leitor uma definição mais ampla das construções criadas na época por esse importante processo de formação de palavras.

PALAVRAS-CHAVE: morfologia; formação de palavras; cruzamento; neologismo.

1 Doutor em Linguística. Professor Titular da UFRJ. Bolsista de Produtividade do CNPq.

2 Doutor em Letras Vernáculas. Professor Adjunto do CEFET-Rio (*Campus de Nova Iguaçu*).

Palavras iniciais

As inovações lexicais decorrem de múltiplas motivações, entre as quais se destacam as transformações sociais, os avanços tecnológicos e, de modo mais amplo, os fatores sócio-históricos que moldam a experiência humana. Tal dinâmica confirma o pressuposto de que a linguagem é culturalmente situada, conforme propõe Langacker (1987), sendo inseparável dos contextos de uso nos quais é produzida e interpretada. Nessa perspectiva, os processos de cunhagem, por diversos processos morfológicos, encontram-se profundamente ancorados em práticas socioculturais, uma vez que a língua emerge da interação entre sujeitos historicamente situados e suas vivências coletivas (Fauconnier; Turner, 2002). Assim, a linguagem não pode ser concebida como neutra ou isolada; ao contrário, reflete os valores, as crenças, os modos de pensar e agir, bem como as práticas sociais e históricas de determinada comunidade linguística.

Nesse contexto, a pandemia de covid-19 constituiu cenário particularmente fértil para o surgimento e a difusão de novas unidades lexicais. Diante de mudanças abruptas nas formas de interação social, nos hábitos de trabalho, na organização do cotidiano e na circulação de informações científicas, a língua foi intensamente mobilizada para nomear realidades inéditas ou ressignificar conceitos preexistentes. O objetivo central da presente pesquisa é, portanto, descrever e analisar as criações lexicais por cruzamento vocabular³ ocorridas ou amplamente difundidas

3 O termo cruzamento vocabular (CV) aparece, no Brasil, na seminal obra de Sandmann (1988) para quem esse processo de formação de palavras consiste na junção de duas bases para formar outra palavra, a exemplo de *brasiguai* e *boilarina*. Pesquisas envolvendo o fenômeno aparecem em Araújo (2000), que chama esse mecanismo de *portmanteau*. Gonçalves analisa o fenômeno desde 2003 e mostra, em seus estudos que, sob o rótulo de CV, há pelo menos dois diferentes processos: (a) o entranhamento lexical, no qual as duas formas de base se emaranham por completo, como em *aborrescente* e *criçãoça*, e (b) a combinação truncada, fruto de uma junção em que segmentos não se superpõem, como em *futevôlei* e *portunhol*.

entre março de 2020 e dezembro de 2022, período em que ocorreu a pandemia, buscando identificar as principais motivações de cada uma, bem como averiguarchecar se ainda continuam ativas nos dias de hoje por meio através do *Google Trends*, ferramenta que possibilita verificar a frequência de palavras de 2004 a 2026, fornecendo gráficos de uso para cada uma. Pretende-se, ainda, discutir os fatores sociais e culturais que motivaram tais inovações, evidenciando a relação estreita entre palavras novas e transformações sociais. Partimos de Basilio (1987) e Gonçalves (2016) para conferir a principal motivação de cada cruzamento: se (a) a designação/rotulação, por meio da qual se nomeia algo novo, ou se (b) a expressiva de avaliação/atitude, pela qual o criador da nova palavra (conceptualizador) expressa juízo de valor sobre algo/alguém.

Para tanto, construímos um banco de dados que, por um lado, permite caracterizar o contexto pandêmico e, por outro, ilustra a ativação de determinados mecanismos de cruzamento vocabular no português contemporâneo. A hipótese central que norteia este trabalho é a do caráter efêmero dessas formações, mostrando que a maioria é extremamente datada, embora bastante recente, mas teve obsolescência precoce: muitas são hoje verdadeiros fósseis linguísticos, apesar do curto período temporal (menos de cinco anos).

Embora a renovação lexical seja um fenômeno permanente nas línguas naturais, torna-se especialmente mais sentida em períodos de intensas transformações sociais. A pandemia de covid-19, aliada às medidas de distanciamento físico e à reorganização da vida social, inseriu a sociedade global em uma realidade rapidamente denominada “novo normal”. Nesse processo, um vocabulário antes restrito a domínios especializados, sobretudo da área da saúde, passou a integrar o uso cotidiano. Por exemplo, termos como “comorbidade”, “cloroquina” e “telemedicina” deixaram de circular apenas em contextos técnicos e foram incorporados ao léxico comum. Paralelamente, surgiram formações destinadas a nomear práticas e experiências inéditas, como *quarenteino* e

webnário. Soma-se, a esse conjunto, a criatividade lexical de caráter avaliativo, humorístico ou crítico, expressa em formações como *co-vidiota*, *ovulário* e *coronaro*, que evidenciam a dimensão expressiva e discursiva da criação lexical (Gonçalves, 2023).

Em curto espaço de tempo, tais inovações passaram a circular amplamente em textos jornalísticos, publicações digitais e redes sociais, consolidando-se como marcas linguísticas do período pandêmico. Esse fenômeno resultou em uma expansão lexical atípica, quando comparada a outros momentos históricos, o que reforça o interesse científico pelo estudo da inovação lexical em contextos de crise social.

Além da descrição morfológica, este estudo propõe a elaboração de verbetes lexicográficos para os cruzamentos coletados durante o período da pandemia, acompanhados da explicitação e exemplificação, tal como feito em Silva (2026), trabalho que fornece excelente glossário de formações criadas na pandemia. A metodologia de elaboração desses verbetes segue os princípios formulados por Bugueño Miranda e Farias (2011), o que assegura rigor terminológico, padronização descritiva e adequação às práticas contemporâneas da lexicografia. Essa dimensão do estudo reforça o diálogo entre morfologia lexical e pesquisa lexicográfica, evidenciando o papel dos neologismos na possível atualização de repertórios dicionarísticos.

Ao longo do período analisado, Gonçalves (2020) e Silva (2022) catalogaram cerca de 80 cruzamentos vocabulares que surgiram ou se popularizaram em função da pandemia. Esse número evidencia não apenas a vitalidade do léxico, mas também a necessidade de aprofundar os estudos sobre formação de palavras, de modo geral, e sobre o cruzamento, mais especificamente. A expressiva prolificidade observada num intervalo temporal de apenas dois anos e meio cria, assim, oportunidade privilegiada para a reflexão teórica e descritiva sobre o papel dos cruzamentos na inovação lexical do português contemporâneo. O texto é dividido como se segue: em primeiro lugar, abordamos a metodologia

utilizada na coleta dos dados. Logo após, descrevemos o processo de formação de palavras aqui focalizado: o cruzamento vocabular (CV). Por fim, analisamos algumas formações do *corpus* obtido.

Metodologia empregada na análise

O *corpus* da pesquisa é composto por enunciados extraídos de textos da mídia jornalística (como *Exame*, *Hoje em Dia*, *O Globo* e *IstoÉ*), de redes sociais X (antigo Twitter X), *Instagram* e *Facebook*), de *blogs* (como *Enquanto Almoçamos*, *Escolas Disruptivas* e *Blog Saúde*), bem como de outros *sites* de circulação ampla na *Internet* (a exemplo de *Reclame Aqui*, *Revista Questão de Ciência* e *Takeaway.com*), todos publicados entre março de 2020 e dezembro de 2022. Silva (2026) rastreou todos os CVs que apareceram nessas fontes, o que levou a um conjunto de 78 formações, ponto de partida para nossa análise.

Para comprovar que a palavra realmente não existia antes, lexicógrafos contemporâneos, como Atkins e Rundell (2018), recomendam observar tanto a ausência de registros quanto o ineditismo despertado no pesquisador, um usuário “não ingênuo de sua língua” (Geeraerts, 2016, p. 433). O critério mais objetivo foi a consulta a obras de referência. Se a palavra não aparece nelas, constitui tecnicamente indício de que, de fato, não existia até aquele momento. Desse modo, tomamos como parâmetro o Volp (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), registro oficial da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em linhas gerais, se a construção lexical não está lá, não tem existência oficial no idioma. Também procuramos checar o caráter novitativo da palavra em grandes dicionários, obras como o *Aulete*, Aurélio ou *Michaelis*⁴, que serviram de base para identificar o que já fazia parte do léxico consolidado. Cientes

4 Todos em sua versão *online*, constantemente atualizada. Nas referências, são citadas sempre as versões de 2026, embora tenhamos as acessado no período da pandemia.

de que o registro em dicionários é consequência do uso comunitário, sabemos que o fato de não ser dicionarizada em obras de referência não garante o ineditismo de uso.

Para contornar esse possível obstáculo, apoiamo-nos nos dicionários em formato *wiki*: repositórios lexicográficos dinâmicos e colaborativos por meio dos quais as definições são construídas, editadas e atualizadas em tempo real. Diferentemente de um dicionário convencional, repositórios em formato *wiki* focam na agilidade do registro e na interconectividade (*hiperlinks*) entre os termos. Tal é o caso, por exemplo, do *Dicio*, do *Wikcionário* e do *Dicionário Informal*⁵.

Ainda assim, reconhecemos que a não existência em tais obras de modo algum indica que as palavras coletadas surgiram na pandemia. Desse modo, também consideramos a sensação novitativa perante a formação — “aquele sentimento de estranhamento ao descobrir que compreendemos e até usamos determinada palavra criativa, sem nunca tê-la ouvido/falado antes ou a conhecendo muito recentemente” (Atkins; Rundell, 2018, p. 24)⁶. O *Google Trends* foi o principal parâmetro que balizou nossa seleção, pois fornece gráficos de frequência de palavras do ano de 2004 aos dias atuais.

Com esses cuidados, pudemos concluir se a formação foi ou não criada entre os anos 2020 e 2022, e isso nos levou ao *corpus* já referenciado: 78 cruzamentos. Passemos, na sequência, à definição de nosso objeto de estudo.

5 <https://www.dicio.com.br>, <https://pt.wiktionary.org> e <https://www.dicionarioinformal.com.br>.

6 Tradução livre de “That feeling of strangeness when you discover that you understand and even use a certain creative word, without ever having heard/spoken it before or only recently learning about it”.

O cruzamento vocabular

O cruzamento vocabular (CV) é um processo que, à semelhança da composição, combina dois itens lexicais previamente existentes na língua (Gonçalves, 2003). Diferentemente da composição prototípica (com duas bases livres), entretanto, o CV resulta de uma operação não concatenativa, uma vez que as bases podem ser fundidas, sem a preservação clara dos limites vocabulares (Gonçalves, 2006). Exemplos desse tipo de formação são *mautorista* (*mau* + *motorista*), *crionça* (*criança* + *onça*) e *batatalhau* (*batata* + *bacalhau*). A falta de um processo fonológico que explique a supressão de segmentos geralmente é apontada como a principal diferença entre cruzamentos e compostos por aglutinação (Vital; Balduino, 2024; Andrade; Rondinini, 2016; Rio-Torto, 2014). Esses últimos, embora sejam considerados estágios finais de um processo de lexicalização (Rio-Torto, 1998; Villalva, 2000), puderam ser vistos no período, e um exemplo bem emblemático é *alquingel*:

Uma operação batizada de 'Alquingel' terminou com 1669 litros de álcool em gel apreendidos em embalagens de 500 ml e de cinco litros, além de 3.600 litros de álcool etílico hidratado, na manhã desta terça-feira (5), em Belo Horizonte." (AGÊNCIA MINAS, 2020)

Essa formação é bastante interessante por aglutinar os elementos do sintagma que origina o composto: as formas estão de tal modo integradas que são grafadas em conformidade com o registro fonético, com a clara aplicação de um processo de *sândi*, que leva à supressão da sílaba final de 'álcool', muitas vezes pronunciada ['aũ.ku]⁷. Talvez o processo tenha ocorrido pelo fato de

7 A alusão a '*alquingel*', neste texto, está servindo apenas para diferenciar a composição por justaposição do cruzamento vocabular. O primeiro processo é aglutinativo e se explica por um processo fonológico que ocorre em fronteira de palavras: o *sândi* vocálico externo. O segundo, como mostra Gonçalves em seu texto seminal de 2002, sobre morfologia não concatenativa do português, de modo algum se explica em termos puramente segmentais.

o álcool em gel ter sido tão importante na época que, de tanto falado, acabou quase lexicalizado, embora esse dado também possa ser usado contra a hipótese da improdutividade da composição por aglutinação (Villalva, 2000):

Figura 1 – *Alquingel*



Fonte: Silva, 2026, p. 98.

Seja qual for o entendimento, a forma em questão de modo algum constitui um CV, uma vez que a sucessão linear das bases não é rompida nem por fusões nem por supressões sem motivação fonológica (Vital; Gonçalves, 2023). Basilio (2005) analisa justamente casos de CV que se caracterizam por sobreposição de segmentos. Para ela, a chamada Fusão Vocabular Expressiva (Fuves) é um processo de formação de palavras em que ocorre a interpenetração de dois ou mais vocábulos. Diferentemente da composição (como *aguardente*), na Fuves, as palavras se misturam de tal forma que partes delas são perdidas ou sobrepostas para criar um efeito expressivo, irônico ou lúdico.

Embora o CV possa parecer um procedimento idiossincrático ou fortemente marcado pela criatividade individual, revela regularidade quando analisado sob as perspectivas métrica e prosódica. Conforme observa Andrade (2013, p. 45), trata-se de um processo “regido, sobretudo, pela semelhança fônica entre as bases”, o que permite identificar padrões recorrentes e, consequentemente, estabelecer uma tipologia relativamente estável.

Segundo Andrade (2009), os CVs podem ser classificados em três principais tipos de formação. O primeiro é o cruzamento por

interposição (também denominado entranhamento, impregnação lexical ou Fuves, no qual as duas bases compartilham material fonológico, fenômeno conhecido como ambimorfemia (Piñeros, 2000). Nesse caso, há reciprocidade de segmentos, traços ou sílabas entre as formas de base e a forma resultante, como em **apertamento** (*apertado* + *apartamento*), **namorido** (*namorado* + *marido*) e **burrocracia** (*burro* + *burocracia*), em que unidades compartilhadas estão em negrito.

O segundo tipo corresponde à combinação truncada (Gonçalves, 2016), que se aproxima um pouco mais da composição por justaposição, pois não envolve compartilhamento direto de material fonológico. Há, contudo, perda de massa fônica sem atuação de processos segmentais e sobreposição no ponto de fusão das bases, como se observa em *toboágua* (*tobogã* + *água*), *futevôlei* (*futebol* + *vôlei*) e *forrogode* (*forró* + *pagode*). Nesses casos, a fonologia ocupa papel crucial no tipo de CV, como mostram Vital e Gonçalves (2023), pois combinam-se pés métricos que preservam maximamente a forma de base mais curta.

Por fim, o terceiro tipo é a substituição sublexical (SSL), também denominada reanálise ou analogia (Basilio, 2005). Nesse caso, uma unidade não morfêmica de uma palavra é reinterpretada como significativa e substituída por outra (Gonçalves, 2003). Andrade (2013) exemplifica esse tipo com *bebemorar*, em que a primeira parte de *comemorar*, que se assemelha a *comer*, é associada ao verbo *beber*, e *boadrasta*, em que a sílaba *ma-*, de *ma-drasta*, é reinterpretada como o adjetivo *má* e substituída por seu antônimo.

Não há consenso se a SSL constitui um tipo de cruzamento. Andrade (2009; 2013) assim considera, mas outros autores, numa linha mais semântica, consideram-no um fenômeno independente, que pode ser chamado de reanálise ou analogia (Almeida, 2005; Gonçalves; Almeida, 2004; Gonçalves, 2005; Álvaro, 2003). Partilhamos da proposta desses últimos autores e entendemos que a SSL constitui processo à parte, embora presente, no nível

da palavra criada, muitas semelhanças com CVs. Essa é a razão pela qual analisaremos as duas únicas formações encontradas.

Cruzamentos pandêmicos

Começemos com um dado aparentemente malcomportado: *mascne*. Essa formação ('acne provocada pelo uso contínuo de máscara') parece divergir do padrão de interposição, descrito na seção precedente, se consideradas as bases vernáculas *máscara* e *acne*. No entanto, trata-se de um estrangeirismo: um decalque do inglês *maskne* (< *mask* + *acne*), língua em que o cruzamento é regido por princípios não necessariamente idênticos aos do português (Vital; Gonçalves, 2023).

Entre os tipos de CV identificados, o mecanismo da interposição lexical revelou-se o mais representativo, respondendo por 76,9% das ocorrências (60, dos 78 dados recolhidos). Esse resultado confirma os achados de Silva (2019, p. 17), segundo a qual "80% dos cruzamentos vocabulares do português brasileiro são caracterizados pelo aproveitamento de pelo menos um segmento comum às palavras-matrizes". Em Gonçalves (2006), encontra-se um percentual acima de 80% de cruzamentos por superposição das bases, o que, sugere o autor, é um percentual bem expressivo que revela ser a ambimorfemia a estratégia procurada pelo conceptualizador para fundir duas palavras: com esse recurso, cruzamentos acabam se tornando mais transparentes porque preservam o máximo de fonologia das formas de base.

Portanto, o traço formal distintivo dos CVs por interposição é a semelhança fônica entre as bases envolvidas. Essa semelhança pode manifestar-se sob a forma de vários segmentos silábicos (*carentena*), sílabas inteiras (*coronaro*), segmentos fônicos individuais (*covidengue*) e/ou elementos suprasegmentais, como a estrutura métrica (número de sílabas) e prosódica (pauta acentual). A ruptura — concomitante à fusão — tende a ocorrer justamente

no ponto de coincidência segmental ou silábica, como em *covidiota* e *quarentreino*. Como esses usos são datados e estão em desuso no atual estágio da língua, como mostraremos a seguir, optamos por fornecer um verbete lexicográfico para cada um, nos moldes de Bugueño Miranda (2009)⁸:

carentena (ca.ren.te.na) **sf. 1** sentimento de privação afetiva provocado ou intensificado pelas medidas de isolamento social em virtude da pandemia da covid-19: “A famosa carência, que no isolamento social ganhou o nome de ‘*carentena*’, faz com que aumente a biscoitagem nas redes sociais, as conversas em apps de paquera e postagens nostálgicas com a hashtag ‘#tbt’.” (Silva, 2022, p. 22). [F.: caren[te] + [qu]arentena].

coronaro (co.ro.na.ro) **sm. 1** termo depreciativo usado para se referir ao presidente Jair Bolsonaro, resultante do cruzamento entre Corona e Bolsonaro, para ironizar a falta de compromisso do chefe do governo com as medidas de isolamento: “Todos contra *Coro-Naro* !!!!!” (twitter, 24/04/2020) Jair *Coronaro* foi pra padaria, farmácia, praia, fez churrasco... e testou 3 vezes negativo para o covid19 (Silva, 2022, p. 22). [F.: coro[na] + [Bolso]naro].

covidengue (co.vi.den.gue) **sf. 1** coexistência da covid-19 e da dengue em uma mesma pessoa: “Dalcídio apresenta melhoras da ‘*covidengue*’ e faz até política ao falar da doença.” (Silva, 2022, p. 23). [F.: covi[d-19] + dengue].

covidiota (co.vi.di.o.ta) **subst. e adj. 1** Aquele que ignora as recomendações de saúde pública, recusando-se a usar máscaras ou adotar medidas de distanciamento físico: “Enfermeira flagra mulher diagnosticada com covid em shopping: ‘*Covidiota*’.”

8 Um verbete tem de oferecer ao consulente variadas informações. Estas incluem a correta grafia da palavra; a classe gramatical a que pertence; as informações fonéticas relativas à prosódia e separação silábica; a série de significados, desde os denotativos aos conotativos; as abonações do vocábulo retiradas da mídia impressa ou as frases exemplares formuladas pelo dicionarista e, quando possível, os dados etimológicos.

(revistamarieclare, 05/01/2022) **2** pessoa que, alarmada pelo temor do escasseamento de determinados itens essenciais, comprou-os em grande quantidade, esvaziando as prateleiras dos supermercados sem se preocupar com os demais. [E: covid[19] + idiota].

quarenteino (qua.ren.trei.no) **sm. 1** atividade física praticada dentro de casa ou do apartamento em virtude da necessidade de manter o distanciamento físico durante a pandemia, muitas vezes realizada com a ajuda de um profissional por meio de vídeos: “Quarenteino é para você que precisa daquela forcinha, uma companhia divertida e especializada pra treinar em casa!” (Silva, 2022, p. 22). [E: quarent[ena] + treino].

Confirmando a improdutividade: o Google Trends

O *Google Trends* é uma ferramenta gratuita que permite acompanhar o volume de buscas por termos e assuntos no Google e no YouTube ao longo do tempo. Funciona como uma espécie de termômetro do que se está pesquisando, no Brasil e no mundo, ajudando a identificar tendências, picos de interesse e sazonalidade. Diferentemente de ferramentas de SEO⁹, que mostram o número exato de buscas, o Google Trends usa uma escala de 0 a 100:

100: Representa o pico de popularidade do termo no período e local selecionados;

50: Significa que o termo teve metade da popularidade do pico;

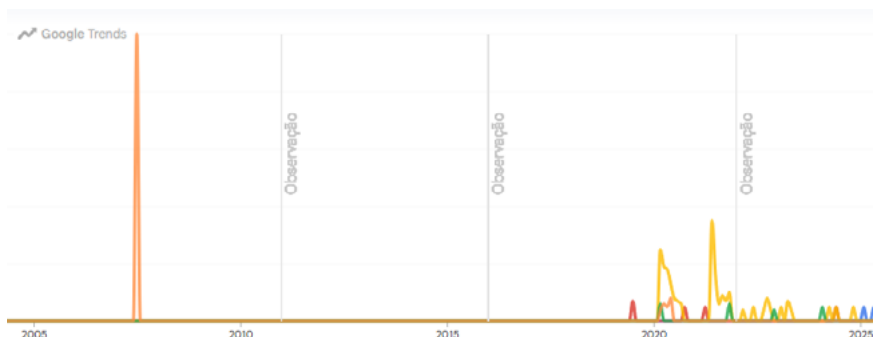
0: Indica que não houve dados suficientes para o termo.

Embora não tenha sido criado para controlar a frequência de itens lexicais, o Google Trends pode constituir importante ferramenta para trabalhos sobre inovação lexical e pesquisa

9 Ferramentas de SEO (*Search Engine Optimization*) são *softwares*, plataformas ou extensões de navegador projetados para ajudar *sites* a aparecerem nas primeiras posições de buscadores como o *Google*.

lexicográfica, pois permite verificar os picos de uso de palavras, simples ou complexas. Possibilita, ainda, comparar até cinco termos simultaneamente para entender qual marca, produto ou assunto é mais popular. A seguir, temos o gráfico de frequência das cinco palavras definidas na seção precedente, cada qual representada por diferentes cores, como se vê na legenda.

Gráfico 1 – Picos de frequência de *carentena* (amarelo), *coronaro* (verde), *covidengue* (azul), *covidiota* (vermelho) e *quarentreino* (laranja)



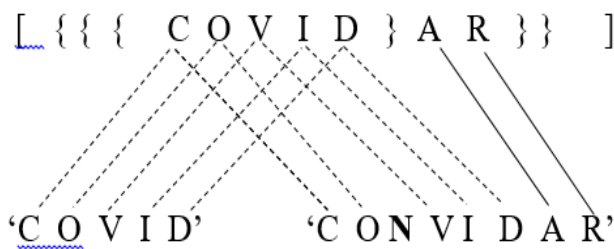
Fonte: Google Trends, 2026.

Pelo Gráfico 1, constata-se que essas palavras foram usadas, ainda que com baixa frequência, no período da pandemia, estancando o uso a partir de 2025. Como se vê, não há registros em 2026, o que nos leva a suspeitar sobre a vitalidade de tais formações. O pico de *quarentreino* em 2007 se deve a um outro CV: o empregado para nomear o treino de pessoas 40+, que teve seu auge no período, mas logo caiu em desuso. Voltemos à análise de outros CVs por entranhamento criados no período pandêmico.

O fenômeno da ambimorfemia evidencia-se de maneira exemplar em *covidar*, em que a base menor (*covid*) tem todos os seus segmentos representados na forma resultante, visto que esses segmentos integram a base maior (*convidado*), ainda que esta não apresente a vogal nasal no cruzamento, traço esse

representado pelo **N** (arquifonema nasal) em negrito. Em termos de formalização, linhas sólidas representam elementos exclusivos de uma das palavras; linhas pontilhadas sinalizam segmentos correspondentes. As demais convenções são as seguintes: colchetes representam a única palavra prosódica resultante do cruzamento das duas palavras morfológicas, demarcadas por chaves:

Figura 2 – Representação morfoprosódica de *covidar*



Fonte: Elaboração própria.

Considerando que o verbo “convidar” apresenta uma nasal, podemos afirmar que todos seus segmentos estão presentes no cruzamento, exceto o traço de nasalidade. O fato de haver total sobreposição à esquerda confirma a ideia de que o processo explora maximamente a semelhança das bases, preservando a forma mais curta (Gonçalves, 2023). Um verbete para essa formação, em desuso desde 2022, pode ser expresso da seguinte maneira, ainda seguindo as orientações de Bugueño Miranda (2009):

covidar (co.vi.dar) **v. 1** Ato de convidar alguém para um evento presencial, aglomeração ou atividade social durante o período de pandemia, ignorando protocolos de segurança e, conseqüentemente, «convidando» o vírus para o encontro.: “Vamos lá falar em... Covidar. As palavras que a pandemia colocou na nossa boca.” (Silva, 2022, p. 25) [F.: covid-[19] + [con]vidar].

Outros entranhamentos lexicais muito usados no período da pandemia de covid-19 são definidos na sequência:

covard-17 (co.varde.de.zes.se.te) **sm. 1** termo usado para se referir ao então presidente, Jair Bolsonaro. O termo alude à atitude do ex-presidente na gestão da crise sanitária, encarada como covarde pela opinião pública e ao número de candidatura nas eleições de 2018 (17). A formação é uma analogia à sigla designativa da doença (covid-19). [E: cov[id] + covard[e] + 17].

bovid-17 (bo.vid.de.zes.se.te) **sm. 1** termo de natureza sarcástica e irônica usado para se referir ao efeito do discurso do então presidente Jair Bolsonaro em seus apoiadores. Seria a “doença” provocada pelo “bolsovírus”: “Bovid-17 é uma doença de caráter neurodegenerativo, que afeta o sistema nervoso causando agressividade, além de provocar danos incisivos ao córtex pré-frontal, comprometendo capacidades cognitivas como senso crítico ou noção da realidade” (Oliveira, 2020). [E: bo[i] + [co]vid + 17].

coviciano (co.vi.ci.a.no) **Adj. m. 1** Termo irônico utilizado em referência ao presidente Bolsonaro, cuja suposta vinculação com as milícias, sobretudo no RJ, sempre foi atinada. ‘coviciano’: Bolsonaro corta salários outra vez na pandemia” (Morais, 2021). [E: covi[d] + [mili]ciano].

covidivórcio (co.vi.divór.cio) **sm. 1** apelido dado à onda de separações provocada pelo confinamento da covid-19: “Os casais, cujas uniões estão se desfazendo sob as pressões do isolamento, talvez estejam caminhando para um ‘covidivórcio’ (Silva, 2022, p. 27). [E: covid[19] + divórcio].

A consulta pelo Trends confirma que o uso dos cinco cruzamentos acima definidos é extremamente datado (2020-2022), uma vez que nenhum deles aparece após o período pandêmico, o que confirma a efemeridade desses entranhamentos lexicais. Como dois desses CVs são emblemáticos do período, uma vez que aludem ao número com que o então chefe do poder executivo foi eleito (17, extinto Partido Social Liberal), é natural que não

apareçam depois de 2022, fase em que partido político foi desfeito e o então presidente passou para o PL (Partido Liberal), concorrendo à reeleição com o número 22. O mesmo pode ser dito em relação ao dados em que a base *covid* é parte do cruzamento: uma vez passada a pandemia, não mais há razões para empregá-los.

O segundo tipo de CV identificado, a combinação truncada, mostrou-se menos atuante, correspondendo a 20,5% do *corpus* (16 dados). Nesse tipo, não há obrigatoriedade de segmentos coincidentes entre as bases. Em *esquizocovidfrenia* (< *esquizofrenia* + *covid*), a base menor é inserida no ponto de junção dos radicais neoclássicos *esquizo-* e *-frenia*, em um procedimento de “ensanduichamento” muito pouco frequente no português, conforme observado por vários autores (Gonçalves *et al.*, 2016; Andrade; Rondinini, 2016; Silva, 2024). Abordagens sobre o fenômeno, até onde conhecemos, não relatam esse tipo de formação, na qual uma forma inteira aparece separando os constituintes de um CV:

esquizocovidfrenia (es.qui.zo.covid.fre.ni.a) **sf. 1** ocorrência de comportamentos ligados a covid-19 marcados por um profundo irracionalismo, caracterizados por percepções e crenças ilusórias: “O Brasil vive um cenário peculiar: convive não com uma, porém com duas epidemias simultâneas: a pandemia viral de Covid-19, que acabou por provocar uma segunda epidemia – mental – que denominei esquizocovidfrenia”. (Silva, 2022, p. 28) [E: *esquizofrenia* + *covid*].

Outras combinações truncadas encontradas no período são as seguintes:

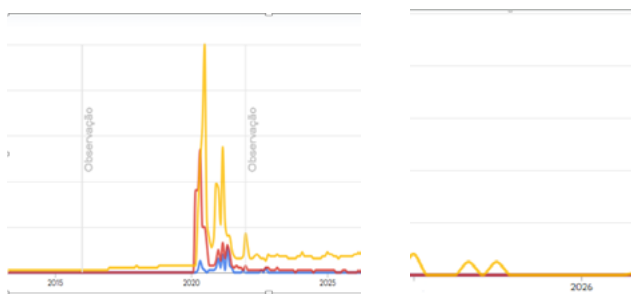
covidlância (covi.di.lân.cia) **sf. 1** Ambulância em que se transportam muitos pacientes de covid-19: “Enquanto isso, nas covidilâncias, prosseguem as batalhas da chamada guerra das vacinas” (Silva, 202, p. 26), [E: [*covid*[19] + *lância*].

gadoquina (ga.do.qui.na) **sf. 1** Ivermectina. A cloroquina do gado (seguidores do então presidente, amplamente conhecidos pelo comportamento manada):

“A vacina tá no posto, mas o gadoquina prefere acreditar em zap e tomar o Kit Covid”. @CIDADAOCOMIUM_BR, 2022. [F: gado + [cloro]quina.

O gráfico de frequência para essas três combinações truncadas é o seguinte. Observe-se que somente uma das formas, *gadoquina* (em laranja), alcançou o pico de popularidade no período da pandemia de covid-19. *Covidlância* (em vermelho) chegou a ter 50% de popularidade e depois declinou drasticamente. *Esquizocovidfrenia* (em azul) apresentou baixa frequência desde sua criação. Observa-se que as três não chegam a ter uma menção sequer em 2026.

Gráfico 2 – Picos de frequência de *esquizocovidfrenia* (azul), *gadoquina* (laranja) e *covidlância* (vermelho)



Fonte: Google Trends, 2026.

Para representar a estrutura morfoprosódica da combinação truncada, analisemos o cruzamento *flurona*, termo com o qual se nomeia uma doença que combina dois vírus: o corona e o influenza, amplamente conhecido pela forma inglesa *flu*. Observe-se que a menor forma de base, *flu*, é inteiramente aproveitada, ao contrário da mais longa, *corona*, que não manifesta sua sílaba inicial. Não há compartilhamento de massa fônica, mas a palavra mais longa é evocada porque preserva sua parte mais saliente, o chamado pé nuclear (a sílaba tônica mais a postônica). Desse modo, a palavra *corona*, paroxítone com três sílabas, é metricamente

idêntica ao cruzamento, *florona*, o que possibilita a alusão à maior forma de base:

Figura 3 – Representação morfoprosódica de *flurona*



Fonte: Elaboração própria.

Como não há ambimorfemia, a representação tem apenas linhas sólidas, pois nenhum segmento é compartilhado. Além disso, observamos limite mais rígido entre as duas formas de base, o que acarreta a existência de duas chaves no interior do cruzamento. Por fim, a sílaba <co> não aparece no cruzamento (está em negrito), mas é fortemente evocada pela palavra *flu*, um monossílabo. A definição do termo é fornecida a seguir:

flurona (flu.ro.na) **sf. 1** Med. ocorrência de gripe e covid-19 simultaneamente em um mesmo paciente: “Apelidada de floruna [sic], as duas infecções foram encontradas em uma mulher grávida não vacinada que apresentava sintomas leves, de acordo com informações do Hospital Beilinson, em Petah Tikva” (Correio Brasiliense, 2022). [F: influenza + corona].

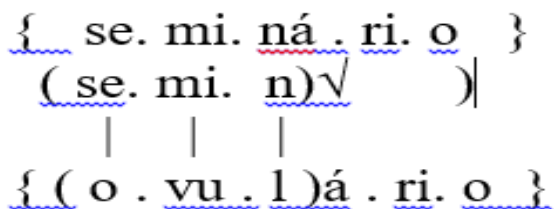
O terceiro tipo, a substituição sublexical (SSL), corresponde a 2,6% do *corpus* (duas ocorrências). Como já tivemos a oportunidade de ressaltar, as formações desse grupo nem sempre são consensualmente classificadas como cruzamentos vocabulares, uma vez que não envolvem a fusão de duas bases completas, mas a reinterpretação e a substituição de uma sequência de apenas uma delas. Resolvemos mostrar esses dados, apesar da polêmica.

Frequentemente, esse mecanismo associa-se a processos de ressignificação e a intenções discursivas de oposição ou crítica.

A formação *ovulário* ('evento acadêmico promovido por mulheres'), cunhada no período da covid-19, ainda que indiretamente relacionada à pandemia¹⁰, ilustra de modo elucidativo esse fenômeno. A nova formação decorre da interpretação de que, em *seminário*, o elemento *semin-* remeteria necessariamente ao masculino, sendo, por isso, substituído por um elemento considerado mais adequado ao perfil do evento. Etimologicamente, contudo, *seminário* remonta ao latim *seminarium*, 'viveiro de plantas', e suas acepções modernas derivam de uma metáfora agrícola associada à ideia de sementeira do conhecimento, possivelmente influenciada pela parábola bíblica do semeador. Palavras como *sêmen*, *semente*, *semeiar*, *disseminar* e *seminário* compartilham a raiz latina *semen*, *-inis*, 'semente, germe', de modo que a relação entre *sêmen* e *seminário* é etimológica, mas não ideologicamente marcada.

Do ponto de vista discursivo, contudo, a criação de *ovulário* pode ser interpretada como um gesto político-simbólico. Independentemente da correção etimológica, a escolha lexical funciona como estratégia de marcação identitária, inserindo-se na disputa simbólica pelos sentidos das palavras. Trata-se de mecanismo recorrente em movimentos sociais. Nesse contexto, a analogia formal e a motivação política são elementos centrais do processo. Temos a seguinte formalização do processo. Perceba que uma forma foi reinterpretada como radical e substituída por outra, que formalmente se comporta como cruzamento, daí a polêmica:

10 Sabe-se que, durante o período de isolamento social, o avanço das tecnologias digitais foi extremamente importante para manter os vínculos pessoais e profissionais. Muitos foram os eventos científicos (seminários) realizados remotamente, e o ensino formal também acabou se adaptando a essa nova realidade. A formação em análise surgiu em função dos inúmeros eventos realizados *online*, incluindo este, razão pela qual foi uma criação efetuada durante a pandemia.

Figura 4 – Representação formal da reanálise de *seminário*

Fonte: Elaboração própria.

Assim, embora *ovulário* se assemelhe superficialmente a uma sufixação X-ário, como *covidário*, sua natureza é a de uma SSL, com efeito metonímico semelhante ao observado em *buce-tante*, analisado por Gonçalves e Assunção (2009) como produto da neoanálise de *picante*. No caso em questão, a neoanálise, um pouco mais erudita, tenta resgatar a etimologia da palavra-alvo.

Cruzamentos neológicos e funções da nova forma

Dentre os traços característicos dos cruzamentos vocabulares novos, como de outros neologismos, elencamos os seguintes: em primeiro lugar, aparece a função de nomeação/rotulação (Basilio, 1987) – frequentemente a formação de uma nova palavra está associada a uma necessidade linguística. O novo item lexical, nessa perspectiva, viria a designar um conceito ou um objeto novo. É o que se observa em *webnário*, termo designa um seminário realizado em ambiente virtual. Veja-se o verbete:

webnário (web.ná.rio) **sm. 1** seminário realizado inteiramente *online* com transmissão de áudio e vídeo, em que a interação dos participantes ocorre por meio de *chat*: “O Webnarário ‘O Poder das Mulheres, Mulheres no Poder’, realizado pela TV Anhanguera e G1 Goiás em parceria com a Megasoft, no dia 11/03, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, repercutiu os 90 anos da conquista do voto

feminino no Brasil, celebrado no dia 24/2” (G1 Goiás, 2020). [F: *web* + seminário].

Cabe ressaltar, porém, que a criatividade lexical é, com alguma frequência, motivada por intenções expressivas e estilísticas. Com o cruzamento vocabular não é nada diferente: constitui processo muito fértil nesse sentido. Embora seja um processo fecundo do ponto de vista da formação de palavras em geral, torna-se produtivo no campo da produção lexical de caráter avaliativo, como se vê no exemplo a seguir:

(2) Jair Coronaro foi pra padaria, farmácia, praia, fez churras-co... e testou 3 vezes negativo para o covid19 (Silva, 2022, p. 27).

A formação apresentada em (2) combina *Corona* + *Bolsonaro*. O ponto de semelhança entre os dois vocábulos, a sílaba <na>, reforça a relação sonora entre as duas palavras. A significação básica do texto não seria perdida caso se prescindisse da nova formação. Contudo, haveria grande perda em expressividade, característica muito cara para o gênero textual *tweet*. O vocábulo criado, que faz o então presidente levar o vírus no nome, remete a atitudes do mandatário, que teriam favorecido a propagação do vírus. De acordo com Gonçalves (2020), tanto *bolso-* quanto *-naro* constituem *splinters*¹¹. A criação dessas partículas data de 2017, período eleitoral de grande polaridade política, e se estende pela pandemia, época em que proliferaram *bolso-* e *-naro* nas estruturas morfológicas do português, quer por conta do negacionismo do ex-chefe do executivo, quer das polêmicas em torno da

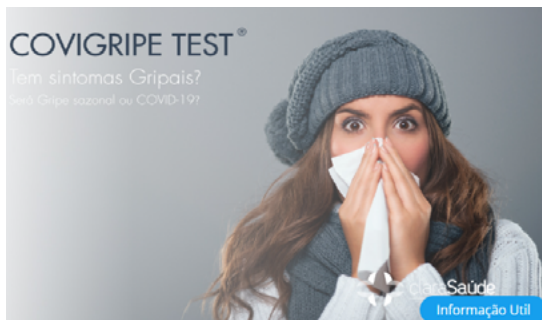
11 *Splinters* são pedaços de palavras utilizados com fins lexicais e recorrem em uma das bordas de grupos de formas linguísticas morfossemanticamente relacionadas. São unidades morfológicas que atuam em uma zona cinzenta da morfologia: assemelham-se a radicais porque portam significados mais densos, mas também se comportam como afixos porque são formas presas (não funcionam sozinhos e exigem acoplamento à esquerda ou à direita. Gonçalves et al. (2016) abordam as inúmeras diferenças entre cruzamentos e *splinters*.

vacinação e das medidas de isolamento social. Muitas formações sobrevivem até hoje (*bolsomínion*, *bolsomito*, *maçonaro*, *satanaro*). A vitalidade desses *splinters* pode ser comprovada pelas recentes formações *bolsomaster* e *milicinaro*. A primeira é o termo e a *hashtag* que viralizaram na *internet* no mês de maio de 2026 para definir o escândalo político e financeiro que envolve a família de Jair Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master. O segundo é um neologismo pejorativo utilizado por opositores políticos para se referir ao clã dos Bolsonaro.

Gonçalves (2020) analisou cerca de 150 neologismos criados com base no sobrenome de Jair Bolsonaro. Foi nessa pesquisa que defendeu que *bolso-* começou a operar como *splinter* no português brasileiro. Em Gonçalves (2022), *-naro* também foi interpretado como *splinter*. Gonçalves (2025) analisa mais de trezentas criações em série e discute mais teoricamente a natureza desses dois *splinters* advindos de um antropônimo. Dada a alta frequência dessas construções e a natureza dos padrões, não os computamos nesta pesquisa. Voltemos aos CVs que nos interessam mais diretamente neste trabalho.

As palavras relacionadas em um CV, em geral, possuem um vínculo anterior, que pode ser representado tanto pelo pertencimento ao mesmo domínio (5), quanto pela relação metafórica entre duas entidades (6) ou mesmo pela correlação temporal (7). A seguir, apresentam-se as imagens que atestam o amplo uso desses cruzamentos à época:

Figura 5 – Logotipo do exame laboratorial *Covigripe*



Fonte: Acervo digital Clara Saúde, 2026.

Figura 6 – Manifestação visual do termo *Bolsonavírus*



Fonte: Gonçalves, 2020, p. 106.

Figura 7 – Registro gráfico da expressão *Confinastê*

Fonte: Plataforma Ahazou, 2026.

Na Figura 5, os itens combinados designam patologias correlatas, originando uma unidade para descrever a sobreposição sintomática ou a dúvida diagnóstica entre a covid-19 e a *influenza*. Na imagem seguinte, rastreada por Gonçalves (2020), o amálgama entre *Bolsonaro* e *vírus* funciona como uma ironia à retórica de minimização da crise sanitária pelo ex-presidente. Por fim, a saudação *confinastê* (Figura 7) operou como um marcador discursivo comum durante o isolamento físico. Os verbetes para essas formas estruturam-se da seguinte maneira:

covigripe (co.vi.gri.pe) **sf. 1** Med termo criado para descrever a sobreposição de sintomas ou a dúvida se uma pessoa está com Covid-19 ou Gripe (Influenza): “Estamos mobilizando todas as equipes para fazer o dia de combate à Covigripe”. (Casos, 2022) [F.: covid + gripe].

bolsonavírus (bol.so.na.ví.rus) **sm. 1** termo político e metafórico. O neologismo foi cunhado por críticos e opositores para satirizar ou definir a linha ideológica, a retórica e as práticas de governo associadas ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro: «O Brasil sob o ataque combinado do coronavírus e do bolsonavírus”. Xico Sá – *Tweet* de 15/08/2020. [F.: Bolsonaro + vírus].

confinastê (con.fi.nas.tê) **interj. 1** Relig. expressão usada na saudação yogue entre confinados em isolamento físico. Cruzamento de confinado e Namastê (o deus

que habita em mim saúda o deus que habita em você): “Em meio às gírias e expressões do momento, que brotam da necessidade de os grupos tentarem criar um código, geralmente em tom jocoso, surgiu ainda um “*confinastê*”, primo torto da saudação hindu, adotada pela turma do paz e amor no mundo virtual.” (Capobianco; Barbosa, 2020). [F.: confinado + namastê].

Nos cruzamento vocabulares por entranhamento (Gonçalves, 2003), as Fuves de Basilio (2005), pôde-se notar que, além de uma unidade adentrar em outra, provocando fusão de um ou mais segmentos, predomina a função expressiva de avaliação (Basilio, 1987), uma vez que, em quase 90% dos dados, o conceptualizador se coloca explicitamente na formação lexical, emitindo juízo de valor sobre algo ou alguém (Gonçalves, 2016). Por essa razão, a identidade formal entre as palavras foi muito explorada durante a pandemia. Exemplo bem elucidativo, pela enorme semelhança fônica entre as bases, é *covidiota* (covid + idiota), formação sem qualquer perda segmental das duas matrizes lexicais.

Nos casos de combinação truncada, ao contrário, predomina a função de nomeação/rotulação, que abrange cerca de 80% das formações. Tal é o caso de *deltacron*, nome criado para a mistura dos nomes de duas variantes diferentes da própria covid-19 (a variante delta e a variante ômicron). Tal cunhagem é motivada pela necessária nomeação de uma nova cepa, e, por isso mesmo, não há qualquer juízo de valor por parte de quem criou a nova palavra. Na sequência, abordamos mais de perto a questão da efemeridade do que podemos chamar de cruzamentos pandêmicos.

Palavras finais: a efemeridade dos CVs

Em linhas gerais, CVs são caracterizados por sua efemeridade (Bat-el, 2006; Balieva, 2019): surgem, ganham alta popularidade em um curto espaço de tempo e tendem a desaparecer por completo. Com efeito, o caráter efêmero dos neologismos se

reflete quando o contexto social, tecnológico ou cultural que os gerou deixa de existir (Alves, 1990). Esee foi o caso de mais de 85% das formações encontradas no *corpus* (64 dados), que deixaram de ser usadas justamente por conta do fim da pandemia, como atestamos via Google Trends. Se o período de confinamento acabou, é natural que várias formas relacionadas com esse cenário também desapareçam.

O percentual de sobrevivência das formações de nosso *corpus* não chegou nem a 15% (14 dados), o que não significa que apenas CVs desaparecem com o tempo, mas também compostos e derivados inéditos quase sempre não têm vida longa (Lehrer, 2007; Mattiello, 2013). Silva (2026), que analisou o léxico da pandemia, mostrou que tanto compostos quanto derivados criados na época também caíram em desuso, a exemplo de, respectivamente, *covid longa* e *jacareização*. Muitos recompostos¹² também caíram no ostracismo, como *coronababy*, *covidmaníaco* e *coronacrise*.

Para autores como Basílio (2005), a efemeridade dos CVs está ligada à oportunidade da nomeação: uma vez que a palavra foi criada apenas para um evento ou *meme* específico, tende a fossilizar rapidamente. Dicionaristas são bastante cautelosos quanto ao registro de novas formas. De fato, muitas palavras deixam de ser efêmeras quando sobrevivem à troca de geração: se os filhos usam a palavra que os pais criaram, ela sai da zona de efemeridade e entra na fase de consolidação (Alves, 1990).

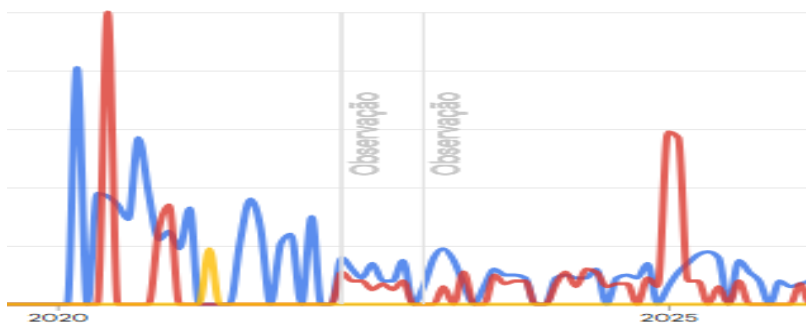
Dado que a maior parte dos cruzamentos catalogados exerce função expressiva de avaliação (cerca de 85% da amostra), tais itens perdem o apelo irônico original com o distanciamento temporal do fato político-social, caindo em desuso mesmo em um intervalo inferior a cinco anos. Em contrapartida, as formas predominantemente designativa resistem ao tempo, consagrando-se

12 Na recomposição, “parte de um composto neoclássico assume o significado do todo e se combina com outras palavras, levando as novas formações a ativar a construção complexa de onde se desgarrou” (Gonçalves, 2020, p. 91).

como testemunhos vivos de um período histórico. Ilustram essa dinâmica os vocábulos *webnário* (*web* + *seminário* = seminário feito de forma remota) e *sindemia* (*sinergia* + *pandemia*), este último mobilizado na literatura médica para descrever a interação sinérgica entre duas ou mais patologias, o que agrava o impacto sobre a população.

O monitoramento quantitativo evidencia que *webnário* e *flurona* persistem no idioma, ainda que com frequência moderada, por designarem referentes conceituais contínuos, como as conferências virtuais e os diagnósticos de dupla contaminação viral. Por outro lado, a forma *quarenteino* perdeu funcionalidade com a alteração do quadro sanitário: a cessação da quarentena esvaziou a necessidade pragmática de designação dessa modalidade de atividade física. O gráfico comparativo a seguir ilustra o comportamento dessas três unidades lexicais, evidenciando que as duas primeiras mantiveram estabilidade, ao passo que a última registrou um pico restrito entre os anos de 2020 e 2022, tendendo a zero subsequentemente.

Gráfico 3 – Picos de frequência de *webinário* (azul), *flurona* (vermelho) e *quarenteino* (laranja)



Fonte: Google Trends, 2026.

As formações que não se fixaram no léxico comum testemunham um momento sócio-histórico de acentuada polarização política no país. A maior parte dessas unidades remete, em perspectiva crítica, à atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação à crise sanitária (Silva, 2024), marcado por controvérsias associadas ao negacionismo científico e à condução das políticas de isolamento profilático. Criações como *bolsomínion* e *bolsocaro*, que envolvem a operação de *splinters*, já foram objeto de análise na literatura morfológica do português em período anterior à pandemia (Silva, 2019), razão pela qual foram excluídas da presente descrição.

Em suma, a volatilidade constitutiva do cruzamento vocabular não o afasta dos demais processos de formação de palavras. Na atualidade, as plataformas digitais configuram os principais vetores de neologismos efêmeros, atuando como aceleradores que geram, difundem e descartam estruturas morfológicas em tempo recorde. Esse dinamismo contemporâneo reforça a relevância metodológica de glossários e repertórios lexicográficos específicos dedicados a documentar a memória linguística de marcos sócio-históricos, como a pandemia de covid-19.

Lexical innovations in times of health crisis: a study on vocabulary crossings created during the covid-19 pandemic

ABSTRACT: In this text, our main goal is to describe and analyze the lexical creations through vocabulary crossing that occurred or were widely disseminated between March 2020 and December 2022, the period in which the covid-19 pandemic occurred. We seek to identify the main motivations for each one, as well as check if they are still active today. We also intend to discuss the social and cultural factors that motivated these innovations, highlighting the close relationship between new words and social transformations. The main objective of the text is to confirm the ephemeral nature of such formations, showing that most are extremely dated and ultimately did not take hold, becoming true linguistic fossils. Since many neologisms are, in fact, ephemeral, we have chosen to provide lexicographical entries for each intersection presented in the article in order to give the reader a broader definition of the constructions created at the time by this important word-formation process.

KEYWORDS: morphology; word formation; lexical blend; neologism.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. *Força-tarefa apreende produção clandestina de álcool em gel em BH*. Belo Horizonte, 5 maio 2020. Disponível em: <https://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/forca-tarefa-apreende-producao-clandestina-de-alcool-em-gel-em-bh>. Acesso em: 11 jun. 2026.

ALMEIDA, M. L. L. Cruzamento vocabular no português: aspectos semântico-cognitivos. In: MIRANDA, N. S. (org.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v. 1, 2005. p. 157-170.

ALVARO, P. T. *Nas raias da recategorização léxico-semântica: uma análise sóciocognitiva da combinação lexical em português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.

ANDRADE, K. E. Entranhamento lexical, combinação truncada e analogia: estudo otimalista sobre padrões de Cruzamento Vocabular. In: GONÇALVES, C. A. et al. (org.). *Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009, p. 123-145.

ANDRADE, K. E. *Proposta de continuum composição-derivação para o português do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ANDRADE, K. E.; RONDININI, R. B. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? *DELTA*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 1047-1072, 2016.

ATKINS, B.; RUNDELL, M. *The Oxford guide to practical lexicography*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BASILIO, M. A Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2005, Salvador. *Conferência...* Salvador: UFBA, 2005.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BAT-EL, O. Blend. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of language & linguistics*. Oxford: Elsevier, 2006, p. 66-70.

BELIAEVA, N. Blending creativity and productivity: on the issue of delimiting the boundaries of blends as a type of word formation. *Lexis – Journal of English Lexicology*, n. 14, p. 1-22, 2019.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 243-260, 2009.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, V. S. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. *ALFA: Revista de Linguística*, Marília, v. 55, n. 1, p. 31-61, 2011.

CAPOBIANCO, M.; BARBOSA, C. *Está em carentena? Como surgiram as gírias criadas na pandemia. Veja Rio*, Rio de Janeiro, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/girias-pandemia/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

CASOS de pacientes com Covid sobem para 5.493 no Estado, diz Sesab. *Bahia Já*, Salvador, 11 jan. 2022. Política. Disponível em: <https://bahiaja.com.br/politica/noticia/2022/01/11/casos-de-pacientes-com-covid-sobem-para-5493-no-estado-diz-sesab,1364470.html>. Acesso em: 11 jun. 2026.

CLARA SAÚDE. *Covigripe teste*. Pinhal Novo, Portugal, 2026. Disponível em: <https://www.clarasauade.pt/>. Acesso em: 17 maio 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. *Flurona: Israel registra primeiro caso de infecção dupla por gripe e covid*. Brasília, DF, 2 jan. 2022. Disponível em: correio braziliense.com.br. Acesso em: 11 jun. 2026.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

G1 GOIÁS. *TV Anhanguera e G1 realizam fórum em parceria com a Megasoft*. Goiânia, 11 mar. 2020. Disponível em: globo.com. Acesso em: 11 jun. 2026.

GEERAERTS, D. Lexicography and Theories of lexical semantics. In: DURKIN, P. (ed.). *The Oxford Handbook of Lexicography*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 425-438.

GONÇALVES, C. A. V. Questões sobre o acesso da fonologia à morfologia. *Revista de Letras e Artes*, v. 3, n. 1, p. 156-162, 2002.

GONÇALVES, C. A. V. Cruzamento vocabular em português: a questão das fronteiras com outros processos de formação. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 3, 2003, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF – Centro de Estudos Gerais, 2003. v. 1, p. 824-831.

GONÇALVES, C. A. V. Blends lexicais em português: não-concaternatividade e correspondência. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 16-35, 2005.

GONÇALVES, C. A. V. A ambimorfemia de cruzamentos vocabulares em português: uma abordagem por ranking de restrições. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, p. 169-184, 2006.

GONÇALVES, C. A. V. Uma análise construcional das formações lexicais baseadas em coronavírus no português brasileiro contemporâneo. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 89-111, maio/ago. 2020.

GONÇALVES, C. A. V. O poder nas palavras: (des)construções lexicais do nome do atual presidente do Brasil. In: ARAÚJO, S.; OLIVEIRA JÚNIOR, M.; SANTANA, L. (org.). *Linguagem e sociedade: questões variacionistas, filológicas e discursivas*. Campinas: Pontes Editores, 2022. v. 1. p. 46-79.

GONÇALVES, C. A. V. Por uma visão compreensiva do cruzamento vocabular. In: OLIVEIRA, M. R.; LOPES, M. *Funcionalismo linguístico: interfaces*. Campinas: Pontes, 2023. p. 221-250.

GONÇALVES, C. A. V. Atuais tendências em formação de palavras. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. V. A criação de novas unidades morfológicas: o caso de bolso- e -naro - uma análise funcional/cognitiva. In: SIMÕES NETO, N.; ALMEIDA, A. (org.). *Trabalhos em linguística cognitiva e interfaces: abordagens semânticas e gramaticais*. Campinas: Pontes Editores, 2025. v. 1, p. 379-402.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. Cruzamento vocabular no português brasileiro: aspectos morfo-fonológicos e semântico-cognitivos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 8, n. 1, p. 151-170, 2004.

GONÇALVES, C. A. V.; ASSUNÇÃO, F. P. A humorfologia dos cruzamentos vocabulares em português: análise da coluna de Agamemnon, de O Globo. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1/2, p. 57-71, 2009.

GONÇALVES, C. A. V.; CARVALHO, W.; ANDRADE, K. *Splinters* são cruzamentos de cruzamentos? Repensando o estatuto desse constituinte em português. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 132-156, 2016.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LEHRER, A. Blendalicious. In: MUNAT, J. (ed.). *Lexical creativity, texts and contexts*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 115-133.

MATTIELLO, E. *Extra-grammatical morphology in English: abbreviations, blends, reduplicatives and related phenomena*. Berlin; Boston: De Gruyter Mouton, 2013.

MICHAELIS: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2026. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MORAIS, Esmael [@esmaelmorais]. “Canalhavírus”: Bolsonaro corta salários outra vez na pandemia [tweet]. X (Twitter), 27 abr. 2021. Disponível em: x.com. Acesso em: 11 jun. 2026.

OLIVEIRA, H. “BOVID-17” E “COMUNAVÍRUS”: Fórmula discursiva, reformulação e memória. *Linguasagem*, v. 35, n. 1, p. 171-185, 2020. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/828>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PIÑEROS, C. E. *Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish*. Rutgers: Rutgers University, 2000.

PLATAFORMA AHAZOU. *Post imagem frase yoga engraçado motivacional temporal*. São Paulo, 2026. Disponível em: ahazou.com. Acesso em: 17 maio 2026.

RIO-TORTO, G. Blending, cruzamento vocabular ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (des)semelhanças com a composição. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2014.

RIO-TORTO, G. M. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Lisboa: Porto Editora, 1998.

SILVA, J. da. *Produtividade lexical em tempos de crise sanitária: um estudo sobre as formações neológicas durante a pandemia da*

COVID-19. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

SILVA, J. da. Produtividade lexical em tempos de crise sanitária: um estudo sobre cruzamentos vocabulares ligados à pandemia. In: DUTRA, V. L. R.; SCHLEE, M. B.; FONSECA, V. N. S. (org.). *Vivências em Língua Portuguesa: palavras, discurso e ensino*. Rio de Janeiro: PPG Letras UERJ, 2022. p. 23-30.

SILVA, V. B. da. *O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise morfológica e fonológica*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, V. B. da. *Cruzamento vocabular com bases antroponímicas: um estudo otimalista em busca de padrões na criatividade do falante*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SILVEIRA, C. M. F. *Cruzamento Vocabular em português: acaso ou processo?* Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VILLALVA, A. *Estruturas Morfológicas: unidades e hierarquias nas formações de palavras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

VITAL, F. S.; GONÇALVES, C. A. V. A crucialidade da fonologia: um outro olhar sobre blends lexicais no português brasileiro. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 120-140, 2023.

VITAL, F.; BALDUÍNO, A. Revisitando a estrutura dos blends lexicais de lapsos de fala. *Organon*, Porto Alegre, v. 39, n. 78, p. 1-22, jul./dez. 2024.

@CIDADAOCOMIUM_BR. *A vacina tá no posto, mas o gadoquina prefere acreditar em zap e tomar o Kit Covid* [tweet]. X (Twitter), 2021. Disponível em: x.com. Acesso em: 11 jun. 2026.

GERENCIANDO O COMMON GROUND: O MARCADOR PRAGMÁTICO SABE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Brendha Portela¹
Diogo Pinheiro²

RESUMO: Este artigo analisa o marcador pragmático “sabe” no português brasileiro sob a ótica da Gramática de Construções Baseada no Uso. Propõe-se que o marcador constitui um mecanismo de monitoramento interacional voltado à gestão do *common ground* e à coordenação intersubjetiva entre os interlocutores. Com base em uma análise qualitativa de 1.524 ocorrências extraídas do *Corpus do Português*, foram identificados dois padrões funcionais. O uso 1, de natureza preventiva ou corretiva, surge diante de uma Fonte Potencial de Desalinhamento (FPD), isto é, uma proposição que ameaça a correta incorporação da informação ao *common ground* por gerar risco de interpretação inadequada – nesses casos, o marcador recalibra o fluxo discursivo para assegurar o alinhamento interpretativo. Em contrapartida, o uso 2 manifesta-se em contextos de estabilidade do *common ground* – nesses casos, em que há risco significativamente baixo de FPD, o “sabe” assume o papel de marcador de polidez positiva, na medida em que reforça a afiliação entre os participantes. Sustenta-se, portanto, a generalização de que o marcador “sabe” constitui um recurso intersubjetivo sensível ao estado do *common ground*, ao qual se vincula de modo sistemático, seja para sua manutenção, seja para seu ajuste no curso interacional.

PALAVRAS-CHAVE: marcador pragmático “sabe”; intersubjetividade; *common ground*; monitoramento interacional.

1 Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ.

2 Professor Associado da UFRJ e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever funcionalmente o marcador pragmático “sabe” no português brasileiro (PB), à luz do arcabouço teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) (Langacker, 1987, 1991; Goldberg, 1995, 2003, 2006; Croft, 2001; Bybee, 2010, 2013). Partindo da análise de dados reais de uso linguístico, propõe-se que esse marcador funciona como um mecanismo de monitoramento interacional voltado à gestão do *common ground* e à coordenação intersubjetiva entre interlocutores.

O marcador em foco realiza-se pela forma “sabe”, correspondente à terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo “saber”, sendo frequentemente realizado com contorno entoacional interrogativo³. Exemplos desse uso podem ser observados nos dados a seguir, extraídos do *Corpus do Português*, *aba NOW* (Davies, 2016)⁴:

- (1) [...] Outro dia vi uma camiseta de malha lindíssima. Era bordada, de uma grife internacional. Custava R\$ 7 mil. Não consigo. Era apenas uma camiseta, sabe? Mas já me dei de presente uma jaqueta de a Balmain. Pensei, «eu ralo pra caramba, mereço». Mas aí tem uma medida, entende? [...] (*Corpus do Português – NOW*)
- (2) [...] # Moro - « O senhor ex-presidente acompanhava as atividades de o instituto? » # Lula - « Não, não, o instituto tem uma diretoria, sabe, que discute. E se alguém contribui com o instituto está contabilizado, sabe? É isso. [...] (*Corpus do Português – NOW*)

3 Esta pesquisa se restringiu à forma de 3ª pessoa, “sabe”, de maneira que não investigamos a possibilidade de existência de outras flexões desse marcador discursivo.

4 Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Nos estudos sobre o PB, o verbo “saber” tem sido amplamente descrito como um marcador discursivo, configurando-se como um recurso de apoio discursivo (RAD), associado à manutenção do fluxo conversacional, ao estabelecimento de contato entre interlocutores e à verificação da compreensão do ouvinte (Martelotta; Leitão, 1996; Silva; Macedo, 1996; Valle, 2001, 2014; Bertasso, 2020). Complementarmente, estudos construcionistas têm evidenciado que o verbo integra construções que desempenham funções epistêmicas e operam na gestão da intersubjetividade entre os participantes do discurso (Oliveira; Ramos, 2025).

Partindo desse conjunto de contribuições, este trabalho propõe uma caracterização mais sistemática do funcionamento semântico-pragmático do “sabe”. Especificamente, buscamos mostrar que os diferentes efeitos interacionais associados ao marcador podem ser compreendidos como manifestações de uma função mais geral: a gestão do *common ground* entre falante e interlocutor. Com base em uma perspectiva baseada no uso, portanto, assumimos que tais ocorrências não constituem elementos periféricos do sistema linguístico, mas unidades simbólicas convencionais, cujo significado emerge da recorrência de padrões de forma e função em contextos específicos de uso.

O ponto inicial análise é a observação de que o marcador pragmático “sabe” ocorre de maneira recorrente em contextos nos quais o falante demonstra atenção explícita ao estado da interação e ao grau de alinhamento com o interlocutor. Esse monitoramento, no entanto, não se manifesta de forma homogênea. Como demonstraremos ao longo deste artigo, em determinados contextos, seu uso parece estar associado à prevenção ou à correção de possíveis desalinhamentos interpretativos; em outros, aparece atrelado a situações nas quais não há ameaça ao entendimento mútuo, funcionando antes como um recurso de validação, empatia ou afiliação discursiva.

Para dar conta desse funcionamento, este artigo adota como conceito analítico central a noção de *common ground*, entendida

como o espaço interacional no qual se inscrevem os conhecimentos, pressupostos, crenças e expectativas que os participantes tratam como compartilhados ou potencialmente compartilháveis (Clark, 1996). Defende-se, assim, que o “sabe” opera como um recurso linguístico diretamente associado à gestão do *common ground*, atuando como um marcador de monitoramento interacional. Ao ser mobilizado, o marcador sinaliza que determinado segmento discursivo requer atenção especial quanto à sua interpretação, incorporação ou validação no espaço compartilhado da interação. Nesse sentido, o “sabe” não incide primariamente sobre o conteúdo proposicional do enunciado, mas sobre o enquadramento pragmático que orienta sua interpretação.

Com base na análise qualitativa de dados extraídos do *Corpus* do Português (Davies, 2016), o artigo descreve padrões recorrentes de uso do “sabe” no PB e propõe uma generalização semântico-pragmática que dá conta de explicar sua organização funcional. Argumentamos que esses usos se distribuem em dois grandes agrupamentos, os quais compartilham um núcleo intersubjetivo comum, mas se distinguem quanto ao tipo de operação pragmática realizada sobre o *common ground*. Ao explicitar esses padrões, o trabalho busca contribuir para a descrição do funcionamento intersubjetivo de construções no PB e para o debate mais amplo sobre a relação entre uso, significado e interação na gramática.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção, apresenta-se o enquadramento teórico que fundamenta a análise. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a seleção e análise dos dados. Depois, a seção de análise é dedicada à descrição dos padrões de uso do “sabe”, bem como à proposição de uma generalização semântico-pragmática que articula esses padrões. Por fim, na seção final, retomam-se os principais resultados do estudo, discutem-se suas implicações teóricas e apontam-se possíveis desdobramentos para pesquisas futuras.

Enquadramento teórico

Este trabalho adota como referencial teórico a GCBU, abordagem segundo a qual a gramática de uma língua é concebida como uma rede de construções (pareamentos de forma e significado) emergentes do uso linguístico. O conhecimento linguístico, portanto, não é concebido como um sistema composto por regras abstratas e independentes do uso, mas como um repertório estruturado de unidades simbólicas cuja organização reflete padrões recorrentes de experiência linguística.

Um princípio central dessa abordagem é que a experiência de uso desempenha papel fundamental na organização do conhecimento gramatical. Por isso, a recorrência de determinados pareamentos forma-função em contextos interacionais específicos favorece sua convencionalização, de modo que a gramática passa a ser compreendida como um sistema dinâmico, sensível à frequência, à variação e à mudança (Bybee, 2010; Diessel, 2015). Nesse modelo, léxico e gramática não constituem componentes ontologicamente distintos, mas integram um *continuum* de construções que variam em graus de esquematicidade e produtividade. A gramática emerge, assim, do acúmulo e da organização dessas regularidades de uso, resultando em uma rede hierarquicamente estruturada de construções inter-relacionadas.

Para compreender como o uso linguístico se organiza em contextos interacionais, este trabalho mobiliza ainda a noção de *common ground*, entendida como o conjunto de conhecimentos, pressupostos e crenças que os participantes de uma interação tratam como compartilhados ou potencialmente compartilháveis (Clark, 1996). O *common ground*, então, não constitui um estoque fixo de informações, mas um espaço dinâmico que se constrói e se ajusta continuamente ao longo do discurso, à medida que os interlocutores introduzem, negociam e acomodam novas informações na interação.

Metodologia

A análise desenvolvida neste artigo baseia-se em dados extraídos do *Corpus do Português* (Davies, 2016), aba *News on the web* (NOW), da variedade brasileira. O *corpus* reúne textos contemporâneos de caráter predominantemente jornalístico, provenientes de diferentes países e variedades do português (brasileiro e europeu). Embora se trate majoritariamente de textos escritos, muitos dos dados incluem trechos em discurso direto, entrevistas e relatos pessoais, o que possibilita o acesso a usos que se aproximam, em alguma medida, da oralidade.

A coleta dos dados teve como ponto de partida a busca pela forma verbal “sabe”, flexionada na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, com base na qual foram inicialmente recuperadas 100 mil ocorrências. Em seguida, foi feito um processo de filtragem manual criterioso, orientado pelos objetivos específicos da pesquisa. Nessa etapa, foram excluídos: (i) dados em que o “sabe” funcionava como verbo pleno; (ii) dados repetidos; (iii) ocorrências provenientes de textos traduzidos de outras línguas; e (iv) ocorrências produzidas em PB, mas por falantes não nativos.

Após esse processo, constituiu-se um conjunto final de 1.524 ocorrências do marcador pragmático “sabe”, que serviu de base para a análise qualitativa. Cada ocorrência foi examinada em seu contexto discursivo imediato e ampliado, considerando-se não apenas o enunciado em que o marcador aparece, mas também o contexto precedente e subsequente. Como será descrito na seção a seguir, a análise adotada é de natureza qualitativa, orientada pela identificação de padrões recorrentes de uso.

Análise e sistematização dos dados

A observação dos dados coletados revelou que o “sabe” não se distribui de maneira aleatória no discurso: ao contrário, sua ocorrência está sistematicamente associada a contextos nos quais o

falante demonstra atenção explícita ao estado da interação e ao grau de alinhamento com o interlocutor. De modo mais específico, o marcador atua em duas frentes complementares de monitoramento intersubjetivo: em determinados momentos, ele incide sobre o conteúdo proposicional do enunciado e serve para verificar ou ajustar o alinhamento quanto à sua interpretação, isto é, para assegurar que os interlocutores estejam “na mesma página” em relação ao conteúdo em questão; em outros contextos, o “sabe” atua diretamente no plano das expectativas e normas sociais que organizam a interação, marcando a necessidade de alinhamento quanto à própria natureza do comportamento descrito.

Essa constatação levou à formulação de uma generalização central para o presente trabalho: no PB, o marcador pragmático “sabe” funciona como um recurso intersubjetivo sensível ao *common ground*, atuando em sua manutenção, ajuste ou exploração ao longo do discurso. Em outras palavras, o “sabe” opera como um marcador de monitoramento interacional, por meio do qual o falante sinaliza sua preocupação com o alinhamento cognitivo entre os interactantes.

Importa ressaltar, no entanto, que esse monitoramento interacional não se manifesta de maneira uniforme em todos os contextos. A análise que será apresentada a seguir mostrará que, embora o marcador esteja sempre vinculado a uma orientação para o interlocutor, os objetivos pragmáticos que motivam sua ocorrência variam de acordo com o tipo de situação discursiva em que é empregado. Em linhas gerais, como se verá, os dados apontam para contextos em que o falante mobiliza o “sabe” para prevenir ou reparar possíveis desalinhamentos interpretativos e para contextos em que o marcador atua como recurso de validação ou avaliação intersubjetiva, distinção que será desenvolvida e fundamentada nas seções seguintes.

Essa diferença funcional recorrente motivou a proposta de que o marcador “sabe” se organiza em dois usos, que se distinguem precisamente pela presença ou ausência de risco para o

alinhamento do *common ground*. Essa distinção não implica a postulação de construções independentes, mas aponta para a existência de uma rede construcional na qual diferentes usos compartilham um núcleo intersubjetivo comum, isto é, a orientação para o alinhamento cognitivo entre os participantes da interação, ao mesmo tempo que se especializam funcionalmente, de um lado, na recalibração do fluxo discursivo; de outro, na busca por validação intersubjetiva.

Os dois padrões de uso do marcador “sabe”

Conforme já apresentado, a distinção entre os dois usos do “sabe” fundamenta-se no modo como cada ocorrência se relaciona com a gestão do *common ground*. Mais especificamente, o critério central que orienta essa classificação é a presença ou a ausência de um risco de desalinhamento interpretativo entre falante e interlocutor no momento em que o marcador é mobilizado.

No uso 1, a ocorrência do “sabe” está sistematicamente associada à existência do que chamamos de Fonte Potencial de Desalinhamento (FPD), ou seja, uma proposição que, por suas propriedades semântico-pragmáticas, pode comprometer a correta incorporação da informação ao *common ground*. Um exemplo desse funcionamento pode ser observado em (3):

- (3) [...] “Nunca tive problemas em me aceitar. E olha que eu vim de uma infância em que eu não era bonita, de uma adolescência esquisita... De repente, virei uma mulher diferente, charmosa, exuberante. Até hoje, só consertei o meu nariz de berinjela, mais nada. Por enquanto. Acredito em esses consertinhos, que parecem que você foi para Caxambu (MG) tirar férias em as águas termais e volta diferente, sabe? Não é plástica, é um pequeno acerto (risos). [...]” (*Corpus do Português – NOW*)

No exemplo, o “sabe” ocorre em um contexto no qual a falante antecipa uma possível dificuldade de interpretação associada à forma como o conteúdo foi expresso. Nesse caso, a FPD decorre da própria formulação do enunciado, cujo caráter figurado ou pouco transparente pode dificultar sua interpretação imediata pelo interlocutor. Nesses casos, o marcador atua como um mecanismo de recalibração do enquadramento interpretativo. Ao empregá-lo, o falante sinaliza sua consciência do risco de desalinhamento e orienta o interlocutor a reavaliar ou ajustar a interpretação. Essa função, contudo, não se realiza por meio de uma solicitação explícita de recalibração, mas pela mobilização do próprio marcador como um recurso pragmático de orientação interpretativa, que incide sobre o modo como o conteúdo deve ser integrado ao *common ground*.

A análise dos dados mostrou, no entanto, que as FPDs associadas ao uso 1 não são homogêneas, ao contrário, elas decorrem de diferentes tipos de tensão que podem emergir no discurso. De maneira recorrente, essas tensões se manifestam: (i) no próprio encadeamento discursivo, quando o falante produz proposições que entram em contraste ou exigem correção em relação ao que foi dito anteriormente (como ocorre em (4)); (ii) no confronto com modelos de mundo compartilhados ou expectativas socioculturais do interlocutor (como em (5)); ou (iii) na natureza abstrata, subjetiva ou pouco transparente do conteúdo expresso ou da estrutura, o que dificulta sua interpretação (como visto em (3)).

- (4) [...] “Cara, eu gosto de mim. Solteira, namorando... gosto de mim. Acho que por isso talvez eu esteja solteira há quase dois anos, por gostar tanto de mim e por estar difícil de encontrar alguém legal também.” # ? JÁ CONHECEU ALGUÉM EM APP DE RELACIONAMENTO? ACHA VÁLIDO? # “Acho super válido. Nunca entrei, então, não tenho esse lugar fala pra dizer, sabe? Mas tenho amigas que já saíram com várias pessoas legais em aplicativo de relacionamento.” (Corpus do Português – NOW)

- (5) O quadro, uma das mais valorizadas telas brasileiras no mercado mundial de artes, traduz a primeira grande lição de liderança de a artista, segundo Souza. “Ela foi uma líder transformadora e o impacto de ela como líder transformacional vem com o Abaporu em 1928”, diz Souza. # Em tempos de repetição a exaustão do termo *disrupção*, o Abaporu é inspiração para quem deseja mudar paradigmas, para usar outro termo bastante usado em o meio corporativo. “Com ousadia e coragem, ela fez o que ninguém esperava”, diz Souza. # “Eu quis fazer um quadro que assustasse o Oswald (de Andrade), sabe? Que fosse uma coisa mesmo fora de o comum. Aí é que vamos chegar no Abaporu. Eu mesma não sabia por que eu queria fazer aquilo... depois é que eu descobri”, disse Tarsila, no texto destacado por a curadoria de a exposição. [...] (Corpus do Português – NOW)

Em (4), o marcador aparece em um momento em que o falante introduz uma ressalva em relação à própria afirmação anterior. Ao declarar que considera aplicativos de relacionamento válidos, mas que nunca utilizou esse tipo de plataforma, o falante reconhece uma possível tensão entre as duas proposições. Nesse contexto, o marcador atua como um recurso de gestão do encadeamento discursivo, sinalizando ao interlocutor que a afirmação subsequente deve ser interpretada como uma correção ou qualificação do que foi dito anteriormente.

Em (5), por sua vez, a FPD não decorre de uma tensão entre proposições, mas do possível confronto entre o conteúdo do enunciado e expectativas socioculturais compartilhadas. Ao afirmar que quis produzir um quadro que “assustasse” Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral menciona uma intenção que pode ser interpretada como incomum ou inesperada no contexto de uma relação profissional entre artistas. Nesse caso, o “sabe” atua como um recurso de orientação interpretativa, convidando o interlocutor a considerar e se alinhar ao caráter não convencional do comportamento apresentado pela pintora.

Esses diferentes tipos de FPD motivaram, portanto, a identificação de três subtipos internos ao uso 1, que serão descritos mais detalhadamente nas seções seguintes. Em todos eles, contudo, a função central do “sabe” permanece a mesma: garantir a manutenção do alinhamento interpretativo por meio da recalibração do *common ground*.

Em contraste com o uso 1, o uso 2 do “sabe” ocorre em situações em que parece haver baixo risco FPD. Nesses casos, o *common ground* encontra-se em larga medida estável, e o conteúdo do discurso é facilmente integrável ao conhecimento compartilhado. Ainda assim, o falante opta por empregar o “sabe”, o que indica que sua função, nesses contextos, não é de natureza corretiva ou preventiva. Um exemplo desse uso pode ser observado em (6):

- (6) [...] Assim que o pano cai, uma surpresa: Mari aparece em cena, representando o « melhor” de o ex-BBB. # — Estava saindo de o banho e pensei: “Dá para fazer alguma brincadeira com essa toalha, velho. Falei com a Mari sobre a ideia e gravamos. Bombou muito — diverte-se Jonas. — Sempre tive bom humor e fui notando que os seguidores adoravam esse lado de o casal. Acabou criando uma intimidade maior entre a gente e a turma digital. Depois de esses vídeos divertidos, passamos a ganhar mais comentários e curtidas» em as postagens. # Mari conta que eles não divagaram sobre o tema. Apenas fizeram o vídeo. # — É muito bom você conseguir tirar risadas de alguém, sabe? Às vezes, a pessoa está em um dia ruim e vê um post como esse e tudo muda. [...] (*Corpus do Português* – NOW)

No dado, o “sabe” ocorre em um contexto no qual parece haver um risco significativamente baixo de FPD, uma vez que a proposição “é muito bom você conseguir tirar risadas de alguém” não apresenta ambiguidade interpretativa nem entra em tensão com expectativas socioculturais compartilhadas (o que a torna facilmente integrável ao *common ground*). Ao empregar o “sabe” aqui, o falante projeta uma expectativa de validação por parte

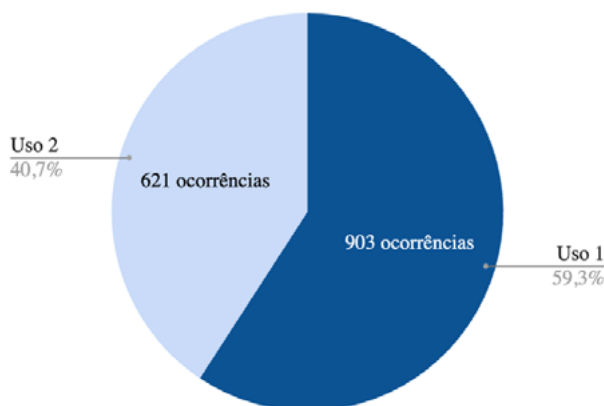
do interlocutor: ao afirmar que é gratificante fazer alguém rir, ele não apenas expressa uma avaliação positiva da situação, mas também projeta uma autoavaliação favorável de si mesmo, associada à capacidade de provocar alegria nos outros. O “sabe”, nesse contexto, funciona como um convite implícito para que o interlocutor reconheça e corrobore essa avaliação.

Como se vê, no uso 2, o “sabe” opera predominantemente no plano da relação intersubjetiva, agindo como um recurso de performance pública de busca por validação. Ao utilizá-lo, o falante convida o interlocutor a reconhecer, compartilhar ou corroborar uma avaliação ou experiência pessoal, de modo a reforçar a conexão interpessoal e a afiliação discursiva entre os interactantes. Trata-se, portanto, de um uso orientado menos para a organização conjunta do conteúdo informacional e mais para a gestão da relação interpessoal.

Essa distinção entre os dois usos (uso 1, recalibração; uso 2, validação) permite compreender o marcador “sabe” como parte de uma rede construcional, cujos diferentes “nós” – isto é, construções individuais interligadas dentro da rede – compartilham uma orientação comum para o interlocutor e para o estado da interação, mas se diferenciam quanto ao tipo de operação pragmática realizada sobre o *common ground*. No uso 1, a ênfase recai sobre a manutenção do alinhamento interpretativo; no uso 2, sobre o reforço de laços intersubjetivos por meio da validação, da empatia e da polidez positiva.

Do ponto de vista quantitativo, foram identificadas 1.524 ocorrências do marcador pragmático “sabe” no *corpus* analisado. Dessas, 903 (59,3%) correspondem ao uso 1, enquanto 621 ocorrências (40,7%) instanciam o uso 2. Essa distribuição, apresentada no Gráfico 1, indica que, embora o emprego do marcador como recurso de recalibração do *common ground* (uso 1) seja ligeiramente predominante, seu uso voltado à busca de validação e ao reforço da conexão intersubjetiva também se mostra altamente produtivo no *corpus*.

Gráfico 1 – Distribuição por uso



Fonte: elaboração própria.

Uso 1: subtipo 1

O primeiro subtipo do uso 1 reúne ocorrências em que a FPD emerge da própria organização interna do discurso. Nesses casos, o risco de desalinhamento não decorre de fatores externos ao enunciado, mas da maneira como as proposições são encadeadas. Mais especificamente, trata-se de contextos em que o falante introduz uma informação que ativa determinadas inferências no interlocutor e, em seguida, necessita corrigi-las, atenuá-las ou refiná-las.

Esse tipo de FPD está diretamente relacionado com a dinâmica do processamento discursivo. Ao ouvir uma proposição, o interlocutor tende a integrá-la imediatamente ao *common ground*, construindo modelos mentais provisórios que orientam a interpretação do que vem a seguir (Stalnaker, 2002; Clark, 1996). Quando o falante percebe que esse modelo provisório pode estar desalinhado em relação àquilo que efetivamente pretende

comunicar, ele mobiliza o marcador “sabe” como um mecanismo de recalibração, sinalizando ao ouvinte que é necessário revisar ou ajustar a inferência recém-ativada.

Nessas ocorrências, o “sabe” aparece tipicamente associado a movimentos discursivos de reparo ou reorientação, frequentemente próximos a reformulações, especificações ou contrastes. Sua função não é simplesmente marcar continuidade conversacional, mas indicar uma inflexão relevante na interpretação esperada do conteúdo. Ao empregar o “sabe”, o falante chama a atenção do interlocutor para o ponto exato em que o alinhamento pode ter sido comprometido, sem precisar recorrer a estratégias mais explícitas de correção. Um exemplo desse subtipo pode ser observado no excerto retirado de uma entrevista com o tenista brasileiro João Menezes:

- (7) [...] Você já conversou com o Jaime Oncins desde que ele assumiu o papel de capitão de o Brasil em a Davis? Se sim, o que falaram? Eu tive uma breve conversa, uma breve troca de mensagens com o Jaime após o título em Samarkand. Ele disse que acompanhou e que tinha gostado bastante. Eu conheço o Jaime assim pessoalmente, mas conheço de vista, sabe? Não sou bem familiar com ele. Mas acho que nós vamos ter uma semana muito legal agora em os Jogos Pan-Americanos, em a qual ele é o treinador e eu estarei jogando. [...] (*Corpus do Português – NOW*)

A análise desse trecho evidencia com clareza o funcionamento do “sabe” como marcador de recalibração do *common ground*. Inicialmente, ao afirmar “eu conheço o Jaime assim pessoalmente”, o falante ativa uma expectativa relativamente forte de proximidade com Jaime Oncins (uma vez que, no contexto sociocultural brasileiro, a expressão “conhecer alguém pessoalmente” costuma ser interpretada como indicativa de algum grau de convivência ou familiaridade). Logo em seguida, porém, o falante produz a oração adversativa “mas conheço de vista”, o

que atenua substancialmente o grau de proximidade sugerido anteriormente.

Esse encadeamento cria um ponto potencial de instabilidade interpretativa (ou, como chamamos aqui, uma FPD): o interlocutor é exposto a duas afirmações que, à primeira vista, parecem incompatíveis – “conhecer pessoalmente” e “conhecer de vista”. Aqui, então, o marcador é mobilizado como um recurso de monitoramento interacional, sinalizando que o falante reconhece o risco de incompreensão gerado pelo conteúdo dessas duas orações e orientando o interlocutor a reavaliar a inferência inicialmente ativada.

Uso 1: subtipo 2

O segundo subtipo do uso 1, por sua vez, reúne casos em que a FPD não emerge da organização interna do discurso, mas do confronto entre a proposição expressa pelo falante e modelos de mundo socialmente compartilhados. Nesses casos, o risco de desalinhamento decorre do fato de que a informação veiculada desafia expectativas socioculturais que (o falante presume que) o interlocutor mobilize no momento da interpretação.

Sob uma perspectiva baseada no uso, esse subtipo evidencia que o funcionamento do “sabe” não pode ser explicado apenas por meio de relações formais entre proposições. Ao contrário, sua interpretação depende de conhecimentos enciclopédicos, normas sociais e estereótipos associados a papéis sociais. O *common ground* relevante aqui não é apenas o que foi explicitamente veiculado, mas também o conjunto de pressupostos compartilhados sobre como certas pessoas “normalmente” se comportam ou se posicionam no mundo.

Um exemplo desse subtipo pode ser observado no trecho a seguir, extraído de uma entrevista concedida pelo cantor Ferrugem após um episódio polêmico envolvendo um fã:

- (8) [...] # Sobre o pisão, Ferrugem disse que ainda estava vulnerável de a situação anterior e garante ter se arrependido de tudo que aconteceu. “Foi uma reação tomada por o calor de o momento. Aquele cara enfiou a mão entre a minha meia e a minha calça e começou a cravar a unha em a minha perna. E ele ria. Mas nada justifica. Eu nunca deveria ter ultrapassado meu limite. Mas aconteceu. Eu me enxergo igual a todos, sabe? Se tivesse noção de o lugar que hoje ocupo não teria feito isso”. # Ele ainda assegurou que vai passar a policiar seus comportamentos e que procurará terapia. “Nunca fiz e tinha preconceito com isso. Mas também recebi um toque de o meu empresário e passarei a fazer. Preciso de tratamento. Vou buscar sim uma terapia”. [...] (*Corpus do Português – NOW*)

Nesse trecho, a proposição “eu me enxergo igual a todos” entra em tensão direta com expectativas socioculturais compartilhadas acerca da identidade de figuras públicas. É comum imaginar que artistas com alto grau de visibilidade sejam percebidos – e muitas vezes se percebam – como excepcionais ou hierarquicamente superiores ao público em geral. Essa expectativa pode, inclusive, funcionar como um pano de fundo implícito para interpretar o episódio narrado, legitimando ou atenuando certos comportamentos.

É precisamente por esse motivo que a afirmação do falante gera uma FPD. Ao se apresentar como alguém que se enxerga “igual a todos”, o cantor desafia uma expectativa social fortemente enraizada, o que pode levar o interlocutor a questionar a veracidade dessa autoimagem. O risco não está em uma contradição discursiva interna, mas na possibilidade de que o ouvinte rejeite ou interprete com ceticismo a proposição, mantendo ativo um modelo de mundo incompatível com o que está sendo afirmado.

Aqui, o “sabe” funciona como um mecanismo de mediação entre a perspectiva do falante e o modelo de mundo do interlocutor. Ao empregá-lo, o falante sinaliza consciência da discrepância entre sua autoavaliação e as expectativas sociais associadas ao

seu papel público. O “sabe” atua, assim, como um convite ao realinhamento: o falante não apenas afirma sua posição, mas solicita implicitamente – por meio do emprego do marcador – que o interlocutor suspenda ou revise seus pressupostos para incorporar essa nova informação ao *common ground*.

Diferentemente do subtipo 1, em que o “sabe” recalibra inferências geradas pelo próprio discurso, aqui, ele intervém sobre inferências derivadas de conhecimento extralinguístico. Ainda assim, a função central permanece a mesma: evitar que falante e ouvinte operem com representações incompatíveis da situação comunicativa. O “sabe” marca o ponto exato em que (o falante assume que) a proposição expressa exige um esforço adicional de acomodação por parte do interlocutor.

Uso 1: subtipo 3

O terceiro subtipo do uso 1 abrange realizações em que a FPD não se localiza nem na organização discursiva nem em conflitos com modelos de mundo compartilhados, mas em uma potencial opacidade semântico-pragmática da proposição veiculada. Essa falta de clareza pode decorrer tanto da natureza do conteúdo expresso quanto da dificuldade do falante em representá-lo linguisticamente de maneira precisa. Trata-se, assim, de contextos em que o falante comumente descreve experiências subjetivas, estados emocionais, sensações corporais ou avaliações cuja interpretação pelo interlocutor depende fortemente de inferências pragmáticas, uma vez que seu acesso é necessariamente mediado pela linguagem.

Nesses casos, o risco de desalinhamento decorre do fato de que o conteúdo não apresenta referentes claros, observáveis ou consensualmente delimitáveis. Ainda que o interlocutor compreenda a sequência proposicional do discurso, ele pode não acessar, com a mesma intensidade ou precisão, a experiência que o

falante pretende comunicar. A FPD, portanto, está associada à intangibilidade semântica do conteúdo ou à percepção, por parte do próprio falante, de que sua formulação é insuficiente para garantir uma interpretação plenamente alinhada.

Um exemplo do subtipo 3 pode ser observado no relato em (9), sobre experiências de assédio:

- (9) [...] “Vivemos em uma sociedade machista, mas em aquela época era bem pior. Eu tinha medo de ninguém acreditar ou de ele fazer algum mal contra mim. Mas hoje ensino minha filha de 11 anos a não ter medo de pedir apoio, com cautela claro, porém nunca se calar. Raiva, nojo, coração acelerado... # Já Lane Souza relatou a o BHAZ ter presenciado diversos casos de assédio e em todos ter se manifestado. “Em todas as situações me vem uma raiva, nojo, coração bate acelerado e vem um sentimento de angústia. Meio que não dá para acreditar naquilo, sabe?!”, confessa. # [...] (*Corpus do Português – NOW*)

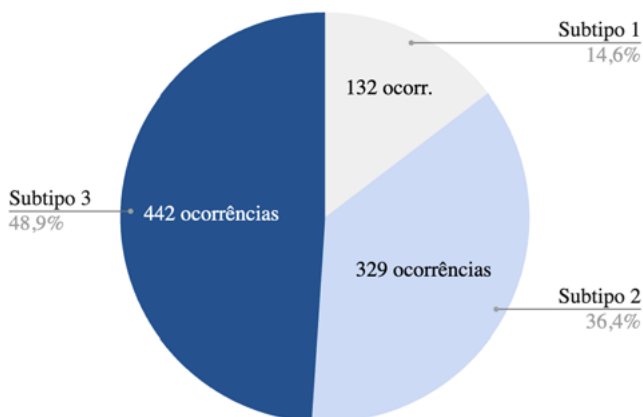
Em (9), a falante descreve experiências internas que não são diretamente acessíveis ao interlocutor. Termos como *raiva*, *nojo* e *angústia* operam como rótulos aproximativos para estados subjetivos complexos. A proposição “meio que não dá pra acreditar naquilo” intensifica essa indeterminação ao expressar uma certa incredulidade difusa, o que amplia o potencial de desalinhamento intersubjetivo. Diferentemente dos subtipos anteriores, em que o marcador atua sobre inferências proposicionais ou expectativas socioculturais, neste caso, ele ajuda a assegurar o êxito comunicativo diante de conteúdos que, por serem em alguma medida intangíveis, apresentam risco inerente de incompreensão (ou, pelo menos, de ausência de compreensão plena). Do ponto de vista do gerenciamento do *common ground*, o que está em jogo não é a correção de uma inferência equivocada, mas a tentativa de minimizar a distância entre duas experiências internas assimétricas: a de quem viveu o evento e a de quem apenas o escuta.

Aqui, portanto, o que o “sabe” faz é atuar sobre a interpretabilidade do enunciado – mais especificamente, o marcador, nesses casos, sinaliza a abertura de um espaço interpretativo, no qual o interlocutor é convocado a colaborar na construção do significado. O “sabe”, nesses casos, sugere algo próximo a “você consegue imaginar isso?” ou “você entende o que isso representa?”, sem que tais perguntas sejam formuladas explicitamente.

Embora o subtipo 3 apresente afinidades funcionais com usos de natureza fundamentalmente empática, característicos do uso 2, como será desenvolvido adiante, ele se distingue por efetivamente envolver uma FPD, ancorada na opacidade da expressão – seja na representação de experiências subjetivas, seja na falta de clareza estrutural. Nesses casos, o “sabe” é uma estratégia preventiva, mobilizada para evitar que a imprecisão comprometa a interpretação do enunciado, orientando o interlocutor à incorporação, no *common ground*, não apenas do conteúdo proposicional, mas também do seu estatuto aproximativo.

Por fim, a distribuição quantitativa das ocorrências confirma que os três subtipos do uso 1 apresentam comportamentos distintos em termos de frequência. Conforme ilustrado no Gráfico 2, o subtipo 3 (associado a situações de potencial falta de clareza na expressão) corresponde à parcela mais numerosa dos dados, com 442 ocorrências (48,9%). Em seguida, aparece o subtipo 2, relacionado ao confronto com modelos de mundo compartilhados, com 329 ocorrências (36,4%). O subtipo 1, vinculado a ajustes no encadeamento discursivo, representa a menor parcela do conjunto, com 132 ocorrências (14,6%). Esses resultados sugerem que, no uso 1, o emprego do “sabe” é particularmente recorrente em contextos nos quais o falante precisa lidar com conteúdos subjetivos ou de difícil formulação, nos quais o risco de desalinhamento interpretativo decorre da própria natureza da experiência comunicada.

Gráfico 2 – Distribuição das ocorrências do uso 1 por subtipo



Fonte: elaboração própria.

Uso 2

Diferentemente do que se observa no uso 1, em que a ocorrência do marcador pragmático “sabe” está sistematicamente associada à presença de uma FPD, o uso 2 reúne contextos em que o *common ground* se encontra sob risco significativamente baixo de desalinhamento. Nesses casos, não há risco iminente de confusão interpretativa nem necessidade de correção, atenuação ou acomodação de expectativas. O encadeamento discursivo não apresenta qualquer contradição em potencial e não entra em conflito com modelos de mundo compartilhados. Aqui, a função do “sabe”, portanto, não é recalibrar a interação no que se refere aos modelos de mundo assumidos pelos participantes, mas operar sobre a sua dimensão relacional. Mais especificamente, o “sabe” passa a funcionar como um recurso voltado à performance pública de busca por validação ou por empatia, projetando para o interlocutor uma expectativa de engajamento afetivo.

Um primeiro conjunto de dados do uso 2 envolve contextos em que o falante mobiliza o “sabe” para buscar validação pública de uma autoavaliação, frequentemente positiva. Nesses casos, o falante já expressou explicitamente uma opinião sobre si e utiliza o marcador para convidar o interlocutor a ratificar essa avaliação. Um exemplo pode ser observado no dado (10), em que uma caminhoneira relata sua trajetória profissional:

- (10) [...] # Cristina conheceu a adrenalina de a estrada a o lado de o ex-marido, que também é caminhoneiro. Hoje, sozinha, ela viaja para todos os estados de o país fazendo entregas de eletrodomésticos e outros materiais que surgirem. # “Nunca me arrependi. Para mim, a maior satisfação é entrar em o caminhão, que é meu mesmo, colocar ele em a pista e sair para viajar. É o maior orgulho que tenho. As pessoas que passam por mim e batem palma, buzinam. Já tiraram até o chapéu para mim, sabe? É bem gratificante”, contou. # [...] (Corpus do Português – NOW)

Nesse excerto, parece haver risco baixo de FPD, já que o conteúdo da proposição é coerente e compatível com modelos de mundo compartilhados. Além disso, o relato da caminhoneira segue uma progressão informacional linear, sem contradições internas ou necessidade de esclarecimento adicional. Ainda assim, o “sabe” aparece em posição final (“Já tiraram até o chapéu para mim, sabe?”), desempenhando uma função claramente interacional.

Nesse caso, o marcador sinaliza uma expectativa de concordância – e, mais do que isso, de corroboração pública – por parte do interlocutor. O falante não solicita confirmação factual, mas reconhecimento avaliativo – isto é, trata-se de um convite para que o ouvinte compartilhe a leitura positiva da situação apresentada, reconhecendo o orgulho associado à experiência narrada. O “sabe” funciona, portanto, como um gatilho para a coconstrução pública da avaliação, reforçando a legitimidade da autoimagem projetada pelo falante.

Do ponto de vista da coordenação do *common ground*, esse uso não promove ajustes informacionais, mas consolida um alinhamento afetivo entre os interlocutores. O “sabe”, aqui, sinaliza que o falante espera que o interlocutor não apenas compreenda o conteúdo, mas também se posicione favoravelmente em relação a ele. Nesse sentido, o “sabe” atua como um recurso de afiliação, fortalecendo a solidariedade interacional.

Um segundo conjunto de ocorrências do uso 2 envolve contextos em que o “sabe” é empregado para mobilizar empatia, e não validação positiva. Nesses casos, o falante relata dilemas pessoais, dificuldades ou conflitos cotidianos, sem que haja qualquer ambiguidade ou risco de incompreensão no nível proposicional. Um exemplo pode ser visto em (11), em que uma atriz fala sobre a dificuldade de manter uma rotina de exercícios:

- (11) [...] Sempre tive o corpo que a personagem exigia. Lembro até que, em uma de as vezes em que a temporada de o “Vai, Fernandinha” acabou, pensei: “Caramba! Posso ter também o cabelo que eu quiser, o visual que me der em a telha!”. Pela primeira vez, percebi que não precisaria engordar ou perder peso por um trabalho – relata. # A balzaquiana, que semanas atrás mostrou vídeos de ginástica funcional, admite que deixou de estabelecer necessidades de fazer exercícios físicos com frequência: # – Chegou uma época em que eu não estava conseguindo fazer todo fim de semana, sentia vontade de ficar em casa... Eu queria pegar minha sobrinha e passar o domingo com ela, sabe? Aos poucos, fui me adaptando e tendo mais controle sobre mim. # [...] (*Corpus do Português* – NOW)

Assim como em (10), aqui o encadeamento discursivo é claro, bem como seu conteúdo – portanto, não há risco de desalinhamento do *common ground*. No caso em questão, o “sabe” não opera sobre o conteúdo do enunciado, mas sobre a relação entre os interlocutores.

No exemplo (11), o marcador funciona como um convite à identificação afetiva: ao admitir uma certa culpa por não conseguir manter a prática de exercícios físicos com a frequência desejada – especialmente em um contexto em que há forte cobrança social sobre o corpo e a imagem de uma atriz –, a falante expõe um conflito pessoal potencialmente compartilhável. O “sabe” atua, então, como um recurso de aproximação, orientando o interlocutor a reconhecer esse sentimento (ou comportamento) como socialmente razoável. Assim, o “sabe” convoca o ouvinte a alinhar-se afetivamente à experiência narrada, sugerindo algo como “você valida a minha atitude, certo?”.

Um aspecto relevante do uso 2 é sua afinidade funcional com as estratégias de polidez positiva sistematizadas por Brown e Levinson (1987), especialmente no que tange à reivindicação de terreno comum (*claim common ground*) e à busca por concordância (*seek agreement*). Ao acionar essas estratégias, voltadas ao compartilhamento de pontos de vista, atitudes e conhecimentos, o marcador pragmático orienta o interlocutor a reconhecer uma base comum, que favorece o alinhamento interacional e a cooperação discursiva.

Ao empregar o marcador, o falante sinaliza que considera o interlocutor capaz de compreender, compartilhar e validar sua experiência. Especificamente no caso do uso 2, isso contribui para a proteção da face positiva do falante, na medida em que reduz a possibilidade de julgamento negativo ou indiferença por parte do ouvinte. O que o “sabe” faz, então, é criar um espaço interacional de reconhecimento mútuo, no qual a relação social é priorizada em detrimento da mera transmissão de informação.

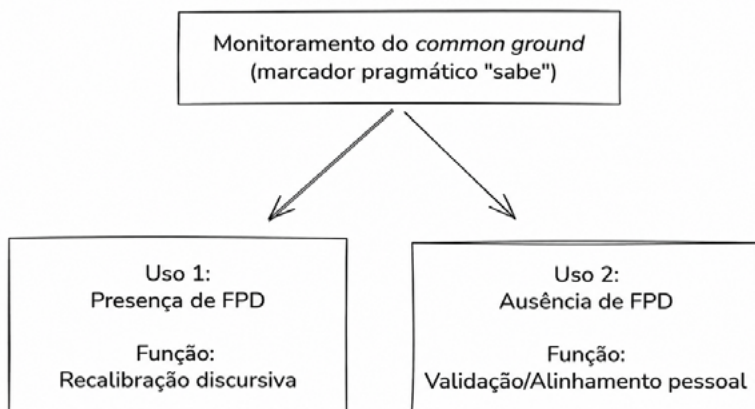
Em (10), dado em que a falante apresenta uma autoavaliação positiva, o “sabe” funciona como um convite à corroboração por parte do interlocutor. Ao usar o marcador, a falante pressupõe que o ouvinte dispõe do conjunto de conhecimentos necessário para ratificar essa avaliação (idealmente de forma pública), ativando uma base comum de expectativas sociais. Nesse caso, a estratégia

se aproxima diretamente do que Brown e Levinson (1987) escrevem como *seek agreement*: a falante não impõe sua autoimagem (embora claramente se orgulhe dela), mas a submete à validação do outro, garantindo a redução do risco de julgamento negativo.

Já em (11), em que a falante relata um dilema pessoal acompanhado do que parece um sentimento de culpa, o “sabe” opera de modo ligeiramente distinto. Como vimos, o marcador não busca apenas concordância avaliativa, mas, sobretudo, empatia. Ao acionar o “sabe”, a falante sugere que a situação narrada é facilmente compartilhável, especialmente à luz de pressões sociais amplamente conhecidas (exigências ligadas ao corpo, à imagem pública). Trata-se, portanto, de uma reivindicação de terreno comum por meio da qual o interlocutor é convidado a reconhecer esse dilema como legítimo e, conseqüentemente, a alinhar-se afetivamente à experiência relatada.

Por fim, buscamos mostrar que o marcador pragmático “sabe” no PB se organiza em torno de uma função geral de monitoramento interacional do *common ground*. No primeiro grande padrão de uso, o marcador ocorre em contextos nos quais há FPD clara, atuando como recurso de recalibração interpretativa diante de riscos associados ao encadeamento discursivo, ao confronto com expectativas socioculturais ou à falta de clareza na expressão. No segundo, o “sabe” aparece em contextos em que há risco baixo de FPD, funcionando como um recurso de busca de validação ou alinhamento interacional. A Figura 1 sintetiza essa organização:

Figura 1 – Organização funcional do marcador pragmático “sabe” no PB



Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

A análise das 1.524 ocorrências examinadas permite propor uma generalização semântico-pragmática para o marcador “sabe” no PB. Argumentou-se que esse item constitui um recurso intersubjetivo de monitoramento da interação, orientado à coordenação do *common ground* entre falante e interlocutor.

Os dados indicam que essa função se realiza de duas maneiras sistemáticas. No uso 1, o marcador atua como um mecanismo de recalibração discursiva, mobilizado em contextos nos quais há uma FPD, isto é, situações em que a incorporação da informação ao *common ground* pode ser comprometida. No uso 2, por sua vez, o “sabe” ocorre em contextos de estabilidade interpretativa, funcionando como um recurso de busca de validação ou empatia, associado a estratégias de alinhamento interpessoal.

Ao explicitar esses padrões, o trabalho contribui para uma descrição mais integrada do funcionamento intersubjetivo de

construções no PB, mostrando que o “sabe” constitui uma unidade simbólica sensível às dinâmicas de alinhamento cognitivo na interação. Espera-se que a proposta delineada possa subsidiar investigações futuras sobre outras construções orientadas ao monitoramento interacional, bem como contribuir para o avanço da descrição construcional do PB.

Managing the common ground: the pragmatic marker “sabe” in Brazilian Portuguese

ABSTRACT: This article analyzes the pragmatic marker *sabe* (“you know”) in Brazilian Portuguese from the perspective of Usage-Based Construction Grammar. It proposes that the marker functions as an interactional monitoring device aimed at managing common ground and coordinating intersubjective alignment between interlocutors. Based on a qualitative analysis of 1,524 occurrences extracted from the *Corpus do Português*, two functional patterns were identified. Use 1, which is preventive or corrective in nature, arises in the presence of a Potential Source of Misalignment (PSM), that is, a proposition that threatens the proper incorporation of information into the common ground by creating a risk of misinterpretation. In such cases, the marker recalibrates the discourse flow to ensure interpretive alignment. By contrast, Use 2 occurs in contexts characterized by common-ground stability. In these cases, where the risk of a PSM is significantly lower, *sabe* functions as a positive politeness marker, reinforcing affiliation between participants. The study therefore advances the generalization that the marker *sabe* is an intersubjective resource sensitive to the state of the common ground, to which it is systematically linked, either to maintain it or to adjust it throughout the course of interaction.

KEYWORDS: pragmatic marker “sabe”; intersubjectivity; common ground; interactional monitoring.

REFERÊNCIAS

- BERTASSO, Flávia do Carmo. Construções subordinadas com o verbo saber em uma perspectiva cognitivo-funcional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 674-688, 2020.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, Joan. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CLARK, Herbert H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CROFT, William. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DAVIES, Mark. *Corpus do Português: NOW*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>. 2016.
- DIESSEL, Holger. *Usage-based Construction Grammar*. In: DABROWSKA, E.; DIVJAK, D. *The Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele. Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 5, p. 219-224, 2003.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*. Vol. II: Descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- MARTELOTTA, Mário; LEITÃO, Márcio M. Discursivização do verbo saber. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo; VOTRE, Sebastião

Josué; CEZARIO, Maria Maura. (org.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; RAMOS, Nice da Silva. O verbo cognitivo *saber* em duas construções marcadoras discursivas do português contemporâneo. In: SIMÕES NETO, Natival Almeida; ALMEIDA, Ariadne Domingues (org.). *Trabalhos em Linguística Cognitiva e Interfaces: abordagens semânticas e gramaticais*. Campinas: Pontes Editores, 2025. p. 277-298.

SILVA, Gisele de O.; MACEDO, Alzira V. T. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. (org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 11-50.

STALNAKER, Robert. Common ground. *Linguistics and philosophy*, [S. l.], v. 25, n. 5/6, p. 701-721, 2002.

VALLE, Carla Regina Martins. *Sabe?~ não tem?~ entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VALLE, Carla Regina Martins. *Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição*. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ENTRE GRAMÁTICA E DISCURSO: A EMERGÊNCIA DA FUNÇÃO DE MARCAÇÃO DISCURSIVA EM *ACERCA DE* NO PORTUGUÊS

Andrea Peres Lima¹
Monclar Guimarães Lopes²

Resumo: Este artigo analisa a construção *acerca de* no português sob uma perspectiva diacrônica e funcional, com o objetivo de descrever sua trajetória de mudança construcional e a emergência de usos textuais e discursivos não contemplados de forma sistemática pela tradição gramatical. Ancorado na Linguística Funcional Centrada no Uso e na Gramática de Construções Diacrônica, o estudo examina dados provenientes de *corpora* históricos e contemporâneos, abrangendo ocorrências do português dos séculos XIV ao XXI. A análise considera parâmetros como escopo sintático-semântico, posição estrutural, integração oracional e contribuição pragmático-discursiva. Os resultados evidenciam um processo gradual de expansão funcional, no qual a construção *acerca de* deixa de operar exclusivamente em nível suboracional, introduzindo sintagmas nominais e verbais de valor referencial, e passa a incidir sobre orações desenvolvidas e reduzidas, bem como sobre segmentos discursivos mais amplos. Esse percurso envolve a expansão da classe hospedeira (*host-class expansion*), o aumento de escopo e a crescente proceduralização da construção. À luz dos critérios propostos por Traugott (2022), argumenta-se que, em contextos de topicalização e organização da progressão informacional, *acerca de* pode ser caracterizada como marcador discursivo, atuando na periferia esquerda do enunciado e codificando instruções interpretativas para o interlocutor. Conclui-se que tais usos refletem um processo de textualização e abstratização funcional compatível com modelos contemporâneos de mudança pragmático-construcional, ampliando a descrição do comportamento sintático e discursivo da construção no português.

PALAVRAS-CHAVE: *acerca de*; marcador discursivo; mudança construcional; Linguística Funcional Centrada no Uso.

1 Professora da FAETEC-RJ e da SEEDUC-RJ.

2 Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

Na tradição gramatical do português, a expressão *acerca de* é usualmente descrita como uma locução prepositiva ou preposição complexa, associada a valores semânticos de assunto, tema ou referência. Gramáticas normativas e descritivas, como Bechara (2009), Castilho (2014) e Azeredo (2014), classificam-na, em geral, como introdutora de adjuntos adverbiais de assunto. Nesse contexto de uso, predomina a distribuição sintática pós-verbal, como podemos observar na ocorrência a seguir:

- (1) [...] e isso pode contribuir para algumas decisões solitárias, caso amigos e familiares – para não mencionar o público e a imprensa – questionem as nossas escolhas e especulem ***acerca dos nossos motivos***³.

Entretanto, há evidências empíricas provenientes de dados contemporâneos e históricos que indicam que a distribuição funcional de *acerca de* não se restringe a esse emprego mais básico. Observa-se, em especial em gêneros de natureza expositiva e argumentativa, o uso recorrente de *acerca de* em posição periférica esquerda do segmento discursivo, com escopo que ultrapassa o sintagma ou a oração, passando a atuar na organização do texto e na introdução de tópicos discursivos⁴, como podemos observar em:

- (2) Com as redes sociais pode desaparecer um debate adversarial que é bom, saudável, de pessoas que se respeitam. O contrário do estilo Trump. ***Acerca dessa***

3 Fonte: *Corpus Now*. Século XXI. <http://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em: 20 de jan. de 2026.

4 Entendemos *tópico discursivo* como a unidade organizadora do discurso que delimita o domínio temático sobre o qual incidem as predicções subsequentes, orientando a progressão informacional e a interpretação do texto pelo interlocutor. Trata-se, portanto, de um elemento de natureza funcional e discursiva, não necessariamente coincidente com constituintes sintáticos específicos, cuja função central é introduzir, manter, retomar ou deslocar o foco temático ao longo da interação verbal, contribuindo para a coerência e a estruturação global do discurso.

sua busca de saber o que a faz ou não portuguesa, tem neste livro um texto onde põe lado a lado Eça e Tolstói para dizer que tanto a literatura portuguesa como a russa andam à volta da identidade⁵.

Esse deslocamento funcional, em que a construção passa a atuar a serviço da introdução ou delimitação de tópicos no fluxo textual, pode ser interpretado como parte de um processo de mudança construcional, nos termos da Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário, 2022) e da Gramática de Construções Diacrônica (Traugott; Trousdale, 2021 [2013]). Conforme propõem Traugott e Trousdale (2021 [2013]) e Traugott (2022), mudanças desse tipo não implicam necessariamente a emergência de uma nova categoria gramatical, mas antes ajustes graduais na associação entre forma, significado e contexto de uso, motivados por padrões recorrentes de emprego discursivo. No caso de *acerca de*, a ampliação de seu escopo e de sua função sugere uma reconfiguração construcional que a aproxima do domínio dos marcadores discursivos, mais especificamente dos Marcadores Estruturantes do Discurso (doravante MED) (Traugott, 2022)⁶, responsáveis pela introdução e delimitação de tópico.

Com base nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo descrever os usos de *acerca de* na diacronia do português, com foco na função de marcador discursivo de topicalização. Parte-se da hipótese de que tais usos não são meramente estilísticos ou ocasionais, mas resultam de um processo gradual de abstratização e textualização, coerente com trajetórias amplamente descritas na literatura funcionalista, como a passagem de significados referenciais para valores procedurais e organizacionais do discurso, mais especificamente. Nesse sentido, a função de marcador

5 *Corpus Now*. Século XXI. <http://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

6 Tratamos dessa categoria na próxima seção.

discursivo de *acerca de* seria um caso de mudança construcional associado à expansão funcional da construção.

O referencial teórico que sustenta a análise inscreve-se na Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário, 2022), em articulação com os estudos recentes sobre MED (Traugott, 2022). Assume-se que a gramática é um sistema dinâmico, sensível ao uso, no qual construções se reorganizam continuamente em função de pressões cognitivas, pragmáticas e discursivas. Nesse quadro, expressões como *acerca de* podem adquirir novas funções sem perder completamente seus traços formais e semânticos de origem.

A base empírica do estudo é composta por dados extraídos de *corpora* históricos do português, abrangendo ocorrências dos séculos XIV ao XX, conforme descrito na seção metodologia. A análise adota uma abordagem quali-quantitativa, com atenção especial à posição sintática da construção, ao seu escopo textual e aos contextos discursivos que favorecem a leitura como marcador discursivo de topicalização.

Além dessa introdução, o artigo organiza-se da seguinte forma: a próxima seção apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, com ênfase nos conceitos de construção, mudança construcional e marcadores discursivos; a seguinte descreve a metodologia e os critérios de seleção e análise dos dados; a outra dedica-se à análise das ocorrências e, por fim, a última reúne as considerações finais. Há, ainda, as referências ao final do texto.

Referencial Teórico

Este trabalho ancora-se no quadro teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso – LFCU (Rosário, 2022) –, abordagem que concebe a língua como um sistema dinâmico e emergente, moldado pela interação recorrente entre forma, significado e contexto de uso. Resultante da convergência entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística Cognitiva, a LFCU parte

do princípio de que a gramática não constitui um componente autônomo e estático, mas um conjunto de regularidades que se estabilizam a partir de padrões de uso reiterados em práticas discursivas concretas (Hopper, 1987; Bybee, 2016 [2010]). Nessa perspectiva, estruturas linguísticas refletem estratégias cognitivas e pragmáticas recorrentes, sendo continuamente ajustadas em função das necessidades comunicativas dos falantes.

A gramática é, assim, entendida como um sistema adaptativo, no qual estabilidade e mudança coexistem. A sincronia não é dissociada da diacronia, mas compreendida como o estágio momentâneo de processos históricos mais amplos. Esse enquadramento revela-se particularmente produtivo para a análise de fenômenos em que construções tradicionalmente descritas em termos sintáticos ou semânticos passam a assumir funções discursivas, como é o caso da construção *acerca de* no português.

No âmbito da LFCU, adota-se o modelo da Gramática de Construções, segundo o qual a língua é constituída por um inventário de construções, entendidas como pareamentos convencionais de forma e significado (Croft, 2001; Goldberg, 2006; Traugott; Trousdale, 2021 [2013]). O polo do significado não se restringe a conteúdos referenciais, mas incluem também valores pragmáticos e discursivos, de modo que construções podem codificar instruções procedurais relativas à organização do discurso. Tal concepção permite descrever, em um mesmo aparato teórico, unidades tradicionalmente classificadas como lexicais, gramaticais ou discursivas, evitando dicotomias rígidas entre gramática e uso.

Nesse quadro, a construção *acerca de* é tratada como uma unidade simbólica cuja forma se associa a valores semântico-pragmáticos sensíveis ao contexto. Embora descrita pela tradição gramatical como locução prepositiva ou preposição complexa introdutora de adjuntos adverbiais de assunto ou referência, em escopo suboracional, seu comportamento em diferentes níveis de organização textual sugere uma reorganização funcional que ultrapassa esse domínio.

A análise dessa reorganização apoia-se na distinção proposta por Traugott e Trousdale (2021 [2013]) entre construcionalização e mudança construcional. Enquanto a construcionalização diz respeito à emergência e convencionalização de um novo pareamento forma-significado, as mudanças construcionais correspondem a ajustes graduais em construções já existentes, envolvendo alterações em seus valores semânticos, pragmáticos ou distribucionais, sem que isso implique necessariamente a criação de uma nova construção. No caso de *acerca de*, parte-se do pressuposto de que a construção já se encontra estabelecida no português há séculos, de modo que o foco da investigação recai sobre mudanças construcionais que ampliaram seu escopo funcional e discursivo ao longo do tempo.

Na trajetória de ampliação funcional, é pertinente mobilizar o cline *espaço* □ (*tempo*)

texto, proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), segundo o qual categorias linguísticas tendem a deslocar-se de significados mais concretos e referenciais para valores progressivamente mais abstratos e discursivos. Aplicado à construção *acerca de*, esse modelo permite compreender como usos originalmente associados a relações espaciais de proximidade ou circunscrição – herdadas do valor lexical de *cerca* – favorecem, por extensão metafórica e inferencial, leituras temporais⁷ e, posteriormente, textuais. Nesse último estágio, a construção passa a operar prioritariamente na delimitação de temas e assuntos, ainda no nível suboracional, para depois atuar no nível textual, introduzindo tópicos ou organizando sua progressão. Assim, os diferentes usos de *acerca de* podem ser interpretados não como categorias estanques, mas como pontos de um *continuum* funcional, no qual valores espaciais, temporais e textuais coexistiram no passado, o que reflete um processo gradual de abstratização compatível com mudanças construcionais motivadas pelo uso.

7 Veremos ocorrências desse valor semântico na seção de análise de dados.

Além disso, os novos usos podem ser interpretados à luz da noção de expansão de classe hospedeira (*host-class expansion*), proposta por Himmelmann (2004). Esse mecanismo descreve processos em que uma construção passa a ocorrer em novos ambientes sintáticos e discursivos, mantendo sua forma básica e sua identidade construcional. Observa-se, nesse estudo, que *acerca de*, originalmente associada a sintagmas nominais dependentes de predicadores verbais e nominais, passa a ocorrer com escopo sobre orações inteiras e, ainda, sobre segmentos discursivos mais amplos. Tal expansão evidencia um alargamento progressivo do domínio de atuação da construção, sem recategorização abrupta, mas com reconfiguração funcional gradual.

Essa ampliação de escopo está diretamente relacionada com a emergência de funções discursivas. Em usos contemporâneos, especialmente em gêneros expositivos e argumentativos, *acerca de* ocorre com frequência na periferia esquerda do período, desvinculada de um verbo específico e com função de enquadramento temático. Nesses contextos, a construção não contribui diretamente para o conteúdo proposicional do enunciado, mas orienta o leitor quanto ao domínio discursivo que será desenvolvido, operando no plano da organização textual.

É nesse ponto que se estabelece o diálogo com os estudos sobre marcadores discursivos, em especial com a proposta de Traugott (2022) acerca dos MED. Segundo a autora, esses marcadores constituem um subdomínio dos marcadores discursivos caracterizado por funções procedurais de organização e estruturação do texto, como a introdução, a delimitação e a mudança de tópicos. Diferentemente de conectores lógico-semânticos clássicos, os MED não codificam relações causais ou inferenciais estritas, mas fornecem instruções sobre como segmentos discursivos devem ser interpretados e relacionados.

Traugott (2022) destaca que os MED apresentam, entre outras propriedades, posição periférica, frequentemente à margem esquerda do período, escopo supraoracional, significado

predominantemente procedimental e origem histórica em construções com valores menos abstratos, muitas vezes espaciais ou referenciais. Além disso, sua emergência é descrita como gradual, resultante de mudanças construcionais motivadas por padrões recorrentes de uso, e não como resultado de processos abruptos de gramaticalização.

Essas características convergem de maneira significativa com os usos de *acerca de* analisados nesse artigo. Quando empregada na introdução ou delimitação de tópicos, em posição inicial e com escopo sobre segmentos discursivos extensos, a construção passa a atuar como um dispositivo de enquadramento temático, orientando a progressão do texto e a atenção do leitor. Tal comportamento aproxima *acerca de* do domínio dos MED, sem que isso implique o apagamento completo de seus valores referenciais, mas antes a incorporação de funções pragmático-discursivas adicionais.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa (Lacerda, 2016), orientada pelos pressupostos da LFCU, articulando análise frequencista da distribuição dos dados e exame qualitativo dos contextos de ocorrência da construção *acerca de*. Nesse artigo, no entanto, priorizamos o aspecto qualitativo da pesquisa no que diz respeito ao uso de *acerca de* como marcador discursivo de topicalização. O objetivo metodológico central é identificar padrões de uso recorrentes e correlacioná-los a ajustes construcionais responsáveis pela emergência dessa função.

A base de dados diacrônica é composta por ocorrências extraídas de *corpora* históricos representativos do português, abrangendo o período do século XIV ao século XX, a saber: *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), *Corpus do Português – Colônia*, *Corpus Tycho Brahe* e *Corpus Vercial*. A base sincrônica,

por sua vez, foi extraída do Corpus do Português, base *Now*, em que se extraíram 100 ocorrências.

No que diz respeito ao levantamento dos dados, cabe ressaltar, ainda, que a quantificação é relativa a todos os usos de *acerca de*, seja em sua função espacial e temporal (observáveis no português arcaico, dada a convergência ortográfica para formas como *cerca*, *a cerca* e *acerca*), seja em sua função de assunto ou referência, tanto na dimensão sub ou supraoracional. Esses dados serão apresentados, na próxima seção, quantitativamente, muito para ilustrar a diferença de produtividade entre os diferentes usos de *acerca de* ao longo do tempo e mostrar o provável século de sua emergência como MED, bem como a sua produtividade no português em relação aos demais usos nessa sincronia.

A identificação do uso de *acerca de* como marcador discursivo de topicalização baseou-se em critérios funcionais e contextuais, e não exclusivamente formais. Consideraram-se como fatores analíticos centrais:

- (i) **Posição sintática**, com especial atenção à periferia esquerda do segmento discursivo;
- (ii) **Escopo de atuação**, distinguindo usos suboracionais, oracionais e supraoracionais;
- (iii) **Grau de dependência sintática**, isto é, a vinculação (ou não) a um predador verbal ou a um nome;
- (iv) **Valor semântico-pragmático dominante**, em especial a distinção entre usos referenciais ou procedurais;
- (v) **Função discursiva**, notadamente a introdução, delimitação ou retomada de tópicos no texto.

Análise de dados

A análise diacrônica da construção *acerca de* revela um percurso funcional gradual, compatível com o cline *espaço* □ (*tempo*) □ *texto* (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991), no qual valores semânticos concretos e proposicionais coexistem, ao longo da

diacronia, com usos progressivamente mais abstratos e discursivos. Inicialmente associada à delimitação espacial e, por extensão metafórica, à delimitação temporal, a construção passa a operar sobre domínios referenciais e, posteriormente, sobre unidades textuais mais amplas. Nesse processo, *acerca de* atravessa diferentes níveis de articulação – suboracional, oracional e supraoracional – preservando um núcleo semântico de enquadramento e delimitação, que se reconfigura em função do escopo ampliado e da função discursiva assumida em cada contexto, culminando em usos voltados à organização e à introdução de tópicos no discurso. A Tabela 1 traz a síntese desses usos:

Tabela 1 - Valores semânticos de *acerca de* e seus correlatos ao longo dos séculos

SÉCULOS	ESPACIAL		TEMPORAL		TEXTUAL		TOTAL
	n	%	N	%	N	%	
XIV	7	58,3 %	0	0,0%	5	41,7%	12
XV	8	53,3%	2	13,3%	5	33,3%	15
XVI	33	64,7 %	6	11,8%	18	35,3%	51
XVII	0	0,0 %	0	0,0%	73	100,0%	73
XVIII	0	0,0%	0	0,0%	86	100,0%	86
XIX	0	0,0%	0	0,0%	93	100,0%	93
XX	0	0,0%	0	0,0%	116	100,0%	116
XXI	0	0,0%	0	0,0%	100	100,0%	100

Fonte: Peres (2026, p. 60, adaptado).

A Tabela 1 distribui os usos de *acerca de* ao longo dos séculos. Até o século XVI, flagramos usos de *acerca de* no domínio espacial e temporal, como veremos nas ocorrências mais adiante. A partir do século XVII, no entanto, *acerca de* se especializa no domínio textual, estando reservado aos domínios do espaço e do tempo as

formas concorrentes *cerca de* (que equivale a “aproximadamente” ou “perto de”) e a *cerca de* e *há cerca de*, conforme denotem distância, futuro ou tempo decorrido.

Embora os usos no domínio textual ocorram desde as primeiras fases do português arcaico, no século XIV, os primeiros usos como marcador discursivo de topicalização aparecem no século XVII e tornam-se mais produtivos, conforme se pode observar na frequência relativa da Tabela 2, nos dados do século XXI. Vale observar que a Tabela 2 também indica um novo uso para *acerca de*, na introdução de orações hipotáticas adverbiais de assunto (reduzidas e desenvolvidas), que serão ilustradas mais à frente, mas que não são o objeto de investigação deste artigo.

Tabela 2 - Frequência das funções gramaticais de *acerca de* ao longo dos séculos.

Função	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
Adjunto	12 (100%)	15 (100%)	65 (89%)	46 (90%)	72 (84%)	74 (80%)	104 (90%)	84 (84%)
Oração	0	0	5 (7%)	2 (4%)	7 (8%)	17 (18%)	11 (9%)	5 (5%)
Marcador	0	0	3 (4%)	3 (6%)	7 (8%)	2 (2%)	1 (1%)	11 (11%)
Total	12	15	73	51	86	93	116	100

Fonte: Peres (2026, p. 59, adaptado).

Abaixo, apresentamos cada um desses usos, com foco na função de marcador, mostrando suas possíveis generalizações e processos de mudança que, em nosso ponto de vista, desencadearam sua emergência no português.

Usos espaciais e temporais no português medieval

Os usos mais antigos da construção remontam ao português arcaico (séculos XIV ao XVI), período caracterizado pela ausência de ortografia oficial e pela convivência de grafias como *cerca*, *acerca* e *a cerca* para as mesmas funções gramaticais. Nesses contextos, as formas variantes de *cerca* apresentam valores predominantemente espaciais, associados a noções de proximidade, contorno ou circunscrição física. Além do uso espacial, em menor proporção, havia também os temporais. Tais empregos são fortemente composicionais e semanticamente ancorados na cena descrita, atuando como adjuntos suboracionais, conforme podemos observar nas ocorrências a seguir:

- (3) E, em quanto os messegeiros ala foron, por que avya muy pouco tempo que el rey dom Fernando, seu padre, guanhara a cidade de Sevilha e a conquista era muy nova, avya hi muytos mouros vezinhos ***acerca da çidade***.⁸
- (4) E porque a allgu~ pelos tempos que ham-de viir, poderá parecer esta soma gramde, saybam q(ue) hos if(am)tes estevera~ally ***acerca de tres meses***.⁹

As ocorrências (03) e (04) ilustram de modo claro os usos mais antigos da construção *acerca de* no português arcaico. Em (03), *acerca da çidade* apresenta valor espacial concreto, indicando proximidade ou circunscrição física em relação à cidade de Sevilha, com funcionamento composicional e escopo estritamente suboracional, integrado à cena descrita. Já em (04), *acerca de tres meses* evidencia um uso temporal, resultante de extensão metafórica do domínio espacial para a delimitação aproximada de um intervalo de tempo. Apesar da diferença semântica, ambos os

8 Corpus Vercial: Século XIX. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?-corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

9 Corpus Vercial: Século XV. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?-corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

exemplos compartilham características estruturais fundamentais: dependência sintática direta, contribuição para o conteúdo proposicional e ausência de qualquer função discursiva ou organizadora do texto. Esses dados confirmam que, nas fases iniciais do português, os valores espacial e temporal de *acerca de* coexistem sob forte variação gráfica.

Usos textuais no nível suboracional

Ainda no período arcaico também se flagram usos textuais de *acerca de*, embora eles predominem a partir do período clássico (século XVII), conforme é possível verificar na Tabela 1. Nesse uso, a construção incide sobre domínios conceituais mais abstratos, introduzindo conteúdo temático sobre o qual recai a predicação verbal ou nominal. É o que se pode observar nos dados a seguir:

- (5) E ainda assi acordado cuidando nella, se lhe estavam enchendo os olhos d'agoa, mas depois d'infindo tempo o magoou isto verdadeiramente; ca entam ocupou-lhe soo o cuidado, maravilhando-se muito daquilo que lhe dissera acerca do amor, porque quanto mais cuidada nisso, mais lhe parecia assi¹⁰.
- (6) No mesmo número em que se estampa o artigo a que nos referimos reproduz-se um discurso **acerca da Física na filosofia**, proferido pelo professor Mauricio Schiff na abertura dos cursos do Instituto dos Estudos Práticos e de Aperf¹¹.

As ocorrências (5) e (6) exemplificam usos textuais de *acerca de* no nível suboracional, que podem ser interpretados à luz do *cline* espaço □ (tempo) □ texto proposto por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991). Nesses exemplos, a construção já não opera

10 Corpus Vercial: Século XVI. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?-corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

11 Corpus Vercial: Século XIX. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?-corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

sobre domínios espaciais concretos nem temporais, mas sobre domínios conceptuais abstratos, introduzindo e delimitando conteúdo temático relevante para a predicação verbal ou nominal. Em (5), *acerca do amor* enquadra o domínio temático do dizer e do pensar, por extensão metafórica do esquema de circunscrição espacial para a delimitação de um campo conceitual; em (6), *acerca da Física na filosofia* especifica o tema do sintagma nominal *um discurso*, funcionando como operador de referenciação temática. Apesar dessa mudança no domínio semântico, ambos os usos preservam características estruturais dos estágios anteriores do *cline*: forte integração sintática, escopo suboracional e contribuição direta ao conteúdo proposicional. Esses dados evidenciam um estágio intermediário da trajetória construcional de *acerca de*, no qual valores textuais emergem gradualmente a partir de usos espaciais e temporais, antecipando, sem ainda realizar plenamente, as funções discursivas de organização textual que se consolidam em níveis supraoracionais.

Usos textuais no nível interoracional

Além dos usos suboracionais já descritos pela tradição gramatical, a análise dos dados revela ocorrências em que *acerca de* apresenta escopo ampliado e passa a introduzir orações hipotáticas adverbiais desenvolvidas e reduzidas, estabelecendo relações no nível interoracional. Esses empregos, ainda pouco explorados – ou mesmo ausentes – na literatura gramatical vigente, evidenciam um alargamento funcional da construção para além da simples introdução de adjuntos de assunto ou referência. Nesses contextos, *acerca de* não apenas delimita um domínio temático, mas enquadra proposições inteiras, contribuindo para a articulação informacional entre orações e antecipando leituras de natureza discursiva. A seguir, apresentam-se exemplos representativos desse padrão, que corroboram a hipótese de uma expansão

gradual do escopo sintático e semântico da construção, compatível com sua trajetória de textualização ao longo da diacronia.

- (7) E naqueles dias, crescendo o número de discípulos, houve uma murmuração dos gregos contra os hebreus, **acerca de que suas viúvas eram desprezadas no ministério cotidiano**¹².
- (8) Busco narrar interlocuções importantes acerca de conhecer as aproximações que os projetos podem vir a ter com os artefatos pedagógicos¹³.

As ocorrências (7) e (8) ilustram um estágio mais avançado de expansão *host-class* da construção *acerca de*, na medida em que seu escopo deixa de se restringir a sintagmas nominais ou verbais e passa a abarcar estruturas oracionais completas, desenvolvidas e reduzidas. Em (7), *acerca de que suas viúvas eram desprezadas no ministério cotidiano*, a construção introduz uma oração hipotática adverbial desenvolvida, estabelecendo uma relação interoracional na qual *acerca de* enquadra uma proposição inteira como conteúdo temático da murmuração relatada. Esse uso indica que a classe hospedeira da construção se amplia, permitindo que ela opere como conector textual responsável por articular eventos discursivos e organizar a progressão informacional. Já em (8), *acerca de conhecer as aproximações (...)*, observa-se a introdução de uma oração reduzida de infinitivo, igualmente integrada ao escopo temático do verbo da oração matriz, mas já configurando um padrão em que a construção encapsula um evento/processo como unidade informacional autônoma. Em ambos os casos, a expansão *host-class* não implica perda do valor referencial da construção, mas, sim, sua reconfiguração funcional, pela qual *acerca de* passa a operar sobre domínios sintático-semânticos mais amplos, antecipando leituras de natureza discursiva.

12 *Corpus Vercial*: Século XIX. Acesso em 20 de jan. de 2026.

13 *Corpus Now*: Século XXI. Acesso em 20 de jan. de 2026.

Uso como marcador discursivo de topicalização

A partir do século XVI, identificam-se os primeiros contextos em que *acerca de* ultrapassa os limites de organização suboracional e interoracional e passa, efetivamente, a atuar também na estruturação do discurso. Esses usos emergem inicialmente em contextos oracionais, em que ocorrem junto a expressões nominais de função referencial, responsáveis pela introdução ou delimitação de um determinado tópico discursivo. Nesses casos, *acerca de* atua na periferia esquerda do segmento discursivo, antecipando o conteúdo proposicional. Observemos duas ocorrências:

- (9) Ele pertence a uma certa aristocracia militar ou política, por mais que esta expressão possa irritar, mas não gosto de ver exibido um ressentimento social. Noblesse oblige quer dizer isso mesmo, quem pertence àquela classe tem também deveres e um dos deveres é uma noção ética. O Trump pisou nisso tudo, e o John McCain tornou-se uma espécie de símbolo de um homem bom. Obama, que acho que não foi bom político porque não fechou Guantánamo, é um grande orador. Ele sabe dizer as coisas muito bem. Ele e o McCain defrontaram-se em eleições. Com as redes sociais pode desaparecer um debate adversarial que é bom, saudável, de pessoas que se respeitam. O contrário do estilo Trump. **Acerca dessa sua busca de saber o que a faz ou não portuguesa**, tem neste livro um texto onde põe lado a lado Eça e Tolstói para dizer que tanto a literatura portuguesa como a russa andam à volta da identidade. E tem uma frase curiosa: “Alguns intelectuais ainda hoje se debatem com este problema e eu não”. Foi em 2015. Afinal... [Gargalhada] nunca me preocupei com a questão da chamada “identidade nacional” por ser uma frase que, para mim, era oca. Quando estava na Inglaterra, notei que quem se preocupava com isso eram sobretudo povos periféricos¹⁴.

14 Corpus Now: Século XXI. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

- (10) Exploração (SIRCA), salienta a CNA em comunicado. Um aviso de a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), datado de quarta-feira, interrompeu temporariamente, a partir de hoje, a recolha de animais mortos em explorações agrícolas, e remete a eliminação para o produtor, decisão justificada com o fim de o contrato com o consórcio de empresas que asseguravam a tarefa. A DGAV acrescentou em o entanto que está « iminente a entrada em vigor de um novo contrato trienal », válido até 2019, o que deverá acontecer em a primeira quinzena de setembro. Entretanto, a DGAV esclareceu que os criadores de gado podem continuar a encaminhar os animais mortos para o sistema habitual de recolha e eliminação de cadáveres, mas, temporariamente, a suas expensas. **Acerca dos valores em dívida do Estado às empresas**, a DGAV refere que o montante, de 2015, fica saldado com o pagamento, em a próxima semana, de cinco milhões de euros. O valor de a dívida, de 2015, ascendia a 7,2 milhões de euros, de os quais foram pagos dois milhões de euros, em o primeiro trimestre de este ano, e 200 mil euros, em agosto. A CNA defende que « o Estado não pode ficar refém ou a a mercê de um consórcio privado de empresas que, na prática, nisto detém um monopólio », por isso, a DGAV e o Ministério de a Agricultura « devem criar alternativas por forma a terem os meios para continuar a prestar, bem, este serviço que também é de interesse público ». « A suspensão em causa deve ser o mais breve possível de forma¹⁵.

As ocorrências (9) e (10) instanciam um estágio em que a construção *acerca de* se qualifica como marcador discursivo de topicalização, nos termos propostos por Traugott (2022). Nesses contextos, observa-se que a construção ultrapassa os domínios suboracional e interoracional e passa a operar diretamente sobre a organização global do discurso, cumprindo funções típicas de marcadores discursivos, tais como a gestão da progressão temática, o enquadramento de segmentos informacionais e

15 Corpus Now: Século XXI. <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=VERCIAL>. Acesso em 20 de jan. de 2026.

a orientação do processamento interpretativo do interlocutor. A atuação de [acerca de] deixa de ser determinada por exigências sintático-semânticas locais e passa a ser definida por sua contribuição procedimental, isto é, por instruções pragmáticas relativas à interpretação do texto como um todo.

Conforme os critérios de Traugott (2022), marcadores discursivos caracterizam-se por (i) não integrarem a estrutura argumental da oração, (ii) exibirem escopo amplo, frequentemente supraoracional, (iii) ocuparem posições periféricas, sobretudo na periferia esquerda do enunciado, e (iv) codificarem significados metadiscursivos, relacionados com a organização e com a interpretação do discurso. Esses traços encontram-se claramente presentes nas ocorrências analisadas. Em (9), “*Acerca dessa sua busca de saber o que a faz ou não portuguesa*” funciona como um constituinte destacado, sintaticamente não exigido, que introduz um novo eixo temático no fluxo discursivo. A construção atua como um operador de topicalização, antecipando o conteúdo proposicional subsequente e orientando o interlocutor quanto ao enquadramento interpretativo do segmento que se segue.

De modo análogo, em (10), “*Acerca dos valores em dívida do Estado às empresas*” sinaliza um deslocamento tópico em um texto informativo, demarcando a transição entre blocos discursivos relativamente autônomos. Nesse uso, [acerca de] não estabelece relação de subordinação com um predicado específico, mas desempenha a função de marcador de fronteira discursiva, indicando a mudança de foco temático. Tal comportamento evidencia que a construção, ao ampliar sua *host-class* para segmentos discursivos, passa a assumir funções que incidem sobre a arquitetura textual, e não apenas sobre unidades sintáticas internas à oração.

À luz de Traugott (2022), esse tipo de uso reflete um aumento de subjetividade e intersubjetividade, na medida em que o falante passa a codificar explicitamente suas escolhas de organização temática, guiando o interlocutor na interpretação do discurso. Assim, [acerca de] deixa de funcionar apenas como operador

referencial de “assunto” e passa a atuar como marcador discursivo plenamente gramaticalizado, responsável por estruturar a progressão tópica e por gerenciar a coerência discursiva. Esses dados reforçam a hipótese central da nossa pesquisa de que a trajetória funcional da construção envolve não apenas expansão de escopo e *host-class expansion*, mas também a emergência de funções metadiscursivas, compatíveis com os modelos contemporâneos de mudança pragmático-construcional.

Considerações Finais

A análise desenvolvida nesse artigo evidencia que a construção *acerca de* apresenta uma trajetória de mudança construcional marcada pela ampliação progressiva de seu escopo sintático, semântico e discursivo. Os dados examinados demonstram que, além dos usos suboracionais tradicionalmente descritos pela gramática normativa, a construção passa a introduzir orações desenvolvidas e reduzidas e, em estágios mais avançados, a atuar na organização do discurso, especialmente em contextos de topicalização. Esse percurso envolve um processo de *host-class expansion*, pelo qual *acerca de* amplia o conjunto de estruturas às quais se associa, passando a incidir sobre unidades proposicionais e segmentos discursivos mais amplos.

À luz dos critérios de Traugott (2022), argumentou-se que, nesses contextos, *acerca de* assume propriedades típicas de marcadores discursivos, como posição periférica, escopo supraoracional e contribuição procedimental para a interpretação e progressão textual. Esses usos não devem ser compreendidos como desvios estilísticos ou casos marginais, mas como reflexos sistemáticos de um processo de textualização e abstratização funcional em curso no português. Desse modo, o estudo contribui para uma descrição mais abrangente da construção, ao integrar níveis sintático, semântico e discursivo, e reforça a importância de abordagens baseadas no uso para a compreensão da dinâmica da mudança linguística.

Between grammar and discourse: the emergence of the discourse-marking function of *acerca de* in Portuguese

ABSTRACT: this article analyzes the construction *acerca de* in Portuguese from a diachronic and functional perspective, with the aim of describing its trajectory of constructional change and the emergence of textual and discursive uses that have not been systematically addressed in the grammatical tradition. Grounded in Usage-Based Functional Linguistics and Diachronic Construction Grammar, the study examines data drawn from historical and contemporary corpora, covering occurrences of Portuguese from the fourteenth to the twenty-first centuries. The analysis considers parameters such as syntactic-semantic scope, structural position, clausal integration, and pragmatic-discursive contribution. The results reveal a gradual process of functional expansion, whereby *acerca de* ceases to operate exclusively at the subclausal level, introducing nominal and verbal phrases with referential value, and comes to scope over finite and non-finite clauses, as well as broader discourse segments. This trajectory involves host-class expansion, an increase in scope, and the growing proceduralization of the construction. In light of the criteria proposed by Traugott (2022), it is argued that, in contexts of topicalization and information-structure organization, *acerca de* can be characterized as a discourse marker, operating in the left periphery of the utterance and encoding interpretive instructions for the addressee. It is concluded that such uses reflect a process of textualization and functional abstraction compatible with contemporary models of pragmatic-constructional change, thus extending the description of the syntactic and discursive behavior of the construction in Portuguese.

KEYWORDS: *acerca de*; discourse marker; constructional changes; Usage-Based Linguistics.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016 [2010].
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014 [].
- CROFT, William. *Radical Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2001.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HEINE, Bernd.; CLAUDI, Ulrike.; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization. A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HIMMELMANN, Nikolaus. P. Lexicalization and grammaticalization: Opposite or Orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIEMER, B. (ed.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 21-42.
- HOPPER, Paul. Emergent Grammar. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Org.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdã: John Benjamins, 1987, p. 139-157.
- LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral de Cunha. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*. Rio de Janeiro, volume especial, p. 83-101, 2016.
- PERES, Andrea Lima. *Análise pancrônica do conector “acerca de”: um estudo centrado no uso*. 2026. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2026.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa. (org). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EDUFF, 2022.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Discourse Structuring Markers in English*. Philadelphia: John Benjamins, 2022.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Construção e mudanças construcionais*. Petrópolis: Vozes, 2021 [2013].

REVISITANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DE *MESMO* NO PORTUGUÊS

Michel Gustavo Fontes¹
Pablo Canovas²

RESUMO: Este artigo toma, como objeto de estudo, a multifuncionalidade de *mesmo* no português contemporâneo e propõe analisá-la com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Com base em ocorrências extraídas do banco de dados do *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006), o objetivo é descrever os diferentes usos de *mesmo* alinhando suas propriedades funcionais e formais. Os resultados permitem caracterizar *mesmo* como primitivo interpessoal, com cinco diferentes usos, a depender de seu escopo, de sua funcionalidade pragmática e de seus traços morfossintáticos, a saber: (i) proforma nominal, (ii) proforma adjetival, (iii) operador enfático, (iv) partícula restritiva, e (v) partícula expansiva.

PALAVRAS-CHAVE: multifuncionalidade; *mesmo*; Gramática Discursivo-Funcional.

Introdução

A multifuncionalidade de itens linguísticos tem sido amplamente explorada no âmbito do funcionalismo linguístico,

1 Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

2 Graduado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

especialmente entre os estudos clássicos sobre gramaticalização (Hopper; Traugott, 1993; Bybee; Perkins; Pagliuca, 1994; Heine; Kuteva, 2007). Esses estudos se pautam frequentemente na conhecida escala metafórica *espaço* (> *tempo*) > *texto* (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991, p. 182) para organizar os diferentes usos de um mesmo constituinte linguístico, dispondo-os não só em contínuos semântico-pragmáticos que evidenciam deslocamentos de significados representacionais para interpessoais, mas também em *clines* categoriais que demonstram a emergência de formas gramaticais a partir de itens lexicais.

Perante esse debate, o presente artigo busca propor uma abordagem alternativa para a descrição da multifuncionalidade de itens linguísticos ancorando-se, para tanto, nos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). A intenção é investigar em que medida a organização estratificada (em níveis e camadas) do modelo da GDF assim como os primitivos nela previstos oferecem instrumentos analítico-descritivos capazes não apenas de distinguir diferentes usos de um mesmo constituinte, mas também de precisar os trânsitos semântico-pragmáticos e categoriais característicos de formas linguísticas multifuncionais.

De modo a efetivar tal propositura, este artigo descreve a multifuncionalidade do item *mesmo* por meio da análise de propriedades funcionais e formais subjacentes aos seus distintos usos. Propriedades funcionais referem-se aos aspectos semântico-pragmáticos atrelados à formulação de cada uso de *mesmo*; assim, são determinadas (i) suas diferentes relações de escopo em termos de níveis e camadas da GDF e (ii) seus diferentes estatutos na condição de primitivo da formulação. Já propriedades formais dizem respeito aos aspectos morfosintáticos de codificação de cada uso de *mesmo*, o que implica precisar (i) o tipo de palavra a que corresponde no Nível Morfosintático, (ii) o padrão morfosintático em que é codificado e (iii) sua ordenação.

Este artigo está estruturado em duas seções: a primeira contempla os pressupostos teórico-metodológicos que embasam a análise a partir de uma apresentação sumária do modelo da GDF; a segunda, por sua vez, dedica-se à descrição e à análise da multifuncionalidade de *mesmo* no português contemporâneo. Nas considerações finais, faz-se um apanhado geral em torno aos resultados, discutindo as implicações para o refinamento descritivo da GDF.

A Gramática Discursivo-Funcional

A GDF é concebida como o Componente Gramatical inserido no âmbito de um modelo mais abrangente de interação verbal, operando de modo articulado a outros três componentes: o Componente Conceitual (responsável pelas conceitualizações e intenções comunicativas do falante), o Componente Contextual (que armazena informações relativas aos contextos discursivo e/ou comunicativo determinantes para a produção de uma expressão linguística) e o Componente de Saída (que toma a informação digital vinda do Componente Gramatical e a traduz em material análogo, seja ele acústico, escrito e/ou gestual).

A produção de uma expressão, no interior do Componente Gramatical, envolve duas operações distintas: a *formulação*, por meio da qual o conteúdo conceitual é convertido em representações pragmáticas e semânticas, e a *codificação*, responsável por atribuir a essas representações uma configuração formal de natureza morfossintática e fonológica.

A formulação interpessoal de uma expressão linguística é demanda do Nível Interpessoal, ocupando-se de distinções linguisticamente codificadas que capturam as estratégias retóricas (relacionadas com a organização do discurso em função dos efeitos comunicativos pretendidos pelo falante) e pragmáticas (relativas ao planejamento da mensagem conforme suposições do falante acerca dos conhecimentos do ouvinte) responsáveis por

gerenciar a interação verbal e as ações comunicativas do falante em direção ao(s) seu(s) ouvinte(s).

As camadas que organizam o Nível Interpessoal estão hierarquicamente dispostas em (1): a unidade mais alta corresponde ao Movimento (M), que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A); o Ato Discursivo pode envolver uma Força Ilocucionária (F), os Participantes (P) — Falante (P₁)_s e Destinatário (P₂)_A — e um Conteúdo Comunicado (C), o qual pode ser constituído por Subatos de Referência (R) e/ou Subatos de Atribuição (T).

$$(1) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_s (P_2)_A (C_1: [(T_1) (R_1)] (C_1))] (A_1))] (M_1))$$

Já o Nível Representacional concentra-se na formulação representacional de uma expressão linguística, capturando suas propriedades semânticas. Por semântica, a GDF toma tanto a relação referencial da linguagem com o mundo extralinguístico quanto os significados inerentes a unidades lexicais e construções complexas. Suas camadas são ontologicamente definidas e hierarquicamente organizadas conforme (2): a unidade superior é o Conteúdo Proposicional (p), que pode incluir um ou mais Episódios (ep), compostos, por sua vez, por Estados-de-Coisas (e) coerentemente articulados em termos de tempo, espaço e indivíduo(s). Os Estados-de-Coisas são configurados com base em Propriedades Configuracionais (fc), que, geralmente, são nucleadas por Propriedades Lexicais (f).

$$(2) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(fc_1): (f_1)_n (fc_1))] (e_1)] (ep_1)] (p_1))$$

Nas operações de formulação interpessoal e representacional, estão envolvidas três tarefas interdependentes, sustentadas por diferentes tipos de primitivos: (i) selecionam-se, primeiramente, os *moldes* (ou *frames*), esquemas abstratos que determinam

as combinações possíveis de unidades interpessoais e/ou representacionais para as camadas dos níveis da formulação; (ii) os moldes são, então, preenchidos com *lexemas*, entre os quais estão o *núcleo* da camada, peça lexical e/ou abstrata central ao molde, e os *modificadores*, mecanismos lexicais com que o falante restringe a evocação e/ou a denotação de uma camada; (iii) e, por fim, são aplicadas distinções gramaticais por meio da seleção de *operadores*, meios gramaticais com que o falante especifica o conteúdo evocado e/ou designado por uma camada, e/ou de *funções*, estratégias altamente gramaticais empregadas pelo falante para assinalar a relação (pragmática ou semântica) entre unidades linguísticas de mesmo estatuto.

As operações de codificação morfossintática e fonológica, por sua vez, são responsáveis pela implementação formal das representações resultantes da formulação, abrangendo o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico, respectivamente.³ A codificação morfossintática se inicia convertendo representações pragmáticas e semânticas em padrões morfossintáticos como em (3), que estruturam hierarquicamente o Nível Morfossintático: a Expressão Linguística (El), a Oração (Cl), o Sintagma (Xp), que pode ser nominal (Np), verbal (Vp), adjetival (Adjp) ou adverbial (Advp), e a Palavra (Xw), que pode ter estatuto lexical (Lw) ou gramatical (Gw).

$$(3) \quad (El_1: [Cl_1: [(Xw_1) (Xp_1: (Xw_2) (Xp_1))] (Cl_1)]) (El_1))$$

Além da determinação dos padrões em (3), a codificação morfossintática envolve outros dois tipos de primitivos: os morfemas

3 O Nível Fonológico não será alvo de tratamento nesta seção, pois a análise da multifuncionalidade de *mesmo* aqui apresentada não envolve a detecção de propriedades fonológicas associadas a seus usos, restringindo-se, assim, ao mapeamento de articulações entre representações pragmático-semânticas e estruturas morfossintáticas.

gramaticais e os operadores gramaticais. Os morfemas gramaticais consistem em elementos não modificáveis como auxiliares, partículas e afixos, e são introduzidos em sua forma fonêmica, no Nível Morfossintático, apenas quando são regulares e previsíveis. Nos casos em que sua forma final não é totalmente previsível e tem que ser selecionada de um paradigma supletivo, os morfemas gramaticais são inseridos por meio de operadores morfossintáticos, considerados, então, como espaços reservados (*placeholders*) para (conjuntos de) formas reais (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 21).

Esse *modus operandi* da GDF revela sua orientação por operar suas análises em consonância com princípios funcionalistas, fornecendo descrições linguísticas que, ancoradas no uso efetivo da linguagem, compreendem as propriedades formais das unidades linguísticas a partir das intenções comunicativas e das condições interacionais que motivam sua produção.

Usos de *mesmo* no português

Um número expressivo de estudos tem se dedicado à descrição de *mesmo* como um item multifuncional no português (Pezatti; Peres, 2022, 2023; Peres, 2020; Pereira, 2013; Pereira; Gorski, 2016; Amorim, 2009). Essas investigações convergem para uma linha analítica segundo a qual os diferentes usos do item são descritos ao longo de um contínuo semântico-pragmático que parte de empregos predominantemente referenciais, como o de pronome anafórico, e avança em direção a usos de natureza interpessoal e discursiva, associados a valores como ênfase, expansão informacional e articulação textual.

Peres (2020) e Pezatti e Peres (2022, 2023), com base no modelo da GDF, distinguem cinco usos de *mesmo*, distribuídos entre os Níveis Interpessoal e Representacional: como primitivo interpessoal, *mesmo* atua como marcador da função pragmática Contraste e como operador enfático; já como primitivo representacional,

mesmo figura como operador de identidade idêntica, como proforma anafórica e como modificador de Estado-de-Coisas.

Com base em ocorrências do português contemporâneo extraídas do *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006)⁴, o presente estudo revisita e reinterpreta esses resultados ao propor uma caracterização da multifuncionalidade de *mesmo* a partir da distinção de cinco usos, todos situados no Nível Interpessoal: (i) proforma nominal, (ii) proforma adjetival, (iii) operador enfático, (iv) partícula restritiva e (v) partícula expansiva.

Mesm- como proforma nominal

Em (4), *mesm-* realiza uma ação de referência anafórica, retomando, em um novo Ato Discursivo, um referente evocado em um Ato anterior. Em (4a), *mesmos* direciona a atenção para o referente *dois adolescentes*, previamente mencionado; do mesmo modo, em (4b), *mesmo* instrui o ouvinte a recuperar o referente o *signo de leão*, evocado no Ato anterior, de modo a garantir a correta interpretação do novo enunciado ali evocado.

- (4) a *dois adolescentes*_i sofreram agressão por parte dos policiais e o Conselho Tutelar encaminhou **os mesmos**_i para os órgãos competentes (CdP/NOW: 19-06-28 BR G1)
- b O *signo de leão*_i é o quinto do zodíaco, **o mesmo**_i é um signo que representa a juventude e a adolescência humana. (CdP/Web/Dialetos: 007blog.net)

Mesm-, em (4), é um constituinte semanticamente vazio, pois não veicula informação lexical própria e depende do contexto prévio para ser interpretado. Além disso, ocupa uma posição

4 Este artigo não restringe a busca de dados a nenhuma seção específica do *Corpus do Português*, valendo-se das três disponíveis: Gênero/Histórico, *Web/Dialetos* e *NOW* (*News on web*).

estrutural obrigatória, preenchendo o núcleo do sintagma nominal. Seguindo Keizer (2011, 2012), essas propriedades permitem entender *mesm-*, em (4), como uma proforma.

Enquanto proforma anafórica, *mesm-* corresponde a uma nova ação de referência e deve ser representado, no Nível Interpessoal, conforme demonstra (5): como Subato Referencial (R) nucleado por um Subato Atributivo de núcleo vazio (T); ao Subato Referencial, são aplicados os operadores identificável (+id) e específico (+s), uma vez que o falante assume que se trata de uma referência identificável para o ouvinte e, ao mesmo tempo, específica para si mesmo.

$$(5) \quad (+id, +s R_i: (T_i) (R_i))$$

No Nível Representacional, *mesm-* corresponde a alguma variável representacional (α) de núcleo vazio, e essa variável deve estar coindexada com a variável retomada por *mesm-*, designada anteriormente. Em (6), por exemplo, *mesmo* retoma o referente o *ladrão*, anteriormente expresso: o substantivo *ladrão* designa um Indivíduo e é representado com a variável (x_i), nucleada pela Propriedade Lexical *ladrão* (f_i); *mesmo* é representado com a mesma variável (x_i), porém de núcleo vazio, já que se trata de uma forma semanticamente vazia.

- (6) O *ladrão*_i foi algemado. **Em breve entrevista o mesmo_i confessou a participação no roubo** (CdP/NOW: 19-03-17 BR JORNAL DA REGIÃO)

$$\begin{aligned} \text{NR:} \quad & [\text{o ladrão}] \sqcap (x_i: (f_i: \text{ladrão}_N (f_i)) (x_i)) \\ & [\text{o mesmo}] \sqcap (x_i) \end{aligned}$$

No Nível Morfossintático, um conjunto de traços permite atestar o estatuto de *mesm-* como proforma, especificamente como um pronome. Primeiramente, ele constitui o núcleo de um Sintagma Nominal (Np), ocupando sua posição medial (P^M), e é sempre precedido por um determinante, por artigos definidos,

que codificam o operador identificável e específico aplicado, no Nível Interpessoal, ao Subato Referencial.

Por outro lado, *mesm-* preserva traços nominais, flexionando-se em gênero e número conforme o referente retomado: em (7a), masculino singular (*o jovem*); em (7b), masculino plural (*certos canais*); em (7c), feminino singular (*identidade*); e em (7d), feminino plural (*fronteiras*). Essas ocorrências também evidenciam que *mesm-* governa a concordância no Sintagma Nominal, pois os artigos definidos concordam com ele em gênero e número. Em (7a) e (8c), empregam-se formas singulares (*o, a*), e, em (7b) e (7d), formas plurais (*os, as*), conforme o número do núcleo. Do mesmo modo, em (7a) e (7b), usam-se formas masculinas, e, em (8c) e (8d), formas femininas, de acordo com o gênero de *mesm-*.

- (7) a Mas *o jovem_i* não cumpriu a promessa e as mulheres sentiram-se roubadas pelo **mesmo_i**. (CdP/NOW: 19-06-30 PT Revista Sábado)
- b A gente libera para *certos canais_i*, sim, dependendo do movimento e animação **dos mesmos_i**. (CdP/Gênero/Histórico: 19Or:Br:Intrv:Web)
- c As autoridades afirmam que não vão divulgar *a identidade de o homem_i*, e pedem que não se especule sobre **a mesma_i**, para não prejudicar as investigações. (CdP/NOW: 19-06-28 PT Observador)
- d A política de comunicação da Associação de Futebol do Algarve estará direcionada, neste quadriênio, para a promoção e valorização do futebol e futsal algarvio não apenas *nas fronteiras da região_i*, mas muito além das **mesmas_i**, dando a conhecer o que de bom aqui se faz e os seus atores. (CdP/NOW: 19-06-29 PT Jornal Postal do Algarv)

Uma última característica de *mesm-* como proforma é que ele é passível de modificação representacional: em (8), *mesma* designa um indivíduo que é especificado, no Nível Representacional, com uma informação adicional e opcional (a de *andar agora*

na tua mala), o que, no Nível Morfossintático, se codifica com um Sintagma Nominal composto pela Palavra *mesma* e pela oração relativa *que anda agora na tua mala*.

- (8) A vida encarregou-se de nos dar a chave. A nós. Tínhamos a cópia_i. **A mesma_i**, que anda agora na tua mala. (CdP/ NOW: 19-06-29 PT Hiper Fm)

Diante dessas propriedades, conclui-se que, no Nível Morfossintático, *mesm-* corresponde a uma proforma, especificamente um pronome. Embora não corresponda a uma informação lexical nos níveis da formulação (Interpessoal e Representacional), comporta-se, no plano morfossintático, como palavra lexical, ao nuclear um Sintagma Nominal, ao admitir flexões nominais de gênero e número, ao governar a concordância e ao ser passível de modificação representacional por meio de orações relativas.

Assim, com base em Keizer (2011, 2012), este trabalho analisa *mesm-* como uma Palavra Nominal Gramatical que nucleia um Sintagma Nominal (Np).⁵ Mais precisamente, conforme (9), *mesm-* ocupa a posição medial (P^M) do Np como Palavra Nominal Gramatical (NMw), isto é, como proforma, sendo precedido por uma Palavra Gramatical (Gw) — um artigo definido — que com ele concorda em gênero e número.

- (9) (Np_i: [(Gw_i: -def.art.- (Gw_i)) (GNw_i: **mesm-**_{pro} (GNw_i))] (Np_i))

Em suma, considerando as análises de Keizer (2011, 2012) do pronome indefinido *one*, este artigo argumenta que o uso de *mesmo* como proforma nominal requer uma representação

5 Ao analisar e representar algumas proformas no inglês, conforme o modelo da GDF, Keizer (2011, 2012) reconhece o seu estatuto intermediário/híbrido em termos da distinção léxico-gramatical e propõe uma nova classe de Palavras no Nível Morfossintático: as Palavras Nominais Gramaticais (GNw), que não correspondem a informações lexicais no Nível Interpessoal ou no Nível Representacional (característica própria de Palavras Gramaticais), mas, no Nível Morfossintático, dispõem de propriedades próprias às Palavras Lexicais, como ser núcleo sintagmático, estar apto à modificação, poder flexionar-se etc.

multinívelar, alinhando representações de três níveis da GDF como demonstra (10): no Nível Interpessoal, como um Subato Referencial nucleado por um Subato Atributivo de núcleo vazio; no Nível Representacional, como uma variável também de núcleo vazio e coindexada à unidade semântica retomada por *mesm-*; e, no Nível Morfossintático, como um pronome, como uma Palavra Nominal Gramatical nucleando um Sintagma Nominal.

- (10) NI: (+id, +s R_j: (T_i) (R_j))
 NR: (α_n)
 NM: (Np_i: [(Gw_i: -def.art.- (Gw_i)) (GNw_i: **mesm**-_{pro} (GNw_i))]
 (Np_i))

Mesm- como proforma adjetival

Ocorrências como em (11) mostram que, além de proforma nominal, *mesm-* também funciona como *proforma adjetival* ao integrar um sintagma nominal e, em associação com um substantivo, preencher o *slot* que, em princípio, seria de um adjetivo. Nesses casos, *mesm-* continua a desempenhar papel anafórico, sinalizando ao ouvinte a necessidade de recorrer a uma informação previamente disponível para identificar o referente; essa referência, entretanto, não se dá de modo autônomo, realizando-se por meio de sua combinação com um substantivo, núcleo do sintagma nominal.

- (11) a o atacante em 2011 passou por uma cirurgia *no joelho esquerdo*_i devido a uma tendinite, ficando alguns meses sem jogar. Liedson já havia passado por duas intervenções *no mesmo joelho*_i quando esteve em Portugal. (CdP/Web/Dialetos: 01pontodevista.zip.net)

- b O ex-ministro de o Interior de Moçambique, Alme-rino Manhenje, foi hoje condenado a *dois anos de prisão*, por a prática de *crimes de abuso de funções, violação de a legalidade orçamental e pagamentos in-devidos*. A sentença condenou na **mesma pena**, e pe-los **mesmos crimes**, Rosário Fidelis e Álvaro Carva-lho, ex-diretor e diretor adjunto de a Administração e Finanças de o Ministério do Interior de o período em que Manhenje era ministro. (Cdp/NOW: 01-03-2011: vozdenapula)

O uso de *mesm-*, em (11), indica que o referente ali evocado é idêntico a outro previamente mencionado no discurso, o que Neves (2011) denomina *identidade idêntica*. Em (12a), *mesmo* apli-ca-se a *joelho* retomando a propriedade *esquerdo* anteriormente atribuída ao referente *joelho*. Já em (11b), *mesma*, ao associar-se ao substantivo *pena*, estabelece a identidade desse referente com o atributo *dois anos de prisão* anteriormente evocado; e *mesmos*, quando junto a *crimes*, recupera o atributo já evocado anterior-mente (o de *abuso de funções, violação da legalidade orçamental e pagamentos indevidos*).

Em todos esses casos, *mesm-* opera na recuperação de um atributo a ser associado à nova evocação de um referente; em (11a), por exemplo, *mesmo*, ao aplicar-se ao referente *joelho* em o *mesmo joelho*, retoma especificamente o atributo *esquerdo*, um atributo anteriormente evocado e já atribuído ao referente *joelho* em o *joelho esquerdo*. Trata-se, portanto, de uma estratégia prag-mática de especificação da identidade de um referente, em que *mesm-* retoma/recupera atributos e/ou propriedades já evocados para os referentes ali em circulação.

Em (12), estão dispostas as representações desses sintagmas em termos de formulação interpessoal e representacional. Em termos interpessoais, todo o sintagma corresponde a um Subato Referencial nucleado por dois Subatos Atributivos: (T_j), relativo ao substantivo, e (T_i), de núcleo vazio, tratando-se do atributo que se

retoma por meio de *mesm-*. *Mesm-* corresponde, então, a um operador lexical anafórico de identidade idêntica (AnId) com escopo sobre esse segundo Subato Atributivo. Diferentemente dos artigos (in)definidos, não se trata de operador de identificabilidade, mas de operador lexical que explicita a relação de identidade entre referentes, identidade essa sustentada no compartilhamento de um mesmo atributo. Já em termos representacionais, o Subato Atributivo de núcleo vazio corresponde a uma variável lexicalmente preenchida com a propriedade previamente designada.

- (12) a [o mesmo joelho] NI: (+id, +s R_i: [(AnId T_j) (T_k: -joelho- (T_k)) (R_i))
NR: (x_j: [(f_j: joelho_N (f_j): (f_i: **-esquerdo-** (f_i))] (x_j))
- b [a mesma pena] NI: (+id, +s R_i: [(AnId T_j) (T_k: -pena- (T_k)) (R_i))
NR: (e_j: [(f_j: pena_N (f_j): (f_i: **-dois anos de prisão-** (f_i))] (e_j))
- c [os mesmos crimes] NI: (+id, +s R_i: [(AnId T_j) (T_k: -crime- (T_k)) (R_i))
NR: (x_j: [(f_j: crimes_N (f_j): (f_i: **-abuso de funções, violação de a legalidade orçamental e pagamentos indevidos-** (f_i))] (x_j))

Keizer (2007) propõe um novo tipo de primitivo da formulação, os operadores lexicais, buscando amenizar a dicotomia entre léxico e gramática no modelo. Os operadores lexicais são constituintes linguísticos que atuam funcionalmente de maneira similar aos operadores, especificando valores semântico-pragmáticos às camadas interpessoais e/ou representacionais; categorialmente, porém, possuem uma natureza intermediária, mais lexical do que propriamente gramatical. Enquanto proforma

adjetival, *mesm-* é um constituinte informacionalmente vazio que opera sobre a identidade de um referente, propriedades características de um operador; porém, como se demonstrará a seguir, mantém propriedades nominais, próprias de um item lexical. Conjugando tais questões, opta-se, aqui, por tratar *mesm-* proforma adjetival como operador lexical.

No Nível Morfossintático, conforme representação em (13), *mesm-* não ocupa a posição de núcleo do Sintagma Nominal (Np), mas ocorre adjacente ao substantivo, em posição típica de modificador adjetival. Por isso, é analisado como proadjetivo, isto é, como Palavra Adjetival Gramatical que integra a estrutura interna do Sintagma Nominal (Np).⁶ Nessa condição, submete-se às regras de concordância, flexionando-se em gênero e número de acordo com o substantivo núcleo: *mesmo* (masculino singular) com *joelho*; *mesma* (feminino singular) com *pena*; *mesmos* (masculino plural) com *crimes*.

- (13) a (Np_i: [(Gw_i: -o- (Gw_i)) (GAdjw_j: **mesmo**_{proadj} (GAdjw_j))
(Nw_i: -joelho- (Nw_i))] (Np_i))
- b (Np_i: [(Gw_i: -a- (Gw_i)) (GAdjw_j: **mesma**_{proadj} (GAdjw_j))
(Nw_i: -pena- (Nw_i))] (Np_i))
- c (Np_i: [(Gw_i: -os- (Gw_i)) (GAdjw_j: **mesmos**_{proadj} (GAdjw_j))
(Nw_i: -crimes- (Nw_i))] (Np_i))

Além dos usos anafóricos, identificou-se também emprego de natureza dêitica, como em (14). Nesse caso, a identidade não remete à informação explicitamente mencionada no cotexto, mas a um referente recuperável no contexto situacional compartilhado: o sintagma *o mesmo barco* não retoma um referente

6 Segue-se, aqui, a proposta de Keizer (2011, 2012) quanto ao tratamento de proformas enquanto constituintes de estatuto léxico-gramatical intermediário. Assim como há, então, Palavras Nominiais Gramaticais, há também Palavras Verbais Gramaticais e Palavras Adjetivais Gramaticais, como é o caso de *mesm-* proforma adjetival.

evocado no discurso prévio, mas, na verdade, aponta para um referente presente na situação comunicativa – no caso, para o barco compartilhado entre as pessoas que atravessaram o Atlântico involuntariamente.

- (14) A palavra designa pessoas que atravessaram o Oceano Atlântico involuntariamente **no mesmo barco**. (CdP/ Web/Dialetos: B BR desacato.info)

IL: (+id, +s R_i: [(**DeicId** T_j) (T_k: -barco- (T_k)] (R_i))
ML: (Np_i: [(Gw_i: -o- (Gw_i)) (Gw_j: mesmo_{proadj} (Gw_j)) (Nw_i: -barco- (Nw_i))] (Np_i))

A proposta aqui é tratar casos como (14) de modo bastante semelhante ao uso anafórico da proforma adjetival, ajustando algumas representações para dar lugar ao seu significado dêitico. Assim, no Nível Interpessoal, *mesm-* corresponde a um operador lexical de identidade idêntica dêitica (**DeicId**), com escopo sobre o Subato Atributivo de núcleo vazio. Por se tratar de referência dêitica, não se postula representação específica no Nível Representacional. No Nível Morfossintático, mantém-se a análise como proadjetivo no interior do Sintagma Nominal.

Em suma, como proforma adjetival, *mesm-* demanda um alinhamento multinível para sua representação, o que pode ocorrer em duas vias, conforme representam (15) e (16):

- (1) no Nível Interpessoal, como um operador lexical de identidade idêntica anafórica escopando um Subato Atributivo de núcleo vazio; no Nível Representacional, como uma f-variável preenchida lexicalmente com a propriedade previamente designada; e, no Nível Morfossintático, como um proadjetivo dentro de um Sintagma Nominal (15);
- (2) no Nível Interpessoal, como um operador lexical de identidade idêntica dêitica escopando um Subato Atributivo de núcleo vazio; e, no Nível Morfossintático, como um proadjetivo dentro de um Sintagma Nominal (16).

- (15) NI: (+id, +s R_i: [(AnId T_i) (T_j)] (R_i))
 NR: (α_j: [(f_j: ♦_N (f_j): (f_i: ♦ (f_i))] (x_j))
 NM: (Np_i: [(Gw_i: -art.def.- (Gw_i)) (GAdjw_j: mesm-_{proadj} (GAdjw_j)) (Nw_i)] (Np_i))
- (16) NI: (+id, +s R_i: [(DeicId T_i) (T_j)] (R_i))
 NR: -
 NM: (Np_i: [(Gw_i: -art.def.- (Gw_i)) (GAdjw_j: mesm-_{proadj} (GAdjw_j)) (Nw_i)] (Np_i))

Mesmo como operador enfático

Em (17), observam-se ocorrências de *mesmo* em que não se atesta qualquer estratégia de referenciação anafórica, constituindo-se, na verdade, um recurso pragmaticamente empregado pelo falante para enfatizar partes de uma mensagem e realçar uma informação considerada central no contexto comunicativo. Trata-se, assim, de um mecanismo linguístico de saliência comunicativa, com a qual o falante, ao destacar determinado conteúdo informativo, orienta a atenção do ouvinte para ele. Na GDF, esse tipo de ação comunicativa é captura, no Nível Interpessoal, em termos de *ênfase*, uma operação pragmática de saliência e de intensificação que pode ser aplicada a diversas camadas interpessoais por meio de modificadores e/ou de operadores.

- (17) a **o fato é que eu gosto mesmo de verão**, não vou negar!
 (CdP/NOW: 180graus.com)
 NI: (π_{EmpCom} T_i: -gostar- (T_i))
 NM: (Vp_i: [(Vw_i: -gosto- (Vw_i)) (Gw_i: mesmo_{Part} (Gw_i))] (Vp_i))

- b Nossa.. Falar sobre amigos é difícil.. **Difícil mesmo..** (CdP/Gênero&Histórico: 19Or:Br:Intrv:Web)

IL: ($\pi_{\text{EmpCom}} T_i$: -difícil- (T_i))

NM: (Adj_i : [(Adj_i : -difícil- (Adj_i)) (Gw_i : mesmo-
 Part (Gw_i))] (Adj_i))

Enquanto, em (17a), *mesmo* opera junto ao verbo, reforçando a evocação da propriedade *gostar*, em (17b) *mesmo* atua sobre o adjetivo *difícil*, numa tentativa de salientar e/ou reiterar o atributo ali evocado. Em ambos os casos, *mesmo* escopa o Subato Atributivo, seja um verbo (17a), seja um adjetivo (17b). À saliência efetivada pelo uso de *mesmo*, agrega-se um componente afetivo, algum tipo de envolvimento emocional especial por parte do falante (Kohler, 2006): nota-se, em ambas as ocorrências, que *mesmo*, ao escopar o Subato Atributivo, está reforçando o compromisso do falante com a evocação da propriedade, ou melhor, o falante faz uso de *mesmo* com o intuito de demonstrar e garantir ao ouvinte seu comprometimento com a evocação do atributo ali veiculado. Esse uso é descrito como *operador de compromisso enfático* (EmpCom), com escopo sobre o Subato Atributivo.

Como *EmpCom*, *mesmo* não fornece nenhuma informação descritiva adicional sobre uma propriedade (como fazem os advérbios de modo, por exemplo); *mesmo* corresponde a uma estratégia pragmática empregada pela falante com o intuito de reforçar, propriamente, a propriedade evocada pelo Subato Atributivo, sinalizando, assim, que o falante está enfaticamente comprometido com essa evocação.

No Nível Morfossintático, *mesmo* corresponde a uma Partícula Gramatical, refletindo seu estatuto de operador interpessoal. Sua posição é sistematicamente pós-nuclear, ocupando a posição final (P^F) do sintagma que integra, que pode ser um Sintagma Verbal (V_p) ou um Sintagma Adjetival (Adj_p). Em (18), estão dispostas

representações mais genéricas de *mesmo* enquanto operador de compromisso enfático.

(18) IL: $(\pi_{\text{EmpCom}} T_1)$

ML: $(Xp_i: [(Xw_i) (Gw_i: \text{mesmo}_{\text{Part}} (Gw_i))] (Xp_i))$, em que $X = V$
ou Adj

Mesmo como partícula restritiva

Em (19), *mesmo* atua sobre a construção de um referente de um modo restritivo, isto é, *mesmo* restringe a referenciação ali evocada, delimitando, a partir de um conjunto de referentes possíveis e pressupostos, aquele referente que se considera adequado para seus objetivos comunicativos. Trata-se, então, de uma estratégia pragmática com que o falante modela sua mensagem ao limitar e reduzir a abrangência referencial de sua mensagem.

- (19) a o que mais agitou as coisas foi **a comida apimentada mesmo** (Cdp/Web/Dialeto: 11sao3.blogspot.com)
 NI: $(+id, +s R_i: [(T_i: \text{comida } (T_i)) (T_j: \text{apimentada } (T_j))] (R_i)_{\text{ContRest}})$
 NM: $(Np_i: [(Gw_i: a (Gw_i)) (Nw_i: -comida- (Nw_i)) (Adjw_i: -apimentada- (Adjw_i)) (Gw_j: \text{mesmo}_{\text{Part}} (Gw_j))] (Np_i))$
- b Divirta-se. Seja **você mesmo**. (Cdp/NOW: 19-01-08 BR UOL)
 NI: $(+id R_i: [-S, +A] (R_i)_{\text{ContRest}})$
 NM: $(Np_i: [(GNw_i: -você- (GNw_i)) (Gw_j: \text{mesmo}_{\text{Part}} (Gw_j))] (Np_i))$
- c **Hoje mesmo** precisava resolver tudo (CdP/Histórico/Gênero: 19:Fic:Br:Castilho:Avulsos)
 NI: $(R_i: (T_i: \text{hoje } (T_i)) (R_i)_{\text{ContRest}})$
 NM: $(Advp_i: [(Advw_i: \text{hoje } (Advw_i)) (Gw_j: \text{mesmo}_{\text{Part}} (Gw_j))] (Np_i))$

Em (19), *mesmo*, de acordo com Neves (2011, p. 492), funciona como um marcador de reforço de identidade, destacando o

referente evocado e isolando-o de outras possibilidades. Em (19a), foi *a comida apimentada*, e não qualquer outra, que *agitou as coisas*; em (19b), o conselho exorta o interlocutor (*você*) a se comportar como ele próprio, e não como outra pessoa; em (19c), por fim, *mesmo* é utilizado a fim de precisar o prazo para *se resolver tudo: hoje*, e não outro dia. Assim, *mesmo*, em (19), reforça o Subato Referencial evocado e implica uma seleção contrastiva entre alternativas contextualmente disponíveis, ou melhor, *mesmo* destaca um referente e restringe a evocação a ele, implicando a filtragem desse referente entre outros presumíveis a partir do co(n)texto.

Segundo Dik (1997), *mesmo* corresponde a uma partícula que assinala a função pragmática Foco Restritivo: o falante presume que, naquele contexto comunicativo, o ouvinte dispõe de um conjunto de referentes armazenados em sua informação pragmática e que podem ser ali acionados; com o uso de *mesmo*, o falante sinaliza ao ouvinte que se deve circunscrever a um referente específico a partir desse conjunto. Por essas propriedades, não é difícil entender que *mesmo*, em (19), figura como primitivo interpessoal, especificamente como um marcador de função pragmática. Inspirado por Dik (1997, p. 332) e por Pezatti (2014), *mesmo*, em (19), pode ser visto como um marcador da função pragmática Contraste.

Pezatti (2014) correlaciona a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008) com a visão de Dik (1997), distinguindo três tipos diferentes de Contraste: Contraste Expansivo, o qual sinaliza a adição de alguma informação a outra que pode ser presumida ou já mencionada; Contraste Restritivo, que restringe um conjunto de itens pressupostos àqueles que o Falante considera apropriados; e Contraste Seletivo, que seleciona uma informação correta de uma lista de possibilidades. Seguindo essa proposta, toma-se *mesmo*, em (19), como partícula que assinala a função pragmática Contraste Restritivo (ContRest), com escopo sobre o Subato Referencial.

No Nível Morfossintático, assim como ocorre com *mesmo* operador enfático, *mesmo* restritivo corresponde a uma Partícula Gramatical, refletindo seu estatuto de função pragmática. Sua posição é sistematicamente pós-nuclear, ocupando a posição final (P^F) do Sintagma Nominal, como em (19a-b), ou do Sintagma Adverbial, como em (19c). Em (20), estão dispostas representações genéricas de *mesmo* enquanto partícula restritiva.

(20) IL: (R_I)_{ContRest}

ML: (Xp_i: [(Xw_i) (Gw_i: mesmo_{Part} (Gw_i))] (Xp_i)), em que X = N ou Adv

Mesmo como partícula expansiva

Nas ocorrências em (21), *mesmo* materializa linguisticamente uma ação comunicativa do falante em demonstrar a seu(s) ouvinte(s) a necessidade de expansão de sua (do ouvinte) informação pragmática, ou melhor, *mesmo* salienta uma determinada informação da mensagem de modo que seja encarada pelo(s) ouvinte(s) como um acréscimo informacional a partir do que se registrou anteriormente.

- (21) a ingira bebidas não alcoólicas ou **mesmo água** entre os drinks (007blog.net)

NI: (R_i: -water- (R_i)_{ExpCont})

NM: (Np_i: [(Gw_i: mesmo_{Part} (Gw_i)) (Nw_i: -agua- (Nw_i))] (Np_i))

- b **mesmo mais jovem**, ele irá integrar a equipe (19-01-01 BR UOL)

NI: (T_i: -jovem- (T_i)_{Cont})

NM: (Adj_p_i: [(Gw_i: mesmo_{Part} (Gw_i)) (Adv_w_i: mais (Adv_w_i)) (Adj_w_i: -jovem- (Adj_w_i))] (Vp_i))

- c o agressor a arrasta para dentro do elevador e, **mesmo bebendo cerveja**, desfere golpes contra ela (19-01-01 BR Metrôpoles)

NI: $(C_i: \text{-bebendo cerveja- } (C_l)_{\text{Cont}})$

NM: $(Cl_i: [(Gw_i: \text{mesmo}_{\text{part}}(Gw_i)) (Vw_i: \text{-bebendo- } (Vw_i)) (Nw_i: \text{-cerveja- } (Nw_i))]) (Cl_i))$

Em (21a), *mesmo* é utilizado pelo falante para sinalizar ao ouvinte que ele (o ouvinte) deve considerar beber *água*, além de *bebidas não alcoólicas*, enquanto consome *bebidas alcoólicas*. Em (21b), por outro lado, *mesmo* adiciona a propriedade de ser *mais jovem* ao considerar o conteúdo comunicado de que ele se juntará à equipe. Em (21c), finalmente, *mesmo* sinaliza ao ouvinte que se deve considerar o fato de que *o agressor estava bebendo cerveja enquanto agredia a garota*. Essa estratégia pragmática impacta a articulação informacional da mensagem ao indicar ao ouvinte que uma nova informação deve ser adicionada ou incluída à sua informação pragmática.

Em meio ao jogo interacional, *mesmo*, em (21), figura como recurso pragmaticamente empregado pelo falante para modelar sua mensagem tendo em vista suas expectativas quanto ao conhecimento pragmático de seu(s) ouvinte(s). No caso, o falante presume que o ouvinte tem conhecimento de um conjunto de informações, porém não está totalmente completo/adequado. O falante julga, então, ter ciência de um tipo de informação que é relevante ser acrescida à informação pragmática do ouvinte. *Mesmo*, então, coloca sob seu escopo diferentes unidades informacionais que o falante julga relevante para expandir o conhecimento do ouvinte. Trata-se do que Dik (1997, p. 332) denomina de Foco Expansivo, e, com base na tipologia de Pezatti (2014), este trabalho argumenta que *mesmo*, em (21), corresponde, no Nível Interpessoal, a um marcador da função pragmática de Contraste Expansivo (ContExp), com diferentes escopos: o Subato Referencial, como

em (21a), o Subato Atributivo, como em (21b), ou o Conteúdo Comunicado, como em (21c).

No Nível Morfossintático, *mesmo* corresponde a uma Palavra Gramatical (Gw), uma Partícula, podendo ser codificado no interior de três padrões morfossintáticos, a depender de seu escopo interpessoal: quando escopa o Subato Referencial, mesmo se aloca na posição inicial (P^I) de um Sintagma Nominal (21a); ao escopar o Subato Atributivo, assume a posição inicial de um Sintagma Adjetivo (21b); e, por fim, com o escopo sobre o Conteúdo Comunicado, toma a posição inicial da Oração (21c).

Em suma, *mesmo*, na condição de partícula expansiva, corresponde, como se pode ver na representação em (22), a um marcador de função pragmática Contraste Expansivo (ContExp), atribuída a Subatos Referenciais (R), a Subatos Atributivos (T) e a Conteúdos Comunicados (C). No Nível Morfossintático, é codificado como Partícula Gramatical no interior do Sintagma Nominal (Np), se seu escopo é o Subato Referencial, ou do Sintagma Adjetivo, se seu escopo é o Subato Atributivo, ou da Oração, se seu escopo é o Conteúdo Comunicado.

(22) NI: (α)_{ContExp}, em que α = R ou T ou C

NM: (X: [(Gw: mesmo_{Part} (Gw) ...] (X)), em que X = Np ou Adj ou Cl

Considerações finais

A partir das análises aqui apresentadas, pode-se visualizar que quatro aspectos fundamentais da arquitetura do modelo da GDF permitem a proposição de uma abordagem alternativa em torno à multifuncionalidade de *mesmo* no português: em termos de formulação, as relações de escopo e os tipos de primitivo são questões importantes para se precisar a natureza semântico-pragmática de cada uso do item; já em termos de codificação

morfossintática, o tipo de Palavra, os padrões morfossintáticos e a ordem são reflexos formais que evidenciam e reforçam a distinção de cada um de seus usos.

Articulando propriedades da formulação e propriedades da codificação, as análises resultam na multifuncionalidade apresentada no Quadro 1, em que os cinco usos de *mesmo* são distinguidos, com cinco diferentes representações interpessoais (e, às vezes, representacionais), todas alinhadas a distinções morfosintáticas adequadamente representadas.

Quadro 1 – Multifuncionalidade de *mesmo* no português

(uso)	(formulação)	(codificação)
proforma nominal	IL: (+id, +s R _G (T _d) (R _d)) RL: (a _r (f _d) (a _i))	(N _p : [(Gw _G -def.art. - (Gw _d)) (GNw _G : mesm _{-nom} (GNw _d))] (N _p))
proforma adjetival	IL: (+id, +s R _G [(ANid T _d) (T _d) (R _d)] RL: (s _r [(f _d *s (f _d) (f _d *s _d) (f _d)] (s _d)) IL: (+id, +s R _G [(DeicId T _d) (T _d) (R _d))	(N _p : [(Gw _G -def.art. - (Gw _d)) (GAdjw _G : mesm _{opessoal} (GAdjw _d))] (Nw _G : -N- (Nw _d))] (N _p))
mesmo operador enfático	(R _{EmpCon} T _d)	(X _p : [(Xw _G) (Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d))] (X _p)), em que X = V ou Adj (X _p : [(Xw _G) (Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d))] (X _p)), em que X = N ou Adv
partícula restritiva	(R _d)C _{rest} rest	(X _p : [(Xw _G) (Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d))] (X _p)), em que X = N ou Adv
partícula expansiva	(T _d)C _{rest} exp (R _d)C _{rest} exp (C _d)C _{rest} exp	(Adj _p : [(Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d)) (Adj _{int} : -Adj- (Adj _w))] (Adj _p)) (N _p : [(Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d)) (Nw _G : -N- (Nw _d))] (N _p)) (Cl _G : [(Gw _G : mesm _{opar} (Gw _d)) ...] (Cl _d))

Fonte: Elaboração própria.

Revisiting the multifunctionality of *mesmo* in Portuguese

ABSTRACT: following Functional Discourse Grammar principles (Hengeveld & Mackenzie, 2008), this paper aims at characterizing the multifunctionality of *mesmo* in contemporary Portuguese. Based on data taken from *Corpus do Português* (Davies & Ferreira, 2006), this investigation describes different uses of *mesmo* in Portuguese by mapping their functional and formal properties. As results, *mesmo* is analyzed as an interpersonal primitive with five different uses, depending on its scope, pragmatic meaning, and morphosyntactic features: (i) nominal proform, (ii) adjectival proform, (iii) emphatic operator, (iv) restrictive particle and (v) expansive particle.

KEYWORDS: multifunctionality; *mesmo*; Functional Discourse Grammar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Neide Correia Santanna de. *O item linguístico mesmo: confrontando usos e funções no português do Brasil*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística e ensino. Área de Concentração: Gramática do Uso) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s–1900s*. 2006. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KEIZER, Evelien. English proforms: an alternative account. *English language and Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 303-334, 2011.

KEIZER, Evelien. English proforms in Functional Discourse Grammar. *Language Sciences*, v. 34, p. 400-420, 2012.

KEIZER, Evelien. The *lexical-grammatical dichotomy* in Functional Discourse Grammar. *ALFA*, v. 51, n. 2, p. 35-56, 2007.

KÖHLER, Klaus J. What is emphasis and how is it coded? In: PROCEEDINGS OF 3RD INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPEECH PROSODY. 3. 2006. Dresden. p. 748-751.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PEREIRA, Ivelã. *Mesmo: a multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico*. 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, SC, 2013.

PEREIRA, Ivelã; GÖRSKI, Edair. A multifuncionalidade do item “mesmo” e sua(s) possível(is) trajetória(s) de gramaticalização. *Guavira Letras*, Três Lagoas, n. 22, p. 31-47, 2016.

PERES, Ana Carolina Teixeira. *O uso de ‘mesmo’ em cartas do português brasileiro dos séculos XVIII, XIX e XX*. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020.

PEZATTI, Erotilde G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PEZATTI, Erotilde G.; PERES, Ana Carolina Teixeira. Multifuncionalidade de ‘mesmo’: relação entre função e ordenação morfosintática. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 27, p. 146-179, 2022.

PEZATTI, Erotilde G.; PERES, Ana Carolina Teixeira. Os vários usos de ‘mesmo’ no português brasileiro dos séculos XVIII, XIX e XX. *Revista do GEL*, v. 19, p. 249-271, 2023.

MARCADORES PRAGMÁTICOS EPISTÊMICOS A PARTIR DE *ENTENDER* NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO DO BRASIL

Mariangela Rios de Oliveira¹

Ana Luiza Costa Boechat²

RESUMO: neste artigo, objetivamos levantar, descrever e fazer uma análise qualitativa dos marcadores pragmáticos epistêmicos (MPE), nos termos de Traugott (2021, 2022), convencionalizados como construção gramatical a partir da base verbal *entender*. A pesquisa foi feita com base em 427 fragmentos coletados em três bancos de dados do português contemporâneo do Brasil – NURC, D&G e rede social X – com base em pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), tal como apresentada no Brasil por Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Rosário e Oliveira (2016), Rosário (2022). Os resultados apontam que os MPE pesquisados nos três *corpora* referidos: a) têm como *type* mais produtivo [(en)tendeu(?)]; b) tendem a ocupar precipuamente a posição final, subsequente à declaração que escopam; c) são mais produtivos na instanciação de sequências tipológicas argumentativas, numa tendência coerente com a função pragmática epistêmica que assumem.

PALAVRAS-CHAVE: marcador pragmático epistêmico; verbo *entender*; português brasileiro; Funcionalismo; construção gramatical.

Introdução

Neste artigo, levantamos, descrevemos e analisamos um grupo específico de marcadores pragmáticos (doravante MP), nos

1 Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Mestranda na Universidade Federal Fluminense (UFF).

termos de Traugott (2021, 2022), constituído por construções convencionalizadas em torno da base verbal epistêmica *entender*, conforme classificação de Scheibman (2000). Trata-se de construções gramaticais (Goldberg 1995, 2006), ou seja, de pareamentos convencionalizados de forma e conteúdo procedural do tipo [(en)tendeu(?)]³, [(en)tende(?)], [tá entendendo] e [entendeste(?)], que, atuando no nível pragmático-discursivo, são responsáveis pela veiculação de sentidos ligados ao conhecimento, à crença ou à avaliação do que é negociado pelos interlocutores no ato interativo, na função de marcadores pragmáticos epistêmicos (doravante MPE).

Partimos da hipótese de que tais construções são produtivas no português contemporâneo do Brasil, notadamente em contextos menos monitorados e mais informais, na articulação de inferências que convidam ao partilhamento de determinados consensos, tal como defendido por Traugott e Dasher (2002). Assumimos também que as construções MPE pesquisadas têm produtividade diversa em termos formais e funcionais, tendendo a se situar após a declaração que escopam, instanciadas em sequências de viés opinativo, uma vez que visam à confirmação do que é declarado pelo locutor.

Estamos nos referindo a constituintes instanciados como *construtos*⁴ como os destacados nos fragmentos a seguir:

- (1) as cores são... padrão... é: verde... tons terras... o padrão é tons terras... então é... castor... um tom de... caramelo... castor... bege... tudo assim... o piso... os estofados... **entende?** tudo nesse tipo assim... nada de: preto...

3 Conforme a codificação construcional, apresentamos os MPE entre colchetes, na ratificação do pareamento forma x função que caracteriza esse tipo de anotação, e usamos os parênteses na referência a componentes opcionais no pareamento.

4 Termo adotado para as efetivas instâncias de uso de uma construção.

branco só a parede... mas agora pra um tom de gelo... tudo bem cores assim suaves... [...] (D&G⁵).

- (2) E aí eu vou dar os meus palpites na planta. Eu gostaria demais, por exemplo, se eu fizesse uma casa pra mim, eu queria uma casa que tivesse um jardim interno. É o ideal de casa que eu sonho, ainda vou fazer pra mim em Petrópolis, vai ser uma casa que tenha um jardim interno e então todos os quartos e as, as salas todas, eh, terão portas pra esse jardim. E na frente um jardim muito pequenininho. Mas a minha casa será feita em volta de um jardim, **entendeu?** Faço o jardim e a casa vai ser em volta. Essa é a casa que ainda vou construir pra mim (NURC⁶).

Nos dados (1) e (2), observamos que os elementos em destaque são instâncias das construções [(en)tende(?)] e [(en)tendeu(?)]. Constatamos que tais elementos exibem invariabilidade estrutural, visto que funcionam como expressões fixas, têm independência sintática, apresentam especificidade prosódica, encontrando-se margeados por pausa, que, no texto escrito ou transcrito, se manifesta por sinais de pontuação, como ponto (final, exclamativo, interrogativo), vírgula, reticências. Esses elementos atuam no relacionamento de um enunciado à situação do discurso em ambos os fragmentos, na busca de adesão por parte do interlocutor ao que é veiculado pelo locutor: em (1), a consulta a uma paleta de cores; em (2), o projeto da casa perfeita para o locutor.

Em nossa análise, adotamos os fundamentos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), tal como apresentada em Rosário (2022), Rosário e Oliveira (2016) e em nível internacional em Traugott e Trousdale (2013). A LFCU alia aos pressupostos clássicos do Funcionalismo de vertente norte-americana a abordagem construcional da gramática, conforme Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001). Em termos metodológicos, investigamos bancos de dados do português contemporâneo

5 Banco de dados disponível em <https://deg.uff.br/corpus-dg/>

6 Banco de dados disponível em <https://nurcrj.letras.ufrj.br/>

disponíveis em meio eletrônico, adotando o método misto (Lacerda, 2016), na compatibilização da análise sob viés qualitativo e quantitativo.

Além desta seção inicial de introdução, o artigo se desdobra em mais quatro seções. Na primeira, apresentamos a classe dos MP, com foco no subgrupo funcional epistêmico, conforme proposto por Traugott (2021, 2022). A segunda seção é dedicada à exposição da base teórica da LFCU e da metodologia que sustenta nossa pesquisa. Na sequência, procedemos à análise de dados com base nos fatores selecionados. Por fim, tecemos nossas considerações finais, no destaque de nossos objetos de pesquisa como padrões construcionais voltados para a marcação pragmático-epistêmica do português contemporâneo do Brasil e fazemos menção a desdobramentos da investigação nessa linha.

Objetos de pesquisa

O conjunto de dados sob investigação pertence à classe dos MP, uma categoria “guarda-chuva”, assim qualificada por Traugott (2021, 2022), por ser ampla e diversa em termos formais, cujo papel é **orientar ou monitorar a interpretação do discurso entre os interlocutores. Segundo a autora, trata-se de um grupo de constituintes** multifuncionais, (inter)subjetivos e demarcados prosodicamente, detentor de relativa mobilidade, estrutura mais enxuta, no formato de uma ou duas subpartes, com função procedural, desprovida de valor de verdade e com atuação fora do eixo sintático estrito.

De acordo com Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011), os MP integram o plano *tético* da língua, ou seja, têm atuação fora do nível sintático, sem constituir parte da gramática sentencial. Assim, os téticos incluem elementos do nível pragmático-discursivo, como operadores textuais, vocativos, apostos, parênteses e os MP. Conforme os autores, os usos linguísticos distribuem-se

em constituintes da gramática sentencial e da gramática tética, ambas responsáveis pelas formas de dizer das comunidades linguísticas.

Traugott (2021, 2022) distribui os MP em três subfunções: a) as sociais (MPS), responsáveis pelo estabelecimento de contato interativo, como saudações ou convites, como [bem], [bora], [vem cá] etc.; b) as epistêmicas (MPE), que moderam o valor de verdade do que é veiculado, como [tá entendendo?], [sei lá], [sabe?] etc.; c) as estruturantes do discurso (MPED), mediadoras de relações entre o que se declara inicialmente (D1) e posteriormente (D2), como [a propósito], [com isso], [portanto] etc.

Na descrição do português contemporâneo do Brasil, no contexto do Projeto NURC⁷, Risso, Silva e Urbano (2015, p. 453) classificam os MPE aqui pesquisados como marcadores discursivos do tipo *basicamente interacional*. Segundo os autores, trata-se de constituintes que atuam fundamentalmente como “orientadores da interação”, distribuídos em oito subgrupos, um dos quais integrado pelos MPE sob nossa análise. Na caracterização desses constituintes, são destacadas três propriedades: desbotamento semântico da base verbal, com abstratização do sentido mais pleno de *entender*, demarcação prosódica, acompanhada de desvinculação da sintaxe oracional, e erosão estrutural, com formas de até três sílabas em sua grande maioria. Para Risso, Silva e Urbano (2015, p. 467), esses MPE, além da fonte verbal partilhada, têm em comum uma função fática de natureza interrogativa, como podemos constatar nos exemplos (1) e (2) já apresentados.

Oliveira (2025), no quadro a seguir, sintetiza para o português, a título de ilustração, a proposta de classificação tripartite elaborada por Traugott (2021, 2022) para o inglês:

7 Projeto Norma Urbana Culta, cuja caracterização está disponível em: urc.fflch.usp.br/o-nurc-brasil-origens. Acesso em: 20 abr. 2026.

Quadro 1 – Taxonomia dos MP do português



Fonte: Oliveira, 2025, p. 25.

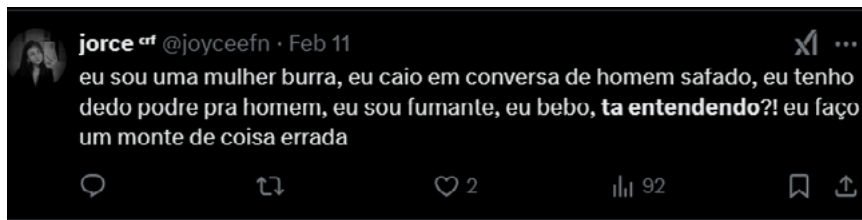
No Quadro 1, o grupo que nos interessa é aquele em posição intermediária, indicador da subclasse dos MPE e formado pela base verbal *entender*, na combinação de duas funções: conexão de porções discursivas e orientação ou moderação da posição epistêmica dos interlocutores. Na pesquisa que empreendemos em dicionários impressos e eletrônicos do português (Caldas Aulete, 2014; Cunha, 1986; Michaelis⁸ e Priberam⁹), a acepção de *entender* como *compreender* e *perceber* foi a mais frequente, além de outras mais esporádicas, como *ter experiência*, *inferir*, *deduzir*, *concluir*, *interpretar*, *crer* e *ouvir*. Tais acepções ratificam o traço cognitivo de *entender*, como atestado por Scheibman (2000), no destaque de uma característica que concorre precipuamente para a convencionalização dos MPE aqui pesquisados, como ilustramos a seguir:

- (3) Que que eu tinha nesse apartamento pequeno? Eu tinha só os livros no chão, empilhados, uma cama Dragoflex, daquela de abrir e fechar. Uma muda de roupa de cama, ah, um cabo... um armário, **está entendendo**, uma vassoura, um fogão e uma geladeira pequeninha que eu aluguei. Só. Ah, uma vitrola, uma vitrola Philips. Só isso (NURC).

8 Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/>

9 Disponível em <https://dicionario.priberam.org/>

(4) Figura 1 – Dado de uso 1



Fonte: Jorce crf (@joyceen), 11 fev. 2025.

Em (3), o informante do NURC responde à pergunta do documentador acerca do que havia em seu pequeno apartamento; para tanto, o locutor vai enumerando itens desse espaço e, em meio à listagem, instancia o MPE [está entendendo] como artifício de confirmação da orientação descritiva que faz a seu entrevistador, na demonstração de que se trata de um ambiente simples e despojado.

Já em (4), num dado extraído da rede social X, a internauta também elabora uma sequência descritiva, agora voltada para seu estado interior, num depoimento marcado pela autoavaliação de seu perfil feminino. O tom reiterativo da primeira pessoa do singular (*eu sou, eu caio, eu bebo, eu faço*), acompanhado de traços de uma certa fraqueza emocional, é ratificado pelo construto *tá entendendo?* seguido também por ponto de exclamação, como se pedisse confirmação ao interlocutor do que diz acerca de si mesma.

Fundamentos teórico-metodológicos

A base teórica que sustenta nossa análise tem seus fundamentos na LFCU, como apresentada no Brasil por Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Rosário e Oliveira (2016), Rosário (2022). De acordo com essa perspectiva, os usos linguísticos são motivados, ao menos, por três tipos de pressão, conforme

postulam Martelotta e Alonso (2012): 1) as estruturais, relativas aos padrões convencionalizados da gramática; 2) as cognitivas, atinentes aos processos de domínio geral (Bybee, 2010) que impactam a linguagem, como categorização, *chunking* e analogização; 3) as pragmático-discursivas, referentes aos fatores que moldam a cena comunicativa em termos extralinguísticos (espaço, tempo, perfil dos usuários etc.) e intralinguísticos (gênero discursivo, sequência tipológica, modalidade, formalidade etc.).

Em conformidade com a perspectiva construcional assumida pela LFCU, a língua é considerada como *constructicon*, ou seja, como rede ou inventário estruturado, hierarquizado e inter-relacionado de construções. Essas, por sua vez, são definidas como pares vinculados de forma e conteúdo, em níveis de composicionalidade gradientes, como ilustrado na Figura 2:

Figura 2 – Representação da construção

$$[[\text{Forma}]] \leftrightarrow [[\text{Conteúdo}]]$$

Fonte: Traugott e Trousdale, 2013, p. 8.

Na codificação proposta por Traugott e Trousdale (2013), como podemos observar, a seta bidirecional indica a vinculação simbólica entre o formato e o conteúdo da construção, enquanto os colchetes sinalizam que se trata de um pareamento convencionalizado basicamente via frequência de uso na comunidade linguística. Nesse sentido, com base na proposta de Bybee (2003), os MPE aqui pesquisados são tomados como construções, como *types* do português, enquanto as instâncias de uso efetivo são tratadas como construtos, como *tokens* empiricamente atestados nas interações.

Com base nos fatores e dimensões construcionais propostos por Traugott e Trousdale (2013), podemos classificar as construções MPE aqui pesquisadas. Assim, em relação aos fatores, assumimos que se trata de microconstruções, em outros termos, de

types totalmente especificados em suas subpartes, providos de baixa composicionalidade, uma vez que há abstratização do verbo cognitivo *entender*, e de produtividade condicionada a fatores de ordem pragmático-discursiva, como registro, modalidade, sequência tipológica e gênero discursivo, por exemplo. Em relação à dimensão, assumimos as construções MPE como pareamentos gramaticais ou procedurais, de pequeno formato, podendo ser constituídas de uma só parte, como [(en)tende(?)], ou de duas subpartes, como [tá entendendo?].

Com base em Diewald (2020), assumimos nossos objetos de pesquisa como membros da *hiperconstrução* MP do português. De acordo com a autora, consideramos que os MP integram um “conjunto formado por membros que partilham uma função maior comum e que, de outra parte, apresentam traços funcionais específicos, uma vez que são componentes particulares desse conjunto” (Oliveira, 2025, p. 21). A partir de tal proposta, Diewald (2020) incorpora e destaca a concepção paradigmática na descrição e na análise construcional, preenchendo uma aparente lacuna nesse campo investigativo.

Em termos metodológicos, investigamos contextos de uso linguístico efetivo na sincronia atual do português do Brasil, em consonância com o viés empirista da LFCU. Levantamos um total de 427 dados em três *corpora* do português contemporâneo. Do conjunto de membros da hiperconstrução MP do português, elegemos para pesquisa três microconstruções MPE, por conta da produtividade maior em que são instanciadas: [(en)tendeu(?)], [(en)tende(?)] e [tá entendendo?]. Registramos ainda uma instancição de [entendeste(?)], usada no Corpus D&G da cidade gaúcha do Rio Grande. Os elementos entre parênteses representam opcionalidade de instancição, configurando possível caso de erosão formal, na aférese da sílaba inicial de *entendeu/entende* ou ainda a possibilidade de prosódia interrogativa na parte final da construção.

O primeiro *corpus* pertence ao Projeto Norma Urbana Culta (NURC) da cidade do Rio de Janeiro, que diz respeito a um acervo de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e 90 do século XX. A pesquisa utiliza as seguintes amostras: D2 (diálogo entre dois informantes), DID (diálogo entre informante e documentador) e EF (elocução formal de aulas, conferências, palestras etc.). Os 86 dados gerais levantados do NURC se encontram assim distribuídos: a) em relação aos inquéritos D2, foram pesquisadas oito entrevistas, com coleta de 66 dados de instâncias dos MPE pesquisados; b) dos inquéritos DID, selecionamos oito para pesquisa, com levantamento de 13 dados; c) dos inquéritos EF, entre os seis pesquisados, registramos a instância de sete MPE.

O segundo banco de dados investigado é *Corpus Discurso & Gramática* (D&G), constituído por textos orais e escritos da comunidade estudantil das cidades de Juiz de Fora, Natal, Niterói, Rio de Janeiro e Rio Grande. Essa característica é relevante para nossa pesquisa, devido à maior produtividade de MPE aí encontrada. Nesse *corpus* levantamos 260 dados, o que corresponde a mais da metade de todos os dados coletados.

O terceiro *corpus* é o X¹⁰ (antigo Twitter), uma rede social que funciona como um *microblog*. Nela, os usuários partilham *posts* pessoais por meio de textos de até 280 caracteres. Esses *posts* (também chamados *tweets*) podem incluir linguagem verbal e não verbal ou somente uma delas; para nossa análise, levamos em conta todo o *post* publicado, já que a postagem do usuário pode fazer referência a uma declaração divulgada em outro *tweet*. A decisão por essa rede social levou em conta que “as manifestações de pensamentos, sentimentos, ideias e opiniões se dão de modo mais espontâneo, a linguagem menos monitorada confere maior informalidade à interação [...]” (Fonseca, 2023, p. 84). No X, foram levantadas 81 instâncias dos MPE, todas publicadas no ano de 2025.

10 Disponível em <https://x.com/?lang=pt>

Cabe mencionar que a seleção dos três bancos de dados teve como objetivo reunir instanciações da construção pesquisada em contextos discursivos distintos do português contemporâneo, cobrindo as décadas finais do século XX, com o NURC e o D&G, e o século XXI, com o X. Assim, fomos levados pelo interesse em captar instanciações mais comuns e, de outra parte, mais específicas dos MPE pesquisados em termos de seus contextos de uso.

Acerca dos procedimentos analíticos, realizamos uma investigação mista, de acordo com a proposta de Lacerda (2016), em consonância com os pressupostos da LFCU. Conforme a autora, a pesquisa funcionalista deve assumir dois vieses complementares: por um lado, proceder a uma abordagem qualitativa, com foco nos contextos de uso linguístico e na interpretabilidade de suas propriedades pragmático-discursivas; de outra parte, deve levar em conta critérios quantitativos, com destaque para o nível de produtividade dos referidos usos e do que os índices de frequência *type* e *token* podem indicar em termos da variabilidade e da mudança linguísticas.

Para a análise mista, apresentada na seção seguinte, consideramos: a) o tipo de *corpus* de instanciação e a produtividade das construções MPE pesquisadas (D&G, NURC ou X); b) a ordenação dessas instanciações em relação ao que é declarado (inicial, medial ou final); c) a sequência tipológica da instanciação (argumentativa, descritiva, narrativa, expositiva ou injuntiva), conforme Marcuschi (2001).

Os MPE no PB contemporâneo

Nesta seção, voltamo-nos para os 427 dados sob análise, na detecção de padrões de instanciação dos MPE sob viés quantitativo e qualitativo. Assim, partimos da investigação da produtividade e da interpretação contextual desses dados em termos dos três *corpora* utilizados e, a seguir, observamos a ordenação dos MPE,

considerando, por fim, a sequência tipológica em que os referidos dados ocorrem.

Inicialmente, observamos a frequência com que os quatro padrões construcionais são instanciados, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 – Tipo e produtividade dos MPE

FREQUÊNCIA DO MD	NURC	D&G	X	TOTAL
[(en)tendeu(?)]	48	254	58	360
[(en)tende(?)]	25	2	15	42
[tá entendendo(?)]	13	3	8	24
[entendeste(?)]	0	1	0	1

Fonte: elaboração própria.

Como podemos constatar, o MPE [(en)tendeu(?)] é consideravelmente o mais produtivo nos dados, com registro de 360 instâncias¹¹ entre as 427 levantadas no total. Nos três *corpora*, sua frequência é a maior, com significativa ocorrência no D&G, possivelmente por ser formado por depoimentos de comunidade estudantil, das séries iniciais de ensino até o nível superior, integrado por depoimentos falados e escritos, o que confere maior informalidade e menor monitoramento a esses textos. Interpretamos a produtividade significativa de [(en)tendeu(?)] à sua feição interativa, usado na orientação confirmativa epistêmica no tempo pretérito, visando à adesão do interlocutor, ilustrada no fragmento a seguir, extraído de uma sequência de opinião falada do D&G/RJ:

- (5) apesar dele ser assim meio malucão:.... eu achava que era aquilo era mais do meio onde é que ele... estava vivendo... **entendeu?** porque ele estava convivendo

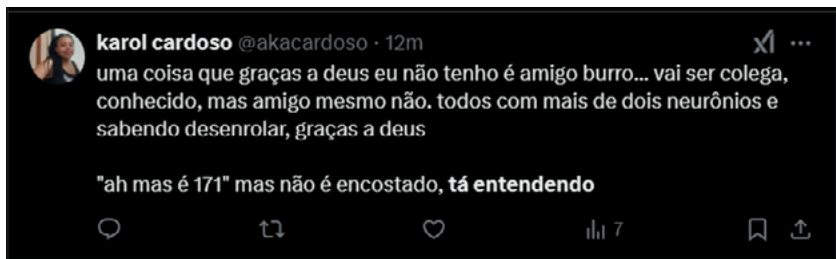
11 Dos 360 dados, 26 são instanciados com erosão da parte inicial, no formato *tendeu?*

com pessoas assim que não... que não prestavam...
(D&G).

Em (5), o locutor comenta acerca de um colega e da vida meio marginal que este levava, atribuindo seu comportamento às pessoas com que “estava vivendo”. Para tanto, instancia [entendeu?] no convite a que seu interlocutor concorde acerca da má influência que o referido colega recebia de seu meio social.

Com relação aos demais MPE, a Tabela 1 aponta que [tá entendendo(?)] registra 24 dados, enquanto [(en)tende(?)] tem 42 instâncias. A tabela também aponta que foi levantado apenas um caso de instanciamento de [entendeste(?)], no D&G da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Ilustramos esses usos nos fragmentos a seguir:

(6) Figura 3 – Dado de uso 2



Fonte: Karol Cardoso (@akacardoso), 30 mar. 2025.

- (7) Ipanema tem um clima... em termo... você disse que () que as pessoas são todas iguais né... uma que não são... mas Ipanema tem um clima... que predispõe sabe... que dá possibilidade à pessoa de se abrir muito mais **entende**... você pode sair vestida de palhaço de lá... que ninguém vai olhar pra você... (NURC).
- (8) cada um com sua opinião... e... comprovei que ele faz isso... como mesmo pra um desafio... pro aluno ir e provar pra ele... “olha... eu venci... **entendeste?**” então... é uma coisa assim... (D&G).

Os fragmentos de (6) a (8) ilustram as demais construções MPE levantadas nos *corpora*. Destacamos o construto *entendeste?*, apresentado em (8), o único construto com essa configuração formal entre os 427 com que trabalhamos. Atribuímos essa ocorrência ao uso regular do pronome *tu*, segunda pessoa do singular, na variedade do português da região Sul do Brasil.

Quanto à ordenação dos dados sob análise, constatamos que a posição final após a declaração escopada é a preferencial, conforme demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Ordenação dos MPE

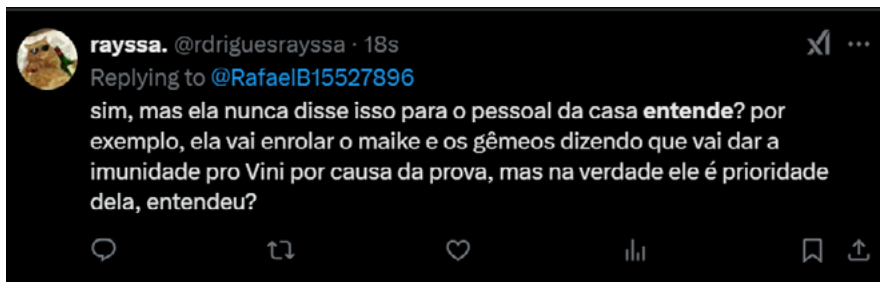
ORDENAÇÃO DO MD	NURC	D&G	X	TOTAL
Inicial	3	3	1	7
Medial	37	63	10	110
Final	46	194	70	310

Fonte: elaboração própria.

Tal como verificamos em relação à produtividade, no caso da ordenação, a tendência é a mesma nos três *corpora*: em 427 dados levantados, a posição final do MPE foi atestada em 310 ocasiões. Consideramos que essa maior frequência tem a ver com a regularidade com que a confirmação epistêmica ocorre após o que é declarado, motivada iconicamente, como em:

- (9) Agora ficar dentro de casa pelo simples fato de ficar dentro de casa, isto eu tenho todo dia. Então, eu vou procurar coisas que não tenha todo dia pra não ficar dentro de casa ou não, pra que eu possa fazer outras coisas, **entende?** (NURC)

(10) Figura 4 – Dado de uso 3



Fonte: Rayssa (@ordiguesrayssa), 14 fev. 2025.

Nos fragmentos (9) e (10), os construtos *entende?* e *entendeu?* se situam após declarações nas quais os locutores expressam sua opinião. Em (9), trata-se de um depoimento muito pessoal, no qual o informante comenta sobre sua situação atual, em que procura fugir da rotina, experimentar novidades e, assim, manter a vida ativa e significativa. Já em (10), numa postagem do X, a internauta veicula sua apreciação acerca do comportamento dos participantes de um *reality show* e, para tanto, usa no mesmo *post entende?* e *entendeu?*, convidando os demais internautas a partilharem sua opinião.

A segunda ordenação mais produtiva é a medial, com cerca de um terço das ocorrências registradas em posição final. Em somente sete dados, dos 427 sob análise, foi verificada a posição inicial.

O terceiro fator investigado é o tipo de sequência tipológica em que o MPE se instancia. Os resultados gerais se encontram na Tabela 3:

Tabela 3 – Sequência tipológica dos MPE

SEQUÊNCIA TIPOLOGICA	NURC	D&G	X	TOTAL
Argumentativa	38	93	45	176
Descritiva	22	65	4	91
Narrativa	6	80	3	89
Expositiva	20	18	24	62
Injuntiva	0	4	5	9

Fonte: elaboração própria.

Tal como constatamos nos demais fatores sob análise, a Tabela 3, nos três *corpora*, aponta a mesma tendência de uso, neste caso, com prevalência de sequências argumentativas na instanciamento dos MPE pesquisados. Conforme Marcuschi (2001), esse tipo de organização textual é marcado por defesa, sustentação ou refutação de um ponto de vista. Segundo o autor, constituintes modalizadores epistêmicos são recrutados para esse formato de articulação discursiva, o que justifica, portanto, ser a argumentação o *locus* preferencial da instanciamento dos MPE pesquisados; trata-se de 176 dados entre os 427 sob análise, como em:

- (11) veja bem... nós falamos aqui a Central... até tem... tem até versos e: samba na Central... mas se NÓS procurarmos também nos jornais... e vimos os acidentes na Europa... de trem... violentíssimos... e quando há mesmo não escapa NEM a alma nem a família do que estava dentro do trem... os que estavam fora nenhum escapa... porque a coisa é séria quando bate lá devido à velocidade... **entendeu?** (NURC).

(12) Figura 5 – Dado de uso 4



Fonte: Cláudia Valéria (@LorozaClaudia), 20 fev. 2025.

Nos dados (11) e (12), os MPE [entendeu?] e [entende?] são instanciados, respectivamente, na defesa do ponto de vista dos locutores, em posição final de sequências argumentativas. No fragmento (11), trazemos o comentário avaliativo de um informante acerca do perigo de acidentes ferroviários e da tragédia que tendem a causar. Para isso, ele compara a Central do Brasil, importante estação férrea do Rio de Janeiro, inclusive cantada em versos, com a periculosidade e a violência dos acidentes ferroviários, principalmente na Europa. Em (12), num *post* que responde a outro internauta, a informante rebate aquele com a declaração inicial “sua avaliação é incorreta”, para, a seguir, apresentar seu ponto de vista acerca da direita no Brasil, particularmente, no que concerne ao MBL¹².

Quanto às demais sequências, os *corpora* tendem a apresentar maior variabilidade. Assim, conforme a Tabela 3, trechos descritivos e narrativos ocupam respectivamente a segunda e a terceira posição, seguidos pelos expositivos e injuntivos, estes com frequência baixa, totalizando somente nove dados.

12 Sigla do *Movimento Brasil Livre*, grupo político de orientação liberal e conservadora, fundado em 2014.

Considerações finais

Nossa pesquisa partiu do levantamento das construções MPE [(en)tendeu(?)], [(en)tende(?)], [tá entendendo] e [entendeste(?)] em três bancos de dados do português contemporâneo do Brasil (NURC, D&G e X). A investigação tomou como base pressupostos da LFCU e adotou metodologia qualiquantitativa, na demonstração de tendências de instanciação das construções pesquisadas.

A primeira dessas tendências é a acentuada produtividade de [(en)tendeu(?)] nos três *corpora* investigados, totalizando mais de 80% dos 427 dados sob análise. Outro padrão verificado nessas três fontes é a ordenação final dos MPE, encerrando o que é declarado, o que consideramos um tipo de ordenação iconicamente motivada, uma vez que a confirmação epistêmica direcionada ao interlocutor é situada após o comentário do locutor, como conteúdo a ser confirmado. Por fim, constatamos que sequências tipológicas argumentativas são o ambiente textual preferido para a instanciação de nossos objetos de pesquisa, o que vai ao encontro da natureza pragmático-discursiva dessas sequências, fundada na orientação ao convencimento de crenças, atitudes ou pontos de vista. De outra parte, em termos das demais sequências tipológicas, houve maior diversidade de frequência nos três *corpora*.

Os resultados aqui apresentados suscitam a continuidade de nossa pesquisa em distintas frentes. Uma delas é a incorporação de novas fontes de dados de uso linguístico, dada a diversidade de gêneros discursivos em circulação na contemporaneidade, inclusive os digitais. Outra frente é a investigação histórica com foco em sincronias pretéritas do português, na detecção de possíveis micropassos de mudança que motivaram a convencionalização dos atuais MPE da língua. Uma terceira via de pesquisa é a ampliação dos MPE sob análise, incorporando padrões construcionais derivados de outras bases verbais cognitivas, como *saber* e *pensar*, por exemplo.

Pragmatic epistemic markers based on *entender* in contemporary Brazilian Portuguese

ABSTRACT: In this article, we aim to identify, describe, and conduct a qualitative and quantitative analysis of epistemic pragmatic markers (EPM), as defined by Traugott (2021, 2022), conventionalized as a grammatical construction derived from the verbal base *entender* ‘to understand’. The study is based on 427 data points collected from three corpora of contemporary Brazilian Portuguese – NURC, D&G and the social network X—and is grounded in the assumptions of Usage-Based Linguistics, as presented in Brazil by Rosário (2022), Rosário and Oliveira (2016), Furtado da Cunha, Bispo, and Silva (2013). The results indicate that the EPM investigated across the three corpora: (a) have [(en)tendeu(?)] as the most productive type; (b) tend to occur predominantly in clause-final position, following the statement over which they take scope; and (c) are more productive in the instantiation of argumentative typological sequences, a trend consistent with the epistemic pragmatic function they assume.

KEYWORDS: pragmatic epistemic marker; verb to understand (*entender*); Brazilian Portuguese; Functionalism; grammatical construction.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (ed.). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.
- BYBEE, Joan. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CALDAS AULETE. *Minidicionário contemporâneo de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- CROFT, William. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DIEWALD, Gabriele. Paradigms lost – paradigms regained: Paradigms as hyper-constructions. In: SOMMERER, Lotte; SMIRNOVA, Elena. (ed.). *Nodes and Networks in Diachronic Construction Grammar*. Amsterdam: Benjamins (CAL 27), 2020. p. 277-315.
- FONSECA, Monique Borges Ramos. *Chega aí e vem cá: uma análise contrastiva e funcional centrada no uso*. 2023. 168 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013. p. 13-40.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions at Work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KALTENBÖCK, Gunther; HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. On thematic grammar. *Studies in Language*, v. 35, n. 4, p. 852-897, 2011.

LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral Cunha. *O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas*. Revista *Linguística*, v. esp., p. 83-10, 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p. 19-36.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, Cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 87-106.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Marcadores pragmáticos no Funcionalismo: da abordagem clássica à construcional. *A cor das letras*, v. 26, n. especial, p. 11-30, 2025.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Giselle Machline de Oliveira; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 371-482.

ROSÁRIO, Ivo da Costa (org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói: EdUFF, 2022.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, v. 2, n. 60, p. 233-259, 2016.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity. In: Bybee, Joan; Hopper, Paul (ed.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. 61-90.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. A constructional perspective on the rise of metatextual discourse markers. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 2, n. 1, p.1-25, 2021.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Discourse Structuring Markers in English: A Historical Constructionalist Perspective on Pragmatics*. Lancaster: John Benjamins Publishing Company, 2022.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A REALIZAÇÃO IDEACIONAL DA CATEGORIA GRAMATICAL SUJEITO À LUZ DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: UM ESTUDO DE CASO BASEADO EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO

Karoline Angelici¹
Magda Bahia Schlee²

RESUMO: este artigo analisa a realização ideacional da categoria gramatical Sujeito em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* em agosto de 2025, ambos centrados em questões relacionadas à Amazônia no contexto da COP30. À luz da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), investiga-se de que modo as escolhas léxico-gramaticais relativas ao Sujeito variam em função do contexto de situação, do gênero editorial e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas. Parte-se da hipótese de que há um *continuum* entre formas de alta especificidade referencial e estratégias de apagamento ou atenuação da responsabilidade semântica pelos processos representados na oração, sobretudo em trechos de maior densidade argumentativa. Ancorada nos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional, particularmente na metafunção ideacional e no sistema de transitividade, a análise evidencia que a configuração léxico-gramatical do Sujeito constitui recurso estratégico de orientação da interpretação do leitor e de gerenciamento discursivo do posicionamento institucional do editorial. Os resultados mostram que as diferentes estruturas léxico-gramaticais de realização do Sujeito contribuem para veicular os papéis de agentividade e responsabilidade em diferentes graus, permitindo ao texto sustentar avaliações e julgamentos com diferentes níveis de comprometimento enunciativo. O estudo demonstra, ainda, a produtividade do aparato teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional para a análise crítica de fenômenos discursivos associados à organização da oração em gêneros argumentativos da esfera jornalística.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Sistêmico-Funcional; categoria Sujeito; editorial.

1 Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

2 Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Este artigo tem por objetivo contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* no mês de agosto de 2025. Ambos abordam questões relacionadas com a Amazônia no contexto da COP30, conferência internacional sobre mudanças climáticas cuja realização em Belém do Pará mobilizou intensos debates em torno de infraestrutura, desenvolvimento sustentável, bioeconomia e políticas ambientais. A ampla repercussão do evento no cenário político e midiático brasileiro fez com que o tema ocupasse posição de destaque nas seções de opinião dos grandes veículos de comunicação, favorecendo a circulação de discursos marcadamente argumentativos sobre a questão amazônica.

O jornal *O Globo* ocupa posição de destaque no cenário midiático brasileiro, configurando-se como um espaço privilegiado para a circulação de discursos que participam ativamente da construção da opinião pública nacional. Nesse contexto, o gênero editorial revela-se particularmente relevante, uma vez que materializa o posicionamento institucional do veículo de comunicação diante de questões socialmente sensíveis e politicamente tensionadas. Embora apresente natureza eminentemente argumentativa, o editorial distingue-se por não expressar uma opinião individual, mas uma posição coletiva, funcionando como voz institucional do corpo editorial do jornal. Conforme Melo (2003), trata-se de um gênero voltado à orientação interpretativa dos acontecimentos sociais, cuja função ultrapassa a simples exposição de fatos.

O editorial caracteriza-se, portanto, pela coexistência de duas forças discursivas potencialmente contraditórias, pois, de um lado, por sua natureza opinativa, sustenta avaliações, julgamentos e posicionamentos críticos; de outro, mantém o efeito de impessoalidade historicamente associado ao discurso jornalístico (Schlee, 2008). É justamente nessa tensão entre posicionamento

argumentativo e apagamento enunciativo que reside o interesse deste estudo. Consideramos que as escolhas léxico-gramaticais relativas à categoria gramatical *Sujeito* constituem um dos mecanismos mobilizados para equilibrar essas exigências discursivas. Assim, os editoriais foram selecionados como *corpus* de análise não apenas por representarem institucionalmente o posicionamento do jornal, mas também por favorecerem a observação de estratégias de representação do *Sujeito* associadas à redistribuição da responsabilidade semântica pelos processos representados na oração.

Desse modo, com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), partimos da hipótese de que a realização ideacional da categoria *Sujeito* varia em função do contexto de situação e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas nos textos. Mais especificamente, pressupomos que contextos de maior tensão argumentativa favoreçam a mobilização de estratégias léxico-gramaticais de redução da especificidade referencial ou de apagamento de atores sociais vinculados aos processos representados. Em contrapartida, contextos menos polêmicos tenderiam a admitir formas de referência mais específicas e semanticamente transparentes. Propomos, assim, a existência de um *continuum* de especificidade referencial, ao longo do qual os diferentes modos de realização do *Sujeito* podem ser compreendidos como escolhas semanticamente motivadas.

Para a investigação desse fenômeno, adotamos como aporte teórico-metodológico a Linguística Sistêmico-Funcional, particularmente a Gramática Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday e Matthiessen (2004), compreendida como o componente do modelo sistêmico responsável pela descrição das estruturas oracionais e de seus potenciais de significação. Na metafunção ideacional, a oração é interpretada como representação da experiência humana por meio do Sistema de Transitividade, que organiza processos, participantes e circunstâncias. Tal perspectiva mostra-se especialmente produtiva para o presente estudo, pois

permite observar de que modo diferentes configurações do Sujeito - lógico, psicológico e gramatical (Halliday, 1976) - podem coincidir ou dissociar-se na oração, redistribuindo semanticamente papéis de agentividade e responsabilidade enunciativa.

Além disso, a LSF possibilita interpretar essas escolhas em estreita relação com o contexto de situação, entendido, conforme Halliday e Matthiessen (2004) e Fuzer e Cabral (2014), a partir das variáveis campo, relações e modo. Entre essas variáveis, interessa-nos particularmente a dimensão do campo e das relações, uma vez que a primeira remete à atividade realizada, no caso o assunto do editorial, ao passo que a segunda envolve os papéis sociais assumidos na interação e os graus de autoridade e distanciamento discursivo construídos no texto. No caso do editorial jornalístico, tal variável revela-se central para compreender como o redator institucional articula posicionamento crítico e impessoalidade, administrando linguisticamente diferentes graus de comprometimento com os julgamentos expressos.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* em agosto de 2025, investigando de que modo diferentes graus de especificidade da categoria *Sujeito* participam da construção argumentativa dos textos. Paralelamente, o trabalho procura também avaliar a produtividade interpretativa do aparato teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional para a análise crítica de fenômenos discursivos associados à organização léxico-gramatical da oração em gêneros argumentativos da esfera jornalística.

Fundamentação teórico-metodológica

A Linguística Sistêmico-Funcional compreende a linguagem como uma semiótica social, isto é, como um sistema de recursos utilizados pelos falantes para construir significados em situações

concretas de interação (Halliday; Matthiessen, 2004). Nessa perspectiva, a língua não é concebida como um conjunto abstrato de regras autônomas, mas como um sistema de escolhas motivadas socialmente e realizadas em contextos específicos de uso.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), toda oração realiza simultaneamente três metafunções: ideacional, interpessoal e textual. A metafunção ideacional relaciona-se à representação da experiência humana; a metafunção interpessoal diz respeito à negociação de relações sociais e posicionamentos; e a metafunção textual refere-se à organização da mensagem enquanto texto. Essas metafunções não se realizam separadamente, mas de forma simultânea na estrutura da oração.

No âmbito da metafunção ideacional, a oração organiza-se no Sistema de Transitividade, responsável pela representação linguística do mundo por meio de processos (grupos verbais), participantes (grupos nominais) e circunstâncias (grupos adverbiais). Os processos podem assumir diferentes naturezas semânticas - materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais - pois representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo. Os processos materiais representam ações e acontecimentos; os relacionais estabelecem relações de identificação, atribuição ou caracterização; os mentais expressam percepção, cognição ou emoção. Esses processos são considerados principais e, na fronteira entre eles, estão os secundários: verbais, comportamentais e existenciais.

Halliday e Matthiessen (2004) chamam atenção para o fato de que cada um desses processos projeta papéis específicos para os participantes envolvidos. Assim, se o processo significa uma figura de fazer ou acontecer (material), por exemplo, o participante que o realiza recebe o nome de Ator e o participante afetado pelo processo é chamado Meta. Mas, se o processo é mental, os participantes serão denominados Experienciador e Fenômeno e, assim por diante, de acordo com a natureza semântica do processo.

É nesse quadro teórico que se insere a discussão acerca da categoria gramatical *Sujeito*. Na tradição gramatical, diferentes funções costumam ser associadas cumulativamente ao *Sujeito*, como o elemento que, concordando com o verbo, pratica ou sofre a ação e sobre o qual se faz uma declaração. Halliday e Matthiessen (2004), contudo, demonstram que essas propriedades não são necessariamente coincidentes. Conforme os autores, a categoria *Sujeito* articula dimensões distintas da oração e pode ser compreendida a partir de três perspectivas: lógica, psicológica e gramatical.

Na dimensão ideacional, o chamado *Sujeito* lógico tende a corresponder ao participante responsável pela instauração do processo, frequentemente associado ao papel de Ator nos processos materiais. Na dimensão textual, o *Sujeito* psicológico relaciona-se ao Tema, isto é, ao elemento escolhido como ponto de partida da mensagem. Já na dimensão interpessoal, o *Sujeito* gramatical corresponde ao elemento que estabelece relação de concordância com o verbo no eixo oracional.

Halliday (1976) observa que essas três funções frequentemente coincidem em exemplares prototípicos da oração, mas podem dissociar-se em diferentes configurações léxico-gramaticais. Tal dissociação mostra-se particularmente relevante para a análise discursiva, uma vez que permite redistribuir semanticamente funções de agentividade, estrutura temática e responsabilidade enunciativa. Assim, em exemplares prototípicos, como “Duque deu à minha tia esse chá”, o mesmo sintagma nominal realiza simultaneamente as funções de Tema, *Sujeito* gramatical e agente do processo. Entretanto, em estruturas como “Esse chá, minha tia ganhou do Duque”, tais funções distribuem-se entre diferentes constituintes da oração: “esse chá” assume a função temática; “minha tia” realiza o *Sujeito* gramatical; e “Duque” permanece como participante associado à agentividade do processo. Conforme observa Halliday (1976), a dissociação entre essas

funções não constitui desvio estrutural, mas é resultado de escolhas léxico-gramaticais motivadas pelo contexto.

Thompson (2014) reforça essa perspectiva ao demonstrar que a oração expressa simultaneamente três linhas semânticas. Em uma mesma estrutura oracional, um participante pode ser interpretado como Ator na metafunção ideacional, como Sujeito na metafunção interpessoal e como Tema na metafunção textual. A não coincidência dessas funções não constitui desvio, mas resultado de escolhas semanticamente motivadas pelos propósitos discursivos do texto.

Nesse sentido, de acordo com Angelici (2025, p. 93), o Sujeito pode ser conceituado, a partir da perspectiva sistêmico-funcional, como

a entidade a que o ouvinte ou leitor é chamado a reconhecer como participante de um evento interativo que, em sentenças prototípicas, expressa o agente regulador desse processo representado no sistema de transitividade como Ator, acumulando juntamente com essa função o papel de Tema da oração e de termo que estabelece relação de concordância com o verbo.

Outro conceito central para este estudo é o de contexto. Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 29), reportando as características da teoria de contexto da LSF, os textos estão inseridos em dois contextos de produção, o contexto de cultura (macrocontexto), que “é mais estável, em virtude de constituir-se de práticas, valores e crenças mais recorrentes que permanecem ao longo do tempo em uma comunidade e são compartilhados no grupo social”, e o contexto de situação (microcontexto), que “por sua vez, apresenta variáveis e constitui-se do entorno mais imediato no qual o texto se insere”.

Conforme Halliday e Matthiessen (2004), o contexto situacional organiza-se a partir de três variáveis: campo, relações e modo. O campo refere-se à natureza da atividade social em

desenvolvimento; o modo relaciona-se ao papel desempenhado pela linguagem na interação e ao canal de comunicação; e as relações dizem respeito aos papéis sociais assumidos pelos participantes, aos graus de autoridade, alinhamento e distância social construídos discursivamente.

No caso específico do editorial jornalístico, a variável **relações** assume importância fundamental, uma vez que o gênero exige simultaneamente posicionamento crítico e manutenção de um efeito de objetividade institucional. O editorialista precisa sustentar avaliações e julgamentos sem comprometer excessivamente a face institucional do veículo de comunicação. Nesse contexto, determinadas escolhas léxico-gramaticais — especialmente aquelas relacionadas à realização do Sujeito — podem funcionar como estratégias de gerenciamento discursivo do comprometimento enunciativo.

Partimos, assim, da hipótese de que a realização ideacional do Sujeito não constitui escolha neutra, mas participa ativamente da construção argumentativa do texto. Diferentes graus de especificidade referencial, bem como estratégias de apagamento ou deslocamento da agentividade, podem ser mobilizados para administrar responsabilidades, suavizar julgamentos ou construir efeitos de objetividade. A análise proposta busca justamente investigar como essas escolhas se organizam nos editoriais selecionados e quais significados discursivos produzem no interior do gênero.

Análise de corpus

Nesta seção, procederemos à análise dos editoriais publicados no Jornal *O Globo* que foram selecionados para compor o *corpus* deste trabalho. Foram destacadas no corpo do texto todas as ocorrências da categoria gramatical Sujeito, seguidas de uma análise qualitativa, que visa a prover um estudo exploratório do

potencial de aplicação dos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional à interpretação da variação da realização da categoria no gênero Editorial.

Editorial do Jornal *O Globo*, publicado no dia 2/8/2025: COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar

COP30 (1) *corre risco de naufragar antes mesmo de começar*

Países (2) *assinam documento sugerindo transferência do evento se **preço de hospedagem** (3) em Belém não baixar*

*Faltando **cem dias** (4) para o início da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) em Belém, **representantes de 25 países** (5) assinaram documento sugerindo a transferência do evento para outro local, se **os preços das hospedagens** (6) não baixarem. **Eles** (7) estão certos. **O pior** (8) **que** (9) poderia acontecer é o cancelamento da presença de nações pobres, afetando o quórum de decisões. **A COP30** (10) acabaria antes de começar.*

***Cidades** (11) **que** (12) hospedam COPs e outros grandes eventos registram altas de diárias de hotéis e aluguéis de imóveis. Quando **a demanda** (13) aumenta, **os valores** (14) sobem. Porém **o** (15) **que** (16) está acontecendo em Belém é fora do comum. **Adotar um tabelamento** (17) seria inaceitável. Mas, em situações em que **a lei da oferta e da procura** (18) sai do controle, **governos** (19) podem e devem intervir aumentando a oferta. Nesse caso, **isso** (20) aconteceria com a transferência de parte do evento para o Rio de Janeiro.*

*Na quinta-feira, **o presidente da COP30** (21), embaixador André Corrêa do Lago, reconheceu que há “uma sensação de revolta, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento, **que** (22) estão dizendo que não poderão vir à COP por causa dos preços extorsivos **que** (23) estão sendo cobrados”. Em alguns casos, **o valor da diária** (24) foi multiplicado por dez. Existem **estabelecimentos** (25) cobrando até US\$2 mil por noite. Pressionado, nesta sexta-feira, **Corrêa do Lago** (26) deu entrevista negando a existência de*

um plano B. Se **tal plano** (27) não existe, (28) deveria ser feito rapidamente.

No começo da semana, **o escritório climático da ONU** (29) realizou uma reunião de emergência para discutir a questão dos preços das acomodações. Nela, **países** (30) pediram abertamente a mudança de local. **Uma nova reunião** (31) foi agendada para 11 de agosto. **A Secretaria Extraordinária da COP30** (32) alega que **o plano de acomodação** (33) está sendo implementado em fases, “com prioridade”, nesta etapa, para as delegações **que** (34) participarão das negociações. (35) Afirma ainda que estão disponíveis 2.500 quartos com diárias de até US\$600. **Tais declarações** (36) não estão acalmando as autoridades estrangeiras em busca de vagas.

Em 2023, quando (37) confirmou a cidade de Belém como sede da COP30, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva** (38) sabia que **a capital paraense** (39), a despeito de suas qualidades, não tinha condições de infraestrutura para abrigar um evento dessa magnitude. **Os governos federal e estadual** (40) até realizaram obras, mas **os problemas** (41) — em especial a falta de estrutura hoteleira — não foram solucionados. **A falha no planejamento** (42) é evidente. **Acomodar cerca de 50 mil visitantes** (43) não seria tarefa fácil para a maioria das cidades brasileiras. **Construir hotéis** (44) para depois (45) deixá-los vazios não faria nenhum sentido econômico.

O drama (46) é que **as alternativas** (47) cogitadas pelo governo, como os dois navios de cruzeiro **que** (48) oferecerão 6 mil vagas extras, a utilização de escolas para abrigar agentes da Polícia Rodoviária Federal e até a possibilidade de usar habitações de um condomínio do Minha Casa, Minha Vida, não estão conseguindo baixar os preços de diárias em hotéis e de aluguéis de imóveis próximos ao local do evento.

Também preocupam **as obras de requalificação do aeroporto de Belém** (49). **O Rio de Janeiro** (50) conta com milhares de quartos em sua boa estrutura hoteleira. **A segunda maior cidade do país** (51) seria uma boa opção. Não resta **muito tempo** (52) para **as autoridades**

brasileiras (53) avaliarem melhor os riscos de uma COP30 esvaziada (O Globo, 2025, grifo nosso).

Análise qualitativa

O texto é introduzido por orações de Sujeito prototípico, (1) “**COP30**” (2) “**Países**”, que caracterizam a situação-problema, apresentando ao leitor, por meio da organização temática da oração, os dois principais eixos em torno dos quais se desenvolve a argumentação no Editorial. Não à toa, o Tema das orações (1) e (2) corresponde aos principais referentes do texto, que visa à formação da opinião pública em meio à polêmica da alta de preços em Belém, cidade sede da COP30.

O Sujeito em (3) “se **preço de hospedagem** em Belém não baixar”, acrescenta o terceiro elemento-chave da discussão implementada aqui. (1) “COP30”, (2) “países” e (3) “preços”. Ao passo que os dois primeiros referentes são organizados como Tema da oração, o terceiro é deslocado da posição de proeminência, dando relevo à circunstância de condição que circunscreve as duas primeiras orações. Nesse sentido, observamos, ainda, que a opção por essa estrutura colabora para a omissão do ator, do agente regulador do processo expresso pelo verbo “baixar”.

Sabemos - e o texto revela essa informação em etapa posterior à caracterização da situação-problema - quem são os responsáveis por regular os preços. De modo mais geral, poderíamos dizer que é o governo, ou, ainda, designar referentes mais específicos, nomeando agentes do governo que possam estar diretamente envolvidos no controle da questão.

No título, subtítulo e primeiro parágrafo, contudo, o editorialista conduz o leitor ao entendimento da situação, contextualizando a relação entre a alta dos preços, o evento na cidade de Belém e as possíveis consequências dessa conjuntura. É por isso que não somente em (3), mas também em (5) “Faltando cem dias

para o início da 30ª conferência da ONU sobre mudanças climáticas, (COP30) em Belém, **representantes de 25 países** assinaram documento”, e (6) “se **os preços das hospedagens** não baixarem”, os Sujeitos apresentam um grau muito baixo de especificidade na marcação de referência, além de fazerem parte de estruturas que colocam em evidência a circunstância.

Observemos a escolha dos Sujeitos lógicos em: (1) “COP30”, (2) “países”, (3) “preços”, (5) “representantes”, (6) “preços”. Nenhum deles designa com precisão um ator, mesmo estando todos eles, à exceção de (1), associados a processos materiais. O mais próximo do que poderia ser definido como ator é (5) “representantes”; no entanto a escolha desse sintagma nominal (SN) coletiviza a ação, representa uma classe, anulando a identidade do agente regulador.

A caracterização da situação-problema segue apoiando-se em especulações genéricas sobre o fato, o que se reflete na escolha de Sujeitos com referência pouco especificada. Em (7), “**eles** estão certos”, o elemento gramatical mantém a mesma referência de (5) “representantes”. O mesmo ocorre em (10) “**a COP30** acabaria antes de começar”, em (11) “**Cidades** que hospedam COPs” e em (12), que retoma (11), “**que** hospedam”.

Mesmo quando as orações são estruturadas em torno de processos relacionais, o redator opta por SNs Sujeitos de referência vaga, que se distanciam da relação prototípica entre portador e atributo em orações de processo relacional. Vejamos o que ocorre em (8), por exemplo, “**O pior** que poderia acontecer é o cancelamento da presença de nações pobres”. O adjetivo, classe gramatical tipicamente utilizada para representar atributos, é substantivado, deslocado para a posição de Sujeito. Já a posição à direita do verbo relacional, normalmente reservada à expressão do atributo, é preenchida por um substantivo verbal. Encobre-se a ação “cancelar” e, consequentemente, o agente regulador dessa ação.

Há, portanto, um reordenamento na estrutura léxico-gramatical, envolvendo não só a redistribuição dos papéis de portador e atributo, como também escolhas feitas para representar esses papéis por meio de formas não tipicamente usadas com essa finalidade. A alteração da estrutura prototípica de construção de orações em torno de processos relacionais privilegia a caracterização da situação-problema ao mesmo tempo que permite o apagamento dos possíveis agentes reguladores das ações envolvidas na situação descrita.

É importante pontuar que, no caso dos processos relacionais, a escolha dos sintagmas em função de Sujeito também colabora para a construção da ideia de que os desdobramentos da COP30 são preocupantes, como em (46) “**o drama** é que as alternativas cogitadas ...”.

Como o Sujeito lógico não encarna, por vezes, a figura do agente regulador dos inúmeros processos materiais resultantes dos desdobramentos da COP30 e como a tensão não está no evento em si, mas nas circunstâncias em torno dele, não é de se estranhar também que, em muitos momentos o elemento encabeçador da oração seja a circunstância, o que ocorre em sentenças de Tema múltiplo³, iniciadas por conjunções adverbiais e em sentenças em que a circunstância é colocada na posição de Tema. É o que ocorre em (13) “Quando **a demanda** aumenta”, (15) Porém **o** que está acontecendo em Belém é fora do comum”, (18) “Mas, em situações em que **a lei** da oferta e da procura sai do controle”, (20) “Nesse caso, **isso** aconteceria com a transferência de parte do evento para o Rio de Janeiro”, (27) Se tal plano não existe ...”, (29)

3 Cabe destacar que a análise implementada aqui avalia oração a oração. No caso dos períodos compostos por subordinação em que a subordinada é adverbial, considera-se que toda a oração subordinada seja a circunstância da oração principal; no entanto, como estamos analisando não somente o sujeito da oração principal, mas também da oração subordinada, classificamos como oração de Tema múltiplo toda oração introduzida por um elemento de valor circunstancial ou por qualquer outro Tema que não seja ideacional.

“No começo da semana, o escritório climático da ONU realizou uma reunião de emergência”, (30) “Nela, países pediram...”, (41) “mas os problemas [...] não foram solucionados”.

Notam-se sofisticadas estratégias de fuga na indicação da entidade referida, como a escolha de Sujeitos oracionais com verbo no infinitivo em (17) “**adotar um tabelamento** seria inaceitável e (43) “**Acomodar cerca de 50 mil visitantes** não seria tarefa fácil”. O elemento nuclear dos Sujeitos em ambos os casos é um verbo, que, apesar de estar em forma nominal, expressa processo. Nos dois períodos, há processo relacional, e, por meio das estratégias adotadas na estrutura léxico-gramatical, são capazes de exprimir juízos de valor sobre atitudes cabíveis ao governo em torno do controle da situação-problema, sem que haja comprometimento com as entidades reguladoras desses processos.

O estado dinâmico dos processos de “adotar” e “acomodar” é enfraquecido para que figurem como Sujeitos de processos relacionais na expressão de um juízo de valor. O enfraquecimento do traço dinâmico acarreta anulação total dos seus agentes reguladores. Os atributos apresentados no predicado imprimem juízo de valor a essas possíveis ações, e, assim, a argumentação vai sendo construída de modo que o próprio leitor identifica, ainda que intuitivamente, o papel do governo como protagonista no controle dessas medidas. É uma estratégia eficiente para formar opinião pública sem precisar responsabilizar diretamente, apontando entidades, órgãos e autoridades, nenhuma parcela da sociedade.

Semelhante estratégia foi empregada em (44) “**Construir hotéis** para depois (45) deixá-los vazios não faria nenhum sentido econômico”, com destaque para (45), em que não se preenche o Sujeito. A combinação dessas estruturas permite que o redator escape da responsabilidade de apontar atores para os processos de “construir” e “deixar”. Do ponto de vista do sistema de transitividade, os processos materiais “construir” e “deixar” são apresentados em orações não finitas, o que resulta na supressão dos

participantes responsáveis pela instauração e pelo controle desses processos. Ao optar pelo infinitivo impessoal, o editorialista desloca a atenção do leitor dos atores sociais para os próprios processos e para sua avaliação subsequente. Essa escolha faz com que as ações sejam interpretadas como práticas genéricas, desvinculadas de instâncias institucionais ou individuais específicas.

No âmbito da metafunção interpessoal, tal apagamento de participantes favorece a construção de um posicionamento avaliativo que se coloca como socialmente consensual, expresso na modalização negativa “não faria nenhum sentido econômico”. Ao evitar a explicitação de agentes, o editorial reduz o potencial de contestação direta e amplia o efeito de objetividade, aproximando o enunciado de uma lógica aparentemente neutra. Dessa forma, a configuração da metafunção ideacional - marcada pela ausência de participantes centrais - articula-se à metafunção interpessoal, ao sustentar um julgamento de valor que se projeta como racional e incontestável, ao mesmo tempo em que permite ao editorialista se preservar de um comprometimento direto com a atribuição de responsabilidades.

Nesse sentido, apontamos também (42) “**A falha no planejamento**”, que, apesar de ter estratégia um pouco diferente, também apaga os participantes dos processos de “falhar” e “planejar”, quando esses processos são recategorizados para compor o Sujeito.

Em algumas partes do texto, o redator opta por Sujeitos de referência um pouco mais específica, chegando ao grau máximo de especificidade em alguns casos, como (21) “na quinta-feira, **o presidente da COP30**, embaixador André Corrêa do Lago, reconheceu...”, (26) “pressionado, nesta sexta-feira, **Corrêa do Lago** deu entrevista negando a existência de um plano B” e (37) “Em 2023, quando confirmou a cidade de Belém como sede da COP30, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva** sabia [...]”. A preferência por Sujeitos com alto grau de especificidade na marcação do referente ocorre nas partes do texto em que há veiculação de fatos, acontecimentos que envolvem as figuras públicas mencionadas,

em contraste com as partes do texto reservadas à exposição de opiniões sobre o assunto do Editorial, o que nos mostra que a opção por SNs em posição de Sujeito que permitem identificação de referência exata está vinculada não somente ao contexto de situação em que o texto é produzido, mas também às diferentes finalidades estabelecidas no interior no próprio texto.

Mesmo nos casos em que o Sujeito designa um referente específico, capaz de regular os processos aos quais se vinculam, notamos que há descolamento entre os Sujeitos lógico, psicológico e gramatical e que o Sujeito psicológico, em todos os exemplos, é um elemento circunstancial, o que nos mostra que, nesse exemplar do *corpus*, as circunstâncias não são mero acessório, mas são fundamentais ao enquadramento espaço-temporal da situação-problema e à formação de opinião em torno do assunto.

Como há um *continuum* no qual se situam diferentes graus de especificidade do referente-Sujeito, os trechos que apresentam maior teor argumentativo, em oposição àquelas partes do texto reservadas à apresentação de alguns fatos em torno do tema, tendem a marcar a referência do Sujeito de forma um pouco mais abstrata - não individual - ou representativa de uma classe. No parágrafo anterior, destacamos Sujeitos com alto grau de especificação do referente; no entanto, na passagem dos trechos em que são apresentados fatos para aqueles em que se apresentam opiniões, o grau de especificidade do referente vai diminuindo. É o que ocorre em (19) “**governos** podem e devem intervir”, (24) “Em alguns casos, **o valor da diária** foi multiplicado por dez”, (29) “No começo da semana, **o escritório climático da ONU** realizou uma reunião de emergência”, (32) “A Secretaria Extraordinária da COP30 alega...”, (40) “**Os governos federal e estadual** até realizaram obras”, (52) “para **as autoridades brasileiras** avaliarem”.

Outra estratégia de apagamento do agente regulador de processos dinâmicos empregada no Editorial em análise é o uso da voz passiva analítica sem agente da passiva, como se pode ver em (24) “**o valor da diária** foi multiplicado por dez”, (31) “**Uma nova**

reunião foi agendada para 11 de agosto”, (33) “**o plano de acomodação** está sendo implementado em fases”, (36) “**Tais declarações** não estão acalmando as autoridades estrangeiras”, (41) “**os problemas** [...] não foram solucionados”.

Chamou-nos a atenção também, no Editorial em análise, a opção por Sujeitos de valor locativo, como (39) “**a capital paraense**, a despeito de suas qualidades, não tinha condições de infraestrutura...”, (50) “**O Rio de Janeiro** conta com milhares de quartos”, (51) “**A segunda maior cidade do país** seria uma boa opção”, que reforçam a preferência por Temas de valor circunstancial. Quando o Tema não é preenchido pela própria circunstância, é preenchido por um Sujeito lógico e gramatical de potencial circunstanciador. Tais escolhas representam, assim, Temas de valor circunstancial, uma vez que os elementos locativos são promovidos à função de Sujeito gramatical, passando a ocupar a posição temática inicial da oração.

Do ponto de vista da metafunção ideacional, essa configuração contribui para o apagamento de atores humanos ou institucionais diretamente responsáveis pelos processos avaliados no editorial, como a oferta de infraestrutura e a regulação dos preços praticados durante a COP 30. Ao atribuir propriedades e capacidades a espaços urbanos - “a capital paraense”, “o Rio de Janeiro”, “a segunda maior cidade do país” - o texto reifica o lugar, tratando-o como se fosse o participante central dos processos relacionais e materiais, em detrimento de agentes concretos, como gestores públicos, empresários do setor hoteleiro ou organizadores do evento.

No plano textual, a recorrência desses Sujeitos locativos consolida uma progressão temática baseada no espaço como eixo organizador do discurso, o que se mostra particularmente oportuno ao assunto do editorial. Ao discutir os preços abusivos praticados em Belém durante a CPO30, o redator desloca a crítica de práticas específicas para uma avaliação comparativa entre cidades, enfatizando as desigualdades de infraestrutura e de capacidade

de hospedagem como aspectos quase intrínsecos aos lugares. Dessa forma, o encarecimento da hospedagem é apresentado menos como resultado de decisões econômicas e políticas localizadas e mais como consequência previsível das “condições” da cidade-sede.

Sob a perspectiva interpessoal, essa escolha temática favorece a construção de um posicionamento avaliativo que se pretende técnico e racional, reduzindo o grau de confrontação direta com atores sociais específicos envolvidos nos preços abusivos. Ao colocar o espaço urbano na posição de Sujeito, o editorial suaviza a atribuição de responsabilidade, ao mesmo tempo em que sustenta seu argumento central: a inadequação de Belém para sediar um evento da magnitude da CPO 30 e, por extensão, a previsibilidade das distorções de preços observadas.

Editorial do Jornal *O Globo*, publicado no dia 4/8/2025: Biodiversidade é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia

Biodiversidade (1) é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia

País (2) conta com bons pesquisadores e lei avançada. Falta **atrair capital privado e aumentar apoio público** (3)

O Brasil (4) tem lei considerada avançada para o tema da biodiversidade, (5) conta com um número considerável de cientistas dedicados à área, mas (6) carece de investimento e políticas públicas. Em área estratégica para a economia brasileira, **o governo** (7) deveria identificar que **barreiras** (8) impedem uma alocação mais eficiente do capital privado, (7) adotar medidas para mitigar esses problemas e (7) aumentar o financiamento público em pesquisa.

O avanço (9) dos estudos em biodiversidade pode ser um eixo de crescimento para os mais de 20 milhões que vivem na região da Amazônia. **O Brasil** (10) tem bom histórico no casamento entre ciência e

desenvolvimento econômico. Foi **a união entre pesquisadores e empreendedores** (11) que resultou na exploração agrícola do Cerrado, hoje um dos principais polos do agronegócio no mundo. Na Amazônia, **a ênfase** (12) precisa ser na sustentabilidade.

O consórcio Genômica da Biodiversidade Brasileira (GBB) (13), tendo à frente o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável (ITV), com a colaboração de 107 instituições, sequenciou em dois anos 23 genomas completos de animais. **Outros 720 de plantas e animais** (14) também foram sequenciados em diversos níveis de resolução. **“A bioeconomia** (15) se faz como as camadas de um bolo. Pega-se **o conhecimento tradicional** (16) e se acrescenta **uma outra camada de ciência de vanguarda** (17). A isso se acrescenta **estímulo** (18) **à indústria local, à formação de pessoas”** (18), ressalta **Alexandre Aleixo** (19), líder do grupo de Genômica Ambiental do ITV.

Em tom de desabafo, **Roberto Waack** (20) cofundador da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura, disse ao GLOBO que **o Brasil** (21) não faz parte da periferia quando **o assunto** (22) é pesquisa. “Há um aumento do valor da natureza. **Negócios** (23) dependem de ativos naturais. **A alta tecnologia** (24) abre uma via de valorização do capital natural”, diz.

As indústrias farmacêutica e de cosméticos (25) já utilizam matérias-primas fornecidas por florestas e campos brasileiros. Da Amazônia, **a andiroba** (26) produz óleo anti-inflamatório, também usado como repelente e hidratante; do Cerrado, **a cagaita** (27 NPTO) tem propriedades antioxidantes; da Caatinga, **o coco** (28) da palmeira licuri fornece óleo para cosméticos; e da Mata Atlântica **a uvaia** (29), presente em doces e sucos, tem sido pesquisada sobre suas propriedades terapêuticas.

A genômica e a proteômica (30), estudo das proteínas de cada elemento, se entrelaçam para permitir o entendimento da composição de cada objeto de estudo e o desenvolvimento de técnicas de melhorias das espécies. **Um exemplo** (31) é o tucupi, retirado da

mandioca-brava. Para evitar a variação de qualidade, **a análise de suas proteínas** (32) indica a seleção ideal de microrganismos para produção de um tucupi homogêneo capaz de atender às exigências do mercado. **Explorar a biodiversidade de forma sustentável** (33) é uma das melhores estratégias para deixar as florestas em pé e melhorar as condições de vida da população — ao mesmo tempo (O Globo, 2025, grifo nosso).

Análise qualitativa

A situação-problema abordada nesse editorial é pouco polêmica, não havendo, portanto, a necessidade de variadas estratégias de apagamento dos agentes reguladores dos processos verbais.

Ao contrário, há um número expressivo de Sujeitos de referência específica, como (1) **“Biodiversidade”**, (24) **“A alta tecnologia”**, (26) **“a andiroba”**, (27) **“a cagaita”**, (28) **“o coco”**, (29) **“a uvaia”**, (30) **“A genômica e a proteômica”**.

Como se pode ver, do (26) ao (29), os Sujeitos representam elementos da natureza, não sendo seres animados e, não havendo nenhuma polêmica em relação ao conteúdo expresso, não há razão para apagar a identidade dos referentes. Já (1), (24) e (30) circunscrevem o tema situando-o em torno das ciências que com ele se relacionam, por isso é interessante que sejam específicos na referência.

Em (13), **“o consórcio Genômica da Biodiversidade Brasileira (GBB)”** [...] *sequenciou em dois anos 23 genomas completos de animais*, embora o referente não seja, de fato, o agente regulador da ação, aqui é mais relevante ressaltar a instituição do que as mãos desconhecidas de quem realizou a sequenciação.

Não podemos deixar de observar que os Sujeitos de referência genérica são mais frequentes nos dois primeiros parágrafos, justamente a porção do texto em que não há menção direta aos elementos do Brasil que caracterizam a sua biodiversidade, mas sim a fatos e a opiniões em torno da realidade brasileira na área

ambiental, o que exige do redator algumas estratégias de fuga quanto à identificação de responsabilidade. É o que ocorre em (4) “**O Brasil** tem lei considerada avançada para o tema da biodiversidade”, (5) e (6), que não apresentam Sujeito expresse, mas retomam o referente de (4): (5) “conta com um número considerável de cientistas dedicados à área”, (6) “mas carece de investimento e políticas públicas”. O mesmo ocorre em (7) “**o governo** deveria identificar...”, que introduz uma enumeração de ações atribuídas ao governo (7) “adotar medidas” e (7) “aumentar o financiamento público em pesquisa”, (8) “que **barreiras** impedem uma alocação mais eficiente do capital privado”, (9) “**O avanço** dos estudos em biodiversidade pode ser um eixo de crescimento...”, (10) “**O Brasil** tem bom histórico”, (11) “Foi **a união entre pesquisadores e empreendedores** que resultou”, (12) “Na Amazônia, **a ênfase** precisa ser na sustentabilidade”, (21) “**o Brasil** não faz parte da periferia”, (22) “quando **o assunto** é pesquisa”, (23) “**Negócios** dependem de ativos naturais”, (31) “**Um exemplo** é o tucupi”, (32) “**a análise de suas proteínas** indica...”.

Em outras porções do texto, apesar do emprego expressivo de processos materiais, esses processos não se vinculam a um indivíduo ou a um grupo de pessoas específicas. Ao contrário, fazem parte de uma explicação generalizada sobre a forma como a bioeconomia funciona. Não havendo possibilidade de escolha de um Sujeito Ator, o redator opta por estruturas de passiva sintética em que esse agente necessariamente é apagado, como se pode constatar em (15) “**A bioeconomia** se faz como as camadas de um bolo”, (16) “Pega-se **o conhecimento tradicional**”, (17) “e se acrescenta **uma outra camada** de ciência de vanguarda” e (18) “A isso se acrescenta **estímulo** à indústria local”.

Também como forma de omissão de um possível agente regulador, o redator opta por Sujeitos oracionais, que focalizam a ação em si e não quem as comanda, conforme exemplificam (3) “**Falta atrair capital privado e aumentar apoio público**” e (33) “**Explorar a biodiversidade de forma sustentável** é uma das melhores

estratégias”. Nesse exemplar do *corpus*, a argumentação se constrói como consequência lógica do somatório de informações sobre a situação do Brasil diante das questões ambientais, razão de haver muitos trechos expositivos. Por outro lado, nos trechos em que há opinião explícita, a preferência por Sujeitos de referência vaga é estratégia latente.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* no mês de agosto de 2025, ambos voltados a questões relacionadas com a Amazônia no contexto da COP30. Ancorada nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional, a análise buscou compreender de que modo as escolhas léxico-gramaticais relativas ao *Sujeito* variam em função do contexto de situação, das especificidades do gênero editorial e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas.

Os resultados do estudo evidenciam que a representação do *Sujeito* não ocorre de forma homogênea, mas varia em função tanto da natureza da situação-problema quanto das diferentes porções argumentativas do texto. Observou-se maior frequência de referentes-*Sujeito* com alto grau de especificidade em trechos menos argumentativos e, de modo geral, no editorial *Biodiversidade é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia*, cuja temática não envolve tensão polêmica significativa nem atribuição direta de responsabilidade a atores sociais específicos. Em contrapartida, os trechos de maior densidade argumentativa, sobretudo no editorial *COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar*, apresentaram recorrência mais expressiva de estratégias léxico-gramaticais associadas à redução da especificidade referencial e ao apagamento ou deslocamento da agentividade dos processos representados.

Nesse sentido, a análise permitiu identificar um *continuum* de especificidade referencial, ao longo do qual diferentes configurações do Sujeito se distribuem entre formas de representação altamente específicas e estruturas que desfocalizam ou obscurecem semanticamente os participantes responsáveis pelos processos. Entre essas estratégias, destacam-se o emprego de sujeitos genéricos, sujeitos oracionais, nominalizações, passivas sem agente expresso e sujeitos de valor circunstancial. Tais escolhas mostram-se particularmente produtivas para a construção de efeitos de objetividade e impessoalidade, ao mesmo tempo em que permitem ao editorial sustentar avaliações e posicionamentos críticos com diferentes graus de comprometimento enunciativo.

A perspectiva sistêmico-funcional revelou-se especialmente relevante para a interpretação desses fenômenos, uma vez que a análise tripartida da oração possibilita compreender que Sujeito gramatical, Tema e participante associado à agentividade do processo não coincidem necessariamente na estrutura oracional. Essa dissociação funcional mostrou-se central para a compreensão dos mecanismos argumentativos observados no *corpus*, pois permitiu identificar como determinadas escolhas léxico-gramaticais redistribuem semanticamente funções de topicalidade, responsabilidade e agentividade, orientando a interpretação do leitor e regulando discursivamente a atribuição de responsabilidade pelos acontecimentos representados.

Além disso, o estudo procurou demonstrar a produtividade teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional para a investigação crítica de categorias gramaticais em gêneros discursivos da esfera midiática. Ao articular descrição léxico-gramatical ao contexto, mais especificamente ao contexto de situação, a LSF possibilita compreender a gramática não como um conjunto neutro de estruturas formais, mas como um sistema de opções que produzem significado. Nesse sentido, os resultados obtidos contribuem não apenas para os estudos sistêmico-funcionais

sobre o português, mas também para investigações voltadas à relação entre gramática, argumentação e discurso jornalístico.

Por fim, acredita-se que o *continuum* de especificidade referencial proposto neste estudo possa servir de base para futuras pesquisas sobre estratégias de representação discursiva em outros gêneros e esferas de circulação social, ampliando a compreensão acerca do papel desempenhado pelas escolhas léxico-gramaticais na construção ideológica dos acontecimentos sociais.

The variation in the ideational realization of the grammatical category «Subject» in light of Systemic-Functional Linguistics: a case study based on two editorials from the newspaper *O Globo*.

Abstract: this article analyzes the ideational realization of the grammatical category Subject in two editorials published in the newspaper *O Globo* in August 2025, both centered on issues related to the Amazon in the context of COP30. Drawing on Systemic Functional Linguistics (SFL), the study investigates how lexico-grammatical choices concerning Subject vary according to the context of situation, the editorial genre, and the degree of controversy associated with the problem situations addressed. The study is grounded on the hypothesis that there is a continuum between forms of high referential specificity and strategies of erasure or attenuation of semantic responsibility for the processes represented in the clause, especially in passages of greater argumentative density. Anchored in the assumptions of Systemic Functional Grammar, particularly the ideational metafunction and the transitivity system, the analysis demonstrates that the lexico-grammatical configuration of Subject constitutes a strategic resource for guiding the reader's interpretation and for discursively managing the institutional positioning of the editorial. The findings show that different lexico-grammatical structures of Subject realization contribute to conveying varying degrees of agency and responsibility, allowing the text to sustain evaluations and judgments with different levels of enunciative commitment. The study also demonstrates the productivity of the theoretical and methodological apparatus of Systemic Functional Linguistics for the critical analysis of discursive phenomena associated with clause organization in argumentative genres of the journalistic sphere.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; Subject category; editorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELICI, Karoline Silva. *A noção de sujeito à luz da linguística sistêmico-funcional: um estudo da categoria no gênero editorial*. 2025. 216 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa*. São Paulo: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3rd. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

SCHLEE, M. B. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. 2008. 178 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. 3rd. ed. Grã-Bretanha: Routledge, 2014.

Editoriais consultados

COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 ago. 2025. Editorial.

BIODIVERSIDADE é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 ago. 2025. Editorial.

POR ONDE ANDA O ONDE? UM ESTUDO DE PERCEPÇÃO SOBRE A POLIFUNCIONALIDADE DO CONECTOR ONDE

Jéssica da S. Correa¹

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo²

RESUMO: Este trabalho investiga a avaliação de falantes do português brasileiro (PB) acerca de diferentes usos do conector *onde*, especialmente em contextos nos quais a norma padrão prescreveria o uso da forma canônica *em que*. A análise ancora-se em pressupostos funcionalistas, sobretudo na concepção de que a gramática emerge do uso, é sensível às pressões comunicativas e se organiza de modo gradual. Tal perspectiva permite observar a ampliação funcional de formas linguísticas em contextos reais de interação, tal como discutido em estudos anteriores sobre o *onde* (Silva, 2008 *apud* Corrêa, 2025). Esses pressupostos articulam-se à perspectiva da Sociolinguística Variacionista (Weinreich, Labov e Herzog, 2006), sobretudo no que se refere ao papel da avaliação social nos processos de mudança linguística. Parte-se da hipótese de que uma avaliação positiva, ou não negativa, do uso de *onde* como pronome relativo pode intensificar sua frequência de uso, favorecer sua generalização e, consequentemente, impulsionar sua expansão funcional no sistema linguístico. Para testar essa hipótese, foi realizado um experimento de avaliação com 46 participantes, que julgaram sentenças contendo usos canônicos e não canônicos de *onde*. Os resultados indicam que os falantes tendem a atribuir avaliações positivas aos usos não canônicos do conector, sugerindo um enfraquecimento do controle normativo sobre essas construções. Tais achados reforçam a ideia de que a avaliação favorável

1 Doutoranda em Linguística e pesquisadora do PEUL/UFRJ.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

dos falantes atua como fator relevante no avanço do processo de gramaticalização de *onde*.

PALAVRAS-CHAVE: *onde*; avaliação linguística; sociolinguística variacionista; funcionalismo; gramaticalização.

Introdução

Segundo Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 45), “a gramaticalização é interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico que atinge tanto as formas que vão do léxico para a gramática quanto às formas que mudam no interior da gramática”. Isso significa que a gramaticalização focaliza a evolução de elementos linguísticos do vocabulário para a gramática, bem como a transição de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais. Esse conceito já foi amplamente utilizado com relação a *onde*, mostrando que o conector vem assumindo diferentes funções para além daquelas prescritas pela tradição gramatical, como de pronome relativo abstrato e conector (Silva, 2008 *apud* Corrêa, 2025; Melo; Corrêa, 2026; Xavier da Silva, 2011 *apud* Corrêa, 2025). Diversos estudos já foram realizados sobre o processo de gramaticalização de *onde*, os quais revelam que, tanto diacrônica quanto sincronicamente, o conector *onde* vem assumindo diferentes funções, como citado anteriormente. Os exemplos a seguir, respectivamente, retirados dos *corpora G1* e *Em Pauta* (Corrêa, 2025, p. 15), ilustram novas funções assumidas pelo conector *onde* (pronome relativo abstrato e conector textual, respectivamente):

- (1) ... vai haver essas oscilações pontuais, como essa agora, onde parece que está havendo subida positiva da economia brasileira.
- (2) Encontramos muito disso em pessoas com empregos de escritório, onde as costas são constantemente colocadas em uma posição comprimida, o que causa muito mais problemas mais tarde na vida.

Partindo dessa constatação empírica, formula-se a hipótese de que uma avaliação social positiva das funções inovadoras do conector *onde* possa estar impulsionando seu processo de gramaticalização. Em outras palavras, argumentamos que esses usos inovadores, por serem mais bem avaliados por falantes com maior escolaridade, estejam sendo cada vez mais usados por esses falantes em gêneros textuais nos quais esses usos não seriam esperados, tais como aqueles caracterizados por maior grau de formalidade e monitoramento. Com o objetivo de investigar como falantes escolarizados da variedade carioca do português brasileiro avaliam a polifuncionalidade desse conector, desenvolveu-se um experimento de percepção ancorado nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, considerando que os falantes atribuem significados sociais às formas linguísticas. Assim, a associação de *onde* – tradicionalmente reconhecido como pronome relativo – a usos inovadores socialmente prestigiados pode favorecer sua expansão funcional e contribuir para sua generalização em contextos mais monitorados de fala e escrita.

Nesse sentido, este artigo analisa a avaliação do conector *onde* em contextos formais de escrita por meio da metodologia *matched guise* (Lambert *et al.*, 1960 *apud* Homes, 2013), buscando compreender de que maneira os julgamentos sociais dos falantes incidem sobre um processo de mudança linguística em curso. À luz da Sociolinguística Variacionista, a ampliação de *onde* para contextos não espaciais é interpretada como um caso de gramaticalização em expansão, no qual fatores sociais como escolaridade e grau de formalidade do contexto comunicativo atuam como condicionadores da aceitação ou rejeição dos usos inovadores. Desse modo, ao investigar a avaliação sociolinguística de *onde*, busca-se compreender como valores sociais atribuídos a formas linguísticas podem contribuir para a consolidação, a difusão ou a contenção de sua expansão funcional, evidenciando o papel das atitudes linguísticas na trajetória da gramaticalização.

Assim, o presente artigo está organizado de modo que a primeira seção tenha a fundamentação teórica, explicando o conceito de avaliação bem como a relação com o conector *onde*; a segunda seção contará com a metodologia do experimento; a terceira apresentará os resultados e análises; e, por último, haverá uma seção para as considerações finais.

Fundamentação teórica

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que orientam as análises desenvolvidas neste estudo, ancoradas em uma perspectiva sociofuncionalista da linguagem. Partindo de uma concepção dinâmica da língua, entendida como um sistema em constante construção com base no uso, articulam-se contribuições do Funcionalismo Clássico e da Sociolinguística Variacionista, considerando, de forma integrada, os processos de variação, mudança e avaliação linguística. Esse enquadramento teórico permite compreender a gramática como emergente do discurso e sensível às pressões cognitivas, pragmáticas e sociais, bem como analisar a variação como parte constitutiva do sistema linguístico. Ao conjugar esses aportes, busca-se oferecer um arcabouço teórico para a investigação do conector *onde*, contemplando simultaneamente sua ampliação funcional, a qual se reflete em sua distribuição em diferentes contextos de uso e nos valores sociais associados a seus distintos empregos.

A abordagem funcionalista parte do pressuposto de que a língua deve ser analisada por meio de seu funcionamento em contextos reais de uso, considerando as necessidades comunicativas dos falantes e os fatores semânticos, pragmáticos, discursivos e cognitivos que orientam a organização linguística. Nessa perspectiva, a gramática não é compreendida como um sistema autônomo e fechado, mas como um conjunto de regularidades moldadas pela interação social e pelo uso recorrente. Assim, as formas linguísticas são descritas apenas por suas propriedades

estruturais, bem como pelas funções que desempenham no discurso e pelos contextos em que são mobilizadas pelos falantes, uma vez que o funcionalismo concebe “a linguagem como um instrumento de interação social” e busca “no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua” (Cunha, 2016, p. 170).

Esse modo de compreender a língua é especialmente produtivo para a análise do conector *onde*, uma vez que permite observar sua atuação para além do valor locativo previsto pelas gramáticas tradicionais. Embora *onde* seja tradicionalmente descrito como um elemento associado à noção de lugar físico, diversos estudos revelam que esse conector pode ocorrer em contextos nos quais retoma referentes abstratos, situações, processos ou mesmo porções mais amplas do discurso (Silva, 2008).

Nesse sentido, a gramaticalização é compreendida como um processo central para a explicação da mudança linguística. Tradicionalmente definida como a passagem de itens lexicais para funções gramaticais ou de categorias menos gramaticais para mais gramaticais (Cunha, 2016), a gramaticalização deixa de ser entendida apenas como um fenômeno estritamente diacrônico e passa a ser analisada também em termos sincrônicos, como um contínuo ativo no sistema linguístico. Essa abordagem pancrônica permite compreender a gramaticalização como um processo em curso, no qual mudanças iniciadas historicamente continuaram a operar no uso contemporâneo da língua (Cunha, 2016).

Com base em uma perspectiva funcionalista, portanto, a ampliação dos usos de *onde* pode ser interpretada como resultado de pressões comunicativas e de processos de reorganização funcional no sistema linguístico. A gramática, nesse quadro, emerge do discurso e se estabiliza por meio da recorrência de determinados padrões de uso, apresentando, então, uma gradualidade nesse processo. Assim, a noção de gradualidade torna-se central para a análise. Em vez de considerar os usos de *onde* como categorias estanques, é possível compreendê-los em um *continuum* funcional, que abrange desde usos mais prototipicamente locativos, como

onde adverbial e *onde* relativo concreto, até usos mais abstratos, como *onde* relativo abstrato e *onde* conector textual. Essa organização permite descrever o conector em sua dinamicidade, evidenciando que seus diferentes empregos não constituem necessariamente rupturas isoladas em relação ao sistema, mas pontos de uma trajetória de expansão funcional.

É nesse quadro teórico que se insere a análise do conector *onde*. Originalmente associado a valores locativos concretos, *onde* passa a ser empregado em contextos mais abstratos, assumindo funções discursivas ampliadas. Tal expansão funcional pode ser interpretada como resultado de um processo de gramaticalização, no qual o item se afasta progressivamente de seu valor lexical prototípico e se aproxima de funções mais gramaticais.

Se uma abordagem funcionalista contribui para explicar a ampliação funcional de *onde* e sua trajetória de gramaticalização, faz-se necessário considerar também como esses usos se distribuem, como são avaliados e quais fatores linguísticos e extralinguísticos podem condicionar sua ocorrência. Ao se considerar que o falante recorre a informações de diferentes naturezas para se comunicar, entende-se que as avaliações que os falantes fazem de determinadas formas linguísticas também sejam fundamentais para que essas formas assumam novos significados em contextos específicos (Bybee, 2016, p. 58).

Assim, para esse estudo, conforme explicitado anteriormente, lançaremos mão também dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, que fornece os instrumentos teóricos e metodológicos necessários para compreender como mudanças linguísticas se distribuem socialmente e como são avaliadas pelos falantes. Isso porque uma das funções da presente pesquisa é associar o conceito de gramática, defendida pelo Funcionalismo, à relação entre língua e sociedade, estabelecida pela Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006), segundo a qual a variação é parte constitutiva do sistema linguístico e obedece a

padrões sistemáticos condicionados por fatores linguísticos, sociais e cognitivos (Labov, 1994, 2001 e 2010).

Entre os cinco problemas fundamentais propostos por esses autores (restrição, encaixamento, transição, implementação e avaliação), destaca-se o problema da avaliação, que trata dos valores sociais atribuídos às variantes linguísticas. As variantes não são socialmente neutras: elas carregam significados sociais associados a prestígio, estigma, formalidade ou solidariedade, influenciando tanto o comportamento linguístico dos falantes quanto a trajetória das mudanças linguísticas. Os estudos clássicos de Labov (2008 [1972]), como os realizados em Martha's Vineyard e nas lojas de departamento de Nova Iorque, demonstram como variantes linguísticas podem funcionar como marcadores identitários e indicadores de *status* social. Esses trabalhos evidenciam que as escolhas linguísticas são sensíveis a fatores como pertencimento comunitário, mobilidade social e grau de monitoramento da fala, reforçando a centralidade da avaliação social na compreensão da variação e da mudança.

Diversos estudos têm evidenciado uma associação sistemática entre as variantes linguísticas produzidas e as avaliações feitas pelos próprios falantes (Lambert, 1960; Campbell-Kibler, 2010; Labov, 2008, 2011; Oushiro, 2015). Nesse sentido, Labov (2006, p. 265) observa que, em contextos formais, os falantes nova-iorquinos tendem a empregar com maior frequência as variantes típicas das classes sociais mais elevadas. Em contrapartida, variantes de menor prestígio costumam ser socialmente indexadas a grupos estigmatizados, frequentemente associados a menor escolarização ou a posições socioeconômicas menos favorecidas. Como aponta Votre (2010, p. 52), formas de comunicação vinculadas a indivíduos sem prestígio econômico e social tendem a ser avaliadas coletivamente como estigmatizadas. Além disso, ultrapassando a dicotomia entre prestígio e estigma, Oushiro (2015, p. 318) ressalta que variedades associadas a grupos menos privilegiados podem ser percebidas

negativamente em termos de *status*, mas, ao mesmo tempo, valorizadas por atributos relacionados à solidariedade.

É nesse quadro teórico que se também insere a presente pesquisa. Ao focalizar o conector *onde*, busca-se investigar como seus usos inovadores são avaliados por falantes com elevada escolaridade e inseridos em contextos de elevado monitoramento linguístico e formalidade. Assim, uma avaliação positiva de novos usos de *onde* por um grupo social prestigiado pode contribuir para a compreensão acerca do avanço mais acelerado de um processo de gramaticalização deste conector. Ao articular Funcionalismo, gramaticalização e Sociolinguística Variacionista, este estudo oferece um arcabouço teórico para compreender as interações entre estrutura linguística, uso e julgamento social.

Metodologia

A literatura sobre a gramaticalização do conector *onde* aponta que essa variação é atestada desde o latim e o português arcaico (Silva, 2008; Coelho, 2011 *apud* Corrêa, 2025), indicando que os usos não locativos não são recentes. Estudos mostram que tais usos, embora não previstos pelas gramáticas normativas, ocorrem na fala (Xavier da Silva, 2011 *apud* Corrêa, 2025) e na escrita (Manfili, 2011; Machado, 2017; Melo; Corrêa, 2026) do português, evidenciando uma mudança em curso. Considerando que *onde* passa por um processo de gramaticalização, um estudo sociofuncional com experimento de percepção apresenta-se como contribuição relevante para os estudos sobre *onde*.

Desse modo, para a realização desse experimento, foi utilizada a técnica dos “falsos pares” (*matched guise test*), desenvolvida por Lambert *et al.* (1960 *apud* Homes, 2013, p. 63). Esse método consiste em colocar os participantes de um experimento diante de dois conjuntos de possibilidades, as quais são produzidas por um mesmo falante que usa formas diferentes. A técnica

demonstra, em diversos estudos, ser boa para avaliar isoladamente o objeto desejado, pois permite demonstrar que diferentes variedades linguísticas impactam a avaliação dos sujeitos em diferentes situações.

Além disso, esta proposta parte das reflexões de Holmes (2013), que aponta que existem duas direções principais para experimentos de percepção em sociolinguística: uma examina como a variação linguística influencia quais informações sociais são atribuídas ao falante, e a outra investiga se os dados sociais sobre um falante podem influenciar como uma variável linguística é percebida. Para a presente pesquisa interessa a primeira direção, que é avaliada com base na técnica *matched-guise*, a qual é utilizada para o desenvolvimento do nosso experimento sobre o possível prestígio do conector *onde*. A realização do experimento foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética da UFRJ.

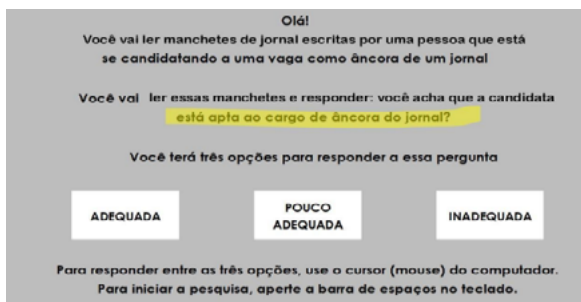
Portanto, por meio dessa técnica, foi realizado um experimento de percepção com sentenças que continham o conector *onde* em paralelo com o *em que*, para observar se *onde*, a despeito do que regem os manuais de prescrição da língua, tem os seus novos usos aceitos e, até mesmo, prestigiados pelos falantes, principalmente aqueles com grau de escolarização elevado (nível universitário). Assim, o experimento foi pensado de modo que o participante julgasse as sentenças como “adequada”, “pouco adequada” ou “inadequada” para uma candidata a um emprego de âncora de telejornal.

Para esse experimento cabe destacar que todos(as) os(as) 46 participantes eram estudantes universitários do primeiro ano de curso e eram alunos de Letras e/ou de Fonoaudiologia³. O experimento foi aplicado individualmente, na Faculdade de Letras da UFRJ, em uma sala isolada. Os estímulos foram apresentados, individualmente, aos participantes, por meio de um computador,

3 Os alunos de Fonoaudiologia participaram porque algumas aulas deste curso ocorrem no prédio da Faculdade de Letras (UFRJ).

e as sentenças foram expostas de forma aleatória no programa Psychopy⁴. Antes de iniciar o julgamento das sentenças, os(as) participantes eram introduzidos(as) ao contexto do experimento:

Figura 1 – Orientações iniciais para a realização do experimento



Fonte: elaboração própria.

Foram apresentadas para os participantes seis sentenças com *onde* como pronome relativo, mas com um antecedente como um espaço nocional, abstrato e seis sentenças com (*em*) *que* nas mesmas funções apresentadas para *onde*, como nos exemplos a seguir:

Figura 2 – Sentenças do experimento



Fonte: Elaboração própria

4 O PsychoPy consiste em um pacote de software de código aberto escrito na linguagem de programação Python, usado principalmente em pesquisas em neurociência e psicologia experimental (PIERCE ET AL., 2019 *apud* CORRÊA, 2025).

Esses participantes foram divididos em dois grupos com 23 pessoas cada um, sendo que cada grupo leu as mesmas sentenças do outro, mas com as variantes trocadas. Isto é, o grupo 1 leu as sentenças de 1 a 6 com *onde* e as sentenças de 7 a 12 com *em que*; o grupo 2 leu as sentenças de 1 a 6 com *em que* e as sentenças de 7 a 12 com *onde*. Desse modo, nenhum participante leu a mesma sentença com a mesma variante (*onde* e *em que*), mas foi exposto a sentenças com as duas variantes. Veja o exemplo a seguir com as sentenças que vimos anteriormente:

Figura 3 – Exemplo de apresentação de sentenças aos Grupos 1 e 2

Grupo 1



Grupo 2



Fonte: Elaboração própria.

Ademais, embora as variantes sejam distintas, como podemos perceber, as sentenças foram as mesmas para ambos os grupos, visto que, segundo Holmes (2013, p. 63), “todas as técnicas experimentais devem se esforçar para controlar tudo, exceto a variável de interesse”, isto é, com as sentenças similares, evitamos

qualquer perda de detalhes na análise. Além disso, entre as sentenças, também havia as distratoras - seis para cada grupo - para que os participantes não se concentrassem muito em suas respostas aos *tokens* de destino.

Dando continuidade, a tarefa do experimento consistiu em o participante julgar a aceitabilidade da candidata para um emprego como âncora de jornal: adequada (1), pouco adequada (2), inadequada (3). Dessa maneira, os ouvintes indicam as suas respostas numa escala, diferentemente dos experimentos com perguntas abertas. Esperava-se que as sentenças com *onde* fossem menos bem avaliadas do que as sentenças com *em que*, tendo em vista que os(as) participantes eram jovens universitários e que a tradição gramatical prevê o uso de *onde* como locativo. No entanto, na próxima seção, com os resultados e análises deste experimento, veremos que os resultados se distanciam do esperado tradicionalmente.

Resultados e análises

Esta seção trata da análise dos resultados dos experimentos de avaliação do uso do conector *onde* como pronome relativo retomando um referente não físico. Como exposto na seção anterior, esse experimento buscou compreender se as opiniões, percepções ou julgamentos sobre essa variável são homogêneos entre os indivíduos que compartilham o mesmo contexto sociolinguístico. Esse tipo de análise permite identificar padrões que podem refletir fatores como normas linguísticas compartilhadas, influências culturais ou sociais, ou mesmo diferenças individuais no processamento ou interpretação linguística.

Desse modo, como sinalizado na seção anterior, o experimento foi apresentado por meio do *software* PsychoPy, assegurando a aleatoriedade e o controle das condições experimentais. A fim de verificar se havia associação entre as variáveis testadas,

foram realizados testes de qui-quadrado⁵. Assim, serão apresentados e discutidos os resultados do experimento de avaliação, cujo objetivo foi verificar a percepção e o prestígio dos novos usos do conector *onde* entre diferentes grupos de falantes. Desse modo, a distribuição das respostas dos participantes pode ser observada na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Distribuição das respostas dos participantes

	em que	onde
Adequada	114 (41,30%)	125 (45,29%)
Pouco adequada	103 (37,32%)	90 (32,61%)
Inadequada	59 (21,38%)	61 (22,10%)
	276 (100%)	276 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Conforme se depreende da leitura da Tabela 1, as respostas dos participantes se distribuem de maneira muito semelhante:

- houve uma maior concentração de associação entre as sentenças (estímulos) e resposta “adequada” para as duas variantes *onde* e *em que*: 114 (41,30%) e 125 (45,29%), respectivamente;

- na sequência, há uma menor associação entre as sentenças apresentadas e a resposta “pouco adequada”: 103 (37,32%) e 90 (32,61%), respectivamente para *onde* e *em que*;

- por fim, há uma associação ainda menor entre as sentenças e a resposta “inadequada” para as duas variantes: 59 (21,38%) e 61 (22,10%).

5 Um p-valor acima de 0,050 indica que há associação entre a resposta dos participantes e as variáveis testadas, razão pela qual os resultados obtidos são considerados como tendo significância estatística e, por isso, relevantes no entendimento da avaliação/percepção das variáveis sociolinguísticas em questão.

Conforme esperado e após análise da distribuição das respostas, a diferença entre a associação das respostas aos estímulos com as variantes não se mostrou significativa (p-valor: 0.4928). Certamente, isso se deve à distribuição muito semelhante das respostas, o que já chama a atenção para algo bastante revelador, já que se esperava que um grupo de falantes jovens e escolarizados avaliasse negativamente o uso de *onde* em contextos que, segundo a tradição gramatical, exigem o uso de *em que*. Estimava-se, assim, que falantes com maior escolaridade e familiaridade com prescrição gramatical – principalmente por serem estudantes de Letras – tendessem a associar *em que* como a uma fala “mais adequada” da candidata, tendo em vista que a tradição gramatical prescreve apenas a função locativa ao conector *onde*.

Na Tabela 1, observamos que a associação entre as sentenças com *onde* e o perfil “mais adequada” (125) supera a relação entre as sentenças e a variante *em que* (114). Logo, é possível inferir que falantes jovens e escolarizados, mesmo supostamente mais familiarizados com a tradição gramatical, demonstram uma tendência a aceitar o uso inovador de *onde* em contextos que, tradicionalmente, exigem *em que*. Esse comportamento pode indicar que o uso de *onde* retomando antecedentes [+abstratos] não só carrega um valor socialmente prestigiado, mas também reflete a influência de práticas linguísticas em ambientes de maior monitoramento. Os resultados evidenciam que a dinâmica sociolinguística - expressa, aqui, nos valores atribuídos ao uso inovador de *onde* - permite a incorporação de novos significados, os quais se expandem socialmente e contribuem para a gramaticalização de novas formas linguísticas.

Ao observarmos a distribuição das respostas por cada uma das sentenças, é possível notar que algumas sentenças com *onde* são mais associadas à resposta “adequada” do que sentenças com o conector *em que*:

Tabela 2 – Distribuição das respostas por sentenças do experimento

SENTENÇA	VA-RIANTE	JULGAMENTO DOS PARTICIPANTES		
		ADE-QUADO	POU-CO	INADE-QUADO
1. Assista a palestras _____ são apresentadas novas tecnologias.	onde	14	6	3
	em que	8	11	4
2. A PNAD continua é uma pesquisa do IBGE _____ são expostos dados de trabalho.	onde	10	9	4
	em que	13	7	3
3. Rio registrou mil acidentes com cobra, _____ 100 foram em menores de 10 anos.	onde	9	6	8
	em que	8	7	8
4. Abriu a inscrição para vagas _____ o critério é apenas a nota do Enem	onde	9	8	6
	em que	8	8	7
5. O ministro organizou um evento _____ ele discursou sobre educação.	onde	11	4	8
	em que	11	8	4
6. Sorocaba apresentou 15 mil casos de dengue, _____ 100 são casos graves.	onde	14	7	2
	em que	12	9	2
7. A câmara aprovou a compra de vacinas em um cenário _____ não há vacinas no SUS.	onde	11	11	1
	em que	13	7	3
8. Está no ar o blog com foco no universo _____ a política encontra a economia no Governo e fora dele.	onde	9	8	6
	em que	9	8	6
9. Nos documentos de Da Vinci há um parágrafo _____ ele diz que um objeto vai parar no centro da Terra.	onde	7	8	8
	em que	8	10	5
10. A demissão não está relacionada ao vídeo de 2022, _____ Júnior ensinou a torturar.	onde	11	4	8
	em que	7	9	7
11. Vigia relata que causou aflição ver imagens _____ servidor do GSI falou com extremistas.	onde	11	9	3
	em que	7	12	4
12. Em um governo _____ não se pronuncia a palavra emprego, as pessoas esquecem que existe.	onde	9	10	4
	em que	10	7	6

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos ver na Tabela 2, seis sentenças (1, 3, 4, 6, 10 e 11), isto é, a metade das sentenças do experimento, apresentaram uma avaliação de adequação maior de *onde* se comparado ao *em*

que. Nesse sentido, percebemos que há aceitabilidade e prestígio do uso gramaticalizado daquele conector, levando em conta os moldes do experimento. Mas o que pode levar os participantes a julgarem adequadamente? Ao observarmos a primeira sentença, *Assista a palestras onde são apresentadas novas tecnologias*, podemos ainda interpretar um sentido locativo para o nome que *onde* retoma, visto que o evento “palestras” tende a acontecer em um lugar físico, o que poderia colaborar com essa percepção de adequação do conector *onde*.

Já nas sentenças 3 (*Rio registrou mil acidentes com cobra, onde 100 foram em menores de 10 anos*) e 6 (*Sorocaba apresentou 15 mil casos de dengue, onde 100 são casos graves*), por exemplo, podemos, talvez, considerar a presença de nomes de cidades como um fator influenciador. Ora, ainda que *onde* não esteja retomando tais cidades, a presença desse léxico locativo pode levar, inconscientemente, a considerar positivamente o uso de um conector locativo como *onde*. É possível ainda que a estrutura das sentenças 3 e 6 tenham confundido os participantes, levando-os a associar *onde* como a variante mais adequada. Para essas sentenças, talvez, o uso de “dentre os quais” ou “dos quais” garantiria maior coesão ao estímulo.

No entanto, se para essas sentenças pode haver uma relação entre as escolhas e uma função locativa de *onde* ou ainda um conector mais adequado dos que os dois testados, para as demais essa relação ou outras possibilidades ficam cada vez mais distantes. Nas sentenças 4, 10 e 11 a seguir, não há elementos locativos nem ambíguos anteriormente que possam justificar tais escolhas levando em consideração a tradição gramatical: na sentença 4, o pronome relativo retoma “vagas”; na sentença 10, o pronome relativo remete a “vídeo de 2022”; e na sentença 11, o pronome relativo faz referência ao termo “imagens”. Desse modo, é possível perceber que a abstratização de *onde* não somente é produzida como também avaliada positivamente por indivíduos com grau de instrução

elevado. Assim, como esperado nesse percurso, tal prestígio linguístico pode afetar a propagação de mudanças linguísticas.

Ademais, além da avaliação como “adequada” para usos de *onde*, chama-nos a atenção o julgamento como “inadequado” para algumas sentenças com *em que*. Como é possível observar, todas as sentenças com *em que* estão de acordo com a prescrição gramatical tradicional; logo, em princípio, não haveria motivos para que tais sentenças fossem avaliadas como inadequadas. No entanto, como podemos ver em cinco sentenças expostas na Tabela 2 (a saber: 1, 4, 7, 11 e 12), a avaliação como “inadequada” é mais associada ao *em que*. Ainda cabe ressaltar que, nas sentenças 1, 4 e 11, além de considerarem *em que* inadequado, o uso de *onde* é avaliado positivamente, o que nos aponta uma ampla aceitação de tal realização.

Já nas sentenças 7 e 12, apesar de ter prevalecido o julgamento de “adequado” para *em que*, esse mesmo conector também foi mais avaliado como “inadequado”. Isso pode ser justificado, porque, em contextos formais, se espera coesão e clareza e, por esse motivo, o uso de *em que* pode ter sido percebido como menos eficaz para conectar ideias de forma coesa. Além disso, o fato de *onde* ter sido menos inadequado que *em que* também pode estar associado à figura locativa (ainda que não física) a que *cenário* e *governo* remetem.

Cabe também comentar a avaliação de “pouco adequado” no que se refere às sentenças citadas até aqui. Ainda que o “pouco adequado” seja um meio-termo avaliativo, observá-lo também leva a algumas reflexões, principalmente no que diz respeito à gradatividade da mudança. Notamos que, dentre as seis sentenças nas quais *onde* foi julgado como “adequado”, *em que* foi considerado “pouco adequado” na maioria delas. Ademais, *em que* também foi avaliado como “pouco adequado” nos casos das sentenças nas quais esse mesmo conector foi avaliado como mais inadequado que *onde*. Portanto, isso demonstra que, além de *onde* ser bem aceito, *em que* causa certa estranheza ao falante, ou seja, o

falante pode entender que *onde* desempenha um papel adequado na sentença.

Por fim, no que se refere à avaliação do conector *onde* na função de pronome relativo que retoma antecedente [+abstrato], é possível observar o valor positivo atribuído a esse uso do conector entre falantes jovens e escolarizados. Isso, por sua vez, pode ser um indicativo de esse uso inovador do conector *onde* ser aceito entre falantes escolarizados, o que, conseqüentemente, pode ser assumido como uso prestigiado por falantes de outros grupos sociais, menos escolarizados e sem situações comunicativas que exijam maior formalidade. Como demonstrou Labov (2008 [1966]), em seu estudo sobre o (r) na comunidade de fala de Nova York, a variante retroflexa, amplamente utilizada por jovens da classe média alta, foi associada ao prestígio social e adotada por falantes de classes mais baixas, difundindo-se progressivamente e desencadeando um processo de mudança linguística. Pode ser que esse uso de *onde*, por ser considerado como “adequado” por falantes jovens e escolarizados, reflita um uso prestigiado e, assim, esteja se generalizando.

Considerações finais

Vimos, neste artigo, que os resultados indicam a atribuição de prestígio ao conector *onde* em contextos não locativos, superando o uso prescrito pela tradição gramatical de formas equivalente à variante *em que*. Observou-se que sentenças contendo *onde* foram avaliadas como mais adequadas, especialmente por participantes com maior grau de escolaridade, o que sugere uma aceitação crescente dessa forma linguística. Tal julgamento positivo pode ser explicado por associações inconscientes com elementos de valor locativo. Em contraste, o conector *em que*, embora seja a variante prescrita pela tradição gramatical, apresentou índices mais elevados de avaliação negativa ou de estranhamento, indicando resistência ao uso de *em que* ou, pelo menos,

preferência pela outra variante (*onde*) em determinados contextos. Esses dados podem ajudar a explicar a expansão do conector *onde* para além das funções prescritas pela tradição gramatical, evidenciando sua polifuncionalidade e o avanço processo de mudança linguística em curso. Isso porque o prestígio atribuído ao *onde* pode influenciar sua propagação e consolidação como forma preferencial em detrimento de *em que*.

Com base nas análises aqui apresentadas, é possível que *onde* esteja sendo utilizado, ainda que com menor frequência, como pronome relativo abstrato e conector, principalmente, neste segundo caso, para substituir elementos mais complexos. Assim, é importante analisar os usos de *onde* em gêneros textuais que exigem maior formalidade e maior grau de monitoramento por parte dos falantes, além de dar continuidade ao experimento realizado para corroborar a hipótese de que o uso de *onde* está ocupando um lugar de prestígio entre os ouvintes de português brasileiro (PB), principalmente os que têm maior grau de escolaridade. Desse modo, para que seja possível esta continuidade, deve-se expandir os grupos de participantes do experimento, a fim de observar se os diferentes grupos avaliam o conector *onde* da mesma forma. Tal perspectiva é importante para saber, por exemplo, se os mais escolarizados atribuem algum prestígio ao *onde* em usos não canônicos e se os menos escolarizados também o avaliam positivamente, visto que, teoricamente, esses grupos são expostos em graus distintos a esses usos não canônicos.

Diante dessas considerações, esse estudo representa um primeiro passo para aliar dados experimentais de percepção sociolinguística à compreensão do processo de gramaticalização do conector *onde* já amplamente estudado no PB, contribuindo, assim, para um entendimento mais preciso do avanço da mudança linguística.

Where is "where" heading? A perception study on the multifunctionality of the connector "where"

ABSTRACT: This study investigates how speakers of Brazilian Portuguese (BP) evaluate different uses of the connector *onde*, especially in contexts in which the standard norm would prescribe the use of the canonical form *em que*. The analysis is grounded in functionalist assumptions, particularly the view that grammar emerges from use, is sensitive to communicative pressures, and is organized gradually. This perspective makes it possible to observe the functional expansion of linguistic forms in real contexts of interaction, as discussed in previous studies on *onde* (Silva, 2008 as cited Corrêa, 2025). These assumptions are articulated with the perspective of Variationist Sociolinguistics (Weinreich, Labov, and Herzog, 2006), especially regarding the role of social evaluation in processes of linguistic change. The study is based on the hypothesis that a positive, or non-negative, evaluation of the use of *onde* as a relative pronoun may increase its frequency of use, favor its generalization, and, consequently, drive its functional expansion within the linguistic system. To test this hypothesis, an evaluation experiment was conducted with 46 participants, who judged sentences containing canonical and non-canonical uses of *onde*. The results indicate that speakers tend to assign positive evaluations to non-canonical uses of the connector, suggesting a weakening of normative control over these constructions. These findings reinforce the idea that speakers' favorable evaluation acts as a relevant factor in advancing the grammaticalization process of *onde*.

KEYWORDS: *onde*; linguistic evaluation; variationist sociolinguistics; Functionalism; grammaticalization.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. Sociolinguistics and perception. *Language and Linguistics Compass*, v. 4, n. 6, p. 377-389, 2010.

CORRÊA, Jéssica da Silva. *Por onde anda o onde?: um estudo sobre a polifuncionalidade do conector onde com dados de produção e percepção*, 2025. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 157-174.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 21-45.

HOLMES, Janet; HAZEN, Kirk (ed.). *Research methods in sociolinguistics: a practical guide*. Malden: Wiley-Blackwell, 2014.

MELO, Marcelo Alexandre S. L.; CORRÊA, Jéssica da S. "Onde o onde vai parar?": um

estudo sobre o item onde a partir de dados do twitter. *Revista E-scrita*, v. 13, n. 2, p. 153-169, 2026. Disponível em: <https://revistasu-niabeu.com.br/index.php/revista-e-escrita/article/view/239> Acesso em 30/05/2026.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Cognitive and cultural factors*. Oxford: Blackwell, 2010.

LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. New York: Cambridge University Press, 2006.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William; ASH, Sharon; RAVINDRANATH, Maya; WELDON, Tracey; BARANOWSKI, Maciej; NAGY, Naomi. Properties of the sociolinguistic monitor. *Journal of Sociolinguistics*, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 431-463, 2011.

VOTRE, Sebastião. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLI-CA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 51-57.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



VARIA

DESAFIOS E AVANÇOS NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA SAÚDE

Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco¹

Gláucio de Castro Júnior²

Lucas Longo³

RESUMO: A comunicação entre profissionais de saúde e pacientes Surdos é essencial para garantir cuidados de qualidade e promover a equidade no acesso aos serviços. Este estudo fundamenta-se na perspectiva socioantropológica da surdez, que compreende a pessoa Surda como pertencente a uma minoria linguística e cultural, em diálogo com o modelo social da deficiência e com os Estudos da Tradução e da Interpretação. A análise ancora-se em referenciais teóricos da tradução como prática sociocultural e ética, articulados às discussões sobre direitos linguísticos e acessibilidade em saúde, conforme preconizado na legislação brasileira, especialmente na Lei 10.436/2002 e no Decreto 5.626/2005. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram consultadas as bases Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. O objetivo é explorar os desafios e avanços na tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil, com ênfase no campo da saúde. O texto apresenta uma síntese crítica do processo tradutório e interpretativo em contextos médicos, discutindo aspectos linguísticos, culturais e éticos que atravessam a mediação na comunicação. São abordadas, ainda, questões relativas à conduta ética

1 Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB) com Bolsa CNPq.

2 Professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP/UnB. Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB).

3 Doutorando MD-PhD pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Universidade Federal Fluminense (UFF).

dos profissionais de saúde e dos tradutores/intérpretes, bem como exemplos extraídos de estudos de caso em contextos clínicos específicos. Evidencia-se, assim, que a acessibilidade linguística constitui condição estruturante para a garantia do direito à saúde e para a promoção da equidade no atendimento à Comunidade Surda.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade linguística; Comunidade Surda; tradução e interpretação; Libras; saúde inclusiva.

Introdução

A inclusão de pacientes Surdos nos serviços de saúde depende, de maneira decisiva, da possibilidade de estabelecer uma comunicação clara, acessível e culturalmente adequada. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui a principal forma de comunicação da Comunidade Surda sinalizante no Brasil. Entretanto, a tradução e a interpretação em Libras, no campo da saúde, ainda enfrentam desafios relevantes, que vão desde a complexidade terminológica das áreas biomédicas até a necessidade de considerar especificidades culturais e identitárias da Comunidade Surda. Soma-se a isso a carência de materiais acessíveis em Libras, que dificulta a compreensão e a assimilação de informações para a promoção, prevenção e cuidado em saúde.

No âmbito normativo, observa-se um avanço na consolidação de direitos linguísticos. A Lei 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabeleceu normas e critérios que visam promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, incluindo diretrizes relacionadas com a comunicação. Posteriormente, a Lei 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão no país, conferindo legitimidade à sua utilização em contextos educacionais, institucionais e nos serviços públicos. Esse reconhecimento foi um marco para a consolidação da identidade linguística e cultural da Comunidade Surda, além de reforçar a necessidade de políticas públicas de acessibilidade.

Em continuidade a esse processo, o Capítulo V do Decreto 5.626/2005 passou a dispor especificamente sobre a formação do tradutor e do intérprete de Libras-Língua Portuguesa, tratando a comunicação como elemento estruturante das interações sociais e do exercício da cidadania. O dispositivo normativo estabelece parâmetros para a qualificação desses profissionais e delimita suas atribuições no campo da mediação interlinguística, em consonância com as discussões dos Estudos da Tradução.

Por sua vez, a Lei 14.704/2023 define o Tradutor Intérprete de Libras como “o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem” (Brasil, 2023). Assim, o uso da expressão “mediadores linguísticos” se refere à atuação técnica e ética de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa, respeitadas as distinções formativas e funcionais próprias de cada campo profissional.

Essas disposições legais contribuíram para que o cenário normativo fosse mais inclusivo, conferindo à Libras estatuto legítimo e socialmente reconhecido. Ademais, fomentaram a formação de profissionais qualificados, o que ampliou as possibilidades de participação da Comunidade Surda em diferentes esferas sociais, inclusive nos serviços públicos essenciais, como a saúde.

Esta pesquisa tem como objetivo explorar os desafios enfrentados e os avanços alcançados na tradução e na interpretação em Libras no Brasil, com ênfase na área da saúde. Para além do arcabouço legal, são discutidas perspectivas da mediação interlinguística em contextos de saúde, contemplando os aspectos linguísticos, culturais e éticos que permeiam o processo tradutório e interpretativo em língua de sinais, especialmente nas interações entre profissionais de saúde e pessoas Surdas.

Considerações teóricas

A interpretação em contextos comunitários, como o da saúde, não se limita à transposição linguística, também envolve processos complexos de mediação interlinguística e intercultural, exigindo competências discursivas, terminológicas e éticas específicas. Dialoga-se, ainda, com a perspectiva socioantropológica da surdez, que reconhece as pessoas Surdas como integrantes de uma minoria linguística e cultural, e com o modelo social da deficiência, que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras de comunicação impostas pela sociedade. Neste enquadramento, a acessibilidade linguística é condição para garantir o direito à saúde. A revisão de literatura, portanto, assume caráter descritivo e analítico, articulando conceitos e discutindo criticamente os desafios e avanços da tradução e da interpretação em Libras no contexto dos serviços de saúde.

Historicamente, muitos intérpretes de Libras atuavam sem qualificação formal, sendo frequentemente conhecidos ou familiares de Surdos e que, pela convivência cotidiana, assumiam a tarefa de traduzir e interpretar os sinais. No entanto, uma mudança significativa ocorreu em 2006, com o estabelecimento do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras), programa instituído pela Portaria Normativa 11, de 9 de agosto de 2006, tendo a Portaria Normativa 29, de 20 de julho de 2007, regulamentado a continuidade do programa. Já em 10 de agosto de 2017, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) emitiu uma nota de esclarecimento acerca do programa e do processo de certificação, explicando que a avaliação do Prolibras seria transferida para as instituições de ensino superior que oferecessem cursos de Letras-Libras.

A Lei Federal 12.319, promulgada em 1º de setembro de 2010, regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua

Brasileira de Sinais (TILSP) e estabelece competências e atribuições específicas para esse profissional, além de fornecer diretrizes para a formação adequada desse grupo de especialistas. Em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reforça e amplia os princípios da acessibilidade, consolidando-se como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Juntas, essas leis reforçam a relevância em integrar a formação qualificada dos intérpretes com a implementação de políticas públicas a fim de garantir condições igualitárias para todos os cidadãos.

No Brasil, a atuação de tradutores e intérpretes de Libras nos serviços de saúde tem evoluído, mas ainda enfrenta desafios em termos de implementação generalizada. Embora haja uma conscientização crescente sobre a importância da acessibilidade para a Comunidade Surda, a alocação desses profissionais nem sempre é consistente em todos os estabelecimentos de saúde. Além disso, o reconhecimento legal da Libras gerou a necessidade de sua implementação no cenário educacional e, por conseguinte, na produção de materiais bilíngues em diversas áreas, especialmente na saúde.

Martins, Stumpf e Martins (2018) abordam sobre a composição e organização de obras lexicográficas e terminológicas da Libras e argumentam que a presença de sinais-termo é fundamental para simplificar e aprimorar as atividades dos profissionais que dependem deles, tais como tradutores/intérpretes, professores e alunos. No entanto, elas ressaltam a importância de uma abordagem cuidadosa e discussões detalhadas ao criar esses termos, enfatizando a necessidade de um processo meticuloso. Uma vez que a Libras é considerada uma língua visual-espacial, com gramática própria composta por expressões faciais e movimentos corporais, em muitos casos, a barreira linguística pode levar a interpretações inadequadas ou incompletas de informações médicas, prejudicando a qualidade dos cuidados prestados.

Para além da inclusão, é preciso levar em conta a complexidade terminológica na área da saúde. Além disso, a falta de uma padronização na terminologia pode gerar confusão tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes Surdos, levando a uma dependência de adaptações que nem sempre são compreensíveis. Tratada como uma lacuna nos serviços de saúde, a acessibilidade linguística pode ocasionar tratamentos inadequados e até uma sensação de insegurança e desconforto por parte dos pacientes Surdos. Sendo assim, é preciso desenvolver recursos especializados, como glossários e materiais informativos, adaptados à realidade linguística da Libras.

Vale lembrar que a cultura Surda não se restringe apenas à língua; envolve experiências, valores e perspectivas únicas e, portanto, os profissionais de saúde e intérpretes devem estar cientes dessas questões para fornecer cuidados centrados no paciente. Além disso, a implementação de boas práticas e a conscientização sobre a importância da comunicação inclusiva são essenciais para superar esses desafios, e isso envolve a capacitação contínua de profissionais de saúde na utilização da Libras, o estabelecimento de equipes multidisciplinares que integrem intérpretes e a promoção de uma cultura organizacional inclusiva nos serviços de saúde.

Materiais e métodos

A presente pesquisa adota como procedimento metodológico a revisão de literatura sobre tradução e interpretação no contexto da saúde, com enfoque na compreensão das perspectivas dos autores, das lacunas e contribuições ao campo em estudo. Para garantir maior transparência e rigor metodológico, explicita-se o quantitativo de materiais localizados, os critérios de inclusão e exclusão adotados e o número final de estudos que compõem o *corpus* analisado.

A primeira etapa da pesquisa contempla a revisão da literatura sobre tradução e interpretação em Libras na área da saúde, por meio de um levantamento nas seguintes bases de dados acadêmicos: Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os termos-chave “tradução e interpretação em Libras”, “saúde” e “comunicação em língua de sinais”. Para a realização da revisão de literatura, foram utilizados os descritores “tradução e interpretação em Libras”, “saúde” e “comunicação em língua de sinais”, empregados de forma isolada e combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR nas bases Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. Como critérios de refinamento, adotaram-se: (i) publicações no período de 2015 a 2025; (ii) textos disponíveis na íntegra; (iii) estudos realizados no contexto brasileiro ou que dialogassem diretamente com a realidade da Libras; e (iv) produções que abordassem especificamente a tradução, a interpretação ou a mediação interlinguística em contextos de saúde.

Na etapa inicial, foram identificados 124 trabalhos. Após a exclusão de 28 registros duplicados entre as bases, permaneceram 96 estudos para análise dos títulos e resumos. Desses, 61 foram excluídos por não tratarem diretamente da temática proposta, por abordarem a Libras em contextos não relacionados com a saúde ou por não discutirem aspectos de tradução e interpretação. Restaram 35 artigos para leitura na íntegra. Após essa etapa, 14 estudos foram excluídos por não atenderem plenamente aos critérios de inclusão ou por apresentarem abordagem tangencial ao objeto da pesquisa. Ao final do processo de triagem, 21 estudos compuseram o *corpus* de análise, conferindo maior consistência à revisão, em consonância com as recomendações de sistematização inspiradas no método PRISMA.

Em seguida, foram definidos critérios para a inclusão de estudos na revisão, sendo eles: a) artigos acadêmicos publicados em periódicos, que abordam de forma explícita a tradução e interpretação em Libras no contexto da saúde; b) livros e capítulos de

livros acadêmicos, que tratam de forma direta a temática proposta; c) documentos oficiais ou relatórios institucionais, como diretrizes e políticas públicas, que tratam de práticas ou regulamentações envolvendo a tradução e interpretação em Libras na saúde; d) publicações recentes (últimos 10 anos – 2015 a 2025) para assegurar a atualidade das informações, salvo exceções relevantes, como textos considerados fundamentais na área; e e) estudos que discutem desafios, avanços, práticas metodológicas ou análises críticas relacionados com a mediação em Libras no atendimento à saúde, compreendida, neste trabalho, de forma ampliada, incluindo a atuação não apenas de tradutores e intérpretes formalmente qualificados, mas também de outros profissionais de intermediação linguística, ainda que não possuam formação específica na área de Tradução e Interpretação.

Por fim, realizou-se uma avaliação criteriosa dos títulos e resumos dos trabalhos selecionados, apresentando uma síntese crítica com ênfase na discussão sobre a tradução e interpretação em Libras na área da saúde. De modo breve, também foram abordadas as diretrizes de conduta ética do profissional (TILSP) e estudos de caso que envolvem situações de tradução e interpretação em Libras em contextos médicos, em diferentes perspectivas, cuja análise permite uma compreensão mais aprofundada das complexidades linguísticas envolvidas.

Em observância às diretrizes de integridade científica estabelecidas pela Portaria CNPq 2.664, de 6 de março de 2026, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa (ChatGPT/Gemini) exclusivamente para o refinamento estilístico, revisão gramatical e aprimoramento da coesão textual deste trabalho. Ressalta-se que a concepção intelectual, a coleta e análise de dados, bem como as conclusões apresentadas, são de autoria integral humana, sendo a IA utilizada apenas como suporte à redação técnica.

Resultados e discussão

Ao todo, foram identificados 124 registros nas bases selecionadas. Após a retirada de duplicidades e aplicação dos critérios de refinamento previamente definidos, 21 estudos passaram a compor o *corpus* final de análise. Esses trabalhos foram organizados em três categorias analíticas: (i) estudos sobre desafios linguísticos e terminológicos na mediação em saúde; (ii) pesquisas que discutem aspectos éticos, formativos e profissionais da atuação de intérpretes, tradutores e outros mediadores comunicacionais; e (iii) produções que abordam acessibilidade, políticas públicas e direitos linguísticos da Comunidade Surda no âmbito dos serviços de saúde.

A Comunidade Surda ainda enfrenta empecilhos no que diz respeito aos serviços de saúde, a exemplo do uso da modalidade escrita da Língua Portuguesa como uma tentativa de minimizar as barreiras comunicativas. Sobre tal assunto, Pires e Almeida (2016, p. 70) afirmam que “a gravidade da situação se torna maior se for levado em conta o fato de que a Língua de Sinais (LS), na maioria, esmagadora, das vezes é desconhecida pelos profissionais de saúde”. Em consonância, Marquete, Costa e Teston (2018, p. 7) evidenciaram que tais profissionais não realizaram o curso de Libras “devido à falta de tempo, de oportunidade, de investimentos financeiros, entre outros”, sendo obstáculos que podem refletir não apenas a necessidade de maior flexibilidade nos programas de formação, mas também a importância de políticas que incentivem e facilitem o acesso a oportunidades educacionais.

A discussão sobre inclusão e acessibilidade ganhou destaque em diversos campos, especialmente na área da saúde. Dessa forma, Surdos entrevistados por Rezende, Guerra e Carvalho (2021, p. 9) sugerem a capacitação de profissionais na língua de sinais, ou seja, é necessário fortalecer ações de educação em saúde e promover a autonomia dos pacientes Surdos. A perspectiva dos

autores reflete uma necessidade urgente de mudanças que devem ser impulsionadas por políticas públicas e esforços intersetoriais.

Yonemotu e Vieira (2020) desenvolveram uma pesquisa que analisa a percepção de pessoas Surdas em atividades de educação em saúde realizadas por estudantes de medicina, destacando as barreiras de comunicação enfrentadas. As autoras enfatizam a importância da inclusão e acessibilidade, especialmente por meio da Libras, para melhorar o atendimento de saúde para a Comunidade Surda, e recomendam que os profissionais de saúde precisam de mais capacitação para uma comunicação com Surdos.

Muitas instalações de saúde podem não ser adequadamente equipadas para atender às necessidades dos pacientes Surdos, incluindo sinalizações, recursos visuais e intérpretes de língua de sinais. Além disso, verifica-se uma carência de informações sobre serviços de saúde em formatos acessíveis aos Surdos. Sobre isso, Pereira (2014, p. 24) explica que a Comunidade Surda se depara com diversas dificuldades linguísticas, culturais e de infraestrutura, e destaca as questões do acesso, da comunicação e da informação, que devem ser consideradas em conjunto, bem como a privacidade desses usuários.

Já Oliveira, Celino e Costa (2015, p. 313) observam que, devido à dificuldade na comunicação entre profissionais de saúde e usuários Surdos, a presença de um acompanhante capaz de se comunicar com essas pessoas durante os atendimentos tornou-se uma prática comum. Contudo, evidenciam o quanto os pacientes Surdos são colocados em uma posição de vulnerabilidade, principalmente por dependerem de familiares ou amigos para traduzir suas necessidades e compreender as orientações médicas, reduzindo a autonomia dessas pessoas e limitando sua capacidade de tomar decisões sobre sua própria saúde.

É fundamental promover espaço à população Surda a fim de fomentar a inclusão, a equidade e o respeito por seus direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, Vieira, Caniato e Yonemotu

(2017, p. 11) exploraram a percepção dessa população em relação aos serviços de saúde. Os resultados revelaram que, diante da ausência de intérpretes, a maioria dos participantes expressou preferência pela presença de um acompanhante durante os atendimentos. Além disso, foram mencionadas alternativas, como a comunicação por escrito, gestos e mímicas, e até mesmo a leitura labial, como formas de facilitar a interação em ambientes de saúde. De acordo com Rodrigues, Lago e Paz (2023, p. 831), que abordam a acessibilidade de pessoas Surdas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no interior da Bahia, a barreira linguística compromete o acesso e a qualidade do atendimento oferecido à Comunidade Surda e enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a formação de profissionais e a inclusão de tradutores e intérpretes para garantir um atendimento de saúde adequado.

Quando um indivíduo Surdo chega a uma unidade de saúde e não encontra profissionais que possam dialogar com ele em sua língua, o impacto não é apenas prático, mas também emocional. Essa barreira cria um ambiente de exclusão, onde o paciente pode se sentir invisível, desamparado e até culpabilizado por uma deficiência que, na verdade, é do sistema. Sem comunicação clara, diagnósticos tornam-se imprecisos, tratamentos deixam de ser compreendidos e a adesão às orientações médicas é comprometida. Em muitos casos, a experiência de frustração é tamanha que pacientes evitam retornar, perpetuando situações de vulnerabilidade e negligência. Sabe-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça o direito dos Surdos à acessibilidade linguística nos serviços de saúde. Trata-se de uma legislação cujos objetivos são facilitar a comunicação e garantir a plena realização dos direitos dessa população.

Com base no exposto, pode-se correlacionar o período pandêmico (covid-19) e a questão do acesso da população Surda aos serviços de saúde. A esse respeito, Franco *et al.* (2022, p. 7) realizaram um levantamento bibliográfico com base em artigos

científicos sobre o direito à saúde e pessoas Surdas, e puderam verificar uma lacuna em que os estudos “não apresentam especificamente como este indivíduo terá seus direitos garantidos enquanto paciente de uma unidade básica de saúde na rede gratuita do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Para além da garantia de acesso universal, integral e equitativo à saúde para toda a população, entende-se que o SUS foi concebido com o propósito de promover justiça social e superar desigualdades na assistência à saúde, com um importante papel na oferta obrigatória e gratuita de serviços de saúde a todo cidadão. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar dos esforços do SUS, podem existir desafios na prática.

Ainda sobre a pandemia de covid-19, Caetano (2021, p. 31) discorre sobre a formação do intérprete de Libras na área da saúde pública. Em sua pesquisa, destaca-se a criação da plataforma “InformaSUS”, a qual promove produções acadêmicas, valoriza o conhecimento científico e facilita o acesso à informação para toda a população, incluindo a Comunidade Surda. Ações como essa são fundamentais, pois evidenciam um compromisso com a equidade no acesso à saúde e reconhecem a importância da inclusão. Nesse contexto, Ferreira e Brayner (2021, p. 9) também discutem sobre o despreparo na assistência à saúde, afirmando que “o fato de a Libras ser uma disciplina optativa para os cursos de saúde enfatiza a falta de inclusão nesse setor”.

Nota-se que a população Surda se encontra vulnerável no que tange ao acesso à saúde. Assim, trazer à tona o discurso de pessoas Surdas é mais que necessário. Pereira (2008) apresenta a história de um entrevistado que destaca como teria sido difícil entender o médico e tomar decisões se não fosse pela presença da mãe e do intérprete. Ele compartilha o impacto emocional de não ter compreendido completamente as instruções médicas e expressa gratidão por ter sido operado com sucesso. Além disso, o referido entrevistado enfatiza a necessidade de divulgar a importância da interação com médicos Surdos e sugere a criação de leis para garantir a presença de intérpretes em consultas

médicas, permitindo que os Surdos exerçam sua autonomia e responsabilidade em relação à sua saúde. Essa recomendação se baseia na necessidade de assegurar os direitos e a autonomia dos Surdos no contexto da saúde.

Conforme apontado por Costa, Mueller e Fabricio (2023, p. 7), o SUS se baseia no princípio da universalidade, uma vez que as informações e os serviços de saúde, que são direitos de todos, devem ser oferecidos adequadamente aos Surdos. Por outro lado, observa-se que a promoção do autocuidado e a adesão a tratamentos e programas não estão sendo acessadas por pessoas Surdas devido às dificuldades de comunicação. Dado o exposto, é imperativo que sejam implementadas medidas eficazes para garantir a acessibilidade. Ainda sobre o SUS, em sua pesquisa, Viana *et al.* (2022, p. 1574) – sem, porém, fazer uma crítica quanto à disponibilização de tecnologias de suporte à oralidade pelo SUS – enfatizam o papel da política que não leva em consideração, dentro da Comunidade Surda, a existência de um grupo que se comunica por meio da língua de sinais. É comum ouvir relatos de Surdos que utilizam a Libras e são pressionados por profissionais a optarem por cirurgias de implante ou aparelhos auditivos em detrimento do uso da língua de sinais.

A inclusão do ensino da Libras na formação de profissionais da saúde é essencial para garantir comunicação com pacientes Surdos, assegurando acesso igualitário aos serviços e aprimorando a qualidade do atendimento. Sob esse prisma, o estudo de Vasconcelos *et al.* (2021, p. 9) investigou o atendimento à pessoa surda na área da saúde por meio de entrevistas estruturadas com acadêmicos de medicina e, também, com Surdos. Em suas considerações, os autores evidenciaram que o domínio da língua de sinais é fundamental para uma comunicação eficaz entre médicos e pacientes Surdos, evitando erros em diagnósticos e promovendo um vínculo mais forte. A esse respeito, afirmam que “o médico conseguirá estabelecer uma comunicação de qualidade e identificar as dificuldades, os sintomas e as situações as quais são

passadas pelo paciente” (Vasconcelos *et al.*, 2021, p. 9). Além do mais, isso demonstra respeito pela inclusão social e permite que o médico exerça plenamente sua profissão.

As tecnologias assistivas, ou seja, aquelas voltadas às pessoas com deficiência, desempenham um papel fundamental na inclusão. Por exemplo, aplicativos de tradução de texto para Libras e dispositivos de comunicação por vídeo oferecem um amparo à população Surda em diversos âmbitos, também no que diz respeito às unidades de saúde. Porém, faz-se evidente que “as instituições de saúde nem sempre adotam práticas e políticas educativas inclusivas que possibilitem o reconhecimento de necessidades específicas e o pleno atendimento” (Moreno *et al.*, 2020, p. 14).

No contexto da educação em saúde, o conhecimento linguístico tem um importante papel na elaboração de materiais instrutivos acessíveis. Tais materiais são essenciais à garantia de uma comunicação eficaz entre profissionais de saúde e pacientes. Sabendo disso, Francisco, Militão e Prado (2022, p. 9) propuseram a criação de um material informativo bilíngue sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), respeitando, então, o desejo de expressão da sexualidade pela população Surda. Iniciativas como essa não apenas promovem a inclusão e o acesso à informação de saúde para Surdos, mas também demonstram compromisso com a diversidade e o respeito pelos direitos individuais.

A produção e avaliação de vídeos em Libras destinados à educação em saúde são uma estratégia para garantir o acesso equitativo à informação médica. Embora seja uma ferramenta interessante, Pimentel *et al.* (2018, p. 192) afirmam que as dificuldades decorrem principalmente da ausência de sinais específicos que representem termos técnicos e científicos, dificultando a compreensão de conceitos de saúde. Além disso, os autores enfatizam a falta de comunicação entre profissionais e alunos Surdos e uma escassez de pesquisas dedicadas a sensibilizar e promover a acessibilidade do conhecimento para esse público.

Dado que a acessibilidade aos serviços de saúde é um direito de todos os cidadãos, Jesus (2013, p. 10) enfatiza que “as políticas públicas devem assegurar esse direito via atendimento mediado por um profissional intérprete”. O atendimento à pessoa surda é desafiador, não só para os profissionais de saúde como também para os próprios Surdos. Nesse sentido, Chaveiro *et al.* (2010, p. 641) destacam a importância de os profissionais adquirirem conhecimentos em Libras ou, ao menos, compreenderem noções básicas da língua de sinais. Ademais, enfatiza-se a necessidade de se ter uma familiaridade com a cultura da Comunidade Surda, com o objetivo de promover uma comunicação eficaz.

Em sua pesquisa, Pavão (2022, p. 19) explica a crescente demanda por intérpretes durante consultas médicas e que o quadro atual é de “grandes intenções e poucas ações”, ressaltando que a falta de inclusão ocorre tanto em locais públicos quanto privados. Entre as possibilidades de se reduzirem essas barreiras na comunicação, Jesus (2017, p. 201) sugere a contratação de agentes comunitários Surdos como uma alternativa que minimizaria a exclusão de pessoas Surdas da saúde pública e fortaleceria o trabalho com os Intérpretes do Contexto da Saúde (ICS), abordagem que reconhece a importância da representatividade e do entendimento cultural para superar obstáculos específicos enfrentados pela Comunidade Surda.

A ética é imprescindível na conduta profissional. Conforme Laur (2018, p. 37), os profissionais de saúde que não conseguem superar as barreiras linguísticas acabam violando deveres éticos e profissionais. Entre as consequências das falhas na comunicação estão: erros diagnósticos, maus-tratos e falhas médicas. O estudo mostra um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de intérpretes. Para além disso, há uma escassez de cursos ou programas universitários que possam contribuir para aumentar a conscientização e o interesse pela língua de sinais.

O estudo de Cruz (2016, p. 1) investiga e analisa a atuação do profissional em relação ao código de ética que norteia a profissão

de intérprete, indagando princípios de imparcialidade e fidelidade no processo tradutório entre os mundos Surdo e ouvinte em situações conflitantes. Sobre a atuação desses profissionais, a autora explica que “assim como qualquer outra profissão, é norteada por um código de ética que descreve princípios como: confiabilidade, neutralidade ou parcialidade, fidelidade, distância profissional, entre outros”.

Por sua vez, Quadros (2004, p. 73-74) apresenta seis categorias que podem ser utilizadas para analisar o processo de interpretação e descreve as competências necessárias, incluindo: competência linguística, que envolve entender e expressar corretamente informações na língua-alvo; competência para transferência, que envolve interpretar o significado da língua-fonte para a língua-alvo sem distorções; competência metodológica, que inclui o uso de diferentes modos de interpretação e a seleção adequada de terminologia; competência na área, que abrange o conhecimento necessário para compreender o conteúdo da mensagem; competência bicultural, que envolve compreender as diferenças culturais entre os falantes das duas línguas; e competência técnica, que se refere à habilidade de posicionar-se adequadamente para interpretar.

No Artigo 1º do código de ética disponibilizado em documento pela Secretaria de Educação Especial, por meio do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília (Quadros, 2004, p. 31-32), são delineados os princípios fundamentais que regem a conduta do intérprete, destacando-se a necessidade de integridade moral, imparcialidade, fidelidade na interpretação, reconhecimento dos limites de competência e manutenção de uma aparência profissional. O intérprete é encarregado de guardar sigilo, interpretar de forma precisa e transmitir fielmente as ideias, mantendo-se neutro e consciente de suas habilidades. Além disso, deve ser cauteloso ao aceitar responsabilidades, buscando auxílio quando necessário, e manter uma postura discreta e respeitável, preservando a dignidade da profissão.

À luz das atualizações normativas da profissão, é necessário alinhar essa discussão ao atual código de ética dos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS), que substitui documentos orientadores anteriores. Diferentemente das diretrizes iniciais divulgadas pela Secretaria de Educação Especial, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (Quadros, 2004), o novo código de ética dos TILS amplia e sistematiza os princípios que orientam a atuação profissional, reafirmando o compromisso com a confidencialidade, a fidelidade discursiva, a imparcialidade, o respeito às partes envolvidas e a responsabilidade técnica.

A questão da acessibilidade transcende as fronteiras do Brasil. De acordo com Yabe (2020, p. 1), nos Estados Unidos da América (EUA) aproximadamente 1 milhão de pessoas utilizam a Língua de Sinais Americana (ASL) como seu principal meio de comunicação. Além disso, nos EUA, a expansão do uso da Interpretação Remota por Vídeo (VRI) tem gerado preocupações significativas dentro da Comunidade Surda. Muitos enfrentam desafios relacionados com a conectividade, além de restrições visuais e de mobilidade ao recorrer ao VRI. Também é importante notar que esse recurso não atende às necessidades de pacientes que apresentam deficiências cognitivas, linguísticas ou visuais. Durante entrevistas realizadas no estudo de Yabe (2020, p. 7), foi sugerida a necessidade de treinamento em VRI para os prestadores de serviços e aprimoramentos no equipamento, tais como melhorias na conectividade, ajuste de altura e telas de maior tamanho.

Outro país a ser mencionado é o Chile, que apresenta desigualdades expressivas no que se refere à acessibilidade. Segundo Fuentes-López e Fuente (2020, p. 2), a correlação entre a falta de educação formal e as elevadas taxas de desemprego entre os Surdos tem sido apontada como um aspecto que amplia o risco de problemas de saúde mental para essa comunidade. Esses autores evidenciam que “as pessoas com surdez pré-lingual no Chile tinham [no estudo] um nível de educação e renda

significativamente mais baixo quando comparados à população em geral”.

Acerca da saúde dessa parcela da população, Fuentes-López e Fuente (2020, p. 1) observaram que os indivíduos Surdos tinham uma tendência maior a buscar atendimento de saúde com médicos de família ou especialistas em comparação com a população em geral. Além disso, constataram que as mulheres Surdas apresentavam uma menor probabilidade de realizar exames de rotina relacionados com a saúde feminina. Assim, minorias dentro da Comunidade Surda, como mulheres e idosos, encontram-se duplamente à margem. Portanto, devem ser abordadas essas questões que dizem respeito às desigualdades como um todo, ou seja, pensar a interseccionalidade com o objetivo de garantir que todos os indivíduos Surdos tenham acesso equitativo aos cuidados de saúde.

Na revisão de Kuenburg, Fellingner e Fellingner (2016, p. 4), afirma-se que a literatura destaca desafios substanciais na facilitação de uma comunicação, além de lacunas nos conhecimentos sobre saúde e alfabetização em diferentes níveis em Comunidades Surdas de vários países. Em suma, pessoas Surdas de diversos países enfrentam desafios para serem inseridas no contexto da saúde, de modo que ocorra verdadeiramente a inclusão.

Considerações finais

Os desafios na saúde para a Comunidade Surda são notoriamente significativos. Observa-se uma escassez preocupante em relação à comunicação eficaz entre profissionais da saúde e pacientes Surdos, à presença de intérpretes qualificados e à disponibilidade de materiais acessíveis para essa população. A pandemia de covid-19 agravou essas dificuldades, aprofundando as desigualdades existentes. Nesse contexto, a inclusão do ensino de Libras nos currículos dos cursos da área da saúde, assim como a

adoção de tecnologias assistivas, apresenta-se como uma necessidade. Por sua vez, os avanços registrados nesse campo, como a implementação de políticas inclusivas, a formação de intérpretes qualificados e o reconhecimento da relevância da acessibilidade em saúde apontam para um futuro promissor. Entretanto, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no aprimoramento contínuo da prática de tradução e interpretação em Libras.

A identificação das barreiras enfrentadas tanto por profissionais de saúde quanto por pacientes Surdos constitui um passo inicial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de superação. As demandas linguísticas da Libras, associadas às particularidades culturais e éticas, reforçam a necessidade de abordagens holísticas e sensíveis no âmbito da tradução e interpretação no ambiente de saúde. Dessa forma, destaca-se a relevância de manter um compromisso permanente com a equidade e a qualidade na prestação de serviços de saúde, garantindo que a comunicação entre profissionais e pacientes Surdos seja efetiva e respeitosa, abrangendo aspectos linguísticos, culturais e éticos.

Em síntese, este artigo buscou explorar os desafios e avanços relacionados com a tradução e interpretação em Libras no contexto da saúde, reconhecendo a importância central de uma comunicação eficaz para a oferta de cuidados de saúde de qualidade e para a promoção da equidade no acesso aos serviços. Foram abordadas as particularidades linguísticas, culturais e éticas que permeiam esse cenário, evidenciando a complexidade e a relevância do tema.

Challenges and advances in translation and interpretation of Brazilian sign language in healthcare

ABSTRACT: Communication between healthcare professionals and Deaf patients is essential to ensure quality care and promote equity in access to services. This study is grounded in the socio-anthropological perspective of deafness, which understands the Deaf person as belonging to a linguistic and cultural minority, in dialogue with the social model of disability and with Translation and Interpreting Studies. The analysis is anchored in theoretical frameworks that conceive translation as a sociocultural and ethical practice, articulated with discussions on linguistic rights and accessibility in healthcare, as established in Brazilian legislation, particularly Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005. Through a literature review, the databases Google Scholar, PubMed, Scopus, and the Virtual Health Library were consulted. The objective is to explore the challenges and advances in translation and interpretation in Brazilian Sign Language (Libras) in Brazil, with an emphasis on the healthcare field. The text presents a critical synthesis of the translation and interpreting process in medical contexts, discussing linguistic, cultural, and ethical aspects that permeate communicative mediation. It also addresses issues related to the ethical conduct of healthcare professionals and translators/interpreters, as well as examples drawn from case studies in specific clinical contexts. Thus, linguistic accessibility is evidenced as a structural condition for guaranteeing the right to health and promoting equity in services provided to the Deaf community.

KEYWORDS: linguistic accessibility; Deaf community; translation and interpreting; Libras; inclusive healthcare.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. *Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria normativa n.º 11, de 9 de agosto de 2006*. Institui o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa – Prolibras. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria normativa n.º 29, de 20 de julho de 2007*. Realização do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa – Prolibras. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. *Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. *Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023*. Altera a Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Portaria CNPq n.º 2.664, de 6 de março de 2026*. Institui a política de

integridade na atividade científica do CNPq. Brasília: Diário Oficial da União, 2026.

CAETANO, David da Silva. *A formação do tradutor e intérprete de libras para a atuação na saúde pública: discutindo sobre ações durante a pandemia de covid-19 a partir do programa Informa-SUS*. 2021. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras/ Língua Portuguesa) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; MUNARI, Denise Bouttelet; MEDEIROS, Marcelo; DUARTE, Soraya Bianca Reis. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enfermagem*, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 639-645, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v15i4.20359>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/20359>. Acesso em: 20 jun. 2026.

COSTA, Silvia Cristina Padilha da; MUELLER, Airtton Adelar; FABRICIO, Adriane. A comunidade surda e o atendimento em Unidades Básicas de Saúde: questão legal assegurada. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v22i00.8674058>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8674058>. Acesso em: 20 jun. 2026.

CRUZ, Raquece Mota Honório. Conflitos éticos na atuação do tradutor intérprete de libras. *Revista Virtual de Cultura Surda*, [s.l.], n. 17, 2016. Disponível em: <https://libras.uff.br/wp-content/uploads/sites/320/2024/12/4o-Artigo-REVISTA-17-Raquece-Mota-Honorio-Cruz.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Nota de esclarecimento: Prolibras. In: *Feneis Blog*. 10 ago. 2017. Disponível em: <https://blog.feneis.org.br/nota-de-esclarecimento-prolibras>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FERREIRA, Nicole Lira Melo; BRAYNER, Izabelly Correia dos Santos. O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde: mãos que falam. *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 17, n. 00, p. e021016, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.15169>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/15169>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; MILITÃO, Tatiane; PRADO, Karen. Proposta de produção de material informativo sobre como prevenir IST diminui dificuldades no aprendizado de libras. In: FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; MILITÃO, Tatiane (org.). *Libras: linguística, educação, ciências e saúde*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022. p. 10-25.

FRANCO, Ludmila Veiga Faria; MILITÃO, Tatiane; CORRÊA, Ingrid Lourenço de Amorim; HENRIQUES, Maíra Soares; BOURGUIGNON, Saulo Cabral; SANTOS, Dilvani Oliveira; OLIVEIRA, Karen de Jesus. A lei de libras e o direito à promoção da saúde dos surdos no advento da pandemia de covid-19 no Brasil: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 11, n. 11, p. e05111133225, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33225>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33225>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FUENTES-LÓPEZ, Eduardo; FUENTE, Adrian. Access to healthcare for deaf people: a model from a middle-income country in Latin America. *Revista de Saúde Pública*, [s.l.], v. 54, n. 13, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054001864. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32022141/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

JESUS, Ringo Bez de. *A interpretação médica para surdos: a atuação de intérpretes de libras/português em contextos da saúde*. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras–Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

JESUS, Ringo Bez de. “*Ei, aquele é o intérprete de libras?*” – atuação de intérpretes de libras no contexto da saúde. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

KUENBURG, Alexa; FELLINGER, Paul; FELLINGER, Johannes. Health care access among deaf people. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 1-10, 2016. DOI: 10.1093/deafed/env042. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26405210/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

LAUR, Audrey. Healthcare access for deaf patients – the legal and ethical perspectives. *Medico-Legal Journal*, [s.l.], v. 86, n. 1, p. 36-41,

2018. DOI: 10.1177/0025817217743416. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29258408/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MARQUETE, Verônica Francisqueti; COSTA, Maria Antônia Ramos; TESTON, Elen Ferraz. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. *Revista Baiana de Enfermagem*, [s.l.], v. 32, 2018. DOI: 10.18471/rbe.v32.24055. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/24055>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MARTINS, Francielle Cantarelli; STUMPF, Marianne Rossi; MARTINS, Antonielle Cantarelli. Reflexões sobre componentes e organização de entradas de obras lexicográficas e terminológicas da Libras. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 71-88, 2018. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1186>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MORENO, Renato Sarmiento dos Reis; SILVA, Nayla Cristina Santiago; OLIVEIRA, Vinicius Soares; SILVA, Josivaldo Godoy da. Tecnologias assistivas na comunicação de pacientes com deficiência auditiva em serviços de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 58079-58101, ago. 2020. DOI: [10.34117/bjdv6n8-281](https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14988). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14988>. Acesso em: 20 jun. 2026.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 307-320, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/xnMSZYLXkdcx-8z7kFBX3Bpz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

PAVÃO, Liane Falcão Freire. A necessidade do intérprete de libras nos hospitais e unidades de saúde para qualificar o atendimento ao surdo. In: CAMPELLO, Ana Regina de Souza; LIRA, Darlene Seabra de; ANDRADE, Lúcio Costa de (org.). *O tradutor e intérprete de Libras: atuações e considerações*. Itapiranga: Schreibern, 2022. p. 6-23. DOI: 10.29327/557945

PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. *Percepção de surdos adultos sobre o atendimento em saúde*. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. *Tradutores-intérpretes de libras na saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PIMENTEL, Karine Silva; CONDE, Ivo Batista; MENDES, Roselita Maria de Souza; FEITOSA, Cléia Rocha de Sousa; PAIXÃO, Germana Costa; PANTOJA, Lydia Dayanne Maia. Produção e avaliação de vídeos em libras para educação em saúde. *Revista Educação Especial*, [s.l.], v. 31, n. 60, p. 181-195, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24101>. Acesso em: 20 jun. 2026.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2016. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v5i1.912. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912>. Acesso em: 20 jun. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/Seesp, 2004.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. *Revista Cefac*, [s.l.], v. 23, n. 2, p. e0620, 2021. DOI: 10.1590/1982-0216/20212320620. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/kZtDr6C98zW6PDQPCvnnJRs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

RODRIGUES, Gabriela Santos; LAGO, Danússia Cardoso; PAZ, Nayra Marinho Silva. Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 815-834, out.-dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1139>. Disponível em: <https://www.recis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1139>. Acesso em: 20 jun. 2026.

VASCONCELOS, Sidney dos Santos; NOVAIS, Gabriel Silva; WEEKES, Keya Whitney; SILVA, Maria Clara

Pinheiro da. Libras em saúde: avaliação na perspectiva de pacientes e de acadêmicos de medicina. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 10, n. 8, p. e15510816225, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.16225. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353173278_LIBRAS_em_saude_Avaliacao_na_perspectiva_de_pacientes_e_de_academicos_de_medicina?cfchlftk=4uIRFHrsili9T0iqqkFXUnUTmYZfCNcBGP4a_mt9smA-1782849454-1.0.1.1-f1nHy7szZR06C.H8Nuwmk_tNK-SoWv_DFi_oXnBElyWE. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIANNA, Nubia Garcia; ANDRADE, Maria da Graça Garcia; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; RODRIGUEZ-MARTÍN, Dolors. A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 27, n. 4, p. 1567-1580, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022274.09142021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FdvKJpyNSkg5WDMPKMYwzK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIEIRA, Camila Mugnai; CANIATO, Daniella Gimenez; YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 11, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1139>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1139>. Acesso em: 20 jun. 2026.

YABE, Manako. Healthcare providers' and deaf patients' interpreting preferences for critical care and non-critical care: video remote interpreting. *Disability and Health Journal*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1-8, 2020. DOI: 10.1016/j.dhjo.2019.100870. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1936657419301888>. Acesso em: 20 jun. 2026.

YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues; VIEIRA, Camila Mugnai. Diversidade e comunicação: percepções de surdos sobre atividade de educação em saúde realizada por estudantes de medicina. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 401-414, abr.-jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1827>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1827/2360>. Acesso em: 20 jun. 2026.